

# **PRÁXIS**

**e Hegemonia Popular**

**V. 7, N. 11, 2022**

**EDITORIAL (1)**

*Comissão Editorial*

**Apresentação**

**GRAMSCI, INTELLECTUAIS E PARTIDOS POLÍTICOS NO BRASIL (2-5)**

*Ana Lole*

*Marcos Del Roio*

**Dossiê Temático**

**GRAMSCI NO BRASIL: NOTAS SOBRE UM ENCONTRO MEMORÁVEL NA SENDA DA RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E POLÍTICA (6-21)**

*Anita Helena Schlesener*

**GRAMSCI NO BRASIL: REVOLUÇÃO PASSIVA E TRADUTIBILIDADE (22-39)**

*Marília Gabriella Machado*

*Marcos Del Roio*

**GRAMSCI NO MST: A TEORIA EM MOVIMENTO (40-73)**

*Luciana Aliaga*

**GRAMSCI, OS INTELLECTUAIS NA GEOGRAFIA POLÍTICO-PARTIDÁRIA E A CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA (74-83)**

*Ricardo José de Azevedo Marinho*

*Vagner Gomes de Souza*

*Pablo De Las Torres Spinelli Fonseca*

**INTELLECTUAIS, MODERNO PRÍNCIPE E O PARTIDO DOS TRABALHADORES (84-103)**

*Leandro Galastri*

**O PRÍNCIPE METAVERSO E A RAZÃO: EMANCIPAÇÃO EM TEMPOS DE BARBÁRIE (104-124)**

*Marcelo Lira Silva*

**O SOM DO DISSENSO: APONTAMENTOS PARA UMA HISTÓRIA/CONCEPÇÃO DOS PARTIDOS E ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS EM UM CASO CONCRETO DE PESQUISA (125-139)**

*Lineker Noberto*

**O “MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO” COMO PARTIDO: UMA ANÁLISE A PARTIR DE GRAMSCI (140-156)**

*Handerson Fábio Fernandes Macedo*

*Marcia Soares de Alvarenga*

**Resenha**

**INTELECTUAIS, EDUCAÇÃO E ESCOLA: UM ESTUDO DO CADERNO 12 DE ANTONIO GRAMSCI (157-160)**

*Barbara White*

*Hebert Abreu*

**Artigos**

**AS CRISES NA BOLÍVIA COMO REVOLUÇÃO PASSIVA E TRANSFORMISMO: O MERCADO TRANSNACIONAL (161-175)**

*Vanusa Cristina de Oliveira*

**UM ENCONTRO NECESSÁRIO: O FEMINISMO E AS TEORIAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS (176-189)**

*Danielle Gonçalves Passos do Nascimento*

*Thiago Fernandes Franco*

**ESTADO, IMPERIALISMO E GUERRA: A CONTRIBUIÇÃO DO PENSAMENTO DE KAUTSKY, LENIN E LUXEMBURGO PARA AS TRI (190-206)**

*Yasmin Couto de Jesus*

**ARTICULANDO NÍVEIS DA LUTA PELA HEGEMONIA NA REVOLUÇÃO PASSIVA: O FENÔMENO DO *LAND GRABBING* E A CONCILIAÇÃO BURGUESA NO MODELO DESENVOLVIMENTISTA DO PT (207-225)**

*João Victor Batista de Albuquerque*

**CIÊNCIA EXPERIMENTAL E TRADUTIBILIDADE. OBJETIVIDADE E IDEOLOGIA CIENTÍFICA NOS CADERNOS DO CÁRCERE (226-245)**

*Camilla Sclocco*

**OS DESAFIOS DA MEDIAÇÃO NA PRÁXIS PEDAGÓGICA: UMA ANÁLISE ATRAVÉS DA PERSPECTIVA DE GRAMSCI (245-257)**

*Ana Beatriz Martins de Arruda*

*Fábio Inácio Pereira*

**IDEOLOGIA EMPREENDEDORA E HEGEMONIA BURGUESA NO BRASIL: UMA ANÁLISE SOBRE O SEBRAE (258-279)**

*Erika Cordeiro do Rêgo Barros Valentim*

*Juliane Feix Peruzzo*

*Angela Amaral*

**OS APARELHOS PRIVADOS DE HEGEMONIA NA EDUCAÇÃO PARANAENSE (280-294)**

*Jussara de Fátima Ivanski Ruppel*

*Michelle Fernandes Lima*

**LISTA DE PARECERISTAS (295)**

A *International Gramsci Society/Br* tem o prazer de anunciar aos seus colaboradores e leitores o seu volume 7, número 11. O número possui um escopo bastante amplo, passando tanto por análises desdobradas do conjunto da obra de Gramsci como sua tradução em termos de análises contemporâneas, além de contribuições sobre o campo crítico e do marxismo.

O primeiro conjunto de contribuições contempla o relevante dossiê intitulado **“Gramsci, intelectuais e partidos políticos no Brasil”**, organizado por Marcos Del Roio e Ana Lole. A amplitude temática deste dossiê abarca análises das mais diversas, envolvendo a tradução e recepção gramscianas para a teoria-ação nos mais diversos campos, como a interpretação histórica do Brasil, a educação, o cenário político nacional progresso e mais recente, bem como algumas possibilidades teóricas sobre a obra do comunista sardo e uma resenha sobre um importante livro de Giovanni Semeraro.

A seção **“Artigos”** traz importantes contribuições nas perspectivas gramsciana, marxista e crítica analisando temas relevantes dos embates hegemônicos nacionais e no campo educacional, bem como reflexões no âmbito das teorias das relações internacionais e no tocante à obra do comunista sardo.

Desejamos a todos(as) uma boa leitura!

Comissão Editorial

## GRAMSCI, INTELECTUAIS E PARTIDOS POLÍTICOS NO BRASIL

*Gramsci, Intellectuals and Political Party in Brazil*  
*Gramsci, Intellettuali e Partiti Politici in Brasile*

Ana Lole<sup>1</sup>  
Marcos Del Roio<sup>2</sup>

Este ano de 2022 marca muitas efemérides importantes na história do Brasil. São 200 anos da “Independência”, 100 anos do levante militar do Forte de Copacabana, 100 anos da Semana de Arte Moderna e os 100 anos de existência do Partido Comunista no Brasil. Claro que cada um desses acontecimentos recebeu determinado valor a posteriori e está sempre sujeito a novas interpretações que podem redefinir o efetivo valor desses fatos. Afinal, além da documentação, do método científico, também o debate ideológico, a luta hegemônica encontra-se no núcleo das “comemorações”.

O centenário do movimento comunista no Brasil é, sem dúvida, do ponto de vista do movimento operário um momento de grande importância. Lembra, é claro, como o Partido Comunista surgiu nos desdobramentos da derrota da intensa atividade da classe operária de 1917 a 1920, mas que resistiu e lutou (e ainda luta) por um século inteiro em favor dos interesses imediatos e dos interesses históricos dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiras. A luta dos comunistas foi sempre em favor do resgate dos trabalhadores e trabalhadoras da fome, da doença, da ignorância, por meio do desenvolvimento da economia e da cultura, por meio da democracia endereçada ao socialismo e a emancipação do trabalho da exploração do capital.

<sup>1</sup> Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2991-3594> E-mail: [analole@gmail.com](mailto:analole@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. Professor Titular da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (FFC/UNESP/Marília). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3276-8789> E-mail: [delroio@terra.com.br](mailto:delroio@terra.com.br)

A marca do centenário é a enorme dificuldade em dar continuidade a essa luta histórica, que enfrentou outros momentos dramáticos, mas marca também o momento do empenho de na contribuição para a reorganização da classe operária no embate contra as forças mais reacionárias da vida brasileira que se encastelaram no poder. A luta pela democracia e pelo socialismo é mais atual que nunca.

Nesta direção, a Revista *Práxis e Hegemonia Popular*, periódico da *International Gramsci Society Brasil (IGS-Brasil)*, publica neste número o dossiê intitulado “**Gramsci, intelectuais e partidos políticos no Brasil**”, que tem por objetivo narrar a contribuição de Antonio Gramsci para a interpretação do Brasil e sua incidência nos movimentos e partidos políticos.

O presente dossiê traz 8 (oito) artigos com abordagem sobre a influência dos escritos de Gramsci no marxismo brasileiro e na organização das classes e grupos sociais subalternos. O artigo que abre o presente dossiê é *Gramsci no Brasil: notas sobre um encontro memorável na senda da relação entre educação e política*, de Anita Helena Schlesener. A autora traz um relato, a partir de suas memórias, sobre a recepção do pensamento de Gramsci no Brasil e como seus escritos podem ser lidos por perspectivas diferentes, o que, de acordo com Schlesener, “acentua a riqueza de seus escritos”.

Em *Gramsci no Brasil: revolução passiva e tradutibilidade*, Marília Gabriella Machado e Marcos Del Roio analisam a categoria revolução passiva de Antonio Gramsci desenvolvida nos *Cadernos do cárcere*, apresentando como essa categoria é traduzida no Brasil e como Luiz Werneck Vianna se debruça sobre a realidade brasileira apropriando-se dessa categoria gramsciana. Machado e Del Roio analisam duas obras de Vianna – *Liberalismo e sindicato no Brasil* (1976) e *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil* (2004) – demonstrando como o autor faz a tradutibilidade da categoria gramsciana revolução passiva para a realidade brasileira.

Luciana Aliaga traz em seu artigo, *Gramsci no MST: a teoria em movimento*, elementos de reflexão sobre a organização política do MST à luz do pensamento de gramsciano, sobretudo relativos à organização das classes subalternas. A autora traz um breve panorama da organização no campo nas décadas de 1960 e 1970, contextualiza a difusão de Gramsci no Brasil e analisa “os elementos da organização do MST que podem

ser considerados uma tradução do pensamento gramsciano, a saber: a ‘mística’, e a estrutura organizativa e formativa”.

O artigo *Gramsci, os intelectuais na geografia político-partidária e a civilização brasileira*, de autoria de Ricardo José de Azevedo Marinho, Vagner Gomes de Souza e Pablo De Las Torres Spinelli Fonseca, aborda a situação atual dos intelectuais na geografia político-partidária na civilização brasileira estabelecendo algumas distinções. Os autores buscam com o artigo analisar alguns pontos de vista teóricos que “permitem distinguir as geografias político-partidárias da esquerda, centro-esquerda e outras formas progressistas em relação com aquelas que dizem respeito à direita, bem como a centro-direita e o conservadorismo”.

Leandro Galastri em seu artigo *Intelectuais, Moderno Príncipe e o Partido dos Trabalhadores* apresenta um debate sobre a relação entre o partido de massas e os intelectuais, o desenvolvimento do conceito de moderno príncipe. Galastri “trata de elementos teóricos sobre o tema dos intelectuais e do partido político no pensamento de Gramsci”, bem como descreve, de forma panorâmica, “as origens e o processo de consolidação do Partido dos Trabalhadores (PT) como principal partido de massas do Brasil após a redemocratização”.

No artigo *O príncipe metaverso e a razão: emancipação em tempos de barbárie* Marcelo Lira apresenta “as imagens e representações construídas pelas questões fáusticas de Goethe, para pensar a atualidade da teoria social de Antonio Gramsci, particularmente naquilo que diz respeito às articulações conceituais de *Moderno Príncipe*, *Hegemonia e Intelectuais*”. O autor traz uma reflexão sobre a crise de sociabilidade como elogio ao *senso comum*, bem como o debate sobre “o príncipe eletrônico”, embasado em Ianni (1999), como representação da *hegemonia civil do capital-imperialismo*.

O artigo de Lineker Noberto, *O som do dissenso: apontamentos para uma história/concepção dos partidos e organizações políticas em um caso concreto de pesquisa*, a partir de resultados concretos de pesquisa sobre a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária, mais conhecida como ORM-PO ou Polop, “apresenta uma orientação teórico-metodológica de como se deve escrever sobre a história de partidos e organizações políticas”.

Em *O “Movimento Escola sem Partido” como partido: uma análise a partir de Gramsci*, Handerson Fábio Fernandes Macedo e Marcia Soares de Alvarenga utilizam dois importantes conceitos do marxista sardo, hegemonia e partido político, para realizarem a análise. Os autores compreendem o Movimento Escola sem Partido “como materialização da confluência do conservadorismo reacionário e do neoliberalismo”, pois “apesar de reivindicar neutralidade, na realidade atua e funciona como um verdadeiro partido na perspectiva da formulação gramsciana”.

Este número, também, traz a resenha do livro *Intelectuais, educação e escola: um estudo do caderno 12 de Antonio Gramsci*, de Giovanni Semeraro, escrita por Barbara White e Hebert Abreu. Esta obra de Semeraro é um rigoroso estudo sobre o tema central “intelectuais, educação e escola” a partir do caderno 12, pois não se limita a esse escrito de Gramsci. Através de um estudo filológico, Semeraro analisa os conceitos articulados nos escritos carcerários e nos pré-carcerários, reafirmando a potência de suas pesquisas sobre o autor da Sardenha.

Em tempos de lutas pela manutenção do estado democrático de direito no Brasil desejamos que esse número da Revista *Práxis e Hegemonia Popular* possa contribuir com estudos e reflexões para fortalecer a nossa resistência.

Boa leitura!

## REFERÊNCIAS

IANNI, Octavio. Príncipe Eletrônico. *Revista Perspectiva*, São Paulo, n. 22, p.11-29, 1999.

VIANNA, Luiz Jorge Werneck. *A Revolução Passiva: Iberismo e Americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

VIANNA, Luiz Jorge Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.



## GRAMSCI NO BRASIL: NOTAS SOBRE UM ENCONTRO MEMORÁVEL NA SENDA DA RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E POLÍTICA

Anita Helena Schlesener<sup>1</sup>

### RESUMO:

O presente artigo traz um recorte da história da recepção do pensamento de Gramsci no Brasil a partir de um encontro promovido pelo Curso de Serviço Social da UFMA e que possibilitou um debate político importante. Retomamos alguns aspectos deste debate para compreender a relação entre política e educação mostrando as possibilidades de leitura que o texto fragmentário de Gramsci possibilita. O artigo visa a mostrar que os escritos de Gramsci podem ser lidos de perspectivas diferentes a fim de interpretar o movimento do real, o que acentua a riqueza de seus escritos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Política, Educação, Antonio Gramsci.

### ABSTRACT:

This article brings a clipping of the history of the reception of Gramsci's thought in Brazil from a meeting promoted by the Social Work Course at UFMA and which enabled an important political discussion. We return to some aspects of this controversy to understand the relationship between politics and education, showing the possibilities of reading that Gramsci's fragmentary text makes possible. The article aims to show that Gramsci's writings can be read from different perspectives in order to interpret the movement of the real, which accentuates the richness of his writings.

**KEYWORDS:** Politics, Education, Antonio Gramsci.

### INTRODUÇÃO

Partimos aqui do Caderno 10 de Antonio Gramsci (1978, p. 1242) onde, a propósito da filosofia de Croce, o autor acentua que a “história é sempre história contemporânea, isto é, política”, no sentido que, “agindo no presente, interpretamos o passado”. Desta perspectiva, rememorar pode ter o significado de identificar no presente traços que o passado deixou e que condicionam a vida econômica e social de tal modo que, para criar as condições de transformação social, faz-se necessário saber ler estes sinais no presente. Também pode significar que um escrito, depois de publicado, se torna

<sup>1</sup> Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professora no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Tuiuti do Paraná (UTP). Presidenta da International Gramsci Society Brasil (IGS-Brasil) – Gestão 2022-2024. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2768-5858> E-mail: [anitahelena1917@gmail.com](mailto:anitahelena1917@gmail.com)

independente do autor e pode ser interpretado de acordo com as circunstâncias. Ao fazer a releitura do passado a partir da Revolução Francesa, ponto de referência para pensar a modernidade, Gramsci se afasta do hegelianismo de Croce e de sua leitura especulativa de Marx para afirmar a identidade entre economia, política e história, acentuando os desdobramentos desta relação no contexto da realidade italiana. O embate travado em forma de monólogo pelo encarcerado insere-se em uma tentativa de identificar os conflitos que, explicitados no campo intelectual, permitiriam esclarecer as relações ocorridas na realidade efetiva. A história sempre reinterpretada para a compreensão dos limites das forças em luta no presente: este o significado de retomar o processo de inserção do pensamento de Gramsci no Brasil.

Outra questão importante a salientar é sobre o conceito de educação, entendida aqui em seu sentido amplo, de formação que ocorre ao longo da vida como construção da subjetividade e da concepção de mundo a partir da inserção social de cada um. Recebemos em nosso processo educativo costumes e preconceitos que trazem a marca do passado e que, de certo modo, condicionam o presente no conjunto das relações sociais.

A história da recepção de Gramsci no Brasil pode ser lida num recorte temporal que já se estende por noventa anos e que alguns autores já tentaram explicitar, mas pode ser sempre retomada. Pretendemos fazer aqui o relato de um encontro memorável que serviu para esclarecer as duas margens entre as quais navegamos e em relação às quais temos que definir o caminho futuro. Este encontro ocorreu em 1999, em São Luiz do Maranhão, num evento promovido pelo Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e que se intitulava “Jornada sobre Gramsci”. A singularidade deste Evento, que reuniu na ocasião em torno de 150 participantes, é que teve como convidados Carlos Nelson Coutinho, Edmundo Fernandes Dias e Domenico Losurdo, evidenciando as diferenças de leitura e as possibilidades de interpretação do pensamento gramsciano e delimitando fronteiras e percursos possíveis.

Domenico Losurdo foi um historiador e pesquisador com reconhecimento internacional que, a partir do seu espírito revolucionário e sua ação intelectual fecunda, inspirou movimentos sociais e infundiu uma força de resistência na juventude acadêmica brasileira a partir de suas inúmeras participações em debates promovidos na Unicamp e

outras Universidades Brasileiras. Suas leituras em torno do hegelianismo e do liberalismo, bem como sobre outros temas circunstanciais foram muito fecundos para o debate em torno do marxismo. No Evento citado sua conferência foi sobre Hegel em italiano, com tradução simultânea por Edmundo Fernandes Dias. Em vista disso, nos deteremos na participação dos outros dois palestrantes buscando reconstituir em breves notas as polêmicas que evidenciam as duas leituras de Gramsci que prevaleceram no Brasil.

Iniciamos com uma breve abordagem sobre os limites da primeira edição dos escritos carcerários na organização de Togliatti, seguida de notas sobre a tradução brasileira e a interpretação de Carlos Nelson Coutinho. Na sequência, a abordagem da interpretação oposta, trazida por Edmundo Fernandes Dias e o seu debate com Coutinho. Seguem-se algumas conclusões.

## **O TEXTO FRAGMENTÁRIO DE GRAMSCI NA SUA PRIMEIRA EDIÇÃO**

O texto fragmentário de Gramsci, escrito nas severas condições carcerárias, abre a possibilidade de inúmeras leituras. Uma das leituras possíveis, que procura contemplar o conjunto da obra gramsciana, é a que se elabora em torno da noção de revolução, no sentido de mostrar como esse conceito, vinculado à redefinição da noção de Estado, não se enquadra a uma leitura por etapas, mas se produz como uma interpretação da realidade que busca entender o processo contraditório em seu interior, ou seja como se define a luta de classes em cada novo momento histórico. Para Gramsci, entender esses mecanismos significava dar instrumentos de luta à classe operária. A teoria política de Gramsci é crítica e profundamente revolucionária, porque apontou os limites da política liberal burguesa e procurou desenvolver uma nova concepção de mundo a fim de construir uma “nuova civiltà”.

Seus escritos, porém, a partir do formato fragmentário serviu a “usos” diversos, tiveram um impacto diferente conforme as necessidades políticas dos que se embatiam na disputa do poder em determinada conjuntura histórica. O primeiro a instrumentalizar os escritos de Gramsci foi Palmiro Togliatti, no trabalho de seleção dos fragmentos dos Cadernos do Cárcere organizados em obras temáticas.

A inserção do pensamento de Gramsci no Brasil se fez a partir tanto da obra temática organizada por Togliatti, quanto da imagem que este produziu de Gramsci, conforme as condições de sua publicação e divulgação na Itália por meio da reconstrução e da atuação do Partido Comunista Italiano (PCI). Como acentua Juan Carlos Portantiero (1981, p. 67), além do “Gramsci precursor da política prudente do comunismo italiano” no segundo pós-guerra, “considerada por alguns como uma reedição da política da social-democracia alemã às vésperas de primeira guerra mundial”, existe “outro Gramsci”, que está no extremo oposto. A divulgação de Gramsci na América Latina retomou em grande medida a interpretação togliattiana e outras leituras permaneceram quase desconhecidas. Hoje se reconhecem os limites da edição de Togliatti, bem como os condicionamentos históricos que influenciaram na sua organização dos Cadernos. O vasto material de publicações de Togliatti (1991) durante a fase de preparação da publicação dos Cadernos, processo que levou dez anos nos quais somente ele conhecia o conteúdo da obra gramsciana, demonstra a tentativa de criar uma imagem de Gramsci vinculada ao marxismo-leninismo.

Desse material é necessário salientar um artigo de 1937, nascido de um discurso pronunciado em Moscou em 27 de maio, um mês após a morte de Gramsci. Neste texto, que praticamente introduziu Gramsci como dirigente do Partido e mártir do fascismo, Togliatti expõe o processo de condenação e o sofrimento de Gramsci na prisão com o objetivo de desvelar os mecanismos de repressão utilizados pelo fascismo desde o assassinato de Matteotti, em 1924, até a morte de Amendola e Gobetti. Togliatti apresenta Gramsci como o primeiro marxista da Itália, o primeiro bolchevique italiano, porque foi educado na escola do marxismo-leninismo, pressupostos que “lhe deram a possibilidade de percorrer a estrada justa” na análise dos fundamentos econômicos e políticos da revolução italiana. Evidente que, em 1937, Togliatti ainda não conhecia o conteúdo dos escritos de Gramsci, material em fotocópias que ele recebeu apenas em 1938 e formulava uma opinião a partir dos interesses partidários imediatos, num momento em que prevalecia o regime de terror stalinista, ao qual a adesão do PCI se mostrava clara.

O objetivo de propaganda política e de legitimação da posição partidária do PCI continuam em outros discursos evidenciando uma instrumentalização dos escritos de

Gramsci que vai se concretizando ao longo do tempo até os escritos togliatianos de 1944. Queiramos ou não, esta primeira interpretação marcou por longo tempo o destino das leituras do político sardo e influenciou sua recepção no Brasil.

Togliatti (1949, p. XVII) definiu os caminhos de interpretação desde a publicação do primeiro volume dos Cadernos do Cárcere: a orientação política da interpretação emana do prefácio de *II materialismo storico e Ia filosofia de Benedetto Croce*, no qual Togliatti procura definir as intenções do autor salientando que Gramsci desejava escrever alguma coisa “fur ewig”, de acordo com as exigências “de objetividade, probidade, seriedade científica e de pesquisa desinteressada da verdade”. Descrevendo o percurso teórico dos Cadernos, Togliatti acentua que os escritos do volume ora publicado eram, em certo sentido, o “coroamento de todas as pesquisas conduzidas por Gramsci nos anos do cárcere”. Desse ponto de vista, a obra começou a ser apresentada pelo final. A edição crítica, que foi publicada em 1975 e apresenta os cadernos em ordem cronológica, situa a redação dos escritos sobre a filosofia de Benedetto Croce (Caderno 10), entre 1932-35. A ideia de um Gramsci culturalista tem raízes nesta interpretação, com repercussões na recepção do pensamento de Gramsci no Brasil.

O início da década de 1960 no Brasil foi marcado por ideais e práticas muitas vezes contraditórios, que revelavam tensões políticas emergentes: os sonhos de modernização da parte das classes dominantes, que se empenharam na implementação de uma política desenvolvimentista, eram partilhados também por setores de esquerda, que se expressavam na variada gama de movimentos que se estendiam desde o Partido Comunista Brasileiro (PCB) até as vanguardas artísticas (cinema e teatro, principalmente) e os grupos mais radicais que se organizavam em torno de projetos revolucionários socialistas.

A ação política do PCB na década de 1960 pressupunha tanto a relação do Partido com a Terceira Internacional Comunista e a sua aceitação das determinações políticas daquela organização partidária, quanto a sua inserção no debate político nacional, onde prevalecia, desde o final da década de 1950, o ideário nacionalista, que pretendia implementar um processo de modernização econômica e reformas sociais, a partir de ações governamentais, com apoio da sociedade civil. A partir desta posição, o Partido

enfrentou muitas querelas e dissidências tendo como pano de fundo a definição da natureza da revolução no Brasil e as possíveis estratégias políticas.

As profundas contradições sociais se manifestavam na participação da sociedade civil na vida política do país, expressando-se de várias maneiras: havia setores que apoiavam medidas nacionalistas e movimentos que reivindicavam reformas sociais e mudanças políticas urgentes. A organização política dos trabalhadores urbanos e rurais convivia com as diferentes posições de setores da classe média, que iam desde a participação nas manifestações urbanas em favor de mudanças radicais até o apoio à intervenção militar que acabou acontecendo no Golpe de Estado de 1964.

A divulgação de Gramsci no Brasil permitiu, em determinados momentos, uma crítica política e uma renovação do pensamento de esquerda, mas também serviu a objetivos políticos mais imediatos que levaram, em determinadas circunstâncias, a instrumentalizar seu pensamento. Embora a sua heterodoxia emane a cada novo parágrafo de seu texto, Gramsci foi inicialmente apresentado pelos tradutores, no momento da primeira publicação, como um marxista preocupado com a questão cultural desvinculada da questão política, porque era o que se mostrava viável dentro dos limites da política do PCB. Mais tarde, quando deram relevância à questão política, o Gramsci apresentado foi o Gramsci togliattiano, leninista, fundador do PCI, que seguiu essa orientação partidária. No fundo, Gramsci não deixou de ser o “teórico das superestruturas”, em nenhum momento se considerou relevantes as suas reflexões sobre economia nem se procurou mostrar a interrelação dialética entre econômico e político, que permite redefinir a questão das superestruturas.

Cabe salientar que ao menos duas leituras prevaleceram no Brasil, a partir da conjuntura histórica da década de 1960, época de sua inserção nos debates do PCB e os pressupostos que orientavam a noção de revolução que prevalecia entre parcelas das esquerdas vinculadas ou simpatizantes do Partido. A partir da tradução brasileira a interpretação de Gramsci que se firmou foi a que seguiu, em linhas gerais, a noção de revolução processual implícita na leitura de Togliatti, na ideia de construção de uma democracia progressiva, nos moldes do que ocorria com o PCI na Itália.

Hoje se identifica a complexidade de uma obra que se produziu ao longo de uma vida e que precisa ser lida em sua totalidade para ser compreendida. Esta é uma das dificuldades enfrentadas no Brasil, visto que não temos ainda nem a tradução da Edição Crítica de Valentino Gerratana e um mínimo de sua produção jornalística publicada entre 1916 e 1926 encontra-se traduzida.

Podemos ainda dizer, depois de um longo período de leitura e interpretações de Gramsci no Brasil, que prevaleceram uma leitura culturalista que abre caminho a uma interpretação liberal e se aproxima de teorias pós-modernas, e uma outra que retoma o Gramsci revolucionário, cujo ponto de partida para qualquer reflexão é a luta de classes; no meio do caminho destes extremos, a leitura filológica mais recente, para a qual o embate político fica em segundo plano. Partindo da observação de Gramsci de que toda história é história contemporânea, nenhuma destas vertentes pode afirmar que apresenta a verdade sobre o seu pensamento, visto que as circunstâncias históricas e políticas de cada momento condicionam a leitura e a apropriação intelectual de um autor. A verdade é que tudo é histórico e uma teoria precisa ser entendida tanto no seu conteúdo quanto na sua relevância e efetividade política. A questão em aberto é a da tradutibilidade a ser construída entre teoria e prática; para Gramsci (1978, p. 851), “o princípio da tradutibilidade recíproca é um elemento ‘crítico’ inerente ao materialismo histórico”. Visto que toda história é história contemporânea, traduzir significa interpretar para compreender o real em seu movimento conjuntural e estrutural. Desta perspectiva, seguem as nossas notas sobre as interpretações de Coutinho e Dias.

## **NOTAS SOBRE A INTERPRETAÇÃO DE COUTINHO**

Carlos Nelson Coutinho e Edmundo Fernandes Dias foram dois grandes intérpretes e polemizadores que se confrontaram em debates memoráveis a partir de suas leituras do pensamento de Gramsci, debates dos quais, apesar das divergências, nunca faltou o respeito que cabe nas polêmicas entre grandes intelectuais. O embate teórico entre Coutinho e Dias nos apareceu translúcido e é dele que pretendemos falar a seguir. Para tanto, precisamos retomar alguns pontos da leitura que ambos fizeram dos escritos de Gramsci.



Carlos Nelson Coutinho, como um dos principais tradutores dos textos de Gramsci publicados no Brasil e divulgador do pensamento gramsciano por meio de seus escritos, foi uma figura de grande relevância no debate brasileiro. Ao longo dos anos 1970, em ensaios e comunicações, Coutinho não só procurou explicitar os conceitos de Gramsci como desenvolver a análise da realidade brasileira com o apoio de suas categorias. No bojo desse trabalho, tem-se uma formulação do conceito de revolução, que é atribuída a Gramsci, mas se elabora a partir da interpretação construída por Togliatti.

Nos anos 1980, Coutinho passou também a desenvolver um trabalho de historiador, fazendo o inventário da inserção do pensamento de Gramsci no Brasil, inicialmente em comunicações apresentadas em Seminários realizados na Itália (Ferrara, 1985 e Formia, 1989) e, posteriormente, traduzidas pelo próprio Carlos Nelson Coutinho, para publicação no Brasil (COUTINHO, 1988). Nos dois eventos, tratou-se de uma versão da história que, de certa forma, atuou como uma justificação de seu trabalho pessoal.

A inserção das ideias de Gramsci no Brasil foi dividida por Coutinho em dois momentos: um primeiro ciclo, que vai da primeira publicação de parte da obra de Gramsci (1966) até meados dos anos 1970 e um segundo ciclo, que inicia com a segunda edição da tradução brasileira, de 1978. Nos dois ensaios citados Coutinho faz um esboço histórico da situação política pós-1968 e do ambiente cultural vivido pelas esquerdas brasileiras para justificar a pequena influência ou o quase desinteresse pelas primeiras edições do texto de Gramsci: o movimento de esquerda aparece polarizado entre, por um lado, o PCB, com sua “tradição terceiro-internacionalista”, em que predominava uma concepção do marxismo “fortemente economicista” e, por outro, grupos que Coutinho denomina de “ultraesquerda”, entre os quais inclui os que se dedicavam ao estudo da teoria de Althusser.

Por meio desses ensaios, esboçam-se algumas das condições objetivas que caracterizaram a conjuntura histórica em que se inseriu o pensamento de Gramsci na década de 1960. Coutinho aponta como dificuldades para a recepção do pensamento de Gramsci no Brasil não só as medidas de exceção da ditadura militar, mas também a “própria cultura então dominante nos ambientes culturais brasileiros de esquerda”,



influenciada por modelos interpretativos e pela tradição da Terceira Internacional que predominava no PCB, situação que levava a entender o Brasil como um país com uma “formação social atrasada, semicolonial e semifeudal, que teria necessidade, para superar suas contradições e encontrar o caminho do progresso social, de uma revolução 'democrático-burguesa' ou de 'libertação nacional” (COUTINHO, 1988, p. 104-105). Essa era, ainda na leitura de Coutinho, a posição do PCB desde os anos 1930.

Na análise de Coutinho, ocorria “uma estranha (mas não paradoxal) convergência entre as posições mais reacionárias da ditadura e a orientação terceiro-internacionalista do marxismo brasileiro”, o que dificultou a recepção do pensamento de Gramsci no momento de sua primeira publicação. Foi com o declínio da ditadura e a crise da velha esquerda que a influência de Gramsci, a partir da metade dos anos 1970 se fez sentir, em “análises políticas e historiográficas” de “autores comunistas, social-democratas, cristão-progressistas e até mesmo liberais” (COUTINHO, 1988, p. 105). Coutinho acentua que, embora opostos, esses lados coincidiam na análise da realidade brasileira, entendendo-a como uma realidade constituída de uma formação social “atrasada', semicolonial e semifeudal”, que deveria, por suposto, passar necessariamente por uma revolução 'democrático-burguesa' antes de se lançar à construção de um projeto socialista. Essa composição dificultou, no entender de Coutinho, a recepção da obra de Gramsci no Brasil, de modo que o seu texto começou a ser lido e amplamente discutido a partir da metade dos anos 1970, ou seja, “simultaneamente ao início (ainda tímido) do processo de abertura política e à crise cada vez mais explícita das organizações marxistas tradicionais” (COUTINHO, 1988, p. 104-105).

Outra questão implícita nas afirmações de Coutinho é a intenção do PCB em manter a tutela da atividade intelectual, bem como a direção política, apesar da crise interna gerada pelas revelações do Relatório Krushev de 1956 sobre os horrores do stalinismo. O PCB não promoveu a renovação, diz Coutinho, mas também não obstaculizou o seu encaminhamento por parte de “alguns jovens intelectuais ligados então ao Partido”. A direção do Partido havia compreendido a importância da renovação como pressuposto para que o “PCB continuasse a exercer influência” sobre a esquerda, ou seja, a renovação intelectual foi consentida (COUTINHO, 1988, p. 105).

Cabe salientar que no evento de Formia, com texto publicado na Itália, Coutinho acentua que as “primeiras referências a Gramsci da parte de jovens intelectuais comunistas” aparece em “publicações culturais ligadas ou influenciadas pelo PCB”; e acrescenta uma nota de rodapé fazendo uma observação que parece inocente e até ingênua sobre um escrito de Löwy sobre a recepção de Gramsci no Brasil: “é interessante observar que, diversamente de Coutinho e Konder, Löwy não se refere ao Gramsci filósofo, mas, ao contrário, ao teórico dos conselhos operários”. Acrescenta que se trata, porém, de uma linha de pesquisa que só teve seguimento a partir de 1984, “quando o tema do jovem Gramsci reaparece em tese de doutorado redigida por Edmundo Fernandes Dias e apresentada na Universidade de São Paulo” (COUTINHO, 1995, p. 125).

As breves observações acima, com grande respaldo nos escritos de Coutinho, demonstram que a inserção do pensamento de Gramsci no Brasil teve uma orientação que, para Coutinho, estava centralizada no PCB, chegando a acentuar que a publicação se constituiu em uma “operação” que tinha “uma finalidade clara: apresentar ao leitor brasileiro um Gramsci sobretudo filósofo e crítico literário, no qual a dimensão estritamente política tinha um peso secundário”, conforme a “linha de interpretação ‘oficial’ do PCI” (COUTINHO, 1995, p. 127). Portanto, a dicotomia entre cultura e política foi intencional, orientada pela postura do PCB e pela predominância do “marxismo-leninismo” nos ambientes culturais brasileiros de esquerda, fato que restringiu o alcance crítico e antidogmático da obra gramsciana.

Assim, a dicotomia entre cultura e política acentuada nas notas introdutórias ao primeiro livro de Gramsci no Brasil, *Concepção Dialética da História*, não foi fruto das circunstâncias históricas, mas de um posicionamento político e ideológico de Coutinho ante o texto de Gramsci. No curso dos anos, esta leitura prevaleceu no Brasil, na medida em que a tradução da edição temática passou a circular e não se tinha acesso a outros materiais visto não estarem traduzidos.

Implicitamente Coutinho reconhecia que o problema da escassa repercussão do pensamento de Gramsci entre o público brasileiro se ligava ao vínculo estabelecido entre o autor italiano e o PCB: “Nosso autor chegava ao Brasil num momento em que amplos setores da intelectualidade de esquerda, radicalizando sua oposição a uma ditadura que

também se radicalizava, não mais reconheciam nas formulações políticas do PCB” uma resposta adequada aos desafios da nova situação (COUTINHO, 1995, p. 128).

Na verdade, o pouco impacto do pensamento de Gramsci neste primeiro momento deve-se tanto às circunstâncias históricas quanto à sua apresentação como filósofo da cultura. Em *As categorias de Gramsci e a realidade brasileira* Coutinho salientou que o “ambiente cultural permaneceu hostil a uma justa recepção de Gramsci”, sem definir claramente o que entendia por “justo”: o que seria, no entender de Coutinho, uma recepção “justa”? A interpretação togliattiana, de acordo com a orientação “oficial” do PCI? Ou a redução das categorias de Gramsci à matriz teórica leninista, mais apta a conviver com o stalinismo predominante no PCB? Quem sabe a leitura liberal, a partir dos postulados croceanos? O conceito “justo”, além de apresentar um sentido moral, demonstra uma atitude dogmática que exclui todas as outras possibilidades de leitura.

Vários outros pontos poderíamos apresentar aqui para acentuar os limites da perspectiva de Coutinho, como a ideia de “democracia como valor universal”, tomando o conceito de forma abstrata. Para Gramsci, a realidade se transforma continuamente e o conceito, embora distinto do real que concebe, deve considerar a historicidade e o movimento do real. A democracia burguesa é fortemente criticada por Gramsci como uma forma de elidir a participação popular, ou seja, faz do aparelho institucional do Estado parlamentar um instrumento de formação e de controle da vontade popular no sentido de proteger interesses econômicos. Tal acontece a partir da estrutura formal que assume tal democracia, que serve para mascarar e legitimar a estrutura de poder burguesa.

A parte este detalhe, a interpretação de Coutinho de conceitos presentes nos Cadernos como: a noção de Estado e de guerra de posições, passíveis de serem adaptados a uma proposta de conquista progressiva ou ao contexto da teoria das etapas, podem ser exaustivamente criticadas a partir do próprio material dos Cadernos na Edição Gerratana. Os pontos que levantamos acima são alguns levantados também por Edmundo Fernandes Dias no seu debate com Carlos Nelson Coutinho.

Edmundo Fernandes Dias foi docente universitário e principalmente um militante político e sindical como dirigente do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES-SN) e é desta perspectiva que se dedicou à leitura dos escritos de Antonio

Gramsci. A sua tese de Doutorado, intitulada *Democracia Operária*, posteriormente publicada com o título *Gramsci em Turim: a construção do conceito de hegemonia* foi um dos primeiros trabalhos consistentes sobre os escritos de Gramsci no período de 1913 a 1921, com ênfase no biênio rosso até a fundação do PCI. O caráter revolucionário dos escritos gramscianos é ressaltado em toda a sua força na reflexão sobre os Conselhos de Fábrica, como uma ação permanente de educação política da classe trabalhadora e uma recomendação ao partido para desenvolver um trabalho permanente de análise e de adequação a realidade (DIAS, 1987).

Como dirigente sindical Edmundo Fernandes Dias recorreu às categorias gramscianas para análise da realidade brasileira contestando as leituras reformistas e liberais que se faziam no Brasil. Sua leitura de Gramsci tinha o objetivo claro de avançar na linha de análise conjuntural da realidade brasileira visando uma intervenção política e de formação da classe trabalhadora. Desta perspectiva, foi um dos mais ferrenhos críticos de Carlos Nelson Coutinho, em polemicas acirradas em ocasiões como o Evento que recordamos aqui.

Como intelectual e docente universitário foi autor de uma extensa produção bibliográfica, teórica e política, pela qual se notabilizou pelo rigor de interpretação do pensamento gramsciano e pela crítica à instrumentalização e ao reducionismo de algumas leituras de Gramsci tornando-o a matriz da verdade a referendar (DIAS, 1996). Todos os seus escritos tinham como pressuposto a importância da luta de classes e a perspectiva revolucionária do político sardo.

Dias mostrava a continuidade entre os Conselhos de Fábrica enquanto experiência inédita de construção do Estado operário e os Cadernos do Cárcere, nos quais, na sua leitura, Gramsci “repensa as práticas revolucionárias nos países capitalistas de institucionalidade condensada sob a dominância imperialista”. Entre as duas fases não há ruptura: segue-se a mesma forma de trabalhar os conceitos. “Obviamente atualizam-se as categorias, constroem-se novas. Mas o fio que perpassa toda a obra é o mesmo: a capacidade orgânica das classes trabalhadoras de construir uma nova civiltà” (DIAS, 1996, p. 107).

Retomamos um dos últimos escritos de Edmundo Fernandes Dias que nos foi cedido para publicação com o título: *Notas sobre hegemonia*, que apresenta uma condensação do livro *Revolução Passiva e Modo de Vida* publicado pela Editora Sundermann em 2012. Este artigo se tornou uma publicação póstuma. Entre os conceitos gramscianos que retomou e explicitou nesta abordagem estão: Estado e sociedade civil; hegemonia; guerra de posição; linguagem. Seguindo a senda deste escrito, Dias acentua que as leituras do conceito de sociedade civil em Gramsci (e que foram mais divulgadas no Brasil) a apresentam como “um desdobramento metodológico do Estado”, lida por intelectuais que se dizem marxistas, como “entidade separada da sociedade política e transformada em elemento que permite/facilita a captura liberal da subjetividade antagonista” (DIAS, 2014, p. 20).

Para Dias, esta leitura da “sociedade civil como lugar do consenso e em oposição ao Estado não é apenas não-gramsciana, mas profundamente anti-gramsciana”. Assim temos um conceito “criado por um marxista revolucionário” metamorfoseado “para o amplo dicionário reacionário da política dos organismos internacionais”. Na separação entre sociedade política e sociedade civil não apenas se traduz o sentido de Estado em termos liberais como também se instrumentaliza o significado de consenso, que pode ser entendido como acordo, mas também como “obter o consentimento, isto é, obter a obediência”, o que não se exclui numa sociedade hierárquica e autoritária como a nossa. Tomada de forma naturalizada e neutra, a expressão “sociedade civil” oculta “conteúdos e práticas semanticamente diversos”. Instrumentalizar o pensamento de Gramsci não se apresenta como ação inocente ou ingênua, mas esconde uma intencionalidade: o “erro teórico oculta uma capitulação ideológica” (DIAS, 2014, p. 20-21).

Dias também reflete sobre a linguagem política, que é outro fator de suma importância na luta de classes: é por meio dela que se forma o horizonte ideológico no qual se interage e se forma (ou se anula) a consciência de classe. A “ordem burguesa, pelo efeito ideológico da ideia de ordem, se naturaliza, perde sua historicidade, se eterniza, passando a ser vista como o único cenário possível da vida social”. Este horizonte ideológico nos aprisiona como grilhões invisíveis que não permitem identificar a “questão central: o seu caráter classista” (DIAS, 2014, p. 21).

A este conceito segue-se o de hegemonia, que Dias não cessou de explicitar no curso de sua produção teórica e política, visto a apropriação de sentido no contexto da ideologia burguesa. A hegemonia, para as classes trabalhadoras, define-se não como consenso quantitativo e passivo, mas como construção de sentido comum e coletivo de massa para criar a “inteligibilidade do real” e o reconhecimento do embate de projetos políticos divergentes e conflitantes na sociedade. Não se apresenta, em Gramsci, como uma reforma interna da ordem vigente, mas como a luta por um novo projeto de sociedade (DIAS, 2014, p.22-23).

No magnífico texto *Notas sobre hegemonia*, a crítica ao reformismo que se institui na apropriação liberal do pensamento de Gramsci se expressa, conforme Dias (2014, p. 24 – grifo do autor), nas “políticas públicas, forma pela qual os governos pretendem impor sua visão de mundo, seu projeto de dominação”. Tais políticas “atendem necessidades populares de modo focalizado sem alterar-se as condições reais que as produzem”. Desta forma, “*penetram fundo no solo da afetividade social subalterna*”, consolidando a hegemonia burguesa.

O embate de Dias com Coutinho se concentrava essencialmente sobre esta abordagem reformista na interpretação do pensamento de Gramsci, tanto sobre a apresentação da edição brasileira quanto sobre o conteúdo dos conceitos vistos a partir da separação entre cultura e política, entre política e economia, como pressuposto teórico para a leitura reformista do pensamento do político sardo.

Um fato do cotidiano só expressa seu significado se inserido no contexto: o Evento que reuniu estes três grandes intelectuais e intérpretes de Gramsci foi fundamental para explicitar elementos da recepção do político sardo no Brasil, expondo a importância do trabalho da memória realizado por historiadores na senda do esclarecimento dos condicionamentos sociais e políticos presentes na produção intelectual. A leitura histórica revela posicionamentos políticos no narrar ou omitir certos eventos, mostrando que nenhuma interpretação é neutra ou definitiva e, desta forma, nossa escrita também está exposta.

## REFERÊNCIAS

- BURGIO, Alberto. *Gramsci: il sistema in movimento*. Roma: Derive-Approdi, 2014.
- COUTINHO, Carlos Nelson. A recepção de Gramsci no Brasil. In: COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e Sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990, p. 199-213.
- COUTINHO, Carlos Nelson. As categorias de Gramsci e a realidade brasileira. In: COUTINHO, Carlos Nelson; NOGUEIRA, Marco Aurélio (Org.). *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 103-127.
- COUTINHO, Carlos Nelson. In Brasile. In: HOBSBAWM, Eric. *Gramsci in Europa e in America*. Bari-Roma: Laterza, 1995.
- DIAS, Edmundo Fernandes. *Democracia Operária*. Tese de Doutorado apresentada a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP em novembro de 1984. Editora da UNICAMP, 1987, 2v.
- DIAS, Edmundo Fernandes. Gramsci no Brasil: o rabo do diabo. In: VV.AA. *O Outro Gramsci*. São Paulo: Xamã, 1996, p. 183-191.
- DIAS, Edmundo Fernandes. Sobre a leitura dos textos gramscianos: usos e abusos. In: VV.AA. *O Outro Gramsci*. São Paulo: Xamã, 1996, p. 105-122.
- DIAS, Edmundo Fernandes. Notas sobre hegemonia. In: SCHLESENER, Anita Helena (Org.). *Filosofia, Política e educação: leituras de Antonio Gramsci*. Curitiba: UTP, 2014, pp. 19-34.
- GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del Carcere*. Torino: Einaudi, 1978.
- PORTANTIERO, Juan Carlos. *Los usos de Gramsci*. México: Folios Ediciones, 1981.
- SCHLESENER, Anita Helena. *A recepção de Gramsci no Brasil: a interpretação no contexto do PCB nos anos 60*. Tese de Doutorado defendida em 2001. Disponível em: <https://www.acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/27168/T%20-%20SCHLESENER%2c%20ANITA%20HELENA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- TOGLIATTI, Palmiro. In memoria di Antonio Gramsci. *Crítica Marxista*, n. 6, p. 123-134, 1991.
- TOGLIATTI, Palmiro. Il partito comunista e la scelta della “democrazia progressiva”. In: PRETI, Alberto (Org.). *Itália 1943-1945 - La Resistenza*. Bologna: Zanichelli, 1978, p. 61-74.
- TOGLIATTI COMEMORA GRAMSCI A NAPOLI: Nello spirito di Gramsci sulla via della rinascita. *L'Unità (ed. romana)*, 01.05.1945, fl. 2, Biblioteca Fundação Feltrinelli, Milão.

TOGLIATTI, Palmiro. La rivoluzione democrática. *L'Unità*, 10.06.1945, Ano XXH, n. 54, L.2. Biblioteca Fundação Feltrinelli, Milão.

*Recebido em 13 de janeiro de 2023*

*Aceito em 13 de janeiro de 2023*

*Editado em fevereiro de 2023*



## GRAMSCI NO BRASIL: REVOLUÇÃO PASSIVA E TRADUTIBILIDADE

*Gramsci in Brazil: Passive Revolution and Translation*

*Gramsci in Brasile: rivoluzione passiva e traducibilità*

Marília Gabriella Machado<sup>1</sup>

Marcos Del Roio<sup>2</sup>

### RESUMO:

Este artigo analisa a concepção da categoria revolução passiva, utilizada e desenvolvida por Antonio Gramsci nos Quaderni del Carcere e traduzida para o Brasil, principalmente, pelo intelectual Luiz Werneck Vianna. O principal objetivo é averiguar a utilização em dois textos de Vianna. Para tal abordagem, utiliza-se o método diacrônico e a metodologia da filologia vivente de forma a demonstrar a construção e o desenvolvimento da categoria em consonância com as categorias de jacobinismo e revolução passiva.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gramsci. Luiz Werneck Vianna. Revolução Passiva. Tradutibilidade. Jacobinismo.

### INTRODUÇÃO

Antonio Gramsci é um autor conhecido no Brasil e no mundo. Muitos intelectuais, dentro ou fora dos círculos acadêmicos, utilizam suas categorias e conceitos para empreender uma análise sobre as contradições da América Latina e do Brasil. Na ordem do dia, os debates sobre a formação do Estado brasileiro e de suas instituições, da classe operária e de seu papel revolucionário, da representatividade e legitimidade burguesas vêm à tona.

Gramsci, autor clássico, é um pensador fundamental para responder questionamentos típicos de um período de crise orgânica. A propósito, em toda sua obra é possível observar um projeto orgânico de revolução socialista enquanto saída para os períodos de crise em que a Itália era palco: no pós-guerra, nos anos de guerra de movimento e revolução permanente (1917-1921), e no fascismo. Para compreensão dos três períodos acima é possível assimilar as noções categoriais de crise, revolução passiva e revolução-restauração, de guerra de movimento e guerra de posição, bem como o projeto revolucionário gramsciano para vislumbrar, ainda que de sobrevo, o contexto

<sup>1</sup> Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (FFC/UNESP/Marília). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1690-9983> E-mail: [m.machado@unesp.br](mailto:m.machado@unesp.br)

<sup>2</sup> Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. Professor Titular da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (FFC/UNESP/Marília). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3276-8789> E-mail: [delroio@terra.com.br](mailto:delroio@terra.com.br)

histórico e estrutural que Gramsci analisava. É importante reforçar que, para o autor, a revolução socialista deve ser capaz de culminar na construção de um Estado operário, sendo a única saída para as crises do capitalismo.

No contexto de crise orgânica e de crise da hegemonia liberal, ocasionada pelo pós-guerra na Itália, dois principais projetos eram colocados em prática no campo político da guerra de movimento: o de uma reestruturação do bloco histórico burguês, por meio de uma revolução passiva <sup>3</sup>(vitorioso, que culminou na vitória fascista) ou de uma revolução socialista com ação política jacobina. Operários revolucionários e jovens fascistas se articulavam em diferentes movimentos e partidos para dar cabo a seus projetos sociais. Nesse ínterim, os escritos de Gramsci em jornais, documentos do Partido e em cartas, demonstram um cenário revolucionário, de situação revolucionária em permanência, sem captar o fascismo como um movimento de revolução passiva que se consolidaria em 1926.

Lenin, em 1920, quando a perspectiva do isolamento da revolução na Rússia com a derrota no Ocidente estava já próxima, apontava a necessidade de elementos revestidos de “significação internacional” da revolução <sup>4</sup> para o desenvolvimento das condições revolucionárias objetivas e subjetivas do Oriente e do Ocidente. O principal objetivo era o de “aplicar à Europa Ocidental o que a história e a tática atual do bolchevismo têm de universalmente praticável, significativo e relevante.” (LENIN, 1977, p.27).

No entanto, naquele mesmo ano de 1920, a experiência revolucionária dos Conselhos de Fábrica de Turim já havia sido derrotada. Como saída para a crise e ataque ao movimento operário, a pequena burguesia e a burguesia enxergavam a violência fascista como uma aliada para a reestruturação do poder e domínio hegemônico. Mas, com a fundação do Partido Comunista da Itália (PCd'I), em 1921, Gramsci (1974) ainda notava no movimento da história a revolução em permanência. São inúmeros os artigos entre os anos de 1921-1926 em que Gramsci analisa a derrota do movimento operário italiano, bem como sua perspectiva sobre o fascismo. Mas, será no cárcere que o autor reconhecerá alguns de seus erros de análise e a constituição do fascismo na Itália

<sup>3</sup> Para Frosini, a passividade das massas levou à revolução passiva que esteve relacionada com a desorganização, falta de coordenação e direcionamento, bem com o isolamento dos intelectuais. Esse processo, segundo o autor, ocorreu no terreno da guerra de movimento que envolveu e imobilizou as massas, mas caminhou para a guerra de posição a partir de “uma estratégia de neutralização contínua de suas tentativas de assumir uma posição autônoma sobre o terreno político.” (FROSINI, 2017, p.7).

<sup>4</sup> A revolução demonstrou a significação internacional “do poder soviético e dos fundamentos da teoria e da tática bolcheviques”, por mais que tais questões não tenham sido compreendidas “pelos líderes “revolucionários” da II Internacional, como Kautsky na Alemanha e Otto Bauer e Friedrich Adler na Áustria, que, por isso, se converteram em reacionários, em defensores do pior dos oportunismos e da social-traição.” (LENIN, 1977, p.2).

enquanto um processo de revolução passiva e de revolução-restauração que estava em curso desde 1921.<sup>5</sup>

## II. REVOLUÇÃO PASSIVA E JACOBINISMO

A formação do Estado moderno italiano esteve presente nas reflexões de Gramsci desde sua juventude. Nos escritos sobre a guerra, na formação dos Conselhos de Fábrica em Turim e nos anos do fascismo, anteriores a sua prisão, a temática da organização das classes sociais italianas e do Estado aparecem em Gramsci como parte essencial de seu projeto teórico-político revolucionário. Nas *Teses do III Congresso* (1926) há, com precisão, uma recusa do determinismo mecanicista e do sectarismo presente na antiga direção de Amadeo Bordiga, bem como de intervenção/resistência do *PCd'I* ao fascismo.<sup>6</sup> Será no cárcere, enquanto “um método de resistência à brutalização intelectual, um instrumento de sobrevivência física e política” (FRESU, 2020, p.237)<sup>7</sup> que Gramsci desenvolve textos que apresentam e aprofundam temas anteriormente já percorridos nos escritos jornalísticos e nas cartas.

No *Primo Quaderno* (1920-1930), parágrafo 44: *Direzione politica di classe prima e dopo l'andata al governo*, Gramsci inicia a reflexão sobre o *Risorgimento* para compreender as matrizes do fascismo que poderiam ser encontradas na história nacional italiana, no processo de unificação, na cultura, na Primeira Guerra, e nas fases de transformações do capitalismo. As referências ao *Risorgimento* e a política do transformismo estão interligadas na relação de domínio e direção – hegemonia - das classes presentes na política italiana que eram capazes de absorver “elementos ativos que surgiram das classes aliadas e também dos inimigos.”. Para Gramsci, “pode e deve

<sup>5</sup> Ao mensurar que “haveria uma revolução passiva no fato de que, para a intervenção legislativa do Estado e através da organização corporativa, na estrutura econômica do país, seria introduzida mudanças mais ou menos profundas” (GRAMSCI, Q.10, §09, pp.1.228, 1977), é possível confirmar que essas mudanças acentuaram o elemento capitalista regulando e controlando “a apropriação individual e coletiva do lucro.”. Essa “ideologia serviria como elemento de uma “Guerra de posição” no campo econômico (livre concorrência e livre comércio correspondem levaria à guerra internacional de movimento)”, bem “como a “revolução passiva” está em campo político.”. Pois, “na era atual, a guerra ocorreu politicamente de março de 1917 a março de 1921” – guerra de movimento (manobrada) “e uma guerra de posição cujo representante, além de prático (para a Itália), ideológico, para a Europa, é o fascismo.”. (GRAMSCI, Q.10, §09, pp.1.228, 1977).

<sup>6</sup> O jacobinismo é temática recorrente nos textos de Gramsci desde sua juventude. Com olhar voltado à integralidade de sua obra é possível observar que as reflexões do autor se desenvolvem e que o jacobinismo, o qual era crítico, nos *Quaderni dal Carcere* retornam junto com seu projeto revolucionário.

<sup>7</sup> “Nos *Cadernos*, emerge o rigor político, e ao mesmo tempo, a implacável concretude com que o intelectual sardo esclarece o colapso do sistema liberal na Itália e, com ele, o esmagamento do movimento operário e de seu campo político. Um drama histórico que levou Gramsci a investigar sem indulgência os limites, os erros e as abstrações de toda a frente de oposição a Mussolini.”. (FRESU, 2020, p.238).

ser uma hegemonia política antes mesmo de ir para o Governo”, sendo esse um dos problemas “que possibilitou o *Risorgimento* nas formas e dentro dos limites em que ocorreu uma revolução sem revolução (ou revolução passiva, segundo a expressão de V.Cuoco)”. (GRAMSCI, Q.1, §44, p. 41, 1977).

Em *Saggio Storico sulla Rivoluzione di Napoli* (2004), o intelectual e político Vincenzo Cuoco identifica a “revolução napolitana como uma revolução passiva, isto é, produto da pressão inconsistente das massas napolitanas e do impacto da Revolução Francesa, uma revolução reflexa, portanto.”. (DEL ROIO, 2018, p.243). Nas palavras de Cuoco, para uma revolução passiva é “conveniente que o agente de governo” entenda o ânimo das pessoas e “apresente a elas o que elas querem e o que não saberiam como se apossar.”. (CUOCO, 2006, p.84).<sup>8</sup> Durante a revolução napolitana<sup>9</sup> houve a mobilização das classes em torno do Estado com a influência do elemento externo, mas sem a participação efetiva dos estratos populares. O processo contou com aliança entre as massas rurais, a nobreza conservadora e a plebe urbana. Para Cuoco (2006), o resultado foi a ausência de uma revolução ativa como a especificidade francesa, de forma que o processo ficou confinado entre os intelectuais e não houve ação das camadas populares, tendo se configurado um processo de revolução passiva.

Será primeiramente de Vincenzo Cuoco que Gramsci partirá, com determinada distância, para desenvolver a categoria de revolução passiva, a qual será utilizada para analisar o processo do *Risorgimento* e as formações dos Estados modernos da Europa e da Itália, bem como o fascismo. Ao assimilar a noção de revolução-restauração de Edgar Quinet, a análise de Gramsci terá valor de grande importância interpretativa na história italiana. Assim que as origens e o processo do *Risorgimento* devam ser analisados concomitantemente ao processo histórico “pelo qual o conjunto do sistema europeu se transforma” considerando as relações internacionais e como se desenvolveram as relações internas nacionais, sem estarem descoladas “dos eventos internos da Península e das forças nela sediadas.”. (GRAMSCI, Q.19, §02, 1977, p.1.962).

O *Risorgimento* enquanto revolução sem revolução, revolução passiva, há materialidade na concepção de Gramsci quando interpretado juntamente com a política dos moderados e os limites em que o processo se desenvolveu e foi consolidado, pois

<sup>8</sup>“Desse modo, Cuoco utilizou a referida categoria para analisar o processo revolucionário na singularidade de Nápoles, uma província Italiana. Gramsci, por sua vez, nos trilhos da sugestão de Cuoco, atribui um novo conteúdo a esse conceito e faz uso para às suas reflexões acerca da Itália como um todo. Ao fazer referência a formação do Estado burguês, generaliza o conceito que havia sido utilizado na análise de Nápoles para toda a Itália.”. (SOUZA & GOMES, 2017, p.04).

<sup>9</sup> Para Gramsci, as forças sociais se mostravam “escassíssimas, dispersas, sem nexos entre si e sem capacidade de suscitar laços recíprocos, e isto não só no século XVIII, mas, pode-se dizer, até 1848.”. (GRAMSCI, Q.19, §03, 1977, p.1.969).

“a articulação entre as condições nacionais e a situação internacional europeia”, que revelou “um processo de reação e impulsão das transformações políticas e sociais provocado pela Revolução Francesa” (ALIAGA, 2018, p.02), demonstram a especificidade do *Risorgimento* enquanto revolução passiva, bem como a compilação dos elementos de insuficiência das forças sociais, restando na intelectualidade uma concepção de Estado como “uma coisa em si, como um absoluto racional.” (GRAMSCI, Q.10, §61, 1977, p.1.360).

Gramsci fundamenta sua análise a partir da atuação “coesa” e “tendencialmente unitária” das forças opostas, “especialmente como Igreja”, pois “absorviam a maior parte das capacidades e energias individuais que poderiam constituir um novo pessoal dirigente nacional, dando-lhes uma orientação e uma educação cosmopolita-clerical.” (GRAMSCI, Q.19, §03, p.1.969, 1977). Contudo, a Itália não possuía o elemento jacobino e “a luta se apresentava como luta contra os velhos tratados e a ordem internacional vigente, e contra uma potência estrangeira, a Áustria [...]”. A ação concentrada, concentração orgânica, que os moderados exerciam se exemplificava de maneira espontânea “em toda a massa de intelectuais existentes no país no estado “difuso”, “molecular””, direcionado para certas necessidades de instrução e de administração. (GRAMSCI, Q. 19, pp.2.012-2.030, 1977). Na Itália,

o aspecto “passivo” se referia à forma restritiva da hegemonia que emergiu do *Risorgimento* em virtude da falência do potencial “jacobino” no *Partito d’Azione*, necessário para a elaboração de um programa político capaz de refletir as demandas das massas populares, especialmente as camponesas. (MORTON, 2017, p.173).

O comportamento paternalista do *Partito d’Azione* corroborou para que as grandes massas populares fossem “decapitadas, não absorvidas pelo novo Estado”, ou absorvidas de maneira limitada por meio do transformismo. O jacobinismo<sup>10</sup>, portanto, não assumia seus dois significados de “historicamente caracterizado” e de “partido da Revolução Francesa, que concebia a revolução em um determinado modo, com um determinado programa”, com determinada base social organizada. (GRAMSCI, Q.1, §44, p. 44, 1977).

O processo de revolução burguesa na França já contava com elementos políticos e intelectuais desenvolvidos capazes de ocasionar o nascimento de uma nova sociedade

<sup>10</sup> Segundo Gramsci (Q.19, §24, p.2.032, 1977), a Itália não foi capaz de formar um partido jacobino e “as razões devem ser buscadas no campo econômico, isto é, na relativa fraqueza da burguesia italiana e no clima histórico diferente da Europa após 1815.”. Importante apontar que no Brasil, um país de revolução burguesa por via passiva, direcionada pelo Estado corporativista, também não fora capaz de fundar um partido com ação política jacobina que direcionasse as camadas populares e a burguesia para a formação de um Estado burguês.

e de espalhar seus efeitos para grande parte da Europa. (HOBBSAWM, 2012). No entanto, na Itália, o jacobinismo não se configurava “porque os intelectuais, o grupo político que se pretendia como povo/nação, não conseguiram na prática estabelecer o nexos diretivo e programático, em particular no que se referia à questão agrária.”. (DEL ROIO, 2018, pp.243-244). A questão agrária e a ausência de uma solução acirrou o problema do clericalismo e a falta de atitude antiunitária da Igreja de forma que os moderados, “muito mais ousados do que o Partito d’Azione”, acabaram por exercer importante papel na formação de uma nova camada de grandes e médios proprietários ligados às questões políticas (GRAMSCI, Q. 19, §26, p. 2.040, 1977), mas sem a configuração do elemento jacobino e sem direcionamento do povo/nação, sem constituição do vínculo orgânico, restaurou-se o poder das classes dominantes conforme se desenvolvia uma revolução passiva.

O formato do *Risorgimento* demonstrava “a fragilidade e a situação periférica da dominação burguesa” (DEL ROIO, 2018, p.244) que perduraria durante anos. A categoria de revolução passiva passou a ser parte essencial da obra de Gramsci em torno da categoria de jacobinismo, inclusive para compreensão e análise do próprio autor sobre os acontecimentos do século XX na Itália e em outros países periféricos do Ocidente.

### III. GRAMSCI NO BRASIL: POSSIBILIDADE DE “TRADUÇÃO”

Devido a categoria de revolução passiva passar “por um progressivo processo de adensamento desde as primeiras notas”, “ainda é uma tarefa em aberto” desenvolver essa categoria assinalando a possibilidade da tradutibilidade de categorias desenvolvidas pelo sardo ao fim de “análise histórica e guia de pesquisa para diferentes contextos nacionais.”. (ALIAGA, 2019, p.02).

Gramsci surge como um autor clássico que pode ser traduzido, assim como algumas de suas categorias e conceitos, para outras realidades além da qual se dedicou a entender. É dessa maneira que os *Cadernos do Cárcere* se tornam “uma ferramenta essencial para a leitura dos eventos atuais, constituindo até nossos dias uma bússola útil para a orientação nas contradições da modernidade.”. (FRESU, 2020, p.238). Assinala-se, portanto, a possibilidade de tradução das categorias e conceitos elaborados por Gramsci para determinada realidade histórica ou para analisar questões estruturais do capitalismo em crise.

Contudo, não se trata de simples tarefa por mais que categorias e conceitos, se traduzidos e aprimorados, atinjam “originalmente uma nova concepção de mundo.”. (GRAMSCI, Q.10, §09, p.1.247, 1977). A partir da filosofia da práxis, o desenvolvimento e a superação da categoria de revolução passiva e de revolução-restauração, de Cuoco



e Edgar Quinet, respectivamente, conquistaram em Gramsci uma nova leitura e possibilidade aberta de expandir-se para outras análises sócio-políticas estruturais.

A relação que se estabelece é entre filosofia da práxis e tradutibilidade<sup>11</sup>, pois Gramsci “estende o argumento, crucial para o desenvolvimento criativo do marxismo, da tradutibilidade no campo da filosofia da práxis – com as modificações semânticas, que são sempre necessárias”, tanto de categorias e conceitos originários em outro local. (BOOTHMAN, 2017, p.783).

Pode-se aplicar ao conceito revolução passiva (e pode-se documentar no *Risorgimento* italiano) o critério interpretativo das modificações moleculares, que, na realidade, modificam progressivamente a composição anterior das forças e, portanto, transformam-se em matriz de novas modificações. (GRAMSCI, Q.15, §11, p.1767, 1977).

Ressalta-se a importância do *Risorgimento* dentro do escopo de uma de revolução burguesa, impactado pela Revolução Francesa, “no conjunto heterônimo de manifestações populares, que, mesmo incapazes de uma revolução ao estilo jacobino, pressionaram as classes dominantes, obrigando-as a se reorganizar e a restaurar o seu poder”, mesmo com “concessões” e cooptações dos intelectuais e políticos. (DEL ROIO, 2018, p.246). Na particularidade brasileira do campo teórico, é possível observar que a categoria de revolução passiva ganhou distintas análises e que intelectuais acadêmicos, lideranças sociais e partidárias, têm se colocado no complexo desafio de entender as questões estruturais brasileiras e problemas acirrados pelo capitalismo.

Nota-se a utilização de diversas categorias e conceitos gramscianos, sendo a revolução passiva uma das mais importantes para entender o processo da revolução burguesa no país. A possibilidade de traduzir categorias e conceitos elaborados por Gramsci, para além de seu tempo e de seu determinado contexto histórico, chegou ao Brasil a partir dos anos de 1970. Os escritos do comunista italiano foram recepcionados por intelectuais e acadêmicos de universidades influentes que auxiliaram na divulgação

---

<sup>11</sup> Poderia ser colocada também a questão da ortodoxia relacionada com as noções de tradutibilidade e de filosofia da práxis enquanto filosofia que “contém em si todos os elementos fundamentais para construir uma total e integral concepção de mundo, uma totalidade filosofia e teoria da ciência natural, não apenas, mas também para verificar uma integral organização prática da sociedade, isto é, para tornar-se total, civilização integral.”. (GRAMSCI, Q.11, §12, p.1.434, 1977). Para aprofundamento buscar os textos de Rocco Lacorte.

de sua obra. (SECCO, 2002, p.87). Com o passar dos anos, muitos trabalhos científicos utilizaram Gramsci como arcabouço teórico, categorial, conceitual e metodológico.

As traduções para a língua portuguesa dos Cadernos e das Cartas do Cárcere, e de alguns escritos de sua juventude, auxiliaram e democratizaram a análise gramsciana para o Brasil. Importantes trabalhos foram realizados ao longo dos anos, na particular temática da revolução passiva no país<sup>12</sup>. O decorrer deste texto irá acompanhar alguns dos importantes trabalhos que foram realizados sobre a temática, mas é importante apontar que não se trata de adentrar no debate historiográfico sobre a história do Brasil e as diversas análises que foram realizadas, mas de sobrevoar demonstrar criticamente a utilização da categoria de revolução passiva por Luiz Werneck Vianna na análise da formação social brasileira.

#### IV. LUIZ WERNECK VIANNA E REVOLUÇÃO PASSIVA À BRASILEIRA

Os processos de revolução passiva na Itália e no Brasil, países periféricos, possuem certa semelhança quando compreendidos a partir da ótica gramsciana e do instrumento da tradutibilidade. Alguns elementos podem ser verificados com a forte presença da Igreja Católica na formação da sociedade brasileira e com a formação de intelectuais tradicionais, com desenvolvimento capitalista tardio, um escravismo e feudalismo muito particulares, com o latifúndio e a formação de uma burguesia comprimida pelo imperialismo. Assim como na Itália, não houve a formação de uma vontade coletiva nacional-popular durante a revolução burguesa. Assim que podemos observar que o desenvolvimento da revolução burguesa no Brasil, ocorrido entre fins dos anos 20 e fins dos anos 70 do século XX, ocorreu por meio de uma revolução passiva e de recomposição do bloco de poder das classes dominantes.

O sociólogo Luiz Werneck Vianna, importante estudioso da obra de Gramsci no Brasil, buscou traduzir inúmeras categorias gramscianas para a realidade brasileira, ainda nos anos 1970, durante a ditadura militar (1964-1985) e na clandestinidade.

Vianna possui dois livros nos quais se debruça sobre a realidade brasileira e se apropria do universo categorial gramsciano para fundamentar sua análise. *Liberalismo e sindicato no Brasil* (1976) é composto por seis capítulos que refletem questões voltadas à legislação trabalhista brasileira antes e durante a Era Vargas, o corporativismo, o sindicalismo e a denominada crise de hegemonia, a revolução pelo

<sup>12</sup> No mapa bibliográfico da IGS-Brasil pode ser encontrado 39 resultados de trabalhos publicados no Brasil com a palavra 'revolução passiva', sendo possível considerar o grande interesse de brasileiros pelas reflexões e teoria de Antonio Gramsci. Ver: << <https://igsbrasil.org/mapa-bibliografico-igs-brasil/>>>. Acesso em 29 de janeiro de 2021.



alto, o liberalismo e o fordismo. A proposta de Vianna é a realização de um estudo acerca de temáticas importantes para a classe operária e o sindicato enquanto organismo de representação e de luta, demonstrando a relação do liberalismo com o Estado e do que nomeia como grupos sociais.

O livro de Werneck Vianna possui um capítulo específico, *Revolução “pelo alto” e modernização*, para discutir a revolução burguesa no Brasil. O sociólogo parte do texto *O programa agrário da social-democracia na primeira Revolução Russa de 1905-1907 de Lenin*<sup>13</sup> para fundamentar sua análise sobre as duas possíveis transições do mundo feudal para o capitalismo. O primeiro caminho correspondente “a modernização e o capitalismo [que] transformam a economia feudal” “tendo como agente decisivo a grande propriedade de renda da terra.”. O segundo caminho, ligado ao caso dos Estados Unidos da América, “depende de uma articulação diversa, em que a pequena propriedade camponesa joga um peso considerável” e elimina de forma revolucionária o latifúndio feudal e transita para o capitalismo. (VIANNA, 1976, p.128).

No caso brasileiro, os anos de 1930 aparecem como de grande relevância para Vianna e em sua análise sobre o processo da revolução burguesa no país. Elemento fundamental é a modernização conservadora e a via prussiana, mas não a revolução passiva como formulada por Antonio Gramsci. Segundo o autor, um dos seus objetivos é o de “recuperar conceitualmente o caminho prussiano, expresso também na fórmula de “revolução pelo alto”.”. Como elementos essenciais da revolução burguesa indica o crescimento das principais capitais brasileiras entre os anos de 1920 e 1937, bem como “a mudança de sentido do movimento migratório” que se “constituirá noutro relevante indicador de modernização”, assim como o movimento político-militar “sob liderança de base agrária” e “trata-se de saber se o Estado se comportou ou não como agente ativo do processo de modernização observado”, bem como o corporativismo e sua legislação. (VIANNA, 1976, pp.130-132).

O proletariado e as lideranças fabris, segundo Vianna, não conseguiam consumir uma revolução burguesa e “a política do Estado era obrigada a um esforço contorcionista, tomando a forma de um projeto comunitarista nacional” com a finalidade de “disfarçar a estreiteza dos interesses privados que amparava.”. A

<sup>13</sup> Importante verificar que em fins de 1907 a revolução russa entrava em refluxo. A questão agrária desse período deveria ser pensada por meio de caminhos de desenvolvimento para a agricultura e como base essencial para a revolução burguesa no país. Segundo Lenin (1977, pp.07-09), os anos de 1907-1910, de reação, foi também um momento de tendência para o idealismo filosófico e do “misticismo como disfarce de um estado de espírito contrarrevolucionário.”. À classe revolucionária ficava a tarefa de dirigir a luta política e os partidos revolucionários deveriam completar sua instrução, analisar concretamente a situação, saber “recuar ordenadamente” para compreender “que não se pode triunfar sem saber atacar e empreender a retirada com ordem.”.

burguesia industrial também não teria sido capaz de se apropriar do Estado e “resolver sua realização como classe sob a liderança política de uma outra.”. (VIANNA, 1976, p.135).

Assim como na Itália, um dos problemas da revolução burguesa estaria também na ausência de resolução para a questão agrária. No caso brasileiro “a ausência de um campesinato dinâmico, resultante da sua falta de vínculo com a sociedade mercantil, barraria um processo de transformações agrárias “à americana”.”. Por outro lado, o autor aponta que o latifúndio barrou o processo de transformações no campo sendo isso prejudicial para a configuração de uma ordem liberal. (VIANNA, 1976, p.133).

A revolução burguesa no Brasil aparece no capítulo específico de Vianna enquanto uma “modernização como “revolução pelo alto”,” sem ser realizada pela burguesia industrial e com “os interesses específicos da indústria tenham encontrado apoio e estímulo eficaz na nova configuração estatal”. (VIANNA, 1976, p.135). A denominada revolução pelo alto, para o autor, “consiste numa forma de induzir a modernização econômica através da intervenção política” que implicará

numa “conservação” do sistema político, embora promova rearranjos nos lugares ocupados pelos seus diferentes protagonistas. Num certo sentido, toda revolução “pelo alto” assume a configuração particular de uma revolução “passiva”, como Gramsci descreveu no *Risorgimento*, isto é, de uma revolução sem revolução [...]. (VIANNA, 1976, p.141).

Um dos problemas observados na obra de Vianna é a ausente apropriação da categoria de revolução passiva de Gramsci, o qual, no entanto, se propõe e o faz sem utilização efetiva do instrumento de tradutibilidade. No texto em questão, a privação de teorização sobre revolução passiva e o elemento jacobino também se fazem presentes. O autor centraliza sua tese no desenvolvimento nacional do país sem analisar a relação centro-periferia em que se insere o Brasil, bem como a influência externa para os desdobramentos internos da luta de classes e da revolução burguesa. Indica grande ecletismo teórico em seu texto, com alguma apropriação do conceito de via prussiana, em Lenin, de modernização conservadora em Barrington Moore Jr<sup>14</sup>, de Lukács, de Althusser, de Gramsci e do debate colocado no Brasil a partir de 1960. Por fim, sugere a ocorrência do processo de modernização “pelo alto”, ao que assemelha à modernização

<sup>14</sup> O conceito de modernização conservadora é presente em MOORE JUNIOR, B. **As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno**. São Paulo: Martins Fontes, 1975. O autor cunha o conceito para analisar os processos de revoluções burguesas que ocorreram no Japão e na Alemanha, de maneira a explicar o desenvolvimento do capitalismo por meio de pactos com as elites dominantes e transição para regimes políticos autoritários e totalitários.

conservadora, por meio de uma aliança das elites dominantes com a velha ordem social assumida pelo liberalismo no país.

No livro *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil* (2004)<sup>15</sup>, Vianna demonstra maior apropriação da categoria de revolução passiva, mas aprofunda seus argumentos já trabalhados em *Liberalismo e sindicato no Brasil* (1976) e indica incorporar parcialmente a linha de análise de Florestan Fernandes. Ao fundamentar que a história brasileira ocorreu sem um processo de revoluções, mas com rupturas políticas conscientemente orientadas, retoma o argumento de que no Brasil o avanço do liberalismo se desenvolveu sem romper com a derrubada do antigo regime, estabelecendo, portanto, processos de revoluções passivas.

No conjunto de ensaios (2004), o autor apresenta como tese central uma instrumentalização da categoria gramsciana de revolução passiva para explicar o que denomina de iberismo e americanismo no Brasil, o que significa a caracterização da revolução burguesa no país, enquanto um processo autocrático e de longo tempo, “em que o novo não cancela a antiga ordem social, sendo ao contrário, tributário de elites políticas reformadoras que deflagram um programa de transformações sob a cláusula restritiva do “conservar-mudando”, sendo, portanto uma maneira de atualização e conservação do domínio que já existia no país. (CARVALHO, 2004, p.07).

O conjunto de ensaios de Luiz Werneck Vianna reunidos em *Revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil* (2004) é um marco importante na produção brasileira sobre Gramsci e também no esforço de tradução de Gramsci como instrumento de interpretação da particularidade histórica do Brasil, muito particularmente os dois primeiros ensaios. Mesmo que não fosse completa novidade, esse livro inaugura a reflexão teórica sobre a categoria de revolução passiva e sua aplicabilidade na realidade brasileira, argumento de grande atualidade nos estudos gramscianos no Brasil.

Invertendo a ordem de apresentação no livro vale notar que o segundo ensaio, *O ator e os fatos: revolução passiva e americanismo em Gramsci*, além da excelente análise da obra de Gramsci, traz também como implicação uma orientação política para o “ator” brasileiro. Vianna começa por constatar “a decadência heurística da revolução” e o “esvaziamento da categoria trabalho como variável sociológica e explicativa dos processos sociais” (VIANNA, 2004, p. 29). Nesse cenário a revolução passiva seria a único

---

<sup>15</sup> Indica-se que este texto foi produzido com base nas primeiras e segundas edições dos livros de Vianna. O livro *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil* “obteve o Prêmio Sérgio Buarque de Holanda, conferido pela Fundação Biblioteca Nacional ao melhor ensaio brasileiro publicado naquele ano.”. Maria Alice Rezende de Carvalho, no prefácio do livro, ressalta que muitos dos artigos de Werneck Vianna já circulavam em periódicos científicos do país e que “o livro não teve sua forma questionada, tendo sido recepcionado, justamente, como obra inteira e sólida, contribuição inegável à tradição do ensaísmo nacional.”. (CARVALHO, 2004, p. 7).

processo a ter vigência universal e estaria mesmo procedendo a modernização capitalista e a democratização, com a expansão dos direitos de cidadania.

Muitos à esquerda se submeteram a essa ilusão no decorrer dos anos 1990 e mesmo depois (na época dos governos petistas), que modernização capitalista, ou seja, neoliberal e avanço democrático pudessem ser compatíveis. Vianna lamentava que ainda não houvesse um “ator” capaz de conduzir a revolução passiva com a perspectiva da democracia. A proposição é claramente reformista como se vê.

No decorrer do ensaio, Vianna expõe o pensamento de Gramsci como se tivesse havido uma ruptura entre os escritos pré-carcerários e os cadernos redigidos no cárcere, estes dominados pelo tema da revolução passiva. Na leitura de Vianna, na revolução passiva, os fatos tendem a se sobrepor ao ator, mas, não sempre e nem necessariamente. A virtú cumpre sempre um papel. No caso do Risorgimento italiano, ainda que a revolução passiva fosse inexorável, o Partito d’Azione de Giuseppe Mazzini poderia ter sido um ator que exercesse um papel tal a levar a Itália a uma situação na qual o elemento de modernidade capitalista e liberal contasse mais em relação às forças da conservação. Vianna dá como descontado a inviabilidade da revolução democrática jacobina, quando Gramsci, na verdade, se pergunta do porquê de essa não ter se realizado.

De fato, no decorrer da revolução passiva, quando é inexorável, cabe ao ator conhecer bem a sua circunstância e a partir dela travar a guerra de posições. Vianna vê aqui a possibilidade de se transformar a revolução passiva em direção a uma transformação social mais profunda e “nessa mudança de chave, a possibilidade de tradução do marxismo como uma teoria da transformação sem revolução ‘explosiva’ do tipo francês” (VIANNA, 2004, p. 78). A transformação se daria por meio de mudanças moleculares. É verdade que o mundo burguês se difunde por mudanças moleculares e assim amplia sua hegemonia, mas poderia esse mundo ser destruído apenas por mudanças moleculares produzidas pela força antagônica? É uma tese que carece de ser desenvolvida, mas não encontra respaldo no conjunto da obra gramsciana, assim como não encontra respaldo a ideia de que Gramsci perscrutasse uma democracia liberal burguesa na sequência da derrota do fascismo.

Gramsci entendeu o americanismo-fordismo como uma revolução passiva de largo folego e com grande capacidade expansiva, capaz de bloquear a revolução por algum tempo, mas até que as suas contradições se explicitassem. Desde o movimento dos conselhos de fábrica (1919-1920) Gramsci vislumbrava um americanismo-fordismo reverso. Uma perspectiva aberta para que o homem trabalhador coletivo viesse a se emancipar ao modo de individualidades livres e cooperativas. A leitura de Vianna aponta o americanismo como a possibilidade de uma revolução passiva permanente, portanto,

ainda válida na virada do milênio. Não seria o caso de se perguntar se Vianna não havia incorporado a perspectiva (e as angústias) da tradição liberal-democrática brasileira (HOLLANDA, 1976; FAORO, 1976), que quase sempre teve no americanismo o seu farol, mas que sempre padeceu pela ausência de um ator que guiasse a revolução passiva a esse fim, que transfigurasse a herança ibérica em americanismo.

Na verdade, a avaliação de Vianna é uma variante que defende que o processo de americanização começou em 1930, por iniciativa de uma parcela das oligarquias agrárias de extração territorial iberista e liberal. No ensaio inicial do volume em questão, intitulado “Caninhos e descaminhos da revolução passiva no Brasil”, Vianna alonga o tempo histórico da revolução passiva no Brasil, que teria tido início já no momento da formação do Estado territorial brasileiro. Nesse ponto, incorpora a leitura de Florestan Fernandes sobre a revolução burguesa no Brasil.

Para Vianna, a primeira manifestação da antítese nesse processo de longa duração foi a fundação do Partido Comunista Brasileiro, em 1922. Mas,

Com o movimento político-militar de 1930 a Iberia se reconstrói, sem se desprender, contudo, de suas bases agrárias, de onde, as elites tradicionais extraem recursos políticos e sociais para a sua conversão ao papel de elites modernas, vindo a dirigir o processo de industrialização” (VIANNA, 2004, 18).

Essa Iberia reformada conta com o ator que exerce protagonismo sobre os fatos. Nos anos 50, porém, a força da antítese já é bem maior e a revolução passiva avança por meio de um projeto de desenvolvimento capitalista amparado por uma coalizão nacional-popular, que incorpora “as elites políticas, o sindicalismo, a intelligentsia, e à esquerda, especialmente o PCB” (VIANNA, 2004, p. 19).

De fato, segundo ainda a interpretação de Vianna, com a chamada Declaração de março, de 1958, o PCB se propôs a participar como ator do processo de revolução passiva com a inclusão das demandas da antítese. Assim, o PCB anotava o aspecto positivo do processo de revolução sem revolução. A sua debilidade mostrou-se, no entanto, ao exercitar a sua ação no campo do Estado, entendido como núcleo da organização da vida social, ao invés de reconhecer que era o lugar mais cômodo para as classes dirigentes.

O golpe de Estado de 1964 teria sido o fim da revolução passiva por conta do programa liberal do início da ditadura militar. Parecia ser o acerto de contas com o iberismo e a implantação de uma americanização “por cima”. Na concepção de Gramsci, vale sempre lembrar, a americanização “por cima” foi o intento do fascismo. Essa possível ruptura no seio das classes dirigentes assistiu outra paralela no campo das esquerdas: uma parte significativa das esquerdas passou a apregoar a ruptura

revolucionária em clara oposição a revolução passiva. Intelectuais paulistas estabelecidos na USP, como Florestan Fernandes, Octávio Ianni e Francisco Weffort, ofereceram o arcabouço teórico para essa mudança de rumo. A questão nacional deixou de ser a prioridade e a questão da contraposição de classes passou a ser o foco. A explicação pode ser encontrada, segundo assevera Vianna, na circunstância do estado de São Paulo, onde a questão do mercado, dos interesses, de um capitalismo mais avançado e americanizado era muito presente.

No entanto, essa perspectiva foi derrotada ao se observar o conjunto do País. Foram as “rupturas moleculares” que abriram caminho para a transição democrática. O tema que passa a predominar é o da democracia política, a qual logo se acopla a questão da democratização social. A revolução passiva retoma o seu rumo em busca da americanização, da normalização da ordem burguesa (com a colaboração de um PCB em crise profunda). A questão passa a ser da modernização do capitalismo e da generalização do estatuto da cidadania: “o ‘fermento’ é a democracia [...]” (VIANNA, 2004, p. 23). Às classes dirigentes cabem interromper o nexo entre o político, o social e a cidadania ampliada para conceber seu Estado. Vianna observa com simpatia o embate do MST pela conquista da terra, um elemento do social que trava também uma luta política. A constituição de uma camada de pequenos proprietários significaria um passo ainda na perspectiva da americanização. Contudo, os fatos ainda estariam à procura de um ator (e esse não parecia ser o PT).

Toda essa concepção estratégica de condicionar e orientar a revolução passiva, a fim de provocar mudanças moleculares, é intrinsecamente reformista. Nota-se em toda essa argumentação a ausência da categoria teórica, nuclear no pensamento de Gramsci, de hegemonia. Percebe-se ainda que esse argumento só faz sentido se for convincente (o que não é) a ideia de que Gramsci acataria a perspectiva de uma democracia burguesa liberal na sucessão do fascismo.

Passados 25 anos do lançamento do livro, podemos perceber que o relativo otimismo de Vianna não se consubstanciou: a democracia política e social não avançou, muito ao contrário e a “modernização capitalista” tem sido a implantação do desastroso projeto neoliberal de Estado e de economia. Teria faltado um ator para colocar em prática uma revolução passiva progressiva. Mas talvez a questão seja outra; teria mesmo a revolução passiva se universalizado depois dos anos 80 do século XX ou ao contrário, essa só é possível de modo excepcional?

Vianna (2004) entende que a revolução passiva no Brasil foi um processo de longo prazo e que a Independência já se inaugurava como uma revolução sem revolução. Para fundamentar sua tese demonstra sua compreensão de Gramsci ao passo que correlaciona os Estados de formação capitalista retardatários com a América Ibérica



de maneira análoga. Para tal desafio, reflete acerca da ruptura com o pacto colonial como sendo uma iniciativa direcionada pelo príncipe da Coroa Portuguesa e não como um movimento nacional. Ainda assim, observa que no Brasil é conservada a ideia de revoluções e “se fala em Revolução da Independência, Revolução de 1930, Revolução de 1964”, mas que tais acontecimentos não se configuraram de fato como revolucionários, mas como processos de conservações do velho e evita a revolução. (VIANNA, 2004, p.43).

Para Vianna, um dos pontos essenciais é compreender o liberalismo brasileiro enquanto doutrina influenciada diretamente pelo ideário francês revolucionário que chegara ao país e influenciara a organização das instituições políticas, mas não na formação de um movimento de ação política transformadora jacobina ou a criação de um Estado-nação. É nesse sentido que mesmo se as ideias revolucionárias chegassem ao país, o Estado que se formava, inspirado no liberalismo, “nascia sem uma economia que se apresentasse em homologia a ele.”. (VIANNA, 2004, p.45). Complementa que havia um “fermento revolucionário na sociedade civil que induzia a rupturas moleculares na ordem senhorial-escravocrata”, mas que esse

não poderia comportar-se como princípio de sua organização, sem acarretar, com isso, o desmonte da estrutura econômica, fundada no trabalho escravo e no exclusivo agrário e que assegurava ao Estado uma forma de inscrição no mercado mundial e presença internacional. (VIANNA, 2004, p.45).

A presença do mercado internacional e a influência norte-americana no país servia como exemplo para as burguesias brasileiras e italianas que, similarmente, sofriam com débil hegemonia, pois, historicamente, não foram capazes de realizarem uma revolução burguesa de ação política jacobina, atrapalhando inclusive no desenvolvimento enquanto burguesias nacionais. O período de desenvolvimento chegou com grande esperança na superação de inúmeros problemas e desigualdades, no entanto, englobava a sociedade brasileira como uma só classe, sem a presença de um proletariado forte e organizado. (SODRÉ, 1990). Tratou-se de um processo dirigido e orientado, não planejado, no período Vargas, pois “a penetração imperialista na produção industrial e no mercado interno do Brasil aguçaria a contradição da burguesia nacional com o imperialismo e com o latifúndio feudal voltado para a exportação” em que a burguesia competiria “com o imperialismo pelo mercado interno e ambas essas forças poderiam se voltar contra o latifúndio improdutivo, já que ambos teriam interesse na expansão do mercado.”. (DEL ROIO, 2016, p.95).

Ao instrumentalizar a categoria de revolução passiva fundamentado principalmente nas relações e no desenvolvimento nacional do Brasil, Vianna não

analisa a relação centro-periferia em que o país esteve/está inserido. No caso brasileiro, “o impacto externo que agiu fortemente sobre as forças sociais internas sem dúvida foi o imperialismo dos Estados Unidos, ou, ainda melhor, o americanismo-fordismo”, que também é tratado por Gramsci como revolução passiva. (DEL ROIO, 2018, pp.246-247).

Por fim, o processo que se desenvolvera no país, carecia de participação ativa da classe operária e camponesa. Mas, possuía no Estado o impulsionamento da industrialização, sendo que a “burguesia aceitou o novo Estado que se formava, dado que este defendia os seus interesses frente à forte presença imperialista, mas também diante da pressão das classes subalternas.”. (DEL ROIO, 2018, pp.246-247). Dessa forma, é possível analisar a revolução passiva no Brasil de maneira semelhante ao que ocorreu no *Risorgimento*, tendo como principal agente o Estado, o exército e a recomposição do bloco histórico de poder, de maneira que não foi realizada uma revolução radical jacobina, sem a criação de uma vontade nacional-popular e sem uma burguesia organizada que efetivamente rompesse com o velho.

## V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de analisar a categoria de revolução passiva desenvolvida por Gramsci e utilizada pelo sociólogo brasileiro Luiz Werneck Vianna, este texto buscou contextualizar primeiramente a categoria para Gramsci, assim como o jacobinismo e a tradutibilidade, instrumento que possibilita a análise para além da Itália e do período localizado nas reflexões de Gramsci, o tornando um clássico da Ciência Política.

No Brasil, assim como no mundo inteiro, Gramsci foi e tem sido atualmente um dos pensadores italianos mais estudados, assim como Maquiavel. Alguma das diversas análises da obra desse autor, no entanto, colocou sua teoria política no campo do liberalismo. A pretendida tradução de revolução passiva de Gramsci para o Brasil, realizada por Luiz Werneck Vianna, inaugura a instrumentalização dessa categoria, no entanto, as diversas matrizes teórico-filosóficas do autor compõem a teoria gramsciana, a partir dos anos 1990, para o campo do liberalismo – o qual esse nunca pertenceu.

À guisa de conclusão, a questão da filosofia da práxis e da tradutibilidade de Gramsci para o Brasil, não mais apenas da categoria de revolução passiva, mas de seu projeto teórico-político revolucionário é elemento fundamental para a interpretação da luta de classes e desenvolvimento de um projeto alternativo de sociedade. A revolução passiva no Brasil acirrou algumas das contradições estruturais do país: a acumulação de terra, atingindo ainda hoje o problema da questão agrária; o marcante problema de classes, com a denominada desigualdade social, entre as problemáticas relacionadas à lógica das relações entre capital e trabalho.



Na ordem do dia deve estar o debate e a articulação prática da classe trabalhadora, de Partidos e organizações sociais na perspectiva de transformação do Estado e de tais contradições já apontadas. Gramsci, um intérprete e revolucionário do século XX, continua sendo base teórica fundamental para a operacionalização das devidas transformações necessárias no Brasil e no mundo.

## REFERÊNCIAS

[ALIAGA, Luciana](#). **A recepção do conceito de revolução passiva no Brasil**. In: IX Colóquio Internacional Marx & Engels, 2018, Campinas. Anais do IX Colóquio Internacional Marx e Engels. Campinas, 2018.

[ALIAGA, Luciana](#). **Revolução Passiva: Conceito, Tradução e Apropriação no Brasil**. In: X Congresso Latino-americano de Ciência Política (ALACIP), 2019.

CARVALHO, Maria A. R. “Prefácio”. In VIANNA, L. W. **A revolução passiva: Iberismo e americanismo no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

CUOCO, Vincenzo. **Saggio Storico sulla Rivoluzione di Napoli**. Milano: Libri, 2004.

DEL ROIO, Marcos. **Gramsci e a emancipação do subalterno**. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

FAORO, R. **Os donos do poder**. 2v. Poá: Globo, 1976.

FROSINI, Fabio. **Rivoluzione passiva e laboratorio politico: appunti sull’analisi del fascismo nei <<Quaderni del carcere>> di Antonio Gramsci**. In: Studi Storici Rivista, 2017.

GRAMSCI, A. **Quaderni del Carcere. Edizione Critica dell’Istituto Gramsci**. A cura di Valentino Gerratana. Roma: IGS, 1977.

HOLLANDA, S. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

LENIN, V. **La enfermedad infantil del “izquierdismo” en el comunismo**. In: Obras Escogidas en Doce Tomos. Tomo XI. Editorial Progreso: Moscou, 1977.

MORTON, Adam David. **Gramsci em Movimento: a espacialidade da revolução passiva**. In: DEL ROIO, Marcos. (org.). Gramsci: periferia e subalternidade. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

[SECCO, L.](#) **Gramsci e o Brasil: recepção e difusão de suas idéias**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2002. 119p.

FRESU, Gianni. **Antonio Gramsci, o homem filósofo**. São Paulo: Boitempo, 2020.

SODRÉ, N.W. **Capitalismo e Revolução Burguesa no Brasil**. Oficina de Livros. Belo Horizonte, 1990.

VIANNA, Luiz Jorge Werneck. **A Revolução Passiva: Iberismo e Americanismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

VIANNA, Luiz Jorge Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

*Recebido em 30 de outubro de 2021*

*Aceito em 13 de janeiro de 2023*

*Editado em fevereiro de 2023*

## GRAMSCI NO MST: A TEORIA EM MOVIMENTO

GRAMSCI IN THE MST: THE THEORY IN MOVEMENT

GRAMSCI EN EL MST: LA TEORÍA EN MOVIMIENTO

Luciana Aliaga<sup>1</sup>

### Resumo

Este artigo pretende demonstrar que a organização política do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ao final de sua segunda década de existência, assentava-se em concepções, estruturas e procedimentos que podem ser entendidos como uma tradução do pensamento gramsciano no âmbito da prática. Para atingir nosso objetivo, iniciaremos com uma breve reflexão sobre o contexto imediatamente anterior ao nascimento do movimento, no qual a difusão do pensamento de Gramsci na América Latina passou por uma notável expansão e, conseqüentemente, apropriação tanto nos ambientes acadêmicos quanto políticos no Brasil. Nesse contexto, destaca-se o papel desempenhado pelas Comunidades Eclesiais de Base e pela Teologia da Libertação como difusoras de um conjunto de preceitos teóricos e políticos marxistas, contribuindo para a apropriação prática de Gramsci pelo MST. Para tratamento do nosso objeto principal analisaremos a prática da “mística” e a estrutura organizativa e formativa do MST.

**Palavras-chave:** Antonio Gramsci; MST; Teologia da Libertação; Partido Político; Educação.

### Abstract

This article intends to demonstrate that the political organization of the *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* (MST), at the end of its second decade of existence, was based on conceptions, structures and procedures that can be conceived as a translation of gramscian thought within the scope of practice. To achieve our objective, we will begin with a brief reflection on the context immediately prior to the birth of the movement, in which the diffusion of Gramsci's thought in Latin America underwent a remarkable expansion and, consequently, appropriation in both academic and political environments in Brazil. In this context, the role played by *Comunidades Eclesiais de Base* and *Teologia da Libertação* stands out as disseminators of a set of theoretical and political marxist precepts, contributing to the practical appropriation of Gramsci by the MST. To address our main object, we will analyze the practice of the “mystic” and the organizational and formative structure of the MST.

**Keywords:** Antonio Gramsci; MST; *Teologia da Libertação*; Political Party; Education.

### Resumen

Este artículo pretende demostrar que la organización política del *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* (MST), al final de su segunda década de existencia, se basó en concepciones, estructuras y procedimientos que pueden concebirse como una traducción del pensamiento gramsciano en el ámbito de practica Para lograr nuestro objetivo, comenzaremos con una breve reflexión sobre el contexto inmediatamente anterior al nacimiento del movimiento, en el que la difusión del pensamiento de Gramsci en América Latina experimentó una notable expansión y, conseqüentemente, apropiación tanto en los ámbitos académicos como políticos en Brasil. En este contexto, se destaca el papel jugado por las

<sup>1</sup> Professora Depto. Ciências Sociais e do Programa de pós-graduação em Ciência Política e Relações Internacionais - PPGCPRI (UFPB). Coordenadora do grupo de pesquisa Materialismo e Modernidade (UFPB/CNPq). Secretária da *Internacional Gramsci Society-Brasil* (2019-2022). ORCID 0000-0001-7842-715X. [lualiagaa@gmail.com](mailto:lualiagaa@gmail.com)

*Comunidades Eclesiais de Base* y la Teología de la Liberación como difusoras de un conjunto de preceptos marxistas teóricos y políticos, contribuyendo a la apropiación práctica de Gramsci por parte del MST. Para abordar nuestro objeto principal, analizaremos la práctica de la “mística” y la estructura organizativa y formativa del MST.

**Palabras clave:** Antonio Gramsci; MST; Teología de la Liberación; Partido Político; Educación.

## Introdução

Sustentamos neste artigo a hipótese de que a organização política do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ao final de sua segunda década de existência, 1990, assentava-se em concepções, estruturas e procedimentos que podem ser entendidos como uma tradução do pensamento gramsciano no âmbito da prática. Publicações recentes têm mostrado claramente que nas últimas décadas o autor passou a constituir uma das mais importantes fontes teóricas do MST. O *Dicionário da Educação do Campo*, por exemplo, publicado em 2012 pela editora parceira do movimento, a Expressão popular, fundamenta-se largamente sobre o pensamento de Gramsci, utilizando-o como referência para discussão de temas centrais da obra como: Estado, educação, pedagogia, escola, hegemonia, intelectuais e vontade coletiva, entre outros (cf. CALDART, 2012). Ao mesmo tempo, pesquisas empíricas têm demonstrado a apropriação de Gramsci pelo MST nas elaborações intelectuais de seus dirigentes e militantes, manifestas em seus discursos e nos materiais impressos do movimento (cf. ROBERTS, 2018).

Nosso objetivo, no entanto, não consiste na investigação da recepção de Gramsci pelo MST ou de sua apropriação intelectual e usos pelo Movimento. Diversamente, dedicaremos nossa atenção à expressão concreta na organização política do Movimento de alguns dos principais fundamentos do pensamento de Gramsci relativos à organização das classes subalternas. Nesse sentido, o movimento sem-terra torna-se um campo de prova essencial para as ideias gramscianas, isto é, um laboratório no qual elementos teóricos gramscianos encontram-se com os entraves e com as potencialidades da realidade brasileira. Destarte, por diferentes vias, em especial por meio da difusão do pensamento de Gramsci na cultura política latino-americana nos anos 1970 e 1980, assim como pela via da apropriação prática do marxismo pela Teologia da Libertação (TdL) e sua difusão

entre os sem-terra, Gramsci chegou ao MST de forma heterodoxa e pragmática em seus anos de formação.

Desse modo, nas duas primeiras décadas de existência do Movimento, a apropriação de Gramsci ocorreu no interior de um esforço teórico e político para construção de uma estrutura organizativa capaz de dar estabilidade e durabilidade ao Movimento, além de tornar possível ações coordenadas em nível nacional. Assim, não por acaso, a educação e a formação política, bem como as instâncias organizativas e a prática da “mística” revelam uma notável similitude com o pensamento gramsciano, ou melhor dizendo, elas traduzem para a realidade concreta alguns dos elementos mais fundamentais da teoria de Gramsci, em especial aqueles referentes ao “moderno príncipe”, ou seja, ao partido político das classes subalternas.

Para atingir nosso objetivo iniciaremos com uma breve reflexão sobre o contexto histórico imediatamente anterior à formação do MST, levando em consideração que esse período abrangeu um momento importante de expansão da difusão do pensamento de Gramsci na América Latina e, conseqüentemente, de sua apropriação tanto nos ambientes acadêmicos quanto políticos no Brasil. Consideramos também o importante papel desempenhado pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e pela TdL como difusoras de um conjunto de preceitos teóricos e políticos, de cujo cerne participavam diferentes autores marxistas e não marxistas.

O período estudado abrange desde os primeiros anos de formação do MST até o momento em que as direções estaduais e nacionais se apresentavam quase totalmente compostas por militantes seculares, autonomizando-se, portanto, das direções eclesiais que dirigiram o movimento nos seus primeiros anos de existência. Nosso recorte temporal está compreendido, portanto, entre as décadas 1980 e 1990. A partir disso, procuraremos mostrar como a apropriação do pensamento gramsciano pelo MST ocorreu de forma heterodoxa e pragmática, isto é, assimilando diversas fontes marxistas e não marxistas com vistas à efetividade da ação. Para consecução da pesquisa que apoia a presente exposição utilizamos principalmente documentos internos do MST (resoluções de congressos, cartilhas e orientações), entrevistas próprias e aquelas dadas pelos

dirigentes em órgãos da imprensa nacional, artigos publicados pelo movimento na mídia impressa e eletrônica, além de pesquisa bibliográfica e observação participante.

Iniciaremos, portanto, com a exposição de um breve panorama da organização no campo nas décadas de 1960 e 1970, trazendo a lume a importância que o progressivo posicionamento crítico de grupos pertencentes a Igreja Católica assumiu nos anos da ditadura militar, especialmente após o surgimento da TdL e das CEBs. Em seguida dedicaremos algumas linhas para tratar resumidamente da difusão de Gramsci no Brasil entre as décadas de 1960 e 1980. Nosso intuito consiste em mostrar como a apropriação de Gramsci pela TdL, e posteriormente pelo MST, pode ser melhor compreendida se lida no interior de um movimento mais amplo de difusão do pensamento do autor na América Latina. Por último analisaremos os elementos da organização do MST que podem ser considerados uma tradução do pensamento gramsciano, a saber: a “mística”, e a estrutura organizativa e formativa.

## 1. A organização da luta pela terra

A partir da década de 1950, com a mecanização do campo e a expulsão de maciços contingentes humanos das terras onde produziam e viviam, as mudanças na estrutura agrária brasileira se aceleraram, os conflitos se acirraram e surgiram novas forças de resistência no campo. Entre os grupos que concorriam à época pela direção da organização dos trabalhadores rurais destacavam-se: as Ligas Camponesas, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e os grupos católicos. A disputa pela direção sindical rural se dava principalmente entre o PCB, a Igreja Católica e a Ação Popular (AP), que se empenhavam na fundação do maior número possível de sindicatos e federações oficiais no campo (cf. COLETTI, 2005).

A Ação Popular (AP) surgiu de setores leigos da igreja no campo e assumiu posições radicais de apoio à luta dos trabalhadores rurais. Sua atuação se dava principalmente por meio do Movimento Educação de Base e pela criação de sindicatos de trabalhadores agrícolas (cf. COLETTI, 2005). Em oposição a AP, a Igreja Católica atuava de forma extremamente reacionária. A primeira pastoral do campo, criada em 1950

em Campanha (MG), nasceu numa reunião de fazendeiros, padres e professores rurais. Sua principal preocupação era a possibilidade da perda dos trabalhadores rurais para os demais movimentos sociais e partidos políticos, assim como tinha ocorrido com os operários. “A questão era desproletarizar os operários do campo, evitar o êxodo que levava os trabalhadores para a cidade e os tornava vulneráveis à agitação e ao aliciamento dos comunistas” (MARTINS, 1995, p. 88).

O PCB, por outro lado, assumiu protagonismo como importante força hegemônica sobre a direção da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) fundada em 1954 (cf. CUNHA, 2007)<sup>2</sup>. O partido possuía – ao lado da AP – forte influência na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) (COLETTI, 2005); além de sua atuação na fundação das Ligas Camponesas em 1945 (cf. FERNANDES, 2000, p. 33). Entretanto, as profundas divergências em torno da revolução socialista almejada pelas Ligas Camponesas – consideradas sectárias e ultraesquerdistas pelo PCB (cf. DIAS 1996; BORGES, 1996) e diametralmente opostas à orientação da Igreja Católica, que, como dissemos, nos anos de 1950 e início dos anos 1960 era fortemente marcada por posições conservadoras, relegaram as Ligas ao isolamento político.

Por outro lado, a perda da “centralidade operário-camponesa” na política do PCB (e a conseqüente diminuição da presença do partido no campo)<sup>3</sup> somada ao isolamento das Ligas e ao enfraquecimento da AP com a repressão política, tornou possível à Igreja – que inicialmente não sofreu perseguição pela ditadura – consolidar sua presença na organização dos trabalhadores rurais. Sua atuação, no entanto, comportou uma importante inflexão, especialmente com a instalação da ditadura militar e o acirramento da violência no campo, forçando um posicionamento mais contestatório da Igreja. O deslocamento em

<sup>2</sup> Segundo Cunha (2007, p. 81) a “linha programática da entidade propunha a reforma agrária como uma das reivindicações centrais e a proibição de todas as formas de exploração semifeudal, como a ‘meia, a ‘terça’ e outras formas de parceria”. Esta linha política harmoniza-se com o posicionamento pecebista no que se refere a sua luta antifeudal (cf. SANTOS, 1996a, p. 13). Para tratamento mais detido do assunto consultar CUNHA (2004).

<sup>3</sup> Cunha (2007, p. 38) sublinha que o equívoco maior na teoria revolucionária do PCB foi a generalização do contexto revolucionário russo do começo do século XX e da III Internacional Comunista para a realidade brasileira, redundando na política orientada pela “revolução democrático-burguesa e antifeudal”. Para Del Roio (*apud* CUNHA, 2007) esta política se “refletiu decisivamente na inviabilização de uma alternativa nacional-popular”.



direção a uma política mais crítica se iniciou em princípios da década de 1960 e se aprofundou nos anos posteriores, com a promoção de importantes discussões acerca do papel social da Igreja. O Concílio Vaticano II (1961) e as Conferências Episcopais de Medellín, Colômbia (1968) e Puebla, México (1979) lançaram as bases do que viria a constituir a TdL (cf. CATÃO, 1985). Os adeptos dessa corrente teológica, a despeito de constituírem uma minoria, assumiram publicamente a posição política de denúncia e de contestação social, dando um rumo diferente daquele que vinha sendo adotado até então para a atuação da Igreja entre a população mais pobre na América Latina.

Nesse contexto começaram a surgir as CEBs, que se organizavam em torno das paróquias (urbanas) ou das capelas (rurais), por iniciativa de leigos, padres ou bispos. Seu caráter popular era atribuído pela participação massiva de leigos, que faziam o trabalho com a comunidade através de visitas, organização de reuniões e participação nas celebrações. Segundo Frei Betto (1981), as comunidades eram chamadas “de base” justamente por estarem integradas às classes populares, compreendendo donas-de-casa, operários, subempregados, aposentados, jovens e empregados dos setores de serviços, na periferia urbana; na zona rural: assalariados agrícolas, posseiros, pequenos proprietários, arrendatários, peões e seus familiares. Essa constituição popular das CEBs as habilitou a exercer um importante papel na organização dos movimentos populares no campo, trabalhando ativamente nos anos finais da ditadura militar, de modo que entre o final da década de 1970 e início de 1980, quando intensificaram-se as ocupações de terra pelo país e surgiram inúmeros movimentos sociais no campo, a maioria contava com o apoio da Igreja Católica (cf. ADRIANCE, 1996, FERNANDES, 1996).

Em grande medida isso ocorreu porque após 1964, quando se iniciou a ditadura militar e os partidos e movimentos sociais foram duramente reprimidos, as CEBs foram preservadas, visto que pareceram inofensivas à ordem estabelecida. Elas se tornaram, assim, um dos poucos espaços de discussão política existentes durante os anos mais fechados do regime militar. As comunidades de base, portanto, cumpriram o papel de fomentadoras do debate político durante a ditadura, desempenhando papel fundamental na formação intelectual e política de quadros que posteriormente se integrariam aos partidos, sindicatos e demais organizações da sociedade civil no cenário nacional.

## 2. Teologia da Libertação: marxismo, religião e efetividade

A TdL foi um dos importantes instrumentos de formação intelectual nas CEBs. Fenômeno específico da América Latina, ela se constituiu como corrente minoritária da Igreja Católica e de setores de algumas igrejas protestantes, em especial da Igreja Evangélica de Confissão Luterana. Sua principal particularidade consistia na utilização de um instrumental marxista para leitura da realidade social aliada a uma religiosidade libertária. De fato, o marxismo foi uma das principais razões pelas quais, desde seu surgimento, a TdL encontrou oposição das alas mais conservadoras dentro das igrejas católicas, além, é claro, das incômodas relações mantidas com Cuba e União Soviética (cf. BOFF, 1989).

Para Clodovis Boff (1980), o marxismo geraria uma prática histórica efetivamente engajada e consciente e, por isso mesmo, dotada daquilo que a religião procura: a eficácia. Além disso, a TdL valorizava o conhecimento científico da sociedade como instrumento fundamental para a prática, por essa razão os clássicos da sociologia, em especial E. Durkheim, K. Marx e M. Weber eram objeto de interesse e estudo (cf. MUELLER, 1996; BOFF, 1989). A influência da TdL na organização política no campo foi maior entre 1960 e 1980, contudo, o acúmulo de conhecimento e um volume expressivo de publicações datam dos anos 1980 e 1990. Nesse período a bibliografia produzida pela TdL apoiava-se igualmente em fontes teológicas, documentos eclesiais e no texto bíblico, tanto quanto em produções nas áreas de filosofia, história e sociologia, perpassadas por autores marxistas, entre os quais se encontrava Antonio Gramsci (cf. MUELLER, 1996). Em *Teologia da Libertação e Marxismo*, Enio Mueller constrói um excelente panorama das conexões entre esses dois campos da práxis. Apoiando-se no trabalho de Enrique Dussel, Mueller esclarece quais autores marxistas foram apropriados de modo mais significativo pela TdL: K. Marx, Che Guevara, A. Gramsci, Escola de Frankfurt, G. Lukács, Ernst Bloch, L. Althusser, Fidel Castro, J. C. Mariátegui e Sanches Vásquez (cf. MUELLER, 1996, p. 138).

A apropriação desse conjunto de autores marxistas pela TdL com vistas à efetividade da ação e, portanto, cujo interesse principal consistia especialmente na prática concreta, favoreceu a difusão do pensamento de Gramsci no MST já em seu nascedouro como um importante fundamento para a organização. A TdL influenciou na formação teórico-política do MST por diferentes vias: por meio do contato com os padres da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que eram adeptos da TdL e organizaram o Movimento em seus anos de formação; por meio da relação pessoal com agentes pastorais e nos cursos ministrados pelas CEBs; e ainda por meio da “mística”, elemento fortemente presente no MST ainda hoje (cf. ALIAGA, 2008).

A mística pode ser definida como uma tradução em linguagem simbólica e afetiva da identidade do Movimento concebida pela direção, e é também uma forma de comunicar suas concepções políticas à base, dito de outro modo, a mística é uma forma pedagógica de traduzir a ideologia através de linguagem simbólica, de fácil acesso às camadas laicas e aos estratos populares. É justamente essa “nova roupagem” de uma mensagem que se relaciona intimamente aos conflitos mais imediatos dos sem-terra, que se refere à própria condição de expropriados, ou de pobres conforme a TdL, que foi capaz de revigorar, prover solidariedade e fé na conquista dos ideais, mudando a chave da religião conservadora para a emancipadora. Voltaremos a esse tema adiante.

### **3. Gramsci no Brasil: difusão nas universidades, partidos e movimentos**

Nos mesmos anos em que a TdL se difundia entre os movimentos sociais no campo, as obras de Gramsci começaram a ser editadas no Brasil (a partir de 1966). Essa recepção ocorreu por meio das traduções organizadas pelo PCB e publicadas pela Editora Civilização Brasileira. Num primeiro momento, no entanto, a circulação das obras foi dificultada pela ditadura militar, de modo que somente a partir da metade dos anos 1970, com o surgimento de novos atores no movimento de resistência, o pensamento gramsciano pode circular entre as diferentes organizações da sociedade civil (cf. COUTINHO, 2007).

De acordo com Lincoln Secco, até 1975 foram registrados 16 ensaios/ artigos sobre Gramsci no Brasil, publicados no eixo São Paulo - Rio de Janeiro. No período entre 1975 e 1984, por outro lado, registrou-se mais de 200 títulos, expandindo-se da região Sudeste, para região Sul e para o Nordeste (cf. SECCO, 2002). De fato, a partir de 1975, Gramsci aumentou sua esfera de influência também nas universidades, tornando-se um dos autores estrangeiros mais lidos e discutidos no Brasil, não apenas por marxistas. Nesse período, nas Ciências Sociais encontravam-se pesquisas universitárias sob a influência de categorias ou de problemáticas gramscianas, tanto na Antropologia, quanto na Sociologia e na Ciência política (cf. COUTINHO, 1990; 2007).

Essa difusão se adensou após 1980, quando os intelectuais egressos do PCB passaram a integrar diferentes partidos e movimentos sociais, entre os quais estão o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), do Partido Popular Socialista (PPS) e do Partido Democrático Trabalhista (PDT), que então passaram a utilizar de diferentes formas o pensamento do autor, quase sempre adequando-o aos seus objetivos políticos mais imediatos (cf. SECCO, 2002; COUTINHO 2007).

Não obstante, nesse período o “conhecimento da obra de Gramsci progrediu de maneira constante e significativa entre os intelectuais e cientistas sociais” na América Latina (ARICÓ,1988, p. 83). Desse modo, os conceitos próprios de elaboração gramsciana, “inclusive aqueles mais complexos e específicos como bloco histórico, revolução passiva, guerra de posição e guerra de movimento, reforma intelectual e moral, etc.” se transformaram numa “espécie de senso comum não só do discurso mais estritamente intelectual, mas também do discurso político da esquerda – e não só desta” (idem), conformando um novo “léxico” político que passou a circular intensamente entre as organizações de esquerda na América Latina, especialmente no Brasil e na Argentina, os primeiros a traduzir as obras de Gramsci no continente. Evidentemente esse senso comum gramsciano traduzia-se também em práticas concretas, ainda que de forma mediada pelos diferentes objetivos de cada organização e de modo combinado com outras concepções marxistas e não marxistas. Como procuraremos demonstrar, o processo de

apropriação prática do senso comum gramsciano mostra-se presente no MST nos anos de sua formação.

#### 4. Gramsci no MST: a teoria em movimento

A formação oficial do MST aconteceu em seu Primeiro Encontro Nacional, em Janeiro de 1984, em Cascavel (PR), entretanto a constituição do Movimento pode ser datada a partir de sua primeira ocupação em setembro de 1979, em Ronda Alta (RS), lideradas pelo Padre Arnildo Fritzen, ligado à CPT (cf. FERNANDES, 2000). O período inicial da vida do MST, que compreendeu sua formação até o Primeiro Congresso Nacional em 1985, foi marcado pela mediação dos agentes pastorais e contava com uma estrutura organizativa embrionária. Neste período a forma de organização do Movimento ia desde reuniões de base para formação de grupos de famílias até as práticas de resistência como as ocupações de terra, isto é, não havia ainda uma estrutura organizativa bem definida.

Entre os anos de 1985 e 1990, no entanto, o MST se consolidou em vinte e três Estados da Federação, estabelecendo-se por todo o território nacional. Nesse período o Movimento formalizou suas instâncias de decisão articuladas a uma estrutura organizativa que se diferenciava das entidades que haviam contribuído para a sua formação, deixando de ser uma corrente no interior do sindicato ou um braço da Igreja Católica. Os setores progressistas eclesiais foram paulatinamente retirando-se das atividades militantes dos sem-terra, permanecendo em grande medida como corpo de apoio. As influências políticas e ideológicas da Igreja permaneceram, no entanto, principalmente por meio da TdL (cf. ALIAGA, 2008).

O grande crescimento do MST, ao mesmo tempo em que trouxe a consolidação, também se fez acompanhar por mudanças fundamentais em sua estrutura organizativa. O movimento deixou de ser apenas um movimento de massa para tornar-se também uma organização de quadros (NAVARRO, 2002, p. 204). Constituiu-se uma liderança que consistia na “organização dos sem-terra”, que diferia, portanto das “famílias sem-terra” ou do Movimento Sem-Terra. A “organização” compreendia o conjunto de seu corpo

dirigente principal e seus militantes intermediários diretamente ligados à organização, além do aparelho material constituído pelas secretarias que comportavam os funcionários responsáveis pelo funcionamento burocrático. A preparação de quadros atendia à necessidade de organização do movimento que tomara dimensões extraordinárias, tanto em termos numéricos, quanto em termos das funções que se propunha e da influência nos estados em que estava presente (cf. ALIAGA, 2008).

Na medida em que seu projeto de reforma agrária se expandiu, passando a constituir-se também um projeto de sociedade, o Movimento extrapolou a luta setorial, colocando-se em um campo especificamente político de relações de forças. Para isso foi preciso incorporar os interesses de outros grupos no campo e na cidade, como os desempregados urbanos, os pequenos agricultores, os atingidos por barragens, as mulheres do campo, os indígenas, os estudantes (com quem o MST se articulou por meio do Movimento secundarista). Com isso o Movimento colocou-se num plano de pautas universais, procurando criar assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados (cf. ALIAGA, 2008). De fato, segundo a coordenação nacional do MST não havia mais “espaço para luta pela reforma agrária, [a luta] tem que ter um caráter político. Ela faz parte de um processo de mudança de modelo social e uma forma de desenvolvimentismo”, isso porque “o projeto de sociedade do MST não está nos marcos do capitalismo”<sup>4</sup>.

Destarte, embora o MST tenha se autonomizado, expandido e se estruturado politicamente, conservou os elementos centrais da organização e dos princípios diretivos das CEBs e da TdL, que foram somados às novas influências teórico-políticas elaboradas na própria trajetória política do Movimento. Entre as principais influências recebidas dos setores progressistas da Igreja Católica podemos elencar: experiência organizativa de base igualitária, coletiva e colegiada, que admitia participação e envolvimento dos membros nas decisões e atividades do grupo, isto é, o modelo parlamentar flexível, que era a base das comunidades eclesiais; a preocupação com a formação política e com a

<sup>4</sup> Adelar Pizeta, coordenador nacional do setor de formação, entrevista concedida na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENEFF) em 16/02/2007.

criação da consciência de classe; os valores socialistas da TdL; bem como seu papel de instituição educativa da sociedade civil (cf. FERNANDES, 1999; BOFF, 1980).

Ao longo de sua trajetória o MST, no entanto, alargou os princípios recebidos da TdL. Como já dissemos, isso se deu na medida em que a luta pela Reforma Agrária passou a ser portadora de um combate por transformações sociais mais extensas, apoiada em direções políticas que assimilaram um arcabouço teórico mais amplo, formado majoritariamente por autores marxistas, mas também não marxistas. De acordo com João Pedro Stédile, dirigente do MST:

Em suma, incorporamos dela [TdL] a disposição de estar abertos a todas as verdades e não somente uma, porque esta única pode não ser verdadeira. Todos os que se abasteciam na Teologia da Libertação – o pessoal da CPT, os católicos, os luteranos – nos ensinaram a prática de estar abertos a todas as doutrinas em favor do povo (STEDILE & FERNANDES, 1999, p. 59).

O MST, assim, assimilou o marxismo de modo heterodoxo e híbrido, costurando concepções marxistas, sociológicas e teológicas, entre outras, absorvendo desse modo a utilização instrumental do marxismo já adotada pela TdL. Para Stédile (1999) não se deve defender “uma ideia pela ideia em si”, mas na medida em que o movimento necessita reorganizar-se ou que encontra algum problema, procura a solução nos mais diversos autores. Este corpo teórico compreendia entre os pensadores clássicos: Marx, Engels, Lênin, Mao Tse-Tung, Gramsci, Lukács e Rosa Luxemburg. Entre os pensadores nacionais: Josué de Castro<sup>5</sup>, Manuel Correia de Andrade<sup>6</sup>, Celso Furtado, Florestan Fernandes, Paulo Freire, Darcy Ribeiro, José de Souza Martins e Caio Prado Jr. Entre os estrangeiros: James Petras<sup>7</sup> e Marta Harnecker<sup>8</sup>. Ainda, em termos de experiência, Stédile citou: Luís Carlos Prestes, Ernesto Che Guevara e José Martí<sup>9</sup>. Entre os dirigentes políticos estão: Fidel Castro, Sandino, Emiliano Zapata, Nelson Mandela, Gandhi,

<sup>5</sup> (1908-1973), pernambucano, médico, biólogo e estudioso dos problemas da fome. Autor do livro *Geografia da Fome*, em que revelou ao país e ao mundo as mazelas e as causas da fome no Brasil, em especial no Nordeste.

<sup>6</sup> Pernambucano, professor de Geografia, considerado um dos maiores especialistas sobre o Nordeste.

<sup>7</sup> Sociólogo norte-americano, professor da Universidade de Nova York. Especialista em América Latina e Movimentos sociais.

<sup>8</sup> Socióloga e historiadora chilena. Escreveu de forma didática cadernos que explicaram a obra de Marx. Tem várias pesquisas e ensaios sobre a esquerda latino-americana.

<sup>9</sup> (1853-1895), líder da luta pela independência de Cuba. Poeta, jornalista, escritor.



Samora Machel<sup>10</sup>, Amílcar Cabral<sup>11</sup>, Patrice Lumemba<sup>12</sup>, Agostinho Neto<sup>13</sup> e Martin Luther King (cf. ALIAGA, 2008).

Essa miríade de autores e correntes teórico-práticas não refletia apenas o ecletismo teórico-político do movimento, mas também o conjunto de tendências existentes no interior do grupo dirigente. Isso quer dizer que a política efetiva do Movimento podia ser mais ou menos influenciada por este ou aquele grupo de acordo com as relações de forças internas. Por esse motivo o Movimento não concebia uma formulação de um sistema ortodoxo baseado numa escola de pensamento específica. A linha política do Movimento, portanto, era resultado da correlação de forças no âmbito da direção nacional entre direções pragmáticas e socialistas:

Possivelmente existem dentro do MST divergências relevantes – embora não sejam explicitadas – entre uma liderança mais pragmática, centrada na obtenção de concessões do governo, e outra mais ideológica e rígida, cujo objetivo central é enfraquecer e denunciar o governo. Para esta última, os sem-terra são parte da massa dos sem-teto, sem-educação, sem-emprego e sem-comida do país, e a luta pela terra, parte da luta pela transformação da sociedade brasileira (SORJ, 1998, p. 31).

Diante disso, cremos, torna-se mais relevante investigar a apropriação concreta da perspectiva socialista e organizativa de Gramsci pelo MST a partir do estudo de seus princípios e estruturas concretas, que buscar uma interpretação do pensamento do autor por parte dos dirigentes e militantes do Movimento, já que tal tarefa tornar-se-ia bastante difícil e traria contribuição mais escassa para a compreensão da importância do autor para a organização das classes subalternas no Brasil. Buscaremos a seguir analisar dois importantes componentes da organização do MST à luz do pensamento político de A. Gramsci, a saber: a mística e a estrutura organizativa.

### **Mística: a “religião laica”**

<sup>10</sup> (1933-1986), líder revolucionário, foi um dos fundadores da Frente de Libertação de Moçambique. Foi eleito o primeiro presidente de Moçambique independente.

<sup>11</sup> (1924-1973), líder revolucionário, foi um dos fundadores do Partido Africano da independência da Guiné e Cabo Verde.

<sup>12</sup> (1925-1961), líder revolucionário do Congo, foi um dos fundadores do Movimento Nacional Congolês, em 1958.

<sup>13</sup> (1922-1979), médico, poeta e líder revolucionário de Angola. Foi o primeiro presidente da República Independente de Angola, em 1975.

Como buscamos demonstrar até aqui, os princípios teórico-políticos e o modelo de organização concebidos pelo MST são devedores em grande medida da TdL e das CEBs, respectivamente. Suas influências se estendem às linhas políticas mais gerais, à concepção do papel educativo dos movimentos populares, à utilização instrumental do marxismo e especialmente à “mística”. A mística desempenha um papel fundamental de cimento entre a teoria e a prática e é definida nos documentos internos do MST, entre outros, por Leonardo Boff, um dos mais importantes expoentes da TdL.

Como já dissemos, ela consiste em uma forma pedagógica de traduzir a ideologia através de linguagem simbólica, de fácil acesso às camadas laicas e aos estratos populares. A mística é composta por atitudes que são desejáveis no interior do Movimento, entre elas estão: dedicação, entusiasmo, ousadia, honestidade, simplicidade, disposição, companheirismo, afetividade, disciplina e contribuição financeira para sustentação da casa e do Movimento. Constituem também a mística algumas “situações” e elementos advindos da criatividade e da espiritualidade dos militantes entre elas: a beleza do ambiente, o clima de confiança, a alegria, a música, a poesia, as artes, os símbolos, os gritos de guerra, “tudo deve exprimir os valores e as certezas que animam nossa caminhada” (MST, 1998a, p. 10). A mística define, portanto, as “liturgias” do Movimento, por exemplo, cantar uma canção que remeta a luta sem-terra antes de eventos, aulas ou reuniões, expor as fotos de personagens paradigmáticas na luta das classes subalternas ou de teóricos importantes, produzir peças de teatro, entre outros.

A mística é também formada por valores. São eles (MST, 1998, p. 4): (1) a solidariedade: o MST não quer apenas mudar o sistema explorador da sociedade capitalista, quer, acima de tudo, mudar o ser humano; (2) a beleza: os assentamentos devem ser “verdadeiros jardins”, e chamar atenção pela beleza física, com árvores, flores, frutos, água limpa, casas bonitas, roças bem cuidadas, animais bem tratados e pessoas saudáveis e bem alimentadas; (3) a valorização da vida: a defesa da vida deve estar acima da defesa do lote, do crédito, da educação, etc.; (4) o gosto pelos símbolos: os símbolos são as representações materiais das utopias, são o meio de comunicação mais eficiente entre as pessoas que fazem parte de uma organização e garantem a unidade política entre elas. São eles: a bandeira, as ferramentas de trabalho, materiais de estudo, o hino do MST,

e todo símbolo que possa estar ligado à identidade do Movimento; (5) o gosto de ser povo: são incentivadas as participações ativas em todas as manifestações populares, festas religiosas em cada estado, Carnaval, eleições e lutas massivas, de forma a estar totalmente integrados a “consciência popular”; (6) a defesa do trabalho e do estudo: estes são valores fundamentais para o MST, através deles o Movimento acredita transformar as próprias consciências e com isso, transformar o Brasil; (7) a capacidade de indignar-se: ou seja, sentir profundamente qualquer injustiça cometida contra qualquer pessoa em qualquer parte do mundo é qualidade do revolucionário.

Ademar Bogo, um dos importantes dirigentes do MST, a entendia como:

uma coisa do coração, do sentimento, alimentada por esta esperança de alcançar aquele sonho, ideal objetivo seja lá o que se queira o que importe que isto se transforme em “uma causa” consciente, que se passe a viver por ela e por causa dela (MST, 1998a, p. 15).

Para Leonardo Boff:

(...) não se trata de uma doutrina ou ideologia, mas de uma experiência fundante da realidade em seu caráter incomensurável à razão analítica. A atitude que dela se deriva é a veneração, o encantamento e a humildade diante da realidade. Exatamente esta atitude face ao mistério, vivida em profundidade, chama-se mística (MST, 1998a, p. 27).

Temos aqui duas definições que a partir de linguagens diferentes, apresentam o mesmo sentido geral, a saber, que a mística transcende o entendimento analítico e o conteúdo especificamente religioso. Algo que se apresenta maior que o indivíduo e por isso mesmo lhe desperta veneração e fé, ao mesmo tempo em que lhe dá força para transpor obstáculos na medida em que se confia que o próprio “mistério”, que está contido na mística, proverá forças e não apenas isso, trabalhará em favor daqueles que fazem o bem. Esta noção resulta na potencialização da atividade militante:

Mística significa, então, o conjunto de convicções profundas, as visões grandiosas e as paixões fortes que mobilizam as pessoas e movimentos na vontade de mudanças ou que inspiram práticas capazes de afrontar quaisquer dificuldades ou sustentar a esperança face aos fracassos históricos (MST, 1998a, p. 37).

O grande diferencial entre o MST e as outras organizações políticas da sociedade civil é que neste Movimento as derrotas, os fracassos e as perdas são encarados como fases de aprendizado. A dimensão religiosa se apropria com muita competência das adversidades para delas retirar forças para continuar lutando. Neste sentido, os símbolos,

os rituais, o apelo para a afetividade e a espiritualidade servem como potências revigorantes para os militantes do MST. Entre as inúmeras passagens nos documentos internos do MST que tratam deste assunto, citamos:

A mística é, pois, o motor secreto de todo o compromisso, aquele entusiasmo que anima permanentemente o militante, aquele fogo interior que alenta as pessoas dentro da monotonia das tarefas quotidianas, por fim, permite manter a soberania e a serenidade nos equívocos e nos fracassos. É a mística que nos fez antes aceitar uma derrota com honra do que buscar uma vitória com vergonha, porque fruto da traição aos valores éticos e resultado das manipulações e mentiras (MST, 1998a, p. 38).

A mística consiste, portanto, na tradução em linguagem simbólica e afetiva da identidade do Movimento concebida pela direção, e é também uma forma de comunicar suas concepções políticas à base, dito de outra forma, a mística é um modo específico de produzir organicidade entre intelectuais e simples, entre teoria e prática. É justamente essa “nova roupagem” de uma mensagem que se relaciona intimamente aos conflitos mais imediatos dos sem-terra, que se refere à própria condição de expropriados, ou de pobres conforme a TdL, que revigora, provê solidariedade e fé na conquista dos ideais.

A mística, cada vez mais ligada à identidade e aos valores sem-terra, é mobilizada pelo Movimento como motivação da ação e ao mesmo tempo como técnica para produzir consciência de grupo econômico, ou, pode-se dizer, consciência de estar na mesma situação de vida e trabalho, primeiro passo para a formação da consciência de classe. Por essa razão, em todas as reuniões de núcleos a direção orienta que se pratique a mística que “é uma forma de trazer presente aspectos da realidade e da utopia que todos possam observar e sintonizar os sentidos em busca da unidade e da antecipação dos aspectos estratégicos a alcançar” (SETOR DE FORMAÇÃO, 2005, p. 14). Os símbolos se referem à história do Movimento: bandeira, o boné, os hinos, as ferramentas de trabalho e a lona preta. A direção orienta que se mantenham “museus” nos assentamentos para guardar as “reliquias que ajudaram a fazer a luta” (*idem*, p. 58).

A mística circula por todas as instâncias, desde os acampamentos até os encontros nacionais. Ela potencializa a ação de duas maneiras principais. Em primeiro lugar porque se configura em um tipo de linguagem simbólica que pretende gerar ação intuitiva, isto é, antes mesmo de atingir a compreensão e se tornar norma de vida. As músicas, as representações, a simbologia possuem uma forma própria de comunicação que perpassa

a afetividade e a razão. A força revolucionária se reveste de paixão, reforçando desta maneira fortemente o sentido de missão histórica. Em segundo lugar porque engendra o sentimento de pertencimento ao grupo e de solidariedade. A solidariedade pode ser considerada o ponto comum entre o universo religioso e o político, este elemento é reivindicado tanto pela TdL como opção pelos pobres, quanto pelos valores socialistas do Movimento, como sentido de justiça social e igualdade.

O conjunto de “convicções profundas, visões grandiosas e as paixões fortes”, que define a mística (cf. MST, 1998a, p. 37) e que atua diretamente na produção de comportamentos correspondentes, se aproxima da concepção de mito de Sorel. De acordo com esse autor, o sindicalismo revolucionário deveria empregar “meios de expressão que projetem sobre as coisas uma luz forte que as coloquem perfeitamente no lugar que lhes cabe por natureza e revelem todo o valor das forças em jogo”. Para isso, contudo, a linguagem não seria suficiente, o autor observou que seria “preciso recorrer a conjuntos de imagens capazes de evocar *em bloco e por mera intuição*, antes de toda análise reflexiva, a massa dos sentimentos que correspondem às diversas manifestações da guerra travada pelo socialismo contra a sociedade moderna” (SOREL, 1992, p. 141, grifos do autor).

Gramsci, ao dialogar criticamente com Sorel, constrói a figura do “mito príncipe”, que consistiria no recurso à imagem de um *condottiero* ideal capaz de evocar em bloco e por mera intuição um príncipe “realmente existente” (cf. Q. 13, § 1, p. 1556<sup>14</sup>), concentrando em si a capacidade da reforma da vontade, elemento essencial para a ativação intelectual e política das massas. Modernamente, contudo, segundo Gramsci, o príncipe já não pode mais ser uma pessoa real, individual, mas um organismo coletivo, isto é, um partido político, o “moderno príncipe” (*idem*, p. 1558). Destarte, o recurso às linguagens intuitivas, afetivas e estéticas e que remetem aos valores do MST são fundamentais para a organização política das classes subalternas e por isso oferecem condições concretas importantes, ainda que não suficientes em si mesmas, para tornar o

<sup>14</sup> Adotamos aqui o padrão internacional de citação de A. Gramsci nos *Quaderni del Cárcere* na Edição Crítica organizada por Valentino Gerratana, utilizando a letra «Q» para indicar o caderno, seguida do parágrafo e da página de referência.

Movimento um intelectual coletivo, o moderno príncipe ou, pode-se dizer, um partido político das classes subalternas, na acepção gramsciana (voltaremos a este assunto posteriormente).

Ao mesmo tempo, a mística faz referência àquilo que Gramsci chamou de religião laica, a partir de uma apropriação crítica de Benedetto Croce. Religião laica define-se como uma concepção de mundo que se transformou em norma de vida ou, dito de outra forma, uma concepção de mundo realizada na vida prática (cf. Q. 10II, § 31, p. 1269). Essa concepção de religião, como se percebe, deve ser compreendida fora de seu uso original, pois em sua utilização corrente ela é um aspecto do senso comum. Religião aqui não se refere a uma divindade ou a divindades, mas significa fundamentalmente fé no grupo social.

Para Gramsci, no processo de difusão de novas concepções de mundo, o elemento de maior peso político é a participação em uma organização. Isto porque, ao nível das massas a filosofia só pode ser vivida como fé no grupo social (cf. Q. 11, § 12). As convicções fortes e a defesa dos interesses de grupo serão providas num primeiro momento pelo grupo social. Essa seria a fase inicial de um processo educativo na formação da consciência popular autônoma. Identificam-se, desta forma, religião, ideologia, filosofia e política. Elos inseparáveis dos diferentes níveis de consciência e ação no movimento de elaboração de uma visão de mundo.

Nesse sentido, a mística no MST, na medida em que colabora para a formação do consenso e organicidade interna, está voltada para o projeto mais abrangente de construção da hegemonia a partir do processo educativo e formativo da militância, formando intelectuais orgânicos, elevando as consciências e capacitando o movimento a interferir na estrutura a ponto de colocar a possibilidade real de transformação. Além disso, a atuação da mística possui um papel educativo na medida em que sua linguagem ritualística é capaz de repetir a mesma ideia de diferentes formas. Dado que as novas concepções das massas populares, por sua debilidade, podem se perder quando confrontadas com as convicções ortodoxas, socialmente conformistas, que obedecem aos interesses das classes dominantes, a repetição se torna fundamental.

De acordo com Gramsci, todo movimento cultural que pretenda substituir o senso comum e as velhas concepções de mundo deve levar em conta a necessidade da repetição dos próprios argumentos, variando literariamente a forma. A repetição, nesse sentido, é o meio dialético mais eficaz para agir sobre a mentalidade popular (cf. *idem*). Destarte, a religião laica que se concretiza no MST por meio da mística supre tanto a necessidade de repetição quanto as novas linguagens por meio das quais se fazem essas repetições. Diante disso pode-se afirmar que a mística possui funções tanto organizativas, quanto educativas e formativas, de modo notavelmente próximo aos apontamentos de Gramsci sobre as exigências para organização das classes subalternas.

### **Organização política: o “moderno príncipe”**

Para a consecução de seu projeto de sociedade que, como já dissemos, superou a demanda setorial pela reforma agrária, o MST construiu uma organização política capaz de articular diferentes instâncias e de garantir, ao menos formalmente, a vinculação entre direção e base. Essa estrutura organizativa, além de servir para definição da linha política, das táticas de luta e dos meios de intervenção na conjuntura, atendia também a funções formativas. A educação e a formação política respondiam a exigências práticas de curto e longo prazo, fundamentais para garantir longevidade ao Movimento. A educação formal e técnica nas mais diferentes áreas correlacionadas à agricultura, à pecuária, à suinocultura, entre outros, tornou-se fundamental para a gestão e para a produção nos assentamentos e, posteriormente, nas cooperativas. Do mesmo modo, a formação de dirigentes políticos capazes e intelectualmente preparados era urgente não apenas para a organização interna, mas também para que os sem-terra pudessem se inserir no debate nacional, nas relações políticas de forças.

A criação de uma cadeia de estruturas organizativas voltadas para a formação de militantes e quadros políticos, capazes de manter e difundir o patrimônio teórico-político e garantir a existência da organização ao longo do tempo é, como observou Duverger (1970), uma característica dos partidos de massa, de criação externa ao parlamento, isto é, que surgiram a partir de organizações ou instituições pré-existentes, como movimentos e



associações. Os melhores exemplos históricos conhecidos são os partidos comunistas, como o Partido Comunista Francês (PCF), por exemplo, que criou três categorias de formação (escolas centrais, escolas federais e escolas elementares) (cf. DUVERGER, 1970).

De fato, desde as primeiras reuniões coordenadas pelas CEBs e ocupações de terras organizadas pelos clérigos das pastorais da terra, o MST conseguiu construir uma estrutura educacional muito desenvolvida, que funcionava em dois níveis principalmente: educação (para ensino fundamental e médio) e formação (para educação política). Os cursos de formação no período estudado ocorriam na Escola Nacional Florestan Fernandes, sediada no estado de São Paulo, e nos acampamentos e assentamentos espalhados por diferentes regiões do país. Para a formação dos dirigentes existiam também convênios com universidades públicas. Havia, de fato, um “plano” de formação, que contemplava desde a base até a liderança nacional. A formação política, por outro lado, permanecia diretamente ligada aos acampamentos e assentamentos, pois deles dependiam a emergência de novos intelectuais militantes (cf. ALIAGA, 2008).

A estrutura organizativa do MST até os anos 1990 era formada por instâncias de base, intermediárias e superiores. Entre as instâncias superiores estava a direção nacional e o órgão deliberativo central, o Encontro Nacional, que estabelecia as linhas políticas e reformulava os princípios organizativos. Ele funcionava, portanto, como um “poder legislativo”. As demais instâncias eram responsáveis por aplicar a linha política, ou seja, eram estruturas executivas (cf. STEDILE & FERNANDES, 1999). Havia ainda um complexo sistema jurídico responsável por cuidar dos problemas de ordem disciplinar, que o Movimento tratava pormenorizadamente e extensamente em documento especialmente elaborado para o tema (cf. MST, 1992).

As direções estaduais estavam entre as instâncias intermediárias, seus representantes deviam ser escolhidos pela base, formada pelos núcleos, que se reuniam pelo menos duas vezes por mês, congregando em média dez famílias que moravam próximas. Essas reuniões não eram meramente burocráticas, ao contrário, elas possuíam um forte caráter de motivação e identificação com o movimento, principalmente em

virtude das celebrações da mística, bastante frequentes nas reuniões da base. Os objetivos dos núcleos revelavam a necessidade de integrar a base à direção. Eram eles:

1. Organizar e articular os militantes do MST; 2. Ser um lugar de estudo, discussão e aplicação das linhas políticas do MST; 3. Encaminhar as discussões do MST; 4. Encaminhar as tarefas relacionadas às lutas do Movimento ou que estejam sendo desenvolvidas em conjunto com outros trabalhadores e com a sociedade civil; 5. Contribuir para o crescimento político e formação ideológica dos militantes e da massa organizada; 6. Ser um elo de ligação entre as direções de massa; 7. Conhecer, discutir e contribuir na elaboração dos documentos e linhas políticas do MST; 8. Dar maior organicidade ao movimento de massa; 9. Disciplinar a participação efetiva dos militantes do movimento; 10. Contribuir na sustentação econômica do MST (MST, 1990, p. 10).

Como se vê, a organização dos núcleos era fundamental para o contato entre a direção e a base. O MST definia sua composição da seguinte forma: direção, militantes, base e massa. Examinemos cada uma delas detidamente:

**Direção:** É o núcleo dirigente responsável pela direção, proposição, unidade e condução do movimento. Deve existir: na base, no assentamento, regional, estado e nacional (CONCRAB, [1995], p. 5).

Como se vê, a direção pretendia estar presente em todos os níveis e instâncias da organização. De fato, em qualquer organização política, segundo Gramsci, a direção constitui um elemento central, sem o qual não existiria organização. A ausência dessa estrutura representa um limite decisivo para a formação da consciência de classe, função essencial de uma organização política ou de um partido político. De acordo com Gramsci, a direção consiste no elemento de coesão principal de um partido político e se constitui num corpo dirigente, que centraliza no campo nacional e torna eficiente e poderoso o conjunto de forças agregadas pela organização política. Esse elemento é dotado de força coesiva, centralizadora, disciplinadora e inventiva. A direção por si só não forma o partido, mas tem maiores condições potenciais de formá-lo a partir de si própria que a massa de homens comuns, pois:

uma massa humana não se ‘distingue’ e não se torna independente ‘para si’ sem organizar-se (em sentido lato); e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes, ou seja, sem que o aspecto teórico da ligação teoria – prática se distinga (...) (Q. 11, § 12, p. 138,6).

Essa massa de homens comuns a que Gramsci se refere consiste nos militantes intermediários entre a base e a direção são um elemento de ligação no interior do partido. O MST os incluía em sua composição:

**Militantes:** São os que dão sustentação e organicidade. São os que estão construindo e fazendo funcionar o organismo com suas várias partes. São as pessoas mais conscientes, que fazem o vínculo entre os objetivos e as decisões que a organização toma com sua estruturação na base e no meio da base (CONCRAB, [1995], p. 5).

O estrato de homens “médios” participa da organização política na medida em que são disciplinados e fiéis ao corpo dirigente. O partido não existiria sem eles, mas também não existiria somente com eles. Essa camada de militantes formada no interior da organização constitui o elemento de articulação entre a base e a direção, e deve colocá-los em contato físico, moral e intelectual (cf. Q. 14, § 50).

**Base:** São trabalhadores que se identificam com a organização e sentem-se parte dela. São os que já entendem os objetivos mais políticos da mesma. São os que mobilizam-se não apenas pelo econômico. São os que dedicam parte do seu tempo em questões que não beneficiam apenas a si próprios. O seu nível de consciência política já é mais elevado. É com esta base organizada e orientada pelos militantes e dirigentes é que vamos construir o corpo organizativo das instâncias de base, nos acampamentos, assentamentos, nas cidades” (CONCRAB, [1995], p. 6).

Esse é o elemento que constitui para Gramsci uma massa de homens que sustenta a direção a partir da confiança, lealdade e disciplina (cf. Q. 14, § 70, p. 1733). A base, conforme expõe a direção do MST, consiste no elemento organizado que ainda não atingiu a completa consciência de sua função histórica, é o elemento que reconhece a importância da organização, contudo sua formação ainda se encontra nos níveis iniciais. Por essa razão sua ligação ao movimento se dá por via da confiança e lealdade à direção, mas também pela disciplina que a própria organização deve impor.

O MST ainda distingue um último elemento:

**Massa:** são todos os trabalhadores que se mobilizam em torno de objetivos comuns e que dão sustentação ao movimento. É a população atingida pelas mensagens, que podem ou não se mobilizar. A massa é diferente da base, no que motiva sua mobilização e no seu nível de consciência. A principal motivação de sua mobilização para a luta, geralmente é econômica ou outras questões que vão beneficiar a si próprios (CONCRAB, [1995], p. 6).

A massa está, portanto, no limiar entre a organização e a classe. Pode-se dizer que é constituída pelos trabalhadores que se mobilizam pela terra, contudo ainda não fazem parte da base do MST, dito de outra forma: participam do movimento sem participar da organização, ou, sem assumir funções organizativas. Isto nos remete a discutir os nexos entre a classe e o partido. O partido não se confunde com a classe, mas também não se destaca dela, pois ele é sua expressão política, só existe porque a classe existe e

desaparecerá se as classes deixarem de existir (cf. Q. 14, § 51). É justamente por este motivo que a história de um partido só poderá ser satisfatoriamente contada se esta for também a história do grupo social ao qual representa.

A natureza da participação entre direção, militantes, base e massa é diversa, isto quer dizer que as diferenças na participação não são apenas de grau: “um militante não é duas ou três vezes mais ligado ao partido do que um adepto: é ligado diferentemente” (DUVERGER, 1970, p. 152). A ligação à organização caracteriza-se por sua qualidade e não por sua intensidade. Ao longo desta análise acerca da composição da organização política do MST, percebemos que o que diferenciava a militância de sua base eram os níveis de consciência que cada uma alcançava acerca da luta econômica aliada à luta política, bem como a medida em que são capazes de associar a teoria à prática, e assim cumprir função intelectual e prática militante. A direção do MST classificava os níveis de consciência em consciência social e consciência política:

**Consciência social:** é a consciência natural, é a que adquirimos na escola, na igreja, no trabalho, na comunidade, na família, etc. Neste estágio as pessoas não tem uma visão crítica das coisas, não conseguem enxergar as raízes de seus problemas, quem são nossos verdadeiros inimigos e da classe trabalhadora. **Consciência política:** esta não adquire de forma natural, deve ser forjada nas discussões, na formação, na luta. É pelo trabalho de conscientização com várias atividades é que vamos adquirindo esta consciência. Neste estágio as pessoas já tem clareza das causas reais de seus problemas e sentem-se enquanto membro da classe trabalhadora e desenvolve os valores da solidariedade, do companheirismo. Já se desprende da vontade de obter benefícios apenas para si próprio (CONCRAB, [1995], p. 6).

Consciência social ou natural, de acordo com a descrição do documento, corresponde a uma mentalidade acrítica, sem noção de sua própria historicidade, características do senso comum. A consciência política, conforme podemos constatar, consiste na consciência crítica, coerente, capaz da ação organizada em prol de interesses de classe, justamente o que caracteriza o bom senso. Concluímos, portanto, que o MST se propõe a tarefa de elevar a consciência de sua base<sup>15</sup> e essa função, a rigor, é precisamente a função do partido político teorizado por Gramsci.

Destarte, embora o surgimento do MST se deva a uma demanda específica de um setor da sociedade – a reforma agrária – em sua trajetória o Movimento expandiu seus objetivos iniciais, colocando-se num plano de ação mais amplo, propondo-se à construção

<sup>15</sup> “Precisamos elevar a consciência de nossa base” (Cf. CONCRAB, [1995], p. 6).

da hegemonia de seu grupo fundamental – os trabalhadores rurais – na sociedade civil, assumindo assim *funções de partido*. A forma política encontrada, adequada a essas funções – resultado das reflexões internas do Movimento, baseadas nas experiências históricas e no referencial teórico marxista - foi a *forma partido*.

De acordo com Gramsci, o partido é a expressão da passagem do momento meramente econômico à elaboração ético-política, cuja função consiste no equilíbrio e arbitragem entre os interesses do grupo social fundamental e os outros grupos na medida em que busca o consentimento do grupo representado, a direção dos grupos aliados e muitas vezes também dos grupos inimigos (cf. Q. 13, § 33). Ao partido caberia, então, resguardar os interesses da classe que representa, porém, simultaneamente, deve assimilar em certa medida os interesses das classes subordinadas. Desse modo, difunde sua visão de mundo de forma que os demais grupos sociais a tomam como sua própria visão. A difusão por toda área social de sua visão de mundo e a aceitação desta pelos demais grupos contribui para a construção da hegemonia do grupo social fundamental, assim:

determinando além da unicidade intelectual dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano ‘universal’ criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados (cf. Q. 13, § 17, p. 1584).

A construção de uma organização política no interior do movimento de massas tornou a luta política pela reforma agrária um aspecto importante – mas não único – de um projeto político mais abrangente, que se propunha a pensar novas formas de organização social, adequadas à participação política das classes subalternas, capazes de prover melhores condições materiais de vida para amplos setores populares. A crítica social do movimento não se destinava apenas aos setores do Estado que detinham o poder sobre o bem demandado – característica geral dos movimentos sociais evidenciada por Gohn (1997) – mas referia-se ao próprio Estado, que passava então a ser alvo das críticas do MST. Num dos documentos preparatórios para o IX Encontro Nacional do Movimento, sob o título: *Diretrizes para o projeto nacional* lê-se:

Os principais problemas do povo brasileiro são: a existência de milhões de pessoas abaixo da linha de pobreza absoluta, de milhões de analfabetos, de trabalhadores sem carteira de trabalho, de crianças fora da escola, de pessoas morando em favelas e cortiços, de jovens envolvidos com drogas, prostituição e crime, de desempregados e subempregados. A este elenco acrescenta-se a deterioração acelerada do nosso meio ambiente provocado pela exploração predatória dos nossos

recursos naturais. Todos esses problemas são consequências de outros: concentração da propriedade privada, desnacionalização da economia, monopólio dos terrenos urbanos, concentração do acesso à terra, ineficiência do estado, subordinação das decisões nacionais às exigências de poderes externos, corrupção do governo e da empresa privada, mentalidade colonialista das classes dominantes e incapacidade do povo de articular seus próprios interesses (MST, 1997a, p. 1).

A esse extrato segue-se uma análise da condição atual de dependência externa da economia brasileira e da ausência de um projeto nacional entre as elites. Ao final da análise o documento resume as tarefas políticas das lutas populares em temas que deverão orientar uma “agenda nacional”, isto é, “uma pauta de problemas a serem resolvidos prioritariamente a fim de promover o desenvolvimento”, formuladas a partir de três grandes questões: “a questão democrática, a questão nacional e a questão cultural” (*idem*, p. 4). Os temas norteadores da agenda nacional – segundo o documento do MST – eram:

(...) substituir o poder das classes dominantes pelo poder do povo na direção do processo de construção da nação; eliminar qualquer traço de subordinação nas relações do Brasil com os países desenvolvidos; ordenar as políticas econômicas aos objetivos da integração social e da unidade nacional, a fim de eliminar as disparidades econômicas, sociais, culturais e políticas entre as classes sociais e as regiões do país; defender intransigentemente a cultura brasileira (*idem*).

A construção da hegemonia das classes subalternas por meio de um projeto para uma nova forma de organização social, cuja tônica consiste na educação das massas e produção de intelectuais orgânicos constitui elemento fundamental para a formação de uma vontade nacional-popular, e em decorrência, para a organização da reforma intelectual e moral, que, a rigor, são funções do moderno príncipe, do partido político das classes subalternas, de acordo com Gramsci.

## Considerações Finais

Se a organização política do MST pode ser considerada uma tradução do pensamento de Gramsci no âmbito da prática, ela torna-se, como dissemos, um campo de prova para a teoria de Gramsci. Em nossa pesquisa pudemos comprovar que ao encontrar-se com a realidade brasileira, o pensamento de Gramsci demonstrou tanto a acuidade política do autor, capaz de desvelar processos de elevação cultural de massa, tanto quanto

refletir com clareza sobre a organização das classes subalternas, fornecendo importantes indicações para a formação de novas lideranças, ou, nos termos gramscianos, de intelectuais orgânicos, quanto para construção de uma organização política a partir de baixo, o novo príncipe, capaz de fomentar um movimento nacional-popular e uma nova hegemonia. Ao mesmo tempo, esse campo de prova indica a necessidade de inovação teórica e prática para superação dos entraves históricos no Brasil no sentido da elevação da qualidade da educação popular e da constituição de uma sociedade menos desigual. Para ambas é decisivo o combate à concentração de rendas e de terras, à permanência do latifúndio e à violência urbana e rural no país.

A permanência do tema “reforma agrária” no cenário de debates políticos entre as décadas de 1980 e 1990, o acesso à terra a um número significativo de famílias rurais pobres, a democratização da vida política dos pequenos municípios, além das melhorias econômicas proporcionadas pelos assentamentos, que dinamizaram econômica e socialmente o seu entorno (cf. ALIAGA, 2008), consistem em avanços políticos e econômicos concretos proporcionados pela ação política do MST, configurando, assim, a efetiva representação dos interesses de sua base. Pode-se dizer, portanto, que o MST assumiu concretamente as funções de um partido das classes subalternas na medida em que efetivamente representou os interesses destas, alcançando ganhos políticos e econômicos para o grupo como um todo, a partir de objetivos políticos amplos.

No que toca a função educativa, o MST encontrou enormes dificuldades de ordem material, político-ideológica e sociocultural para alcançar toda a expressiva extensão de sua base. O processo de formação da consciência crítica da realidade nos sujeitos integrantes do Movimento ocorria de fato, contudo, numa proporção ainda pequena em relação ao número de famílias sem-terra que o compunha (cf. ALIAGA 2008). Contudo, a construção da Escola Nacional Florestan Fernandes, o esforço em suprir escolas para os assentamentos e acampamentos, bem como os cursos técnicos implantados pelo MST, revelam a centralidade da educação e da formação política para realização do projeto de sociedade idealizado pelo MST, que consiste em “uma nova ordem social, cujos pilares principais sejam, a justiça social, a radicalidade democrática e os valores humanistas e socialistas” (CADERNO DE EDUCAÇÃO- MST, 1996, p. 6).



Quanto à necessidade de articulação entre intelectuais e simples, a estrutura organizativa do MST comportava instrumentos para a sua realização: mobilidade contínua das estruturas e uma recente absorção em grande escala de elementos da base na direção. Contudo, não é possível afirmar que havia coesão interna suficiente para possibilitar a plena integração entre a maioria das famílias que compunham a base nos acampamentos e assentamentos e a liderança. A relação entre base e liderança permanecia fortemente marcada pelo conflito entre diferentes concepções acerca do significado e dimensão da luta pela terra – reflexo do alcance ainda restrito do processo educativo (cf. ALIAGA, 2008). Portanto, ainda não havia “organicidade” suficiente para que a elevação cultural de massa pudesse ocorrer.

Diante do exposto, pode-se dizer que o MST possuía uma estrutura cuja forma partido lhe capacitava a exercer parte das funções organizativas e formativas que cabem ao moderno príncipe. Contudo, as relações estabelecidas com os governos do PT – seu aliado histórico – comprometeram efetivamente a radicalidade das críticas do Movimento, redundando no estancamento da reforma agrária a partir de 2003 (cf. ALIAGA; MARANHO, 2021).

De todo modo, não obstante as dificuldades, pode-se afirmar que entre 1980 e 1990 as diretrizes educativo-formativas, as estruturas organizativas e as liturgias do MST podiam ser concebidas como uma tradução no âmbito da prática do pensamento gramsciano. Sabe-se, como dissemos acima, que nos anos de formação do MST, o pensamento de Gramsci estava difundido entre os partidos e movimentos políticos e havia se tornado um senso comum. Do mesmo modo, é sabido que a TdL havia se apropriado do pensamento do autor com vistas a efetividade da ação e, por esta via, o próprio Movimento em seu nascimento teve contato com o pensamento gramsciano. Não obstante tudo isso, não é possível afirmar o nível de intencionalidade dessa apropriação prática, ou pode-se dizer, não é possível saber até que ponto ela foi parte de um programa pré-concebido e arquitetado. De todo modo, essa ideia não nos parece razoável. Nossa hipótese é de que foram as experiências concretas de organização e a procura por respostas os principais moventes para a busca teórica e, nesse caminho, o pensamento gramsciano ganhou importância e protagonismo gradativamente ao longo dos anos. De

todo modo, esse é ainda um campo a ser explorado teórica e politicamente pelos estudos gramscianos.

## Referências

- ALIAGA, L. *A forma política do MST*. (Dissertação de Mestrado). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2008.
- ALIAGA, L.; MARANHO, F. “O MST e a agroecologia: entre autonomia e subalternidade”. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v.24, n. 3, p. 576-584, set./dez. 2021.
- ARICÓ, J. *La cola del diablo. Itinerário de Gramsci na América Latina*. Buenos Aires: Punto Sur Editores, 1988.
- ADRIANCE, Madeleine Cousineau. *Terra Prometida: as Comunidades Eclesiais de Base e os conflitos rurais*. São Paulo: Paulinas, 1996.
- BETTO, Frei. *O Que é Comunidade Eclesial de Base*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- BRENNEISEN, Eliane Cardoso. “Assentamento Sepé Tiaraju: persistências do passado, fragmentos do presente”. In MARTINS, José de Souza (org). *Travessias: estudo de caso sobre a vivência da reforma agrária nos assentamentos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- BOFF, Clodovis. “CEBs e práticas de libertação”, *Eclesiástica Brasileira*, vol.40, fasc. 160, dez., 1980.
- \_\_\_\_\_. *Cartas teológicas sobre o socialismo*. Rio de Janeiro, Vozes, 1989.
- BOFF, L. *Igreja, Carisma e Poder*. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.
- \_\_\_\_\_. “O Caminhar da igreja com os oprimidos”, In: Mueller, E. R. *Teologia da Libertação e Marxismo*. São Leopoldo-RS: Sinodal, 1996.
- BORGES, Fragmon Carlos. “O movimento camponês no Nordeste”. In SANTOS, Raimundo (org.). *Questão Agrária e Política: autores pecebistas*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1996.
- CALDART, Roseli Salete. *A educação em Movimento: formação de educadores e educadoras no MST*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. “Campepinato autônomo – uma nova tendência gestada pelos movimentos sociais no campo”. *Revista Lutas & Resistências*, GEPAL/UDEL, n.º 1, Londrina: Midiograf, 2006.

- CARVALHO, Horácio Martins, “A emancipação do movimento no movimento de emancipação social continuada”. In Santos, Boaventura de Souza (org.). *Produzir para Viver*, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002.
- CATÃO, Francisco. *O que é Teologia da Libertação*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- COLETTI, Claudinei. *A Trajetória Política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal*. Tese de doutorado, Campinas: IFCH/UNICAMP, 2005.
- COSTA, Luiz Flávio Carvalho e SANTOS, Raimundo (orgs.). *Política e Reforma Agrária*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.
- COUTINHO, C. N. “Cidadão Brasileiro”. *Revista teoria e debate*, edição 9, jan/1990. Disponível em <https://teoriaedebate.org.br>, consultado em 25/01/19.
- COUTINHO, C. N. “O Gramsci no Brasil: recepção e usos”. In MORAES, J. Q. (org.). *História do Marxismo no Brasil*, v. 3. Campinas: Editora Unicamp, 2007, p. 151-196.
- CUNHA, Paulo Ribeiro Rodrigues (org.). *O Camponês e a história: a construção da Ulta e a fundação da Contag nas memórias de Lyndolfo Silva*. São Paulo: IPSO – Instituto de Projetos e Pesquisas Sociais e Tecnológicas, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Aconteceu longe demais: a luta pela terra dos posseiros em Formoso e Trombas e a Revolução Brasileira (1950-1964)*. São Paulo: Unesp, 2007.
- DEL ROIO, M. T. “A particularidade da revolução passiva no Brasil: uma tradução de Gramsci”. In \_\_\_\_\_. *Gramsci e a emancipação do subalterno*. São Paulo: Unesp, 2018.
- DEL ROIO, M. T. “Translating passive revolution in Brazil”. *Capital & Class*, nº. 36(2), 2012, p. 215 –234.
- DEL ROIO, M. T. “Notas sobre a trajetória de Gramsci na América Latina”. *Revista Crítica Marxista* nº 33, São Paulo: UNESP, 2011.
- DIAS, E. F. “Sobre a leitura dos textos gramscianos: usos e abusos”. In *Revista Ideias*, Campinas: IFCH/UNICAMP, 1994, p. 111-138.
- DIAS, E. F. *O outro Gramsci*. São Paulo: Xamã, 1996.
- DIAS, Giocondo. “Francisco Julião, os comunistas e a revolução brasileira”. In SANTOS, Raimundo (org.). *Questão Agrária e Política: autores pecebistas*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1996.
- DUVERGER, Maurice. *Os Partidos Políticos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- FEIX, Plínio José. *Os Interesses sociais e a Concepção Política e ideológica dos trabalhadores rurais assentados do MST: estudo de caso na região de Rondonópolis-MT*. Dissertação de Mestrado, Campinas: IFCH, Unicamp, 2001.
- \_\_\_\_\_. “A Democracia no Projeto Revolucionário do MST: Uma análise da visão revelada por lideranças”. In MARKUS, Maria Elisa e FEIX, Plínio José (orgs.). *Fazendo História no Cerrado*. Rondonópolis-MT: Styllus, 2005.

- \_\_\_\_\_. “O espaço da democracia nas lutas do MST”. In FERREIRA, Ivanildo José e MARKUS, Maria Elisa (orgs.). *Práticas socioculturais na história regional*. Rondonópolis-MT: Styllus, 2006.
- FERNANDES, Bernardo Mançano, *A Formação do MST no Brasil*, Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
- \_\_\_\_\_. *MST: Formação e Territorização em São Paulo*. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.
- \_\_\_\_\_. *O MST e os desafios para a realização da reforma agrária no governo Lula*. Observatório social da América Latina, ano IV, n.º 11, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Questão Agrária: Conflitualidade e desenvolvimento territorial*. abril, 2004. [www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera](http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera), acesso em 10/04/2007.
- \_\_\_\_\_. *Da “clonagem” a “autofagia”: o dilema da reforma agrária no Brasil*, 03/03/2006. [www.mst.org.br](http://www.mst.org.br), acesso em 09/04/2007.
- FERNANDES, Bernardo Mançano e Ramalho, Cristiane Barbosa. “Luta pela terra e desenvolvimento rural no Pontal do Paranapanema (SP)”. *Revista de Estudos Avançados* 15 (43), São Paulo: USP, 2001.
- FLORESTA, Leila. *Escolas dos acampamentos/assentamentos do MST: uma pedagogia para revolução?* Tese de Doutorado, Campinas: FE/Unicamp, 2006.
- GERMER, C. “Perspectivas das Lutas Sociais Agrárias nos anos 90”. In STEDILE, J. P., *A questão Agrária Hoje*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994.
- \_\_\_\_\_. “O Desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária”. In STEDILE, J. P., *A questão Agrária Hoje*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994a.
- GOTAY, S. “O pensamento cristão revolucionário na América Latina e no Caribe”, tese de doutorado, In: Mueller, E. R. *Teologia da Libertação e Marxismo*. São Leopoldo-RS: Sinodal, 1996.
- GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.
- GRAMSCI, A. *Quaderni del Carcere*: edizione critica dell’Istituto Gramsci a cura di Valentino Gerratana. Turim, Einaudi, 1975.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. “As três frentes de luta de classes no campo brasileiro”. In SANTOS, Raimundo (org.). *Questão Agrária e Política: autores pecebistas*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1996.
- IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. *Igreja e Camponeses: Teologia da Libertação e Movimentos sociais no campo – Brasil e Peru, 1964-1986*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- JULIÃO, Francisco. *Que são as Ligas Camponesas?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

- LEITE, Sérgio; HEREDIA, Beatriz; MEDEIROS, Leonilde [et al.] (coord.). *Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a agricultura: NEAD, São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- LOPES, João Marcos A. “‘O dorso da cidade’: os sem-terra e a concepção de uma outra cidade”. In Santos, Boaventura de Souza (org.). *Produzir para Viver*, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002.
- MARQUES, Marta Inez Medeiros. “Relação Estado e MST: algumas fases e faces”. *Revista Lutas & Resistências – Dossiê dimensões da questão agrária no Brasil*, n.º 1, PPGCS/UEL, Londrina: Midiograf, 2006.
- MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e Tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1975.
- \_\_\_\_\_. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- \_\_\_\_\_. *O Cativo da Terra*. São Paulo: LECH, 1981.
- \_\_\_\_\_. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- \_\_\_\_\_. “Reforma Agrária ameaça à base do poder do latifúndio”. In *Jornal Sem Terra*, julho de 1996.
- \_\_\_\_\_. *Reforma Agrária – o impossível diálogo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.
- MORISSAWA, Mitsue. *A História da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.
- MUELLER, E.R., *Teologia da Libertação e Marxismo*. São Leopoldo-RS: Sinodal, 1996.
- NAVARRO, Zander. “Mobilização sem emancipação - as lutas sociais dos sem-terra no Brasil”, in Santos, Boaventura de Souza (org.). *Produzir para Viver*, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002.
- \_\_\_\_\_. “Sete teses equivocadas sobre as lutas sociais no campo: o MST e a reforma agrária”. *Revista São Paulo em Perspectiva*, Fundação Seade, v. 11, n.º 2, São Paulo, 1997.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.
- PESCHANSKI, João Alexandre. *A evolução organizacional do MST*. Dissertação de Mestrado, São Paulo: USP, 2007.
- RICCI, Rudá. *Terra de Ninguém: representação sindical rural no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.
- SANTOS, Oto. “O Programa do partido, a questão agrária, a organização e a luta dos camponeses”. In SANTOS, Raimundo (org.). *Questão Agrária e Política: autores*

- pecebistas*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1996.
- SANTOS, Raimundo (org.). *Questão Agrária e Política: autores pecebistas*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1996.
- \_\_\_\_\_. “Feudalidade e prussianismo no pensamento agrário do PCB”. In SANTOS, Raimundo (org.). *Questão Agrária e Política: autores pecebistas*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1996a.
- \_\_\_\_\_. “O Agrarismo brasileiro na interpretação de Caio Prado Jr.” *Temas Brasil*, 1999. (disponível em [www.gramsci.org](http://www.gramsci.org)).
- \_\_\_\_\_. “Camponeses e democratização no segundo debate agrarista”. *Temas Brasil*, 1999a. (disponível em [www.gramsci.org](http://www.gramsci.org)).
- \_\_\_\_\_. “Questão agrária e reforma agrária”. *Temas Brasil*, 2000. (disponível em [www.gramsci.org](http://www.gramsci.org)).
- SECCO, L. *Gramsci e o Brasil. Recepção e difusão de suas ideias*. São Paulo: Cortez, 2002.
- SECCO, L. *Gramsci e a Revolução*. São Paulo: Alameda, 2006.
- SOREL, G. *Reflexões sobre a violência*. São Paulo, Martins Fontes, 1992.
- SORJ, Bernardo. “A Reforma Agrária em tempos de democracia e globalização”. *Revista Novos Estudos do CEBRAP*, n.º 50, São Paulo, 1998.
- SOUZA, G. de. “A política partidária nas CEB’s”. *Revista Eclesiástica Brasileira*, vol. 41, fasc. 164, dez de 1981.
- STÉDILE, João Pedro & Fernandes, Bernardo Mançano. *Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.
- STÉDILE, João Pedro. “João Sem Terra”. *Revista Atenção* ano 2, n.º 6, 1996.
- \_\_\_\_\_. “Sem-Terra contra o corporativismo”. *Praga: Estudos Marxistas*, São Paulo: Hucitec, n.º 4, 1997.
- \_\_\_\_\_. “O MST e a questão Agrária”. *Estudos Avançados*, São Paulo: USP, vol. 31, n.º 11, 1997a.
- \_\_\_\_\_. “Sociedade em Crise”. *Revista Carta Capital*, ano XII, n.º360, setembro, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Prioridade do governo é apoio ao agronegócio*. 13/10/2005. [www.mst.org.br/mst](http://www.mst.org.br/mst), acesso em 05/04/2007.
- \_\_\_\_\_. “Sair da crise com a energia do povo”. In: CHAUI, Marilena [et al]. *Leituras da Crise: diálogos sobre o PT, a democracia brasileira e o socialismo*. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.
- TORRENS, João Carlos Sampaio. “O processo de construção das linhas políticas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra”. In MEDEIROS, Leonilde et



al. (org.). *Assentamentos Rurais, uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

**DOCUMENTOS DO MST:**

CADERNO DE EDUCAÇÃO n.º 8. *Princípios da Educação no MST*. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, julho, 1996.

COORDENAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS. “Carta ao Povo Brasileiro”. 21/Junho/2005. Anexo in CHAUI [et al.]. *Leituras da Crise: Diálogos sobre o PT, a democracia Brasileira e o socialismo*. São Paulo, Perseu Abramo, 2006.

CONCRAB. *Organicidade e Núcleos de Base*. [1995].

ESCOLA NACIONAL FLORESTAN FERNANDES/ENFF-MST. *A Política de formação de quadros*. Cadernos de estudos da ENFF, São Paulo, janeiro, 2007.

JORNAL SEM TERRA, exemplares de 1988 a 1999.

JORNAL SEM TERRA, ago./1991.

JORNAL SEM TERRA set/1992.

JORNAL SEM TERRA, fev./mar/ 2007; Junho/2007.

MST. *Manual de Organização dos Núcleos*. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA outubro, 1990.

MST. *Como Organizar a Massa*. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA setembro, 1991.

MST. *Disciplina: Regulamento aprovado pela Coordenação Nacional*. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, janeiro, 1992.

MST. *Elementos Fundamentais da História do MST*. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, julho, 1997.

MST. *Diretrizes para o projeto nacional*. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, novembro de 1997a.

MST. *A Vez dos Valores*, Cadernos de Formação n.º 26, janeiro/1998.

MST. *Mística: uma necessidade no trabalho popular e organizativo*. Cadernos de Formação n.º 27, mar/1998a.

MST. *Construindo o Caminho*. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, julho, 2001.

MST. *Elementos históricos para entender a conjuntura e desafios para acumular forças*. Documento para discussão no Encontro Regional do MST, Itu-SP, outubro, 2004.

MST. *A Reforma Agrária Necessária: Por um projeto popular para a agricultura brasileira*. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, outubro, 2006.



SETOR DE EDUCAÇÃO DO MST, *Princípios da Educação no MST*, Cadernos de Educação, n. 8, Porto Alegre, 1996.

**ENTREVISTAS E CONFERÊNCIAS CITADAS:**

Adelar Pizeta, coordenador nacional Setor de Formação, ENFF, fevereiro 2007.

BOGO, Ademar. *Instrumento Político*. Exposição oral durante a II Assembleia Nacional dos Lutadores e Lutadoras do Povo, Goiânia-GO, março de 2005 (gravação e transcrição: Plínio José Feix).

**INSTITUTOS DE PESQUISA CONSULTADOS:**

DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *Perfil dos sem-terra, 1996* (Banco de dados). São Paulo, 1996. In: Consórcio de Informações Sociais, 2007. Disponível em: <<[www.cis.org.br](http://www.cis.org.br)>>. Acesso em 15/01/2008

INCRA/CRUB/UNB. *I Censo de Reforma Agrária*. In Revista Estudos Avançados nº31, IEA/USP, São Paulo, 1997, p. 27.

*Recebido em 13 de janeiro de 2023*

*Aceito em 13 de janeiro de 2023*

*Editado em fevereiro de 2023*

## GRAMSCI, OS INTELLECTUAIS NA GEOGRAFIA POLÍTICO-PARTIDÁRIA E A CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

### GRAMSCI, INTELLECTUALES EN LA GEOGRAFÍA POLÍTICO-PARTIDISTA Y LA CIVILIZACIÓN BRASILEÑA

*Ricardo José de Azevedo Marinho<sup>1</sup>*

*Vagner Gomes de Souza<sup>2</sup>*

*Pablo De Las Torres Spinelli Fonseca<sup>3</sup>*

#### RESUMO

O artigo aborda, partindo do aporte de Gramsci (1891-1937), a situação atual dos intelectuais na geografia político-partidária na civilização brasileira estabelecendo algumas distinções. Do *continuum* proposto por Norberto Bobbio (1909-2004), que vai da extrema direita à extrema esquerda, distinguem-se as esquerdas e seus intelectuais nas suas inúmeras matizes como neojacobina, reformadora e radical. Aponta-se que mesmo quando as fronteiras entre elas nem sempre são claras, eles têm visões muito diferentes sobre questões fundamentais relacionadas ao valor da democracia e as liberdades individuais. Além de investigar as razões do surgimento dos diferentes tipos de esquerda e seus intelectuais as diferenças entre cada experiência, finalmente aprofundamos os traços fundamentais da perspectiva reformadora, aquela que se define por aspirar a alcançar sociedades mais sustentáveis, onde a liberdade fala em nome da igualdade e igualdade fala em nome da liberdade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Americanismo, esquerda, igualdade, liberdade, república, democracia.

#### RESUMEN

El artículo discute, a partir de la contribución de Gramsci, la situación actual de los intelectuales de la geografía político-partidista en la civilización brasileña, estableciendo algunas distinciones. Del continuum propuesto por Norberto Bobbio, que va de la extrema derecha a la extrema izquierda, la izquierda y sus intelectuales pueden distinguirse en sus innumerables matices, como neojacobina, reformadora y radical. Se señala que aun cuando los límites entre ellos no siempre son claros, tienen puntos de vista muy diferentes

<sup>1</sup> Professor do Instituto Devecchi, da Unyleya Educacional e da UniverCEDAE. Pós-Doutor pelo Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutor em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail: ricardo.marinho@cedae.com.br

<sup>2</sup> Professor das Secretarias Estadual e Municipal do Rio de Janeiro - SME - Rio de Janeiro e SEEDUC - Rio de Janeiro. Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Editor do BLOG VOTO POSITIVO. E-mail: vgsouza@bol.com.br

<sup>3</sup> Professor do Colégio Inovar Veiga de Almeida - Rio de Janeiro. Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail: pscpda@yahoo.com.br

sobre cuestiones fundamentales relacionadas con el valor de la democracia y las libertades individuales. Además de investigar las razones del surgimiento de diferentes tipos de izquierda y sus intelectuales, las diferencias entre cada experiencia, finalmente profundizamos en los rasgos fundamentales de la perspectiva reformadora, aquella que se define por aspirar a lograr sociedades más sostenibles, donde la libertad habla en nombre de la igualdad, y la igualdad habla en nombre de la libertad.

**PALABRAS CLAVE:** Americanismo, izquierda, igualdad, libertad, república, democracia.

## INTRODUÇÃO

É conveniente esclarecer logo no início destas linhas ensaísticas que as distinções que trataremos aqui não se referem a diferenças semânticas dos conceitos indicados nesse extenso título que obviamente existem, mas aceitando o uso próximo as sinonímias que adquiriram no debate público e procuraremos analisar as realidades que eles, no seu conjunto, pretendem abranger.

Afirmamos que os conceitos muitas das vezes não revelam as coisas que estão cobertas e que podem ser muito diferentes, e essas diferenças às vezes também são contraditórias e mesmo parcialmente opostas.

Quando olhamos com Gramsci (Partido Socialista Italiano - PSI depois Partido Comunista Italiano - PCI, pelo qual foi deputado no Reino de Itália de 1924-1926) os intelectuais na geografia político-partidária da civilização brasileira não podemos deixar de dizer que houve época em que se escrevia sobre o Brasil e os que o faziam eram a *intelligentsia* que sempre teve compromissos expressos na vida pública como Jorge Amado (1912-2001) no Partido Comunista Brasileiro - PCB (constituente e deputado federal na legislatura de 1946-1948), Nestor Duarte (1902-1970) na Esquerda Democrática (constituente e deputado federal na legislatura de 1946-1947), Gilberto Freyre (1900-1987) na Esquerda Democrática (constituente e deputado federal na legislatura de 1946-1950), Caio Prado Jr. (1907-1990) no Partido Democrático (PD) e depois no PCB (constituente e deputado do Estado de São Paulo de 1947-1948) e Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) no Partido Socialista Brasileiro (PSB) e depois Partido dos Trabalhadores (PT).

Começaremos analisando alguns pontos de vista teóricos que nos permitem primeiro distinguir as geografias político-partidárias da esquerda, centro-esquerda e outras formas progressistas em relação com aquelas que dizem respeito à direita, bem como a centro-direita e o conservadorismo.

## SEM TEORIA CIVILIZATÓRIA BRASILEIRA, NÃO PODE HAVER MOVIMENTO CIVILIZATÓRIO BRASILEIRO

Sartori nos diz que a esquerda é a política que tem à ética como referência e rejeita a injustiça. A esquerda está marcada pelo altruísmo e a direita pelo egoísmo. Embora ele aponte que devido à *heterogênese dos fins*, nos termos de Hegel, o egoísmo pode subitamente favorecer o bem comum e o altruísmo (com a melhor das intenções) causar danos gerais. Aponta, além disso, por causa de seu fundamento altruísta, que a esquerda tem uma demanda maior pela ética e menos perdão à corrupção quando no poder (Sartori, 2021).

Bobbio, cuja elaboração política é inteiramente permeada por sua reflexão sobre a necessidade de combinar inegavelmente liberdade e igualdade, ele nos propõe em *Direita e Esquerda: Razões e significados de uma distinção política* (2012) um *continuum* que vai desde a visão da extrema esquerda, onde a liberdade é esmagada pelo autoritarismo igualitário, e até mesmo à extrema direita, que se caracterizam por seu duplo caráter autoritário e anti-igualitária, produzindo, entre os dois extremos, posições menos polarizadas como os defensores da liberdade de centro-esquerda e tendentes à igualdade e um centro de direita que é a favor da liberdade, tendo uma vocação menor para a igualdade.

A definição dessas categorias, como em toda sua reflexão envolvida, não é feita a partir de visões absolutas, mas relativas.

Por isso, quando se atribui maior sensibilidade à esquerda para reduzir as desigualdades, não se atribui a ela uma aspiração absoluta por um igualitarismo totalizador e nem tampouco à direita uma vontade obstinada de conservar todas as desigualdades.

O livro é uma rebelião moral e política contra o que ele via como um desarmamento moral da esquerda como resultado do fim abrupto do mundo soviético, da emergência do pensamento neoliberal e das dificuldades que o Estado de bem-estar começava a ter. Isso o incomodava, ao ver o estupor da esquerda numa espécie de rendição à moda da época, uma acomodação, até mesmo um relaxamento da tensão moral e aí ele recoloca veementemente a validade da diferença entre esquerda e direita.

Comentando o livro de Bobbio, Anthony Giddens, talvez o teórico mais exigente e iconoclasta em matéria de renovação na esquerda europeia, levanta: “Embora o que está “na esquerda” ou “na direita” possa mudar, ninguém pode estar à direita e à esquerda ao mesmo tempo” (Giddens, 1999).

Se voltarmos nosso olhar para a Ibero-América, devemos ser antes de tudo cuidadosos com definições muito amplas. Tal como se generalizou com certa imprecisão que os anos 1990 foram uma “virada à direita”, houve uma inexatidão similar só que oposta na qualificação dos anos subsequentes de uma “guinada generalizada para a esquerda”, pelo menos para o que se tem chamado hoje de esquerda e afins no singular, sem aprofundar as diferenciações entre as esquerdas muito diversas.

O primeiro elemento paradoxal é que essa virada parece se cristalizar precisamente nos anos em que a Ibero-América vai bem, entre 2003 e 2008. Anos de forte crescimento, que para compará-lo em sua história, seria necessário traçar nada menos que 40 anos. Esse crescimento com melhor qualidade também teve melhorias nos indicadores sociais, principalmente no emprego e na diminuição momentânea da pobreza e indigência, e naqueles anos (que não é menos importante em nossa fragilíssima história democrática e ainda mais débil republicanamente) a democracia eleitoral era a norma.

Essa mudança produzida, embora menos geral do que parecia e mais diversificada, é menos paradoxal se considerarmos os anos anteriores à dita guinada supostamente bombástica nas análises equivocadas ausentes de críticas ao americanismo (no dizer de Gramsci) da ciência política que aqui se faz. Nesta experiência então, livre desse entulho nada analítico, parece mais claro como um efeito retardado dos resultados medíocres de anos anteriores.

De fato, a década de 1990 e os anos iniciais deste século foram marcados por uma forte hegemonia do pensamento econômico que vê o mercado como entelêquia, com um contrapeso insuficiente do que se tem chamado de esquerdas e afins de uma visão mais aberta e de progresso planetário inclusivo como a transformação produtiva do mundo com equidade naquilo que poderia ser traduzido como um programa da esquerda, centro-esquerda e outras formas progressistas.

Mesmo quando parecia haver exceções parciais naqueles anos, como o Brasil, não havia nenhuma tendência de longo prazo com sucessos relevantes na economia, no social e na política sob a égide de governos apoiados por uma coalizão de centro-esquerda (Partido da Social Democracia Brasileira & Partido da Frente Liberal - PSDB-PFL, PT & Partido Liberal - PT-PL, PT e Partido Republicano Brasileiro - PT-PRB e PT & Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PT-PMDB), que pudessem fazer eles se diferenciarem do resultado medíocre da região (Castells, 2019).

Esse saldo insatisfatório de um período prolongado acabou produzindo em 2018 uma profunda frustração, um ceticismo, não só em relação à democracia, mas, sobretudo, em relação aos resultados econômicos e sociais que dela se exigem, uma percepção de exclusão de grande parte da cidadania, uma visão da globalização nada inclusiva (que de fato assim aconteceu), prejudicial à maioria e uma visão crítica dos governantes vistos como distantes e quase sempre corruptos (Castells, 2018).

A persistência de crises internas e externas (1997, 2001, 2008, 2016) foi acompanhada no Brasil por uma verdadeira prova permanente ao sistema político e uma amarga rejeição dos partidos políticos existentes.

Foi assim que tanto as eleições de 2018 realizadas no final desse período medíocre e volátil quanto às realizadas no período da guinada supostamente bombástica, que terminou com um impeachment em 2016, foram marcadas por um espírito rebelde e mudança política como em 2013, que felizmente assumiu o caminho eleitoral, em meio a crises ameaçadoras com desfechos violentos que infelizmente nos acometeram em nossos 200 anos de história.

Consequentemente, o que se generalizou foi à mudança e a mudança por meio de eleições. A redução dessa mudança a um único tipo parece exagerada, ainda mais se considerarmos as eleições presidenciais mais recentes, onde a maioria dos candidatos do centro a direita venceu. Uma vez que em 2018 destacou-se a expressão do “voto ressentido” numa democracia republicana em risco (Souza, 2019).

No entanto, essa visão é comum fora da região, seja nos EUA ou na Europa, de perspectivas ideológicas muito diferentes. Nos Estados Unidos da América, por aqueles setores que continuam a ser influenciados pela lógica de Carl Schmitt (1888-1985) amigo-inimigo que seguiu na Guerra Fria, e na Europa por aqueles que têm uma nostalgia insuperável de Régis Debray e daí de uma América Latina turbulenta, excitante e de alto risco, de emoções fortes para eles e, para nós, experiências trágicas.

Antes de entrar ainda mais nos detalhes, é conveniente um banho de realismo. Nem todas as mudanças tiveram orientações radicais: o México, tal como no Brasil, onde esses países constituem mais da metade da população ibero-americana e cerca de 70% do seu produto interno bruto (PIB), aparecem quando bem compreendidos num móvel moderado do *continuum* de Bobbio, entre a centro-esquerda e centro-direita.

Uma trilha interessante e diplomática é a fornecida por Alain Rouquié, que caracterizou os governos brasileiros de 1995 a 2018 como desenvolvimentistas sociais e não rumo a uma dita ruptura cujo objetivo seria responder a uma suposta demanda de reparação social e moral. O que aqui se passou foi à continuidade com mudança, com a construção de consensos para evitar a instabilidade político-econômica e consideraram que a modernização permitiria uma resposta eficiente às demandas sociais modernas (Rouquié, 2020).

Essa pontuação é interessante porque se baseia no percurso histórico peculiar que os precede e não em um mundo de opções infinitas e vontade pura. Sem cair em nenhuma cilada histórica, é preciso, ao examinar cada realidade, ver os rumos políticos, os tipos de agravos acumulados, de oportunidades perdidas, de responsabilidade ou irresponsabilidade das classes dirigentes deslocadas, os níveis de coesão alcançados e os níveis de desenvolvimento alcançados.

No entanto, compreender as diferenças históricas não significa ignorar ao menos um núcleo de demandas dos virtuosos binômios liberdade-igualdade e república-democracia que devem ser exigidos de um projeto político para ser considerado genericamente progressista civilizatório.

As experiências de redemocratização do Brasil no século passado sempre fizeram emergir o tema da Reforma Agrária. Tanto na recente redemocratização iniciada em 1985 quanto na de 1945 — ocorrida sob o impacto da vitória das forças do antifascismo (1939-1945) — observamos as tentativas de elaboração de uma transformação política e social no mundo rural de forma consensualizada. Essa perspectiva convergiu para a ampliação da cidadania no período de 1945-1964 no qual os direitos sociais instituídos na Era Vargas foram coroados pela conquista dos direitos políticos.

Ressalvadas as diferenças de conjunturas históricas dos dois momentos de redemocratização, assinalamos para a percepção da continuidade que, entre outros indícios, fez-se com mudanças de orientação da reforma na questão agrária. Portanto, a redemocratização de 1945 inaugurou uma longa travessia em direção de uma política de reforma agrária no Brasil; que iria se exaurir, no período que vai de 1954 a 1964.

Entendemos que a reforma agrária brasileira se constituiu como uma cultura política institucionalizada pela prática de afirmação da legalidade democrática-constitucional. Há uma forte relação entre o desenvolvimento dos direitos políticos pela via democrática e a incorporação do tema agrário como direito social; o que verificamos no debate político em torno da difícil e inconclusa conceituação da "função social da propriedade" já presente na Constituinte de 1946. A bancada comunista na Constituinte de 1946 introduziu no texto constitucional a subordinação do uso da propriedade ao bem-estar social (art. 147); porém a desapropriação só poderia ser feita mediante prévia e justa indenização em dinheiro (art. 141, parágrafo 16), o que recolocava o debate do Império sobre as indenizações da Abolição (Duarte, 1953).

Nesses cenários, favoráveis do pós-1945 e logo soterrado e o especificamente difícil do pré-1964, inúmeros sujeitos políticos e intelectuais contribuíram para a apresentação de diversas propostas de transformação do mundo rural, que tinham em comum a adoção de medidas graduais de Reforma Agrária. As medidas configuraram a formação de um exercício gradual no encaminhamento de mudanças. Assim, consideramos a política agrária de Nestor Duarte como parte integrante dessa formulação



desse programa progressista civilizatório num continuum da política de frente. O intelectual baiano estaria além da geografia política do político de militância liberal-democrática no pensamento social brasileiro.

Ele ocupa um lugar interessante no que se refere à relação entre a transformação da representação política com uma mudança na fonte da subalternidade eleitoral dos pequenos proprietários, ou seja, a proposta do gradual enfraquecimento político do latifúndio. Essa sugestão de teorização da política em Nestor Duarte já se está presente em seu primeiro romance com grande peso na atualidade política brasileira, *Gado Humano* (Duarte, 1937).

A atuação política de Nestor Duarte na geografia político-partidária esteve em constante diálogo com o PCB, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), Ignácio Rangel (1914-1994), Josué de Castro (1908-1973) e tantos outros intelectuais que constituíram um campo político democrático. Sua interpretação pretende ampliar o foco de análise do processo de modernização no sentido de tornar mais dinâmica uma abordagem que vincule a sociedade agrária e a ordem política, o que se torna mais interessante ao verificar a manifestação do voto no mundo rural.

Outro intelectual que fez uma intervenção política no espaço público brasileiro foi o também baiano Jorge Amado. A questão do tema agrário esteve presente em suas obras dos anos 1930 e 1940 com pontos convergentes ao da linha política do PCB, como até inseriu temas que se tornariam fundamentais no mundo agrário antes da sua consolidação na academia, como os fenômenos do cangaço e do messianismo; e, além disso, ao elaborar a defesa de culto e da liberdade religiosa no país na Constituinte de 1946 conseguiu inserir a convergência entre a liberdade e a igualdade sem nenhuma amarra das instituições religiosas no quesito fé e que, ao mesmo tempo, pudessem esclerosar o processo de soerguimento das massas populares em prol de sua individuação, o que o tangência em uma chave de leitura da posta por Marx sobre o tema da religião e fé (Marx; 2010).

## CONCLUSÃO

As distinções que fizemos naturalmente têm sobreposições e pontos de interseção na vida real. Apesar disso, as distâncias e diferenças são reais e às vezes exclusivas. Assim como você não pode ser à esquerda e à direita ao mesmo tempo, você não pode ser a favor e contra a república e a democracia ao mesmo tempo.

Diversidade e debate são bons, e é justo ressaltar que o programa progressista civilizatório brasileiro não pode e não deve ser absolutamente homogêneo, embora também não possa ser uma espécie de salão do faroeste onde alguns caubóis míticos e não históricos como demonstrou Eric Hobsbawm (1917-2012) no seu livro póstumo de 2013, impondo a lei pela velocidade com que saca suas armas, ou o que quer que seja.

Entre os paramos e a lei da selva há um amplo espaço de possibilidades políticas, com debate, república, regras do jogo democrático, com espaços de crítica e ação coordenada e projeto coletivo.

É legítimo apreciar a obra construída com olhos mais ou menos críticos; isso dependerá das diferentes sensibilidades, do local de onde ocorrem as mudanças e até dos traços de caráter.



Nada disso deve ser um obstáculo para, ao final do debate, agir de maneira concordante e leal.

Gostaríamos de concluir apontando alguns elementos que nos parecem essenciais para que o espaço progressista civilizatório brasileiro reformador se torne uma força principal e duradoura.

1) A primeira é a adesão ativa dos intelectuais e dos partidos e sem concessões à república e à democracia em suas dimensões processuais. Aquela caracterizada pela realização regular de eleições livres, institucionalizadas e competitivas, bem como a validade das liberdades políticas como opinião, expressão, associação, movimento, acesso a meios jornalísticos não monopolistas e afins. Caracterizado em suma, porque as maiorias, seja qual for o seu tamanho, respeitam a minoria e onde estes podem, por sua vez, tornar-se maioria. Este, e não as políticas econômicas ou sociais é o ponto decisivo da intransponível diferença entre o critério de interpretação de Gramsci como baliza da proposta progressista civilizatória e uma versão neojacobina que maltrata esses princípios.

2) A segunda é à distância das exclusões: nem desista da liberdade em nome da igualdade nem da igualdade em nome da liberdade.

A convicção de que viver em sociedade exige sacrificar a liberdade individual, levando em conta a presença do outro, desenvolvendo a solidariedade do gênero humano. Igualdade também não é absoluta e muito menos de uniformidade, de ausência de diversidade. De uma perspectiva progressista civilizatória, é necessário um compromisso persistente para alcançar uma sociedade mais justa, para igualar oportunidades, para garantir um mínimo civilizacional para todos. Isso requer uma esfera pública com capacidade e vontade de agir, de tornar realidade as liberdades positivas e o cumprimento progressivo dos direitos econômicos e sociais. Como aponta Rosanvallon (2013) uma política de esquerda para uma sociedade de iguais deve ser sempre uma política ativa de intervenção e de não aceitação da força das escolhas.

3) A terceira é a abertura e curiosidade sobre o que é novo, a vontade de sempre corrigir o que foi feito. Isso não significa desvalorizar o que foi feito, mas entendê-lo como um passo em um longo caminho. Esse ensinamento de Marx demorou a ser compreendido por tantos. Gramsci vai chegar a ela no cárcere e nos deixara reflexões riquíssimas sobre essa conquista.

É a solidez do que foi conquistado que nos permite pensar criticamente sobre como seguir em frente.

É porque uma base sólida para o desenvolvimento equitativo é sempre construída num processo histórico de longuíssima duração, e que podemos pensar em fazer coisas diferentes e novas para avançar.

Na experiência brasileira recentemente interrompida, há muitos exemplos. Sem ter removido todas as probabilidades de retrocesso, os enclaves mais indignos nos nossos 200 anos ainda não foram purgados. Sem sair do atoleiro da educação que se encontra assim desde a promulgação da Constituição, a qualidade da educação só pode ser colocada como eixo do debate com a Lei Darcy Ribeiro (1922-1997) de 1996. Sem ter dado os passos gigantescos e firmes na redução da pobreza, hoje uma sociedade mais igualitária poderia ser discutida como uma questão bem encaminhada. Sem ter avançado em um Brasil macroeconomicamente integrado as melhores práticas da economia

mundial, não será possível colocar a questão ambiental e as mudanças climáticas na agenda concretamente.

4) A quarta refere-se à ética da reforma. Ela é difícil. Não carrega consigo a vertigem da refundação, as vozes do épico e a duração de um momento excitado e curto para depois se transformar em opacidade, retórica distante da realidade, num “parlamentarismo negro” nas palavras de Gramsci. A ética da reforma deve coexistir com o que a sociedade delibera no binômio república-democracia, inclusive o mercado que antecede a sua apropriação pelo sistema do capital, em tempos longos, sem épica nem epopeia.

Como aprendemos com o pessimismo da razão, acreditamos que, para evitar a decadência e a corrupção, é necessário o império objetivo de normas no dizer de Ronald Dworkin (2021) que minimizem a discricionariedade. Mais regras, então, para evitar abusos em um processo de mudança.

5) Uma reflexão final, ser adepto da civilização não significa banir o sonho. Mas você só sonha bem quando seus pés estão no chão e você trabalhou duro. Não abandonar o longo caminho da mudança e atolar-se em atalhos arriscados não significa renunciar a ideais.

Digamos com Max Weber (1864-1920), que não é suspeito de nenhum arroubo nos deixa a lição de que a política é um trabalho duro e lento com madeira dura, com uma combinação de paixão e bom senso. É, claro, inteiramente correto e confirmado por toda a experiência histórica, que o que é possível nunca teria sido alcançado se os indivíduos no mundo não tivessem tentado repetidamente o impossível.

## REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. Os intelectuais e o poder: Dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. 1ª edição. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

BOBBIO, Norberto. Direita e Esquerda: Razões e significados de uma distinção política. 3ª edição. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

BOBBIO, Norberto. Autobiografia: Uma vida política. 1ª edição. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

CARREIRÃO, Yan de Souza. “Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006”. *Opinião Pública*, vol. 13, no. 2, p. 307-339, nov. 2007.

CASTELLS, Manuel. Ruptura: A crise da democracia liberal. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CASTELLS, Manuel (Org.) Outra economia é possível: Cultura e economia em tempos de crise. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

DUARTE, Nestor. Gado Humano. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1937.

DUARTE, Nestor. *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1939.

DUARTE, Nestor. *Reforma Agrária*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1953.

DWORKIN, Ronald. *O Império do Direito*. 3ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2021.

FUKS, Mario. & MARQUES, Pedro Henrique. “Contexto e voto: o impacto da reorganização da direita sobre a consistência ideológica do voto nas eleições de 2018”. *Opinião Pública*, vol. 26, no. 3, p. 401-430, set.-dez. 2020.

GIDDENS, Anthony. *Para além da esquerda e da direita: o futuro da política radical*. São Paulo: UNESP, 1996.

GIDDENS, Anthony. *A Terceira Via*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GIDDENS, Anthony (Org.). *O debate global sobre a terceira via*. São Paulo: UNESP, 2007.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Volume 1: Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Orelha de Joseph A. Buttigieg. Quarta capa de Eric Hobsbawm. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. Volume 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Orelha de Leandro Konder. Quarta capa de Norberto Bobbio. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. Volume 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Trad. Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Orelha de Francisco de Oliveira. Quarta capa de Pietro Ingrao. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. Volume 4: Temas de cultura. Ação Católica. Americanismo e fordismo. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio Henriques. Orelha de Luiz Werneck Vianna. Quarta capa de Michael Löwy. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Volume 5: O Risorgimento. Notas sobre a história da Itália. Trad. Luiz Sérgio Henriques. Orelha de Octavio Ianni. Quarta capa de Valentino Gerratana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Volume 6: Literatura. Folclore. Gramática. Apêndices: variantes e índices. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio Henriques. Orelha de Alfredo Bosi. Quarta capa de Giorgio Baratta. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HOBBSAWM, Eric. *Tempos fraturados: Cultura e sociedade no século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

MARX, Karl. *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo, 2010.

NICOLAU, Jairo. *O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

OLIVEIRA, C. & TURGEON, M., *Ideologia e comportamento político no eleitorado brasileiro*. *Opinião Pública*, 21, pp.574-600, 2015.

ROSANVALLON, Pierre. La sociedad de iguales. - 1a ed. - Buenos Aires: Manantial, 2012.

ROUQUIÉ, Alain. O extremo-ocidente: Introdução à América Latina. São Paulo: EDUSP, 1991.

ROUQUIÉ, Alain. O Brasil do Século XXI. Lisboa: Instituto Piaget, 2009.

ROUQUIÉ, Alain. L'Appel des Amériques. Paris: Seuil, 2020.

SARTORI, Giovanni. ¿Qué es la democracia? 2ª edición. Madrid: Taurus, 2021.

SINGER, André Vitor. Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994. São Paulo: Edusp, 2002.

SOUZA, Vagner Gomes de. A sagrada política. Rio de Janeiro: Albatroz, 2019.

TAROUCO, Gabriela da Silva & MADEIRA, Rafael Machado. "Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil". Revista de Sociologia e Política, vol. 21, n° 45, p. 149-165, mar. 2013.

TAROUCO, Gabriela da Silva & MADEIRA, Rafael Machado. "Os partidos brasileiros segundo seus estudiosos: Análise de um expert survey". Civitas - Revista de Ciências Sociais, Porto Alegre, Volume: 15, Número: 1, e24-e39, jan.-mar. 2015.

*Recebido em 13 de janeiro de 2023*

*Aceito em 13 de janeiro de 2023*

*Editado em fevereiro de 2023*

## INTELECTUAIS, MODERNO PRÍNCIPE E O PARTIDO DOS TRABALHADORES

INTELLECTUALS, MODERN PRINCE AND THE WORKERS' PARTY

INTELECTUALES, PRÍNCIPE MODERNO Y EL PARTIDO DE LOS TRABAJADORES

Leandro Galastri\*

### RESUMO

O artigo em questão procura apresentar algumas importantes categorias de Gramsci na discussão sobre a relação entre o partido de massas e os intelectuais, o desenvolvimento do conceito de moderno príncipe e sua relação, por exemplo, com a ideia de revolução passiva. Na sequência, traça um panorama do desenvolvimento do Partido dos Trabalhadores como o principal partido popular no Brasil, analisando sua evolução pelo prisma gramsciano. Por fim, são formuladas algumas sugestões críticas a respeito da progressiva lógica eleitoral que passou a predominar no PT e o enfraquecimento das estratégias de vinculação aos movimentos populares de massa.

**Palavras-chave:** Gramsci, Intelectuais, moderno Príncipe, Partido dos Trabalhadores.

### ABSTRACT

The article in question seeks to present some important categories of Gramsci in the discussion about the relationship between the mass party and the intellectuals, the development of the concept of the modern prince and its relationship, for example, with the idea of passive revolution. It then traces an overview of the development of the Workers' Party as the main popular party in Brazil, analyzing its evolution through the Gramscian prism. Finally, some critical suggestions are made regarding the progressive electoral logic that came to predominate in the PT and the weakening of the strategies of attachment to popular mass movements.

**Keywords:** Gramsci, Intellectuals, Modern Prince, Workers' Party.

### RESUMÉN

El artículo en cuestión busca presentar algunas categorías importantes de Gramsci en la discusión sobre la relación entre el partido de masas y los intelectuales, el desarrollo del concepto del príncipe moderno y su relación, por ejemplo, con la idea de revolución pasiva. Luego traza un panorama del desarrollo del Partido de los Trabajadores como principal partido popular en Brasil, analizando su evolución a través del prisma gramsciano. Finalmente, se hacen algunas sugerencias críticas respecto de la lógica electoral progresiva que llegó a predominar en el PT y el debilitamiento de las estrategias de vinculación a los movimientos populares de masas.

**Palabras clave:** Gramsci, intelectuales, Príncipe moderno, Partido de los Trabajadores.

### INTROITO

Este texto está dividido em duas partes principais. A primeira trata de elementos teóricos sobre o tema dos intelectuais e do partido político no pensamento de Gramsci. A segunda descreve, em traços panorâmicos, as origens e o processo de consolidação do Partido dos

Trabalhadores (PT) como principal partido de massas do Brasil após a redemocratização. O exame desse processo com os instrumentos teóricos de Gramsci conduzirá às sugestões finais deste trabalho, que incluem a ideia de que o PT perdeu o elemento intermediário que unificaria direção e base de massas durante seu movimento de institucionalização e do predomínio de estratégias eleitorais.

## 1 - PARTIDO E INTELECTUAIS

Ao afirmar que um governo deve existir com o consenso dos governados, mas um consenso organizado, não “genérico e vago”, Gramsci lembra que o Estado possui e requer o consenso, mas também “educa esse consenso” (GRAMSCI, 2001, p. 56). A função de um partido de massas, analogamente, não seria educar determinado consenso nos grupos subalternos? Se este é o caso, a ação intelectual de suas frações organizadas é estratégica para qualquer partido revolucionário.

No parágrafo 25 do Caderno 11 dos *Quaderni del carcere* (GRAMSCI, 2001, p. 1430), a observação sobre a necessidade de o partido aderir aos aspectos mais íntimos, “econômico-produtivos”, da própria massa, guarda, obviamente, relação com a cotidiana reprodução material de vida das classes trabalhadoras. É o “sentir” que deve vir, necessariamente, acompanhado do “saber”, ou seja, a fração dos grupos subalternos organizada no partido, aqueles que se tornam intelectuais pela ação organizativa da classe, bem como seus intelectuais de profissão, devem se manter organicamente vinculados à vida dos subalternos.

Aqui é oportuno lembrar qual é a ideia de partido político nos *Quaderni*, ainda que em traços breves e parciais. De um quadro que é, principalmente, histórico político, Gramsci formula uma teoria do partido como etapa essencial do processo mais geral de “relações de força” (FILIPPINI, 2009, p. 618). Na análise dos diferentes níveis de relações de força em determinada formação social, o partido político é o momento em que se agregam as forças sociais que ultrapassam a compreensão meramente corporativa e econômica de seus interesses, alcançando a necessidade de elaborar uma própria concepção de mundo:

I) uma relação de forças sociais estreitamente ligada à estrutura, objetiva, independente da vontade dos homens, que pode ser medida com os recursos das ciências exatas ou físicas (...). II) um momento sucessivo que é a relação de forças políticas, ou seja, a avaliação do grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançado pelos vários grupos sociais (...). III) O terceiro momento é aquele da relação de forças militares, imediatamente decisivo em cada caso (o desenvolvimento histórico oscila continuamente entre o primeiro e o terceiro momento, com a mediação do segundo) (...) (GRAMSCI, 2001, p.1583-1586).

A formação de um partido de classe ocorre em algum lugar naquele segundo momento e avança para relações de força decisivas no terceiro momento, que atinge o nível de embate político-militar. Em outra passagem, Gramsci apresenta, mais uma vez, o “estágio” da



organização política própria como nível mais elevado de autoconsciência de determinado grupo social. Ao refletir sobre a elaboração de uma história dos grupos subalternos, ele elenca a necessidade de serem estudados:

1) a formação objetiva dos grupos sociais subalternos através do desenvolvimento e das convulsões que se verificam no mundo da produção econômica, sua difusão quantitativa e sua origem a partir de grupos sociais preexistentes, dos quais conservam por um certo tempo a mentalidade, a ideologia e os objetivos; 2) sua adesão de maneira ativa ou passiva às formações políticas dominantes, as tentativas de influir sobre os programas dessas formações para impor reivindicações próprias e as consequências de tais tentativas na determinação de processos de decomposição e de renovação ou nova formação; 3) o nascimento de novos partidos dos grupos dominantes para manter o consenso e o controle dos grupos subalternos; 4) as formações próprias dos grupos subalternos para reivindicações de caráter restrito e parcial; 5) as novas formações que afirmam a autonomia dos grupos subalternos, porém nos velhos quadros; 6) as formações que afirmam a autonomia integral, etc. (GRAMSCI, 2001, p. 2288).

Os itens cinco e seis se referem aos níveis mais elevados de organização política de determinados grupos subalternos, ou seja, o momento de sua constituição como classe no sentido integral, aquele da proposição de nova hegemonia. Obviamente, não se trata, nessa passagem ou na anterior, de etapas no sentido literal, linearmente apresentadas pela “progressão” temporal de cada situação, mas de diferentes níveis de relações de forças verificados na história, entre os grupos e classes sociais presentes em cada contexto.

Gramsci afirma, ainda, que os partidos não são apenas expressão mecânica das classes, mas “reagem energicamente sobre elas para desenvolvê-las, consolidá-las, universalizá-las...” (GRAMSCI, 2001, p. 387). Mas tampouco essa dialética ocorre “mecanicamente”. Que tipo de partido tem condição de “reagir energicamente” sobre a classe ou conjunto de classes que representa? Aquele que assume a função de ser o organizador da fase hegemônica nas relações de força, um partido de massas. Tal partido também possui a função de organizar a hegemonia dos grupos mais avançados da classe trabalhadora sobre o restante da classe.

Gramsci se pergunta o que se torna o partido político em relação ao problema dos intelectuais, respondendo em seguida que ele cumpre, na sociedade civil, a mesma tarefa desempenhada pelo Estado na sociedade política, ou seja, buscar a fusão entre os intelectuais tradicionais e os intelectuais orgânicos de um grupo social, e acrescenta que o partido

Pode desempenhar [tal tarefa] dependendo de sua função fundamental de elevar os membros “econômicos” de um grupo social à qualidade de “intelectuais políticos”, isto é, organizadores de todas as funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política (GRAMSCI, 2001, p. 477).



Aqui, alguns problemas ou obstáculos muito importantes comparecem. Primeiro, o problema de não se estudar sistematicamente, de não se pesquisar as razões de ser e de desenvolvimento da classe representada. Ao se referir à opinião sobre o suposto “apoliticismo” (GRAMSCI, p. 1664) das classes subalternas, Gramsci parece atribuí-lo mais ao preconceito do que ao real conhecimento do modo de vida dos grupos subalternos. Por fim, a ausência de organização política também está relacionada a uma situação na qual “as necessidades econômicas mais imediatas não podem encontrar satisfação regular permanentemente” (GRAMSCI, 2001, p. 815), ou seja, em tais circunstâncias não se alcança “uma completa estruturação em um partido político” (FILIPPINI, 2009, p. 605). Essa curta explicação é essencial, pois, obviamente, não se trata de necessidades e carências imediatas de cada família, pobreza ou algo do gênero, mas de determinada relação de forças no âmbito da produção que, para ser superada a favor da classe operária, precisa conhecer, por parte desta, formas de organização política, ou o partido político, contextualmente falando.

Ainda em relação aos intelectuais, o partido pode ser considerado como “escola da vida estatal” (GRAMSCI, 2001, p. 920), ao mesmo tempo em que todos os membros do partido devem ser considerados intelectuais (GRAMSCI, 2001, p. 478). Daí a importância de que os intelectuais do partido conheçam e sintam o cotidiano da classe que representam, que estudem e pesquisem esse cotidiano, façam dele e com ele uma filologia vivente, e se tornem e ajudem a formar outros intelectuais orgânicos no sentido gramsciano, ou seja, aqueles elementos do partido que exerçam uma função de direção e de organização, para além do sentido restrito da profissão de intelectual (GRAMSCI, 2001, pp.1513-1551).

O “espírito de partido” deve se tornar elemento fundamental de um “espírito estatal” a ser cultivado pelo grupo que propõe nova hegemonia (GRAMSCI, 2001, p. 1755). Assim deve ser porque o Estado é a organização política da classe dominante que se tornou hegemônica antes disso. O Estado é a instância mais alta da construção, difusão e consolidação de uma concepção de mundo específica, nova, pertencente à nova classe que dirige a sociedade.<sup>1</sup> Diversamente do partido que funciona como força social regressiva, burocraticamente centralizado, o partido que é uma força social progressiva pratica o centralismo democrático, a conexão orgânica com as massas de trabalhadores organizando sua vontade política.

Portanto, no cerne do pensamento de Gramsci está a presença do partido como elemento imprescindível de uma política de massas. E por que é assim? Porque apenas a passagem da concepção econômico-corporativa para a concepção política de luta pelas classes trabalhadoras - ou o que Gramsci reclassifica como “catarse”, “para indicar a passagem do momento meramente econômico (ou egoístico-passional) ao momento ético-político, isto é, à elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens” (GRAMSCI, 2001, p. 1244) - pode construir nova hegemonia, ou seja, uma concepção de mundo que seja exercida sobre o conjunto da sociedade.

Já nas reflexões sobre a questão meridional, no inacabado texto de 1926, às vésperas de seu encarceramento, Gramsci assevera que o proletariado, para ser capaz de governar como classe, deve se livrar de todo resíduo corporativo, “de todo preconceito ou incrustação sindicalista” (GRAMSCI, 1971, p. 144). O partido é o elemento daquela relação de forças que em Marx constitui a “superestrutura ideológica”, em que “os homens tomam consciência” de seus conflitos e antagonismos:

Estamos aqui diante daquele movimento por meio do qual o particular (o econômico-corporativo) é dialeticamente superado no universal (o ético-político), elevação que Gramsci considera uma determinação essencial da práxis política quando ela é tomada em seu sentido amplo (COUTINHO, 2009, p. 105-106)

Partindo da crítica das concepções de política como paixão, de Croce, bem como do anti-jacobinismo e economicismo sorelianos, e ainda acompanhando os estudos sobre a natureza do moderno partido político em Weber e Michels, Gramsci elabora sua própria e conhecida concepção dos traços fundamentais dessa organização moderna, em seu perfil de massas:

Para que um partido exista, é necessário que haja confluência de três elementos fundamentais (ou seja, três grupos de elementos): 1) Um elemento generalizado, de homens comuns, médios, cuja participação é oferecida pela disciplina e fidelidade, não pelo espírito criativo e altamente organizacional. Sem eles o partido não existiria, é verdade, mas também é verdade que o partido não existiria “só” com eles. Eles são uma força na medida em que há quem os centralize, organize, discipline, mas na ausência dessa força coesiva eles se dispersariam e desapareceriam em uma poeira impotente. (...) 2) O elemento coesivo principal, que se centraliza no campo nacional, que faz com que um conjunto de forças se torne eficiente e poderoso que, se deixado a si mesmo, contaria zero ou muito pouco; este elemento tem uma força altamente coesiva, centralizadora e disciplinadora. (...) 3) Um elemento médio, que articula o primeiro com o terceiro elemento, que os põe em contato, não apenas “físico”, mas moral e intelectual. Na realidade, para cada partido existem “proporções definidas” entre esses três elementos e a eficiência máxima é alcançada quando essas “proporções definidas” são realizadas. (...) Diante dessas considerações, pode-se dizer que um partido não pode ser destruído por meios normais quando, uma vez que o segundo elemento necessariamente existe, cujo nascimento está ligado à existência de condições materiais objetivas (e se este segundo elemento não existe, todo raciocínio é vazio) mesmo no estado disperso e errante, os outros dois não podem deixar de se formar, ou seja, o primeiro que necessariamente forma o terceiro como sua continuação e meio de expressão (GRAMSCI, 2001, pp. 1733-34).

Na passagem de primeira redação do texto acima, Gramsci (2001, p.1133) se refere à chamada “lei das proporções definidas” da química para utilizá-la como metáfora das condições para a transformação de um movimento em partido, ou “força política

eficiente”, segundo a possibilidade de existência de cada um dos níveis acima descritos. Logo a seguir, no entanto, contorna o aparente determinismo afirmando que o “automatismo histórico de determinada premissa é fortalecido politicamente por partidos e homens ‘capazes’”, cuja ausência tornaria estéril aquele automatismo: “Por isso se pode dizer que os partidos possuem a tarefa de criar dirigentes, são a função de massa que seleciona, desenvolve e multiplica os dirigentes necessários” para que determinada massa de homens e mulheres se torne um exército politicamente organizado (GRAMSCI, 2001, p. 1133). Não é automático, portanto, que um movimento se torne partido, mas para a luta de hegemonias é preciso que o faça. Para fazê-lo, essas são as condições a serem criadas pela vontade, por um trabalho de construção incessante e por análises precisas das relações de força.

Tem grande importância que Gramsci chame a atenção para o perfil estratégico do estrato do partido responsável pela coordenação e centralização da “vontade coletiva” (GRAMSCI, 2001, p.1058). São essas centralização e coordenação que farão com que uma ação de massas seja efetiva e evite a preponderância de elementos de espontaneidade, que poderiam se tornar mesmo regressivos. A falta de uma organização política que conduza os impulsos coletivos para ações predominantemente progressivas e unificadas pode custar caro em momentos de descontentamento generalizado e de crise de direção do Estado.

A questão do partido em Gramsci envolve, assim, o momento de unidade entre espontaneidade e direção consciente, ou seja, “disciplina”, como “modelo de ação política real das classes subalternas enquanto política de massas” (GRAMSCI, 2001, p. 330). Sem organização política, sem um órgão político unificado e de massas, não há possibilidade de ofensiva ou resistência que seja bem-sucedida contra as iniciativas regressivas das classes dominantes.

A existência de uma tal organização não resolve os perigos e riscos ainda existentes, que são agora a separação entre os órgãos dirigentes do partido e sua base de massas, a substituição do partido como um todo pelas suas instâncias burocratizadas e cristalizadas no topo. Trata-se de evitar e lutar contra a quebra da dialética real entre massas e partido e entre o corpo do partido e seus organismos dirigentes (LIGUORI, 2009, p. 621).

O perigo observado por Gramsci é o processo de burocratização, ou “o crescimento do aparato burocrático, seja no Estado ou no partido” (FILIPPINI, 2009, p. 620). A causa seria uma “cisão de classe” no interior da organização, momento em que os dirigentes se tornam uma casta em si e se destacam dos grupos dirigidos. Polemizando contra a direção de Bordiga em 1925, escreve Gramsci:

O Comitê Central, ou antes, o Comitê Executivo era todo o partido, em vez de representá-lo e dirigi-lo. Se esta concepção fosse permanentemente aplicada, o partido perderia as suas características políticas distintas e se tornaria, no melhor dos casos, um exército (e um exército de tipo burguês), perderia sua força de atração, se separaria das massas (GRAMSCI, 1971, pp. 55-56).

Em seu debate com o bordiguismo, contra o formalismo doutrinário e contra a presunção de poder guiar as massas apenas à luz de uma teoria concebida supostamente para tal, Gramsci sustenta a necessidade de que o Partido Comunista seja uma parte da própria massa, acompanhando-as também nos momentos de contradição e recuo (LIGUORI, 2009, p. 621).

Gramsci insiste na advertência para o perigo da cristalização burocrática, que é “a força consuetudinária e conservadora mais perigosa”, podendo ocasionar que “nos momentos de crise aguda, [o partido] é esvaziado de seu conteúdo social e permanece como que suspenso no ar” (GRAMSCI, 2001, p. 1604). Permanecer “suspenso no ar” ou, em metáfora equivalente, “sem chão” em momentos de “crise aguda”, é então a consequência provável para todo partido que se pretenda de massas, mas que delas se afaste por um processo de burocratização. Para o partido de massas, afastar-se de suas bases populares significa deixar de prepará-las justamente para os momentos de crise, em que a sua força de mobilização seria necessária para garantir a integridade e permanência de um movimento progressivo sempre construído a duras penas (já que não deixará de ser sempre a duras penas a construção de qualquer organização política que se choque contra os sentidos e tendências das classes dominantes).

### *1.1 - O partido-drama em Peter Thomas*

Como um partido que se pretenda de massas deve ser dirigido? Gramsci aponta a específica natureza da direção que deveria caracterizar o Partido Comunista: aquela que reduzisse progressivamente a distância entre líderes e liderados, em uma relação de pedagogia dialética. É nessa dinâmica que se pode encontrar a especificidade da teoria da hegemonia de Gramsci traduzida para os termos de uma teoria da organização política (THOMAS, 2020, p.18).

Primeiro, Gramsci demonstra o desejo de extrair do pensamento marxista um sistema ordenado de política atual, na linha do Príncipe de Maquiavel, cujo tópico seria o partido político em suas “relações com as classes e com o Estado: não o partido como categoria sociológica, mas o partido que quer fundar o Estado” (GRAMSCI, 2001, p. 432). A função do Príncipe é, portanto, fundir-se ao povo e organizar suas vidas pulverizadas e dispersas em uma vontade coletiva (GRAMSCI, 2001, P. 1556).

Aqui tratamos então, de forma mais específica, do caráter desse “moderno príncipe” para a política de massas. O partido político, no caso do príncipe maquiaveliano, assume, ou deve assumir, uma prática em que ideologia política e ciência política se fundem em forma dramática, ou na forma do “mito” (GRAMSCI, 2001, p. 1555). Em outras palavras, o partido deve exercer a arte da política, no sentido em que o qualificativo “arte” também é aplicável à guerra: a intuição das decisões que conciliam habilmente as oportunidades

da fortuna com a força da *virtù*, ou ainda a força da *virtù* que sabe condicionar as oportunidades da fortuna.

A questão da “forma dramática” que o príncipe deve incorporar tem relação, segundo Thomas (2020), com a relevância do teatro para o Gramsci crítico literário: a importância do teatro na formação cultural e política de Gramsci seria frequentemente esquecida. Ainda em um período decisivo de seu desenvolvimento, ele foi crítico de teatro para o *Avanti!* de 1915 a 1920, posteriormente reivindicando ter descoberto e ajudado a popularizar Pirandello, cujo teatro, de fato, constituía o terceiro tópico do primeiro plano de estudos na prisão, em uma carta a Tania de 19 de março de 1927 (GRAMSCI, 2005, p. 129). De forma semelhante, sugere Thomas (2020) que a importância do drama no trabalho de Maquiavel em geral, e não apenas em suas comédias inovadoras, é muitas vezes negligenciada – espantosamente, mesmo em um trabalho tão claramente dramático como *O Príncipe*.

O moderno príncipe de Gramsci não é necessariamente um sujeito identificável entre outros possíveis, como o “intelectual orgânico” ou o “operário de fábrica” ou ainda o próprio Partido Comunista especificamente, mas justamente o desenvolvimento dramático do discurso dos escritos carcerários, que propõe a transformação da vida dispersa dos grupos subalternos em novos princípios e novas práticas de organização social; o novo Príncipe representa para Gramsci não uma instituição, forma ou sujeito, mas um processo de totalização da reforma moral e intelectual (THOMAS, 2020, p. 20-21).

Segundo Thomas (2020), o epílogo de *O Príncipe* volta-se para o conteúdo anterior da obra, revelando que, no desenrolar desta, tratava-se o tempo todo das capacidades do povo de atuar politicamente; que durante todo o livro, o povo esteve apenas observando a si mesmo, ou seja, a encenação dramática de suas próprias qualidades, características, deveres e necessidades. O livro é a “concreta fantasia” de suas próprias capacidades, realmente existentes, para sua autolibertação e seu autogoverno: “O epílogo d’*O Príncipe*, portanto, torna o livro um tipo de ‘manifesto político’ porque representa (...) o próprio processo de libertação que o protagonista do livro tinha sido chamado a desempenhar” (THOMAS, 2020, p. 25).

A culminância de um “maquiavelian moment” em Gramsci tem a ver com os desdobramentos do conceito de revolução passiva, bem como a necessidade de que fosse constituída uma unificação das forças antifascistas já no interior do regime de Mussolini. Era necessário um processo que superasse as imposições políticas de uma revolução passiva, a modernização conservadora, a partir “de cima”, com a completa exclusão dos grupos subalternos da participação política e processos decisórios dos destinos do Estado. É em uma série de notas intitulada “Machiavelli” que Gramsci explora os limites da revolução passiva como processo histórico e conceito teórico (THOMAS, 2020, p.29).

Assim, a expressão “revolução passiva” é usada por Gramsci para descrever a situação de ausência do príncipe como fantasia concreta ou, mais especificamente, o fato histórico

da ausência de iniciativa popular quando se refere ao *Risorgimento* italiano, ou seja, o papel dos moderados em prevenir ativamente a iniciativa popular organizada em forma política, no momento jacobino radical-popular que havia distinguido a experiência da Revolução Francesa (THOMAS, 2020, p. 27).

Uma interessante hipótese apresentada por Thomas sobre a formulação do Moderno Príncipe que aparece como o antídoto para Revolução passiva é a que segue abaixo:

Por um lado, o aprofundamento do engajamento de Gramsci sobre Maquiavel ocorre em um momento em que suas perspectivas de organização anteriores tinham atingido um impasse. Nas primeiras fases dos Cadernos do Cárcere, quando Maquiavel desempenhava um papel predominantemente histórico, e não teórico ou ‘dramático’, Gramsci tinha se preocupado principalmente em analisar o surgimento das formas da modernidade política burguesa. Esta linha de pesquisa está encapsulada em sua noção distintiva de ‘revolução passiva’, um conceito que, às vezes, se pensou passar por um processo de ‘extensão excessiva’ ou ‘alongamento’ em três estágios distintos, mas que, ao contrário, é definido pelo desenvolvimento consistente de uma orientação fundamental. É esse desenvolvimento que dá origem ao ‘moderno Príncipe’ e a suas vidas posteriores, como o antídoto teórico e prático da revolução passiva (THOMAS, 2020, P.26).

Essa tese também afirma, por consequência, o caráter regressivo de todo fenômeno de revolução passiva, visto que representa a ausência da vontade política e a dispersão das massas, todo o oposto do que o caráter do moderno Príncipe representaria.

Dessa forma considerado, afastando qualquer resíduo de fatalismo, é apenas postulando como necessária uma antítese vigorosa, que coloque toda sua força em movimento, que o conceito de revolução passiva obtém um sentido político concreto (GRAMSCI, 2001, p. 1824). É no decorrer do primeiro semestre de 1933 que Gramsci aprofunda sua pesquisa maquiaveliana nessa direção:

A exploração das condições de desenvolvimento de tal “antítese vigorosa” constitui o foco do trabalho de Gramsci no restante dos Cadernos do Cárcere, em particular nos “Cadernos especiais”. É o “moderno Príncipe” - ou talvez ainda mais, o próprio Maquiavel - que fornece a Gramsci um nome para este novo projeto, constituindo uma forma sintética para a qual sua pesquisa anterior flui e na qual ela é transformada (THOMAS, 2020, p. 28).

Assim, o desenvolvimento da figura do moderno príncipe foi uma fase decisiva na tentativa de Gramsci de responder ao desafio de derrotar o fascismo, uma resposta elaborada não apenas na figura do moderno Príncipe, o partido político ou a organização política, mas apresentada em forma prática “nos vinte e um cadernos compilados e redigidos a partir da primavera de 1932, tanto em notas de segunda redação como originais” (THOMAS, 2020, p.29). O que se encontraria nesses Cadernos Especiais são os momentos e formas de atuação do “moderno Príncipe”, ou as maneiras da organização



e prática populares que poderiam constituir uma política de novo tipo, “um antídoto às políticas de revolução passiva” (THOMAS, 2020, p. 30).

Assim, essa fase da pesquisa de Gramsci sobre o Moderno Príncipe origina uma expansão do conceito de Partido Político, ou “do tipo da forma-partido que seria capaz de derrotar a revolução passiva da modernidade política burguesa” (THOMAS, 2020, p. 30). O processo de formulação da figura do Moderno Príncipe, em 1932, até a teorização do partido político, em 1933,

Sinaliza uma extensão da concepção gramsciana de partido político, de uma instância singular de “condensação política” em meio a uma multiplicidade de interesses sociais, para se tornar um totalizante processo político, social e, finalmente, ético, que aniquila progressivamente qualquer distinção hierárquica entre eles. A forma-partido que Gramsci tenta delinear nestas notas posteriores não pode ser, assim, limitada a qualquer uma das figuras habituais através das quais o pensamento político moderno concebeu tradicionalmente um “corpo político composto”, seja como instituição, forma ou sujeito (THOMAS, 2020, p. 30).

É claro, aqui, que se trata de uma forma-partido radicalmente nova, que revoluciona completamente “todo o sistema de relações morais e intelectuais, que toma o lugar do imperativo categórico e se torna a base para um laicismo moderno e para uma completa laicização de todos os aspectos da vida e de todas as relações habituais” (GRAMSCI, 2001, p. 1561). O Moderno Príncipe, como algo radicalmente novo da “forma partido”, não pode ser um instrumento determinado de forma fixa, mas precisa constantemente ultrapassar a si mesmo para manter seu objetivo de revolucionamento constante das relações sociais até a constituição de novo “bloco histórico”. Enquanto “forma partido” em si, ele representa apenas a “ponta do iceberg” de um processo mais amplo de mobilização política coletiva das classes populares em toda a sociedade, em todas as instâncias de deliberação e tomada de decisão possíveis (THOMAS, 2020, p.31).

Por tudo que foi exposto acima, é óbvia a centralidade dos intelectuais no desdobramento do Moderno Príncipe como organização política própria dos grupos subalternos. São expressão de um conteúdo que deve exceder a si próprio, em um processo de ação/transformação permanente. Da mesma maneira que a forma-partido organiza os grupos subalternos em classes sociais, tal como na formulação de Marx em que o objetivo do partido comunista é “a constituição do proletariado em classe” (MARX; ENGELS, 2010, p. 51), ela também direciona, organiza e potencializa a intervenção dos intelectuais para essa tarefa, tomados aqui na significação ampliada que Gramsci lhes confere, como intelectuais orgânicos.



## 2 - BRASIL: O PARTIDO DOS TRABALHADORES COMO PARTIDO DE MASSAS?

Tendo em vista alguns dos instrumentos teóricos discutidos acima, passarei em breve revista momentos importantes da história do PT, partido que, após o fim da ditadura civil-militar (1964-1985), se projetou como o mais importante partido de massas no Brasil, ocupando o posto que outrora pertencera ao Partido Comunista Brasileiro.

O Partido dos Trabalhadores conheceu, como cenário de nascimento, um momento de montante do movimento operário e de redemocratização que criaram as condições para sua formação. Havia também o aparecimento de novos movimentos populares, não só no Brasil, mas em outras partes da América Latina. Secco (2011, p. 25) observa que a atuação dos fundadores, militantes e dirigentes do partido teve que ocorrer em torno da construção de um horizonte estratégico, no contexto em que o PT se firmava como oposição predominantemente extraparlamentar e de derrota política e isolamento depois do movimento das “Diretas Já! ”. Foi uma etapa em que a maioria dos intelectuais de profissão não exerceu mandatos ou cargos de direção, mas atuou na consolidação do programa partidário.

Os grupos que constituíram o PT foram diferentes conforme se considere os diversos espaços e condições de formação por todo o território nacional. Em termos majoritários, no entanto, três grupos principais se distinguem: setores progressistas da Igreja Católica, grupos de militantes remanescentes da luta armada e o novo sindicalismo (SECCO, 2011, p.26). As Comunidades de Base surgiram da Igreja Católica, como resposta à perda de sua influência sobre o povo; os antigos grupos de esquerda desarticulados pela repressão buscavam novas formas de interação e integração nos meios populares e de trabalhadores; da velha estrutura sindical burocratizada surgiu o “novo sindicalismo”. Para se ter uma ideia da importância particular deste último, três quartos das greves no ano de 1978 ocorreram no setor industrial: “Somente entre maio e dezembro de 1978, Lula e seus companheiros organizaram 328 greves” (SECCO, 2011, p. 39).

### 2.1 - Os grupos católicos

O clero católico ocupou posição de destaque como base petista, depois dos operários do ABC e do movimento sindical dos funcionários públicos. As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) formaram uma extensa rede de influência popular nos anos 1970 por causa da “repressão sobre outras organizações populares (em 1974, o número de CEBs era de 40 mil) (...) O semanário *O São Paulo* da Arquidiocese de São Paulo defendia um partido popular na época da fundação do PT” (SECCO, 2011, p. 45). A intelectualidade ligada ao socialismo católico utilizava categorias marxistas na leitura da Bíblia, ao ponto que padres declarassem afinidade com os comunistas. Frei Betto teria dito à imprensa que “um autêntico comunista é um cristão, embora não o saiba, e um autêntico cristão é um comunista, embora não o queira” (FOLHA DE S. PAULO 1986 apud SECCO, 2011, p. 45).<sup>ii</sup>

O início da década de 1970 marcou um momento em que católicos se engajaram em atividades de mobilização e conscientização de trabalhadores, a partir das condições de existência deles. São iniciativas que se inseriram em um quadro de alteração de conjunto da ação de Igreja. Naquele momento, os setores católicos conservadores não conseguiam espaços sociais para recuperar a influência perdida do catolicismo. Grupos de militantes católicos dedicavam-se a atividades de oposição à ordem ditatorial vigente de forma semelhante, e correndo os mesmos riscos, da militância de esquerda, retomando “a mística dos cristãos perseguidos que não temiam sacrificar-se pela boa causa (SADER, 1988, p. 151).

Em nome da doutrina católica, esses militantes passaram a criticar as injustiças sociais e políticas existentes, instando as camadas populares para se organizar e reivindicar o reconhecimento de sua dignidade. Os apelos cristãos junto aos grupos subalternos encontraram aspirações difusas na sociedade que não tinham encontrado formas de se manifestar. No auge da repressão, por ocasião do AI-5, a CNBB dava apoio político aos agentes das pastorais populares vinculados aos trabalhadores, enquanto setores conservadores da hierarquia do clero perdiam espaço.

Outro meio de atuação dos militantes católicos foram os grupos de educação popular nas periferias, que promoviam a alfabetização segundo o método de Paulo Freire, então proibido pela ditadura.<sup>iii</sup> Em 1971 mais de oitenta paróquias da região sul da cidade de São Paulo buscavam coordenar as atividades das pastorais em torno do trabalho de alfabetização. Nos anos seguintes essas atividades se intensificaram:

Em 1973, logo após voltar de Roma, onde fora sagrado cardeal, dom Paulo [Evaristo Arns] lançou a Operação Periferia, com o intuito de criar centros comunitários nos bairros pobres (...). Todas as regiões episcopais foram mobilizadas e participaram de uma detalhada programação de atividades (...) e uma renovação das práticas das paróquias de periferia no sentido de seu envolvimento com as necessidades das populações locais (...). A Igreja de São Paulo se lançava com empenho na formação das comunidades de base, que a partir de então iriam proliferar na metrópole (SADER, 1988, p. 149).

O envolvimento do catolicismo de base se mostrava estratégico na construção da organização política dos grupos subalternos na região da Grande São Paulo. Dada a notória religiosidade de maioria cristã e, então, católica nos meios periféricos, a articulação de sua fé com uma perspectiva progressiva de massas renderia frutos nas lutas dos movimentos populares.

## 2.2 - A antiga esquerda fragmentada

A segunda frente que tem participação de destaque na formação do Partido dos Trabalhadores foram os grupos de militantes dispersos pela repressão e a consequente

desarticulação das organizações políticas da esquerda revolucionária. Para estes, tratava-se então de procurar novas maneiras de se aproximar do “povo”, formas que fossem alternativas a seu anterior vanguardismo derrotado. Antonio Gramsci, com suas teses sobre o papel da cultura junto aos grupos subalternos e a concepção de intelectual coletivo para suas organizações políticas era, nesses grupos, autor mais mobilizado que Paulo Freire (SADER, 1988, p. 167). O educador pernambucano não poderia ser ignorado, no entanto, em um momento em que a aproximação com as classes populares estava tão eficazmente construída justamente pela aplicação de seus métodos. As oportunidades para isso eram abundantes, já que a demanda por alfabetização era grande em um estrato da população marginalizado pela ditadura militar. A atividade de alfabetização poderia ficar a cargo tanto de estudantes quanto de militantes organizados e, em ambos os casos, era bem desempenhada. Através do método freiriano era possível elaborar as questões da vida popular cotidiana, tanto individual quanto social, de forma crítica e coletiva. Assim, os educadores oriundos daquela parcela da esquerda revolucionária

se debruçaram sobre os livros de Paulo Freire – torceram o nariz para seu idealismo filosófico e seu humanismo cristão – e procuraram absorver suas orientações metodológicas para a alfabetização popular (...). Afinal, deixando-se de lado as polêmicas filosóficas, os militantes encontravam orientações educacionais que não estavam muito distantes das formulações de Gramsci (SADER, 1988, p.167).

Esses grupos não tinham outra opção. Eram remanescentes de profunda crise que se abatera sobre a esquerda socialista após a derrota dos movimentos armados que, de resto, não tinham logrado levar a luta para os meios populares mais amplos, as “massas”, sem as quais a almejada revolução era inalcançável. Aumentava cada vez mais a quantidade de militantes que se desligavam de suas organizações originais e começavam a desenvolver atividades junto aos trabalhadores, sem as referências revolucionárias imediatas (SADER, 1988, p. 174). Havia mesmo locais em que, posteriormente, a fundação do PT seria feita apenas, por exemplo, por militantes trotskistas ou de organizações sobreviventes da luta armada.

Era um movimento pragmático, sem abandonar os princípios originais do partido de vanguarda e estratégia revolucionária, mas atuando em relação ao que viam como as únicas possibilidades conjunturais de dar prosseguimento à luta. Houve a percepção de que os jargões revolucionários não encontravam ressonância significativa naquele momento, havendo uma “relação inversamente proporcional entre a importância interna da linguagem radical e a influência na sociedade” (SECCO, 2011, p. 44; 47).<sup>iv</sup> Independentemente das orientações ideológicas mais específicas ou dos campos de alianças definidas por cada organização, seus ex-militantes agora se movimentavam no sentido de se conectar às formas mais básicas de reorganização do movimento operário e também da organização popular nos bairros (SADER, 1988, p. 171).

Uma pesquisa feita com militantes do PT em seu Primeiro Congresso (1991) mostrou que “na época de sua filiação ao partido, somente 10,4% dos entrevistados haviam pertencido

a grupos marxistas de extrema esquerda” (SECCO, 2011, p.48). Embora quantitativamente pequeno, o papel dos grupos de militantes previamente organizados politicamente foi muito relevante, pois “forneceram muitos formuladores políticos para os sindicalistas, mas quase sempre ao custo da passagem molecular daqueles militantes das alas esquerdistas ao centro ou direita do partido” (SECCO, 2011, p.48). Alguns poucos operários recrutados, ou ainda estudantes proletarizados, faziam com que esses grupos alcançassem algumas fábricas ou bairros de periferia das grandes cidades.

De semelhante às organizações da esquerda revolucionária, o Partido dos Trabalhadores teve, mais tarde, a característica de ser, desde o início, um partido de quadros. Conviveu com a dicotomia “Partido de Quadros x Partido de Massas” durante boa parte de sua existência, até que procurou superá-la afirmando que “nem era desejável um partido de massas acéfalas e com um frouxo relacionamento com as organizações internas e nem uma agremiação de dirigentes iluminados e distantes da população” (SECCO, 2011, p. 83). Não há como não lembrar aqui da necessidade, postulada por Gramsci, da existência de um segmento médio ativo que promova o contato entre a cúpula intelectual dirigente e a massa partidária cuja característica deve ser a própria disciplina.

### 2.3 - O Novo Sindicalismo

Na dimensão sindical, os processos que levaram à formação do “novo sindicalismo” começaram com a perda de função dos sindicatos tradicionais frente à ditadura. A legislação imposta pelo regime militar sobre a política salarial esvaziou a função dos sindicatos de fazer pressão nas ocasiões dos dissídios coletivos pelo reajuste salarial de suas respectivas categorias<sup>v</sup>. Obviamente, somava-se a essa legislação a violenta repressão e controle do movimento sindical pelo regime militar. Ocorre que a maioria dos dirigentes acabou por se acomodar a essa situação, guarnecidos pela segurança do imposto sindical e, principalmente, pela ausência do risco desestabilizador dos conflitos e dissidências na base dos trabalhadores. Dessa forma, “esses dirigentes atuam como gerentes de um aparelho burocrático com funções assistenciais” (SADER, 1988, p. 180).

Houve casos diversos nas categorias em que os conflitos geraram pressões mais fortes sobre seus próprios sindicatos. Duas situações se verificaram então: hostilidade e pressão das bases contra as direções sindicais acomodadas; absorção, por parte dessas direções, das reivindicações da base dos trabalhadores e o encaminhamento de um processo de transformação por dentro nas práticas dirigentes. Neste segundo caso, surgiu uma corrente nos anos 1970 que “começou a questionar a organização sindical e a ser reconhecida como ‘sindicalismo autêntico’ ou ‘novo sindicalismo’ (...) no sentido de (...) estimular e assumir as lutas reivindicativas de seus representados” (SADER, 1988, p. 180).<sup>vi</sup>

O cenário dessa nova movimentação operária são as indústrias multinacionais modernas, onde movimentos autônomos pela base começaram a surgir. O chamado “sindicalismo autêntico” desse contexto se caracterizou pela capacidade de assimilar e encaminhar as

reivindicações de suas bases pelos caminhos institucionais do aparelho sindical. Tiveram que lidar com a tênue operação de atender as reivindicações dos trabalhadores sem violar os estreitos limites legais da ditadura militar. Assim, o “novo sindicalismo” ganhou espaço e avançou nas diferentes categorias de trabalhadores atuando pelas brechas legais, lutando por causas legítimas em nome de seus associados, o que não significou que não tivessem que se contrapor às autoridades ocasionalmente (SADER, 1988, p. 182).

Segundo Secco (2011, p. 73), o PT, em seus anos iniciais, procurava ainda consolidar sua política sindical, além de tentar superar tanto seu isolamento político quanto sua fragmentação interna. Os dois primeiros encontros nacionais (1981 e 1982) tiveram como pautas principais tarefas mais urgentes, como a formação de núcleos populares em massa e a participação em eleições, além do amplo debate sobre a política sindical, se afirmando a necessidade de se criar uma Central Única dos Trabalhadores a partir da Conclat (Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras).

#### *2.4 - A organização intelectual dos trabalhadores*

Sobre a organização dos trabalhadores no âmbito intelectual em sentido estrito, é importante destacar que o PT chega às Resoluções de seu Primeiro Congresso em 1991 com planos estratégicos sobre sua atuação nos mecanismos de comunicação e o caminho a ser percorrido para a tentativa de construção de uma nova cultura política e as atividades políticas formativas para isso.

Com relação aos “mecanismos de comunicação”, são destacadas duas tarefas essenciais diante do objetivo de combater o monopólio da grande mídia no Brasil e desenvolver uma consciência democrática e socialista de massas no Brasil. A primeira é consolidar meios de comunicação próprios que envolvam “a produção de vídeos, a compra de espaços em rádios, a participação e eventual produção de programas em televisão, o uso da TV Executiva etc.” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 526). A internet ainda não existia à época da produção do documento que contém o trecho citado, mas, obviamente, devemos acrescentar aí toda a produção própria do partido na rede mundial de computadores, como, além da sua própria página oficial, também blogs, podcasts, presença em plataformas de redes sociais, etc. Da mesma forma, a produção impressa da mídia partidária está praticamente subsumida a documentos, notícias e teses políticas divulgadas em rede. Ainda assim, é importante registrar o modo como era considerada a segunda tarefa importante, a função do “jornal”, instância a que caberia a tarefa de estabelecer “um canal permanente de diálogo com a sociedade”, direcionando e estimulando a ação dos militantes, em especial aqueles organizados nas diversas instâncias de base do partido, constituindo-se, ainda, “num instrumento de formação política e democratização das informações” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 526).

Esses eram os instrumentos principais na busca de um processo pedagógico permanente que visasse a militância de base, as lideranças intermediárias e os dirigentes, no sentido

de “ampliar sua compreensão da realidade e se capacitarem para as tarefas políticas no processo de luta” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 527). O pressuposto aqui era dotar cada ação política com um caráter pedagógico e politizador que pudesse vincular as diversas atividades ao projeto estratégico do partido. No parágrafo 46 das resoluções políticas referentes à natureza do partido, sob o subtítulo de “Formação e Nova Cultura Política”, o documento sustenta que

Tendo consciência de que é preciso conhecer para transformar, assumimos que o aspecto principal de nossa formação política deve ser o conhecimento da realidade social de nossa população e do País, sua história e sua cultura. Reconhecemos que a prática social historicamente acumulada é o ponto de partida e de chegada do processo de conhecimento e do trabalho de formação. Além disso, a prática formativa precisa propiciar a apropriação do conhecimento universal acumulado, possibilitando o desenvolvimento dos instrumentos de crítica a esse conhecimento e, sobretudo, capacitando a produção de novos conhecimentos, capazes de assegurar uma ação transformadora (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 527).

De uma perspectiva muito próxima à definição gramsciana do partido de massas, o documento sustenta o protagonismo dos três níveis de funcionamento do PT como tal, ou seja, os militantes na atuação de base, os dirigentes nas funções estratégicas e as lideranças intermediárias como elemento de conexão entre as outras duas, exercendo, junto à militância de base, um papel de educadores partidários. Essa atuação é proposta por meio de vínculo indissolúvel com a prática social e a busca de sua superação. Trata-se de uma atividade pedagógica e crítica que propicie os elementos tanto para a assimilação dos conhecimentos universais acumulados quanto para a crítica e a produção de novos conhecimentos, que propiciem a ação transformadora sobre a realidade (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 528).

O documento ainda enfatiza a formação política no sentido do que é internamente chamado como “estratégia de maioria”: formar uma militância politizada, consciente e convicta da necessidade de ampliação da base social para fazer frente à hegemonia das classes dominantes. Em seguida, sublinha-se a necessidade de alocação de recursos humanos, infra estruturais e financeiros para o cumprimento desta tarefa (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 528).

Outro momento interessante do documento é a centralidade conferida ao estrato intermediário da militância partidária, aquele a que Gramsci atribui a tarefa de articulação entre a base e os líderes dirigentes, que os coloque em contato “físico, moral e intelectual” (GRAMSCI, 2001, 1734). Para o PT, deveria existir uma ênfase na formação de lideranças intermediárias, “atendendo à necessidade de suas responsabilidades progressivas” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 528). Estas responsabilidades compreendiam então a aquisição do método que permitisse imprimir o caráter pedagógico transformador à ação política. Para a integralização dessa tarefa, previa-se também a utilização de cursos, seminários e estudo à distância. Procurava-se, dessa forma, enredar a intelectualidade partidária nas tarefas de formação.



Secco (2011, pp. 104-105) traz à tona, no entanto, que as coisas nunca ocorreram exatamente como previsto nas passagens comentadas acima. Segundo ele, a formação política foi, na verdade, uma das debilidades históricas do PT. À medida que a vida orgânica do partido era preenchida por “funcionários” que faziam carreira nas assessorias parlamentares, executivas ou sindicais, a relação dessas instâncias com a base partidária foi se modificando. Institutos para a educação política dos filiados foram criados por insistência das alas à esquerda do partido, como o “Instituto Cajamar, o qual fez cartilhas de História do Brasil. Um militante poderia escrever uma carta e era atendido pelo correio” (SECCO, 2011, p. 104). No próprio documento comentado acima, existe, por exemplo, a decisão de destinar dez por cento da arrecadação do partido para suas atividades de formação, o que “nunca foi praticado” (SECCO, 2011, p. 104). Mesmo com a criação da fundação Perseu Abramo, braço editorial e *think tank* do partido, a atenção dada às atividades de formação ainda foi insuficiente e, no fim das contas, “as atividades de formação política atingiram um número pequeno de militantes” (SECCO, 2011, p. 104).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mais do que a faceta católica ou a esquerda revolucionária que se moderou, parecem ter sido as práticas do “novo sindicalismo” que pavimentaram a via socialdemocrata pela qual o PT se apresentou como novo partido popular. O chamado “novo sindicalismo”, por um lado superando a acomodação interessada das antigas burocracias sindicais e, por outro, rejeitando a agitação operária como mera tática da dimensão econômico-corporativa a favor de uma estratégia rupturista de maior escopo, trouxe a luta de classes para o âmbito das regras do jogo, em que a percepção de vitórias reais por parte da classe operária, ou pelo menos de sua possibilidade concreta, conferiu força e legitimidade às suas lideranças. Ao mesmo tempo, porém, ainda que indiretamente, tais escolhas reforçavam a legitimidade do capital, o que originou, embora em espaço histórico relativamente curto no Brasil, um ambiente em que o conflito capital *versus* trabalho foi tolerado dentro de limites específicos da nascente redemocratização.

Escrevendo sobre a experiência europeia da socialdemocracia do pós-guerra, Przeworski (1989, p. 174) alude ao compromisso de classes em um sistema em que “nem o agregado dos interesses capitalistas individuais, nem os interesses dos assalariados organizados podem ser violados além de limites específicos”. Observa ainda que

Os assalariados dão seu consentimento à organização capitalista da sociedade quando agem como se fossem capazes de melhorar suas condições materiais dentro dos limites do capitalismo. Mais especificamente, consentem quando agem coletivamente como se o capitalismo fosse um jogo de soma positiva, ou seja, quando cooperam com os capitalistas ao escolher suas estratégias (PRZEWORSKI, 1989, p. 175).



Guardadas as óbvias proporções em relação ao caso europeu, o movimento sindical que conferiu, direta ou indiretamente, força nacional ao PT ofereceu também as condições para a institucionalização de uma historicamente violenta luta de classes. À medida que o partido avançava nas instâncias do poder institucional, a mobilização de suas bases originais foi se arrefecendo em função das estratégias eleitorais traçadas pela cúpula. Aquele “elemento médio” que, segundo Gramsci, articula as instâncias de base com a direção se dispersou ou foi absorvido por esta em funções burocráticas. Em consequência, a característica de “massas” se tornou, predominantemente, eleitoral.

Em termos gerais, cabe aqui a sugestão de que, por mais que os grupos subalternos estejam mobilizados em determinado contexto, a ausência ou insuficiência de uma organização política própria e autônoma, em qualquer conjuntura histórica na qual essa ausência aconteça, gera um processo de despolitização. No ambiente em que a figura do “capo” se torna maior e mais influente sobre os grupos subalternos do que o próprio partido (ou organização política que o valha) ou partidos desses grupos, o populismo - em seu sentido latino-americano - encontra portas abertas. Pela direita, ele alimenta o subversivismo reacionário que, por definição, não é mais que revolta superficial e impotente para (e, ao cabo, resistente a) modificações estruturais. Pela esquerda, desmobiliza, desarma e dispersa a capacidade de resistência das massas trabalhadoras contra investidas regressivas do capital e seus prepostos.

## REFERÊNCIAS

- COUTINHO, Carlos Nelson. Catarsi. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. **Dizionario gramsciano (1926-1937)**. Roma: Carocci, 2009, pp. 105-106.
- FILIPPINI, Michele. Partito. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. **Dizionario gramsciano (1926-1937)**. Roma: Carocci, 2009, pp. 617-620.
- GRAMSCI, Antonio. **Cartas do cárcere** (trad. Luiz Sérgio Henriques). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, pp. 127-130.
- GRAMSCI, Antonio. **La costruzione del partito comunista (1923-1926)**. Torino: Giulio Einaudi, 1971.
- GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del carcere** (a cura di Valentino Gerratana). Torino: Giulio Einaudi, 2001, 4v.
- LIGUORI, Guido. Partito Comunista. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. **Dizionario gramsciano (1926-1937)**. Roma: Carocci, 2009, p. 620-622.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos (1979-1998)**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e socialdemocracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAMPAIO, Plínio de Arruda. O cristianismo social no século XXI (posfácio). In: JOSAPHAT, Frei Carlos. **Evangelho e Revolução Social**. Marília-SP: Lutas Anticapital, 2021, pp. 127-150.

SECCO, Lincoln. **História do PT**. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2011.

THOMAS, Peter. Toward the Modern Prince. In: DAINOTTO, Roberto; JAMESON, Fredric (editors). **Gramsci in the world**. Durham: Duke University Press, 2020, pp. 17-37.

## NOTAS

\* Professor Livre-Docente de Ciência Política da Unesp-Marília. E-mail: leandro.galastri@unesp.br

<sup>i</sup> Segundo Filippini (2009, p. 618), é desta homologia entre partido e Estado que surgirá na sequência, desenvolvida no Caderno 13, a reflexão sobre o “moderno Príncipe”.

<sup>ii</sup> Plínio de Arruda Sampaio contextualiza o surgimento da Teologia da Libertação em meio às ditaduras latino-americanas: “Na metade dos anos 1970, o Estado de bem-estar social entrou em crise e o avanço tecnológico (informática e biotecnologia) criou novas formas de produção que debilitaram a classe operária e fizeram o mundo enveredar por outros caminhos. Enquanto isso, aqui na América Latina, esse período tomou uma feição sinistra: praticamente todos os países caíram sob o domínio de ditaduras militares de direita. Para combatê-las, a juventude jogou-se na luta armada e várias Igrejas latino-americanas, embora contra a violência, posicionaram-se contra o autoritarismo. Nesse difícil contexto, surgiu no interior da Igreja Católica uma reflexão teológica original, não submetida às escolas europeias, baseada nas experiências das lutas das populações periféricas: a Teologia da Libertação. A obra pioneira é o livro do padre peruano Gustavo Gutierrez: Teologia da Libertação. Seguiram-se os trabalhos de Juan Luiz Segundo, Leonardo Boff, Henrique Dussel, Hugo Assmann e vários outros (...). Esse novo olhar sobre a Igreja e a ação dos cristãos na sociedade empolgou a população explorada e deu origem ao movimento mais importante da Igreja Latino-americana: as Comunidades Eclesiais de Base. As CEBs mudaram completamente a compreensão da militância cristã e de uma parte pequena, mas extremamente dinâmica, da Igreja Latino-americana” (SAMPAIO, 2021, p. 140-41).

<sup>iii</sup> Lembra Sader (1988, p. 148) que “por tal método, o aprendizado da leitura e da escrita é inseparável do uso que se faça desse instrumental na vida prática e, postulando um despertar crítico do educando, ele se dá vinculado à tomada de consciência das condições de vida e à elaboração coletiva de projetos de auto-

organização. O método pressupõe um ‘saber popular’ que requer categorias para ser elaborado, opondo-se assim a uma concepção da educação como simples inculcação de um saber em seres puramente ignorantes”.  
<sup>iv</sup> Segundo Secco (2011, p. 47), alguns dos grupos que ingressaram no PT à época de sua formação foram, por exemplo, a Organização Socialista Internacionalista (OSI, que mais tarde se tornou a corrente O Trabalho), a Convergência Socialista (CS), o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), a Ação Libertadora Nacional (ALN), o Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP), a Ação Popular (AP) e dissidentes do Partido Comunista do Brasil (PC do B), Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8).

<sup>v</sup> “Pela Lei 4725 de 1965, os reajustes – que não poderiam se efetivar em intervalo menor que 1 ano – seriam determinados com base no ‘salário real médio’ dos 24 meses anteriores, com o acréscimo de uma taxa que corresponderia ao ‘aumento da produtividade nacional’ no ano anterior, sendo todos esses cálculos fornecidos pelo governo” (SADER, 1988, p. 179).

<sup>vi</sup> Na virada das décadas de 1960 e 1970, de acordo com Sader (1988, pp. 180-81), este foi o caminho do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, a partir da presidência de Lula em 1975, do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, de Osasco e de Santos.

*Recebido em 13 de janeiro de 2023*

*Aceito em 13 de janeiro de 2023*

*Editado em fevereiro de 2023*

## O PRINCIPE METAVERSO E A RAZÃO: EMANCIPAÇÃO EM TEMPOS DE BARBÁRIE

Marcelo Lira Silva<sup>1</sup>

### RESUMO:

O trabalho em questão apresentou as imagens e representações construídas pelas questões *fáusticas* de Goethe, para pensar a atualidade da teoria social de Antonio Gramsci (1891-1937), particularmente naquilo que diz respeito às articulações conceituais de *Moderno Príncipe*, *Hegemonia* e *Intelectuais*. Assim, apresentou-se a representação do Príncipe Metaverso, em um diálogo com Octavio Ianni (1926-2004), para articular as questões de Gramsci ao debate sobre teoria da modernidade e processos reificados, a partir dos quais técnica e ciência são retiradas do campo da emancipação e direcionadas a construção de uma complexa ideologia burguesa. Nesse sentido, apresenta-se a mediação construída por Benjamin, na qual *O Príncipe* apresenta-se como representação da melancolia *fáustica* e *prometeica*, ou seja, como símbolo e representação da história moderna (p.165, 1984).

**PALAVRAS-CHAVE:** Príncipe Metaverso – Razão Instrumental – Emancipação.

### ABSTRACT:

The work in question presented the images and representations constructed by Goethe's Faustian questions, in order to reflect on the actuality of Antonio Gramsci's (1891-1937) social theory, particularly with regard to the conceptual articulations of the Modern Prince, Hegemony and Intellectuals. Thus, the representation of the Metaverse Prince is presented, in a dialogue with Octavio Ianni (1926-2004), to articulate Gramsci's questions to the debate on the theory of modernity and reified processes, from which technique and science are taken from the field. of emancipation and directed to the construction of a complex bourgeois ideology. In this sense, the mediation constructed by Benjamin is presented, in which The Prince presents himself as a representation of Faustian and Promethean melancholy, that is, as a symbol and representation of modern history (p.165, 1984).

**KEYWORDS:** Prince Metaverse – Instrumental Reason – Emancipation.

### RESUMEN:

La obra en cuestión presentó las imágenes y representaciones construidas a partir de las preguntas fáusticas de Goethe, para reflexionar sobre la actualidad de la teoría social de Antonio Gramsci (1891-1937), particularmente en lo que se refiere a las articulaciones conceptuales del Príncipe Moderno, la Hegemonía y los Intelectuales. Así, se presentó la representación del Príncipe del Metaverso, en diálogo con Octavio Ianni (1926-2004), para articular los interrogantes de Gramsci al debate sobre la teoría de la modernidad y los procesos cosificados, a partir de los cuales se toma la técnica y la ciencia del campo. de emancipación y dirigida a la construcción de un complejo ideario burgués. En ese sentido, se presenta la mediación construida por Benjamin, en la que El Príncipe se presenta como representación de la melancolía fáustica y prometeica, es decir, como símbolo y representación de la historia moderna (p. 165, 1984).

**PALABRAS-CLAVE:** Príncipe Metaverso – Razón Instrumental – Emancipación.

<sup>1</sup> Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), Campus Goiânia. Goiânia, Goiás, Brasil. E-mail: [marcelo.silva@ifg.edu.br](mailto:marcelo.silva@ifg.edu.br) ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3457-0864>

*Talvez o que melhor caracterize a natureza da revolução cultural burguesa do século XVIII seja o fato de ela, na obra do maior poeta da época, tomar corpo na figura de um diabo, que, na condição de Satã, usufrui da liberdade de 'dizer as coisas como elas são'. O diabo é o primeiro realista pós-cristão; sua liberdade de expressão parece ainda infernal aos contemporâneos mais idosos. Quando o diabo abre a boca para dizer a quantas anda de fato o mundo, a velha metafísica cristã, a teologia e a moral feudal são varridas. E se lhe subtraímos os chifres e as patas, de Mefistófeles não sobra nada além de um filósofo burguês: realista, antimetafísico, empirista, positivista. (SLOTERDIJK, 2012, p. 244).*

## INTRODUÇÃO

No início era o *verbo* ou a *ação*? O debate sobre a *teoria da modernidade* continua ocupando centralidade no século XXI, apesar da difusão generalizada de vias e vertentes irracionais de diversas matizes. Pode-se dizer que *Fausto*<sup>2</sup> de Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832) apresentou a humanidade os elementos estruturais de um *modo de vida* partejado e difundido pela *cultura do capital*, sob a forma e conteúdo do espírito prático burguês que se universalizou. Trata-se de uma leitura na qual a modernidade é apresentada como tragédia, permeada pelas questões fundamentais do novo *ser social*: ciência, técnica, religião, política, economia, cultura... constituem-se em unidade contraditória, a partir da qual compõe-se a tragédia da modernidade. O indivíduo e sua existência *em-si-mesmada* que se manifesta na relação social complexa entre o mundo interior e o mundo exterior. Assim, o *pacto mefistofélico* medeia a relação contraditória entre *indivíduo* e *sociedade*, na qual Mefistófeles emerge como símbolo inaugural da modernidade e Fausto como representação do indivíduo cindido e fragmentado<sup>3</sup>, incapaz de reconciliar-se com o mundo, ao mesmo tempo, o pacto apresenta a emergência de uma questão central da modernidade: a natureza da técnica e da ciência, bem como o papel dos intelectuais, ou seja, a tragédia da razão. A aposta entre deus e o diabo, como representação folclórica presente em diversas culturas, apresenta-se sob a forma e o conteúdo da figura de Jó despojado de tudo, todavia, secularizada e desencantada como Fausto presenteado abundantemente, ambos condenados à dilaceração. Assim, o mundo e/ou o *mito fáustico* não permite a existência de outros e novos *modos de vida*, de tal forma a incorporar e submeter a tudo e a todos. [...] *O mundo se cansou de seu passado, sim. Que ele possa morrer ou descansar por fim [...]*. (SHELLEY, 2009, p.39). Aquilo que aparentemente é dual apresenta-se como *unidade de contrários*, como *totalidade*, seja no campo dos *pactos* seja no campo das *apostas*.

## CRISE DE SOCIABILIDADE COMO ELOGIO AO SENSO COMUM: A ALMA E AS FORMAS DA REGRESSÃO CULTURAL

<sup>2</sup> O livro foi dividido e publicado em duas partes, com intervalo de 24 anos: *Fausto I*, publicado em 1808; e, *Fausto II*, publicado postumamente em 1832.

<sup>3</sup> Vivem-me duas almas, ah! no seio, Querem trilhar em tudo opostas sendas; Uma se agarra, com sensual enleio E órgãos de ferro, ao mundo e à matéria; A outra, soltando à força o tórax freio, De nobres manes busca a plaga etérea. (GOETHE, 2004a, p. 119).

Neal Stephenson (1959 – ), em seu romance de ficção científica: *Snow Crash* (1992), cunhou o termo *metaverso*, estruturado em um mundo virtual, no e a partir do qual os indivíduos ao escaparem de uma realidade distópica poderiam realizar todos os desejos e fantasias. Do ponto de vista literário o livro é previsível, estruturado em lugares comuns, com personagens vazios – não existe construção, tampouco, composições de *fisionomias intelectuais*<sup>4</sup> de personagens. Poder-se-ia dizer que se encaixaria mais no padrão de roteiro de *Hollywood* do que propriamente em um romance de ficção. Mesmo pensando-se em roteiros *hollywoodianos*, comparativamente é inferior a obra das irmãs Wachowski. Todavia, torna-se importante citá-lo, por apresentar o termo que intitula este trabalho e medeia as questões ora em discussão.

Gramsci, ao analisar a particularidade italiana do início do século XX, forjara um conceito de *senso comum* estruturado na formação social e na cultura. Ao analisar a visão difundida pela Igreja Católica acerca de Maquiavel, compreendia o caráter ideológico e alienado – *Entäusserung* – que formara o *senso comum* italiano. Nesse sentido, trata-se de um concepção de *senso comum*, apresentado como uma relação social complexa que se movimenta e se transforma no tempo e no espaço, ou seja, pode ser elevado e pode representar a superação de alienações sedimentadas na e pela vida social submetida a determinadas formas de dominação.

Em 2015 – passado próximo, com ares de tempo longínquo –, o pensador italiano Umberto Eco (1932-2016), ao receber o título de *doutor honoris causa*, na Universidade de Torino, afirmara: [...] *I social network sono un fenomeno positivo ma danno diritto di parola anche a legioni di imbecilli che prima parlavano solo al bar dopo un bicchiere di vino, senza danneggiare la collettività. Ora questi imbecilli hanno lo stesso diritto di parola dei Premi Nobel [...]*<sup>5</sup>. Tratar-se-ia de uma síntese imagética de aforismo e anedota. A partir da semiótica o pensador italiano capturou o *Zeitgeist* e apontara para elementos fundantes e constitutivos *Diagnose der Gegenwart*.

Talvez, o ponto relacional entre os pensadores italianos, separados pelo tempo e espaço, encontre-se no entendimento e/ou tentativa de entendimento do papel e da função social de *trabalho-ciência-cultura*. Adorno (1995), ao colocar a questão, entendia a técnica como uma extensão dos braços humanos. Todavia, devido as particularidades da *cultura do capital*, aquilo que seria “extensão dos braços humanos” converter-se-ia em sujeito e constituiria um conjunto de cadeias de estranhamento, fundamentando e estruturando diversas formas de dominação. Se observadas em sua manifestação fenomênica, as chamadas *redes sociais* apresentam-se como possibilidade de expansão

<sup>4</sup> O fundamento da grande poesia é o mundo único e comum dos homens “despertos”, do qual fala Heráclito; o mundo dos homens que lutam lado a lado na sociedade, um pelo outro ou um contra o outro; e não vivem passivamente um ao lado do outro, cada um possuindo suas próprias impressões. Sem uma consciência “desperta” da realidade, a fisionomia intelectual não pode ser representada. Ela se torna cega e privada de conteúdo, já que se limita a girar no círculo fechado da própria subjetividade. Mas, sem fisionomia intelectual, nenhum personagem artístico se eleva aquela altitude na qual se podem destacar mesmo conservando a plena vivacidade da individualidade da obtusa acidentalidade da realidade cotidiana, elevando-se ao posto da tipicidade autêntica. (LUKÁCS, 1968, p.178-9).

<sup>5</sup> SMARGIASSI, Michele di. Umberto Eco, i social, gli imbecilli e cosa veramente quel giorno. In. *La Repubblica*. Publicado em 05 jan. 2019. Disponível em <https://www.repubblica.it/le-storie/2019/01/05/news/umberto-eco-i-social-gli-imbecilli-e-cosa-disse-veramente-quel-giorno-215761508/>. Acesso em 26 jul. 2021.



da comunicação e linguagem, na medida em que potencializariam experiências e vivências comunicativas. Deve-se observar que a definição de *redes sociais*, própria do *sensu comum*, não explica tampouco estrutura formas de entendimento do fenômeno, na medida em que sua função social elementar não é a socialização e a interação social, mas a criação de plataformas que viabilizem a relação social complexa elementar da *cultura do capital*: compra e venda de *mercadorias*, de tal forma a transformar todos que dela participam em potenciais vendedores-compradores. Portanto, o tipo e a forma de socialização e interação social são fundamentalmente estranhados, na medida em que a relação social fundamental não se dá entre indivíduos (pessoas), mas entre *mercadorias*. Ao analisar o fenômeno social em sua essencialidade, pode-se constatar que as chamadas *redes sociais* seriam *redes de programas*, voltadas única e exclusivamente a *reprodução ampliada do capital*, a partir das quais operam e articulam relações complexas entre *algoritmos, informática e psicologia comportamental*, como forma de *captura, controle e domínio da subjetividade* dos indivíduos. Portanto, a semiótica teria apresentado apenas os significados imediatos da comunicação, sem compreender os processos formativos dos signos e do próprio tipo de comunicação. Nesse sentido, não se trataria simplesmente de [...] *diritto di parola anche a legioni di imbecilli [...]*, mas de *captura, controle e domínio da subjetividade* dos indivíduos, contraditoriamente, ao colapso e decadência dos processos de individuação.

A chamada *indústria 4.0* instituiu e generalizou um novo tipo particular de processo formativo, voltado única e exclusivamente a dinâmica e a lógica da *reprodução ampliada do capital*, a partir da qual introduziu-se e generalizou-se tipos específicos de *socialização e interação social programadas*, mediadas por experiências digitais controladas. Os aplicativos (*apps*) assumiram a função e a representação simbólica das instituições sociais, responsáveis historicamente por administrar, organizar e coordenar os processos de *socialização e interação social* da criança com o *mundo social*, criando-se a aparência de gerações autônomas que se autoeducam, na forma do mito da *sociedade do conhecimento ou da informação* – o *sensu comum* das crianças que já nascem sabendo. O *mito* renasce como *racionalização e desencantamento do mundo*, para utilizar a imagem de Schiller recuperada por Max Weber. Todavia, uma *racionalização reificada*, na medida em que os *processos de socialização e interação social* são essencialmente relações sociais mediadas e localizadas em tempo e espaço histórico-cultural; e, ao transferir-se para a lógica e dinâmica das *Big Techs*, convertem-se em relações artificiais controladas, despidas de experiências e vivências necessárias a constituição do *ser social* autônomo.

As *Big Techs* recolocaram na ordem do dia a relação fundamental das ciências sociais: *sujeito e objeto*; bem como seus desdobramentos na vida cotidiana. Assim, a *teoria da modernidade* e, particularmente, a *teoria da reificação* de Gyorg Lukács passam a ser de fundamental importância para se constituir algum nível de entendimento acerca do fenômeno social em questão. Nesse processo de relação social distorcida entre *sujeito e objeto*, as *Big Techs* passaram a operar a partir do *indivíduo-mercadoria*, ou seja, do sujeito que se converte em *objeto-mercadoria*, na dinâmica e lógica das *redes sociais*. No mundo do trabalho, o *indivíduo-mercadoria* manifesta-se sob a forma do trabalhador que vende sua *força de trabalho*, por um determinado tempo e exerce funções específicas, claramente, administradas, organizadas e coordenadas pela estrutura empresarial-



empregatícia. Portanto, manifesta-se sob a forma de uma obrigação contratual a ser cumprida, independentemente dos quereres, vontades e desejos individuais. Todavia, no âmbito das relações sociais complexas instituídas pelas *Big Techs* o *indivíduo-mercadoria* têm sua subjetividade colonizada, de tal forma a emergir como se fosse manifestação espontânea, própria de seus quereres, vontades e desejos, convertendo-se em uma espécie de trabalhador-vendedor *full time*.

O conceito de chupeta pode ser encontrado em hábitos e costumes de diferentes civilizações, ao longo dos séculos, e tinha como objetivo acalmar a criança no processo de erupção dos dentes, e, ao mesmo tempo, reproduzir artificialmente o processo de aleitamento materno. Assim, ao longo da história, o conceito esteve vinculado a mordedores, por um lado, voltados ao alívio da dor por ocasião da erupção dentária, por outro, a representação e significação mística, como forma de afastar os maus espíritos e as doenças, devido as altas taxas de mortalidade infantil, em diferentes processos históricos, particularmente, no contexto da revolução industrial e o aparecimento das grandes metrópoles. Os fenômenos sociais interseccionados da urbanização e industrialização que produziram a cultura cidadina de tipo capitalista levaram ao declínio da amamentação, devido a rotina e dinâmica dos processos de *produção-circulação* impostos pela *reprodução ampliada do capital* que exigia a generalização da feminização do trabalho e do próprio trabalho infantil. Tal processo estimulou a “amamentação artificial” e generalizou hábitos de sucção não-nutritivos. Em *sociedades tradicionais*, pode-se constatar que o aleitamento materno ocorria em regime de livre demanda, com duas funções sociais bem definidas: i. nutrir os lactentes; e, posteriormente, ii. aliviar a dor, no processo de erupção dos dentes. Assim, o *comportamento-reflexo* de sucção, presente desde o processo intrauterino, transformou-se em *comportamento do ser social* e passou a assumir representações simbólicas de satisfação nutricional e emocional.

Deve-se destacar que os bebês humanos nascem com reflexos adaptativos – sucção e deglutição –, *comportamentos-reflexos* mecânicos do organismo que os auxiliam na sobrevivência. Pesquisas demonstram que a ação da sucção se inicia entre a 17<sup>a</sup> e a 24<sup>a</sup> semanas de vida intrauterina, a partir das quais torna-se possível observar bebês sugando os dedos no ventre materno. Assim, o recém-nascido desenvolve as ações mecânicas de sucção e deglutição como forma de saciar a fome, ao fazê-lo experimenta as sensações de prazer e alívio. Outrora, a amamentação em regime de livre demanda satisfazia tanto as necessidades nutritivas quanto emocionais. Todavia, com a introdução de *processos de socialização e interação social* da *cultura do capital* aquilo que era *comportamento-reflexo* de sobrevivência transformou-se em *hábito e costume*, de tal forma a condicionar o bebê a procurar o seio materno ou sua representação simbólica, mesmo na ausência de fome, como forma de saciar suas necessidades psicofísicas. Assim, associa-se os hábitos orais (sucção, roer unhas, fumar, mascar) ao alívio da tensão, da dor e dos desprazeres, particularmente, em momentos de ansiedade. Por conseguinte, a chupeta, como representação simbólica e com as funções sociais que conhecemos converteu-se em tecnologia social de adaptação do *ser social* a lógica da *reprodução ampliada do capital*. Na sociedade burguesa, a chupeta é oferecida a criança em situações de desprazer, dor e choro.

Pode-se dizer que as plataformas das chamadas *Big Techs* – grandes corporações de tecnologia – partiram desse diagnóstico simples, para estabelecer uma relação

umbilical entre tecnologia e controle, domínio e vigilância do comportamento humano. Trata-se de processos de socialização e interação social controlados e induzidos, voltados única e exclusivamente a *reprodução ampliada do capital*. Assim, o Vale do Silício tornou-se o útero materno que adapta e condiciona comportamentos do *ser social*, via aplicativos, algoritmos e inteligência artificial, produzidos e articulados a partir das grandes empresas de tecnologia (*Facebook/Meta, Instagram, Whatasapp, Twitter, Apple, Amazon, Google e YouTube*). No documentário *O dilema das redes/2020*, dirigido por Jeff Orlowski (1984 – ), a questão é levantada a partir de um conjunto de entrevistas que elucidam como funcionam os processos criativos de objetivação das *redes sociais*, bem como a dinâmica de formação e captura da subjetividade dos indivíduos. Deve-se destacar que podemos identificar simbolicamente os Vales do Silício do *Ocidente* (Califórnia/EUA) e do *Oriente* (Shenzhen /China) – unificados na e pela *cultura do capital* –, como representações político-econômicas e socioculturais da chamada IV Revolução Industrial, bem como da guerra comercial entre Estados Unidos e China. Nesse sentido, poder-se-ia dizer que materializam os sentidos e significados do *capital-imperialismo* do século XXI. Abre-se um tipo particular de *questão meridional* complexa.

O conceito de *chupeta digital* pode ser definido a partir da representação simbólica do instrumento artificial com as funções próprias do capital, todavia, adaptadas as dinâmicas relacionais estabelecidas pela tecnologia e a psicologia comportamental. Trata-se da sofisticação de uma tecnologia rudimentar da primeira revolução industrial, adaptada a dinâmica da indústria 4.0. Assim, o chamado *usuário* – conceito utilizado pelas *Big Techs*, como forma de estabelecer uma analogia com indivíduos acometidos por dependência química – das *redes sociais*, por definição é compreendido como uma “criança” a procura permanente de aceitação, satisfação, alívio e prazer – comportamentos-reflexos primitivos, controlados pelas *Big Techs*. Trata-se de um novo tipo de *captura, controle e domínio da subjetividade* dos indivíduos, via conexão ininterrupta e permanente – uma forma de substituir artificialmente a relação primitiva uterina, estabelecida entre o feto e a genitora.

Em tempos de pandemia, abateu-se sobre a humanidade uma crise sanitário-humanitária sem precedentes (SILVA, 2020), que por um lado ceifou centenas de milhares de vidas e, por outro, criou as condições para que os bilionários do planeta aumentassem substantivamente suas fortunas, dentre os quais, os proprietários das corporações de tecnologia, como Mark Zuckerberg (1984 – )<sup>6</sup>. Na dinâmica e lógica de *reprodução ampliada do capital* impõem-se o princípio da concorrência – que se acelera e se intensifica, nos momentos de crise do capital – desfazendo-se o mito de que todos perdem na crise. Na *cultura do capital* e, portanto, dos *povos da mercadoria*, alguém sempre ganha, mesmo que implique na perda de centenas de milhares de pessoas – perdas impostas que vão desde o padrão de vida, com o aumento do desemprego e pauperização à perda da própria vida. No cenário de crise sanitário-humanitária as empresas de tecnologia viram seu faturamento aumentar substantivamente, na medida em que a dinâmica de isolamento social e trabalho remoto, passaram a agudizar o sentimento próprio da *cultura burguesa* – o indivíduo que se sente só e isolado, em meio à multidão

<sup>6</sup> PÉREZ, Gorka; ARANDA, José Luis. Pandemia faz as maiores fortunas do planeta dispararem. In. *El país*. Publicado em 01 jan. 2021. Disponível em <https://brasil.elpais.com/economia/2021-01-01/pandemia-faz-as-maiores-fortunas-do-planeta-dispararem.html> Acesso em 20 jul. 2021.

(SIMMEL, 1903). Assim, o novo cenário estimulou a entrada de novos *usuários* nas redes sociais, bem como criou as condições para o aumento do tempo de conexão.

A *indústria 4.0* forjou e impôs um novo tipo de Chaplin *coisificado*, na medida em que exigiu um nível mais profundo de adaptabilidade que implica em *captura, controle e domínio pleno da subjetividade* dos indivíduos. Tal processo se dá pelo controle do tempo de vida e, portanto, da *anima/animus* dos indivíduos. Trata-se da adoção e conversão em princípio ético dos conselhos de Thomas Jefferson (1743-1826), integrante dos *founding fathers*, elevado às últimas consequências: *times money*. As *redes sociais* difundem um tipo particular de comportamento e de ação social, despidos de filtros e reflexões mínimas, de tal forma que os indivíduos (re)agem de forma imediata, sem refletir acerca das questões apresentadas, dando lugar à insultos e agressões verbais de toda ordem. Trata-se de um espaço (virtual), no qual alimenta-se, enraíza-se e estimula-se a violência como princípio relacional.

Isso ocorre porque no espaço virtual que se aprofunda com o conceito de *metaverso* (real, virtual e imaginário não se distinguem), fragmentam-se, fragilizam-se e no limite descontrolam-se quaisquer princípios de *coesão e coerção social*, ou seja, desarticulam-se e fragmentam-se *consensos lógicos* elementares, com funções sociais coercitivas que impedem os indivíduos a adotarem determinadas ações sociais e/ou padrões de comportamentos tidos como inadequados pela sociedade. Deve-se destacar que toda sociedade produz instituições sociais responsáveis por forjar *consensos lógicos*, fundamentais a dinâmica, estruturação e administração-organização da vida social. Portanto, os processos de *coerção e coesão social* não possuem um caráter negativo e/ou positivo por natureza, mas encontram-se inscritos nas diversas formas de organização e administração da vida social produzida pelo *ser social*. Assim, a constituição e generalização do mundo virtual desfaz e desconstrói o conceito de liberdade, na medida em que liberdade é uma relação social complexa que, necessariamente, implica no entendimento de que existe o *outro*, como forma de se impor limites ao próprio conceito de liberdade. Nesse sentido, liberdade emerge como um dado da natureza, uma espécie de instinto primitivo que reproduz e representa a imagem criada por Thomas Hobbes, em *Leviatã: Lupus est homo homini lupus*. O conceito de *metaverso*, em suas múltiplas dimensões teórico-práticas, tem a função social de coagir o *indivíduo-mercadoria*, absorvido sob a forma de *usuário*, a manter-se conectado permanentemente, na medida em que quanto maior o tempo de “comunicação” mais profunda e complexa torna-se a captura da subjetividade, na medida em que tempo de “comunicação” implica, necessariamente, em captura de informações do *usuário*, a serem utilizadas como forma de controle e dominação, desde os hábitos ordinários do cotidiano a concepção de sociedade.

Entra em cena algoritmos sofisticados – denominado pelo *sensu comum* de *inteligência artificial* –, responsáveis por constituir uma cartografia da psique do *usuário* ou *indivíduo-mercadoria*. Pode-se dizer que o entendimento de *inteligência artificial* é a representação do *estranhamento* produzido pela *cultura do capital*, na medida em que se trata de uma extensão da inteligência humana. Todavia, apresenta-se como objeto alienado do sujeito que a criou, de tal forma a elevar-se a condição de sujeito e objetificar seu criador. Tratar-se-ia de uma suposta interface cérebro-maquina, a partir da qual emergiria uma falsa oposição, estabelecida entre inteligência humana x inteligência

artificial. Tal cartografia estrutura-se a partir de informações detalhadas, colhidas a partir do controle de hábitos e costumes (capturam imagens de locais frequentados, diálogos cotidianos, tipos e formas de relações, acessos e pesquisas feitas na internet, hábitos alimentares, filmes e programas televisivos assistidos, músicas ouvidas...). Trata-se da desconstrução de um dos principais avanços civilizatórios, forjado na e pela sociabilidade burguesa: direito à privacidade, a inviolabilidade do lar, a intimidade, no limite, a constituição da individuação. No âmbito das relações imediatas, as informações tornam-se *mercadorias*, comercializadas pelas grandes corporações, como forma de fidelizar clientes dispostos a consumir seus produtos, via difusão de anúncios direcionados de forma permanente. Todavia, no âmbito das relações mediatizadas, trata-se da captura, controle e domínio das subjetividades, com capacidade de intervenção, controle e dominação de processos político-econômicos e socioculturais: i. intervenção em processos eleitorais; ii. Golpes de Estado, aparentemente, estruturados em descontentamento popular; iii. Movimentos anticientíficos, terraplanistas, antivacinação... Trata-se de um tipo particular de *condicionamento operante*, estruturado objetiva e subjetivamente no e pelo campo do reforço. Pode-se dizer que existem dois tipos de *reforço*: *positivo* e/ou *negativo*. O primeiro, consiste na apresentação de um estímulo agradável ou recompensador após a ocorrência da resposta; já o segundo, consiste em retirar um estímulo aversivo ou desagradável após a ocorrência da resposta.

Assim, as *Big Techs*, fundamentadas na psicologia comportamental, desenvolvem ferramentas que unificam tecnologias e processos científicos, voltados a manutenção da conexão total do *indivíduo-mercadoria*, tais como: i. *barra de rolagem*, como forma de criar a ilusão e a projeção de um mundo virtual infinito, em constante processo de mudança e transformação; ii. *notificações*, como forma de projetar a ilusão de novidade, aceitação e reconhecimento social, de tal forma de manter e incentivar a conexão total e permanente; iii. *curtidas e comentários*, como forma de projetar a ilusão de que o *indivíduo-mercadoria* interfere na dinâmica da vida social e nas grandes questões socioculturais e político-econômicas; e, iv. *avatar*, como mecanismo e instrumento do capitalismo de vigilância, voltado a captura da estrutura cognitiva, psicológica, mental e emocional dos *indivíduos-mercadorias*.

A utilização das chamadas *redes sociais* cria e dinamiza processos de coleta e atualização de dados de forma permanente, a partir da aplicação de um conjunto integrado de tecnologias. Assim, forja-se e atualiza-se permanentemente o histórico comportamental do *indivíduo-mercadoria*, constituindo-se uma cartografia que coleta e atualiza dados *on* e *off-line*, de tal forma a (re)desenhar permanentemente hábitos, costumes, comportamentos e ações sociais dos *indivíduos-mercadorias*. A dinâmica dos aplicativos impõem e operam via geolocalização. Assim, o *app* sabe onde você está (esteve), como, com quem, quando e para onde se desloca, identificando e mapeando lugares e pessoas com as quais se comunica. Todas ações e comportamentos são monitorados, permanentemente, coletados e armazenados por algoritmos e inteligência artificial – institui-se um tipo particular de capitalismo de vigilância complexo e sofisticado, no qual o próprio *indivíduo-mercadoria* oferece informações pessoais das mais diversas, sob uma suposta forma entretenimento.

A vida digital articula-se, difunde-se e naturaliza-se como mercado *full time*, no qual os *indivíduos-mercadorias* são empreendedores de si mesmo e ao mesmo tempo a



principal mercadoria a ser comercializada. O mercado *full time* exige exposição permanente – a imagem rápida do cotidiano capturado e atemporal torna-se o principal negócio. Como o cotidiano se torna o negócio e os hábitos, comportamentos e ações individuais a mercadoria a ser consumida, a exposição digital torna-se extremada. Isso quer dizer que o *indivíduo-mercadoria* não tem direito à privacidade e aos erros que a própria dinâmica do cotidiano impõe ao *ser social*. Caso cometa algum deslize, ou seja, caso seja aquilo que a sociedade o educou a ser, o julgamento é sumário e o crime não tem prescrição. Não há direito amplo de defesa e contraditório, tampouco instâncias de apelação. O julgamento é sumário, o crime imprescritível e a pena eternizada. Não existe possibilidade de ressocialização e ou acesso ao *direito ao esquecimento*, após o cumprimento da pena. Ou seja, a força motriz é o ódio, a vingança, o linchamento, o ressentimento social... que ao condenar o bode expiatório, cria-se um ritual de expiação das culpas do cotidiano. Trata-se de uma cisão e de um abismo profundo entre o *mundo social* e o *mundo virtual*, a partir da qual o segundo aliena o primeiro de suas mediações.

A inteligência artificial algorítmica administra, organiza, coordena e unifica os novos circuitos do capital, de tal forma a acelerar o processo produtivo e de circulação, tanto do capital quanto do trabalho, por um lado convertendo-o em aparente entretenimento (redes sociais) e por outro instituindo processos complexos e integrados de *mais valia absoluto-relativa* (nessa nova dinâmica a mais valia se unifica e se dinamiza em um mesmo processo). As plataformas e aplicativos são a manifestação fenomênica do processo.

Ora, pode-se observar que a unificação e a operacionalidade das ferramentas possuem sentidos e significados explícitos. Exemplo: o aumento do número de inscritos e/ou seguidores, curtidas e comentários, converter-se-iam em métodos sutis, complexos e sofisticados de manipulação de emoções do *indivíduo-mercadoria*, por meio da produção e liberação de dopamina – neurotransmissor ligado ao prazer, à alegria e ao bem-estar. Introduce-se uma série de experiências e vivências artificiais a partir das quais institui-se na vida cotidiana do *indivíduo-mercadoria* sistemas de *respostas positiva e/ou negativas*. Assim, número de inscritos/seguidores, curtidas/descurtidas, comentários positivos/negativos, unificados na forma e no conteúdo das chamadas *redes sociais* teriam criado métodos de navegação capazes de estimular a circulação de dopamina em níveis sem precedentes. Nesse sentido, validações/desaprovações *online* teriam implicações na vida subjetiva e objetiva dos *indivíduos-mercadorias*, fossem na forma e no conteúdo de novos impulsos artificiais de dopamina, fossem na forma e no conteúdo de *redes sociais* que aprisionariam legiões de *usuários* solitários e carentes. No âmbito da *cultura do capital*, tal dinâmica parece apontar para a tendência de aumentos exponenciais de casos de ansiedade, depressão e suicídio, particularmente de crianças e adolescentes.

### **O PRÍNCIPE ELETRÔNICO COMO REPRESENTAÇÃO DA HEGEMONIA CIVIL DO CAPITAL-IMPERIALISMO**

Em seus estudos sobre a metrópole Georg Simmel (1858-1918) definira o *homem como um ser que faz distinções*, ao mesmo tempo partira do diagnóstico de que o fundamento psicológico sobre o qual se eleva o tipo das individualidades da cidade grande é a *intensificação da vida nervosa* (SIMMEL, 1903). Tratar-se-ia de um mundo

newtoniano, no qual o espírito moderno tornou-se contábil. Assim, a vida moderna implicaria na integração de técnicas e métodos, a partir dos quais as relações sociais seriam ordenadas objetiva e subjetivamente, sendo a ciência e a tecnologia fundamentais a efetivação de tais processos. Tratar-se-ia da formação de um ser social maquínico, inserido em um tipo particular de formação social, mediada em todas as esferas da vida pela *impessoalidade*, ao qual Simmel denominara de *blasé*. Assim, Simmel explicara o traço de personalidade do *indivíduo-mercadoria*, como símbolo e representação dos estímulos nervosos provocados pela vida citadina moderna, na qual as mudanças e transformações aceleradas e permanentes extraem dos nervos sua última reserva de forças. Institui-se um tipo particular de cotidiano que não permite a restauração das forças, de tal forma a dar lugar a um ser social maquínico, partejado pelo traço de personalidade *blasé*. Para Simmel (1903), a essência do caráter *blasé* encontra-se no embotamento frente à *distinção das coisas*, ou seja, o *ser social* continua a ter a capacidade de percebê-las, mas o significado e o valor da distinção das coisas são nulos. Tal processo forjou o indivíduo burguês, bem com seu entendimento de liberdade e, portanto, sua relação com o *outro*. Ora, se no processo constitutivo das revoluções burguesas o fundamento do indivíduo encontrava-se no valor de homem universal em cada ser singular, no decorrer do século XIX, o estatuto de indivíduo perde seu caráter de valor emancipatório e converte-se em unicidade e incompatibilidade qualitativas. O *ser social* maquínico que denominamos *indivíduo-mercadoria* apresenta uma disposição anímica formada pela *cultura do capital*, que Simmel chamara equivocadamente de economia monetária. Equivocada, na medida em que não se restringe a reflexo subjetivo da economia monetária, mas avança para o campo da formação da subjetividade do *ser social*. Simmel entendia que o dinheiro, definido pela ausência de cor e completa indiferença, ao tornar-se denominador comum de todos os valores, teria se tornado um tipo particular de nivelador que tenderia a corroer o núcleo das coisas. Nesse sentido, o *ser social* maquínico equivaleria as coisas; e, ao ser *coisificado* teria desenvolvido a personalidade *blasé* como forma de adaptar-se a vida cotidiana maquinizada, a qual Marx definira como *Entfremdung*.

O século XX constituiu-se a partir de tessituras sociais heterogêneas, complexas e contraditórias que acabaram por colocar em crise o núcleo central da sociabilidade burguesa: o *projeto de modernidade*. Assim, se por um lado os espíritos épicos faustiano-prometéicos generalizaram-se e tomaram de assalto a subjetividade humana, com a finalidade de conhecer a verdade do mundo e da vida, tomando-a em suas mãos e transformando-a; por outro, o espírito nietzschiano, para o qual o humano é demasiado humano forjou um modo de pensar e narrar, a partir de uma ética e estética fundamentadas no paroxismo, fragmentário e errático, nos quais prevaleceu o simulacro e a desconstrução, portanto, a inexistência de passado, presente e futuro.

Uma das questões fundamentais do *projeto de modernidade* encontra-se na defesa e no compromisso com a razão e a emancipação humana. Deve-se destacar que o entendimento de *projeto de modernidade* encontra-se estruturado na e pela sociabilidade liberal-burguesa e, portanto, extrapola o caráter metafísico presente nos idealizadores e difusores de tal projeto, de tal forma a compreendê-lo como ideologia da *cultura do capital*. Assim sendo, o projeto apresenta problemas crônico-degenerativos advindos de sua própria estrutura genética – não se trata de promessas não cumpridas ou irrealizáveis,

como em certo momento declarou Norberto Bobbio (1986). Assim, a realização parcial, relativa, flexível e ou total do projeto dependeria fundamentalmente da sociabilidade burguesa forjada no âmbito da *cultura do capital*, na qual constituiu-se um conjunto complexo de instituições sociais, jurídico-políticas, socioculturais e econômicas a partir das quais as relações sociais se enraizaram e se generalizaram. A partir de tal paradigma é que se poderia constituir algum nível de entendimento acerca de relações sociais complexas que formam unidades de contrários, tais como: indivíduo-sociedade; trabalho-capital; sociedade civil-Estado; democracia-autocracia; liberdade-igualdade; público-privado; diversidade-desigualdade; imperialismo-nacionalismo; centro-periferia; e, modernidade-colonialidade. Não se tratam de utopias do *projeto de modernidade* que se tornaram distopias irrealizáveis, mas de processos históricos que (re)configuraram diversas culturas, de tal forma a se impor a *cultura do capital – singular-particular-universal*. Todavia, no campo da crítica reificada ao *projeto de modernidade*, a realidade virtual e a imagem (simulacro dentro do simulacro) tornaram-se substitutas e sucedâneas, respectivamente, da experiência e da palavra, de tal forma a desaparecer tempo e espaço, ou seja, o processo, o sujeito, e a consciência histórica. O mundo virtual e puramente imagético, substituiu as mediações (experiências e vivenciais) e os *consensos lógicos*, de tal forma que o *mundo da vida* foi colonizado por uma realidade virtual reificada, na qual toda forma de comunicação e linguagem foram convertidos em imagem<sup>7</sup> (colorida, sonorizada, suave, impactante, fascinante, brutal, horripilante e estetizante), na medida em que difundiu-se a concepção de subjetividade de que não havia tempo para experiências e vivências, tampouco, sua representação em palavras com sentidos e significados precisos.

Pode-se dizer que as chamadas *fake news*, articulam-se e desenvolvem-se a partir da lógica complexa a partir da qual opera o *Príncipe Metaverso*, na medida em que os algoritmos operam na instrumentalização de informações com o intuito de intervir política, econômica e socioculturalmente em dada realidade social. Trata-se de operação planejada, organizada e coordenada, com aparente impressão de “viralização” espontânea – vírus que se espalha sem controle.

A partir de estudos sistemáticos sobre a globalização, o cientista social brasileiro Octavio Ianni (1999, pp.14-5), cunhou o conceito de *príncipe eletrônico*:

O príncipe eletrônico, no entanto, não é bem *condottiero* nem partido político, mas realiza e ultrapassa os descortinos e as atividades dessas duas figuras clássicas da política. O príncipe eletrônico é uma entidade nebulosa e ativa, presente e invisível, predominante e ubíqua, permeando continuamente todos

<sup>7</sup> Fenômeno social dos *memes*, relacionado a indústria cultural e as NTICs. De maneira imediata e provisória, o *meme* poderia ser definido como uma unidade de informação e comunicação reificada, com capacidade de se multiplicar, no âmbito da rede mundial de computadores, via aplicativos, plataformas e redes sociais, com a finalidade de produzir e difundir ideias e informações reificadas acerca da realidade. Cria-se a ilusão de que se trata de uma iniciativa espontânea e individual, com a finalidade de entretenimento, como forma de ocultar a concepção de mundo que difunde, bem como os interesses políticos, econômicos e culturais que representam. Assim, a cultura do capital instrumentaliza culturalmente a imagem, na e a partir da qual pode-se (re)montar, colar, mixar, desconstruir, parodiar, carnavalizar tudo e todas as coisas, descontextualizando-as. Trata-se da difusão e generalização da estética do paroxismo, da fragmentação e do aforismo, como uma forma de colonizar o mundo da vida, a partir da instrumentalização técnica de composição dos vídeos.



os níveis da sociedade, nos âmbitos local, nacional, regional e mundial. É o intelectual coletivo e orgânico das estruturas e blocos de poder presentes, predominantes e atuantes em escala nacional, regional e mundial, sempre em conformidade com os diferentes contextos socioculturais e político-econômicos desenhados no novo mapa do mundo. É óbvio que o príncipe eletrônico não é nem homogêneo nem monolítico, tanto em âmbito nacional como mundial. Além da competição evidente ou implícita entre os meios de comunicação de massas, ocorrem frequentes irrupções de fatos, situações, relatos, análises, interpretações e fabulações que pluralizam e democratizam a mídia. Sem esquecer que são inúmeros os intelectuais de todos os tipos, jornalistas, fotógrafos, cineastas, programadores, atores, entrevistadores, redatores, autores, psicólogos, sociólogos, relações públicas, especialistas em eletrônica, informática e cibernética e outros que diversificam, pluralizam, enriquecem e democratizam a mídia. Há jornais, revistas, livros, rádios, televisões e outros meios que expressam formas e visões alternativas do que vai pelo mundo, desde o narcotráfico e o terrorismo transnacionais às guerras e revoluções, dos eventos mundiais da cultura popular aos movimentos globais do capital especulativo. Assim se enriquece o príncipe eletrônico, tornando-o mais sensível ao que vai pelo mundo, desde a perspectiva das classes e grupos sociais subalternos à perspectiva das classes e grupos sociais predominantes. Em geral, no entanto, o príncipe eletrônico expressa sobretudo a visão do mundo prevalecente nos blocos de poder predominantes, em escala nacional, regional e mundial, habitualmente articulados.

Na *cultura do capital*, a imagem tornou-se central nos processos de mercadorização de todas as esferas da vida, na medida em que tornou-se um instrumento fundamental para a formação da subjetividade, em um contexto de generalização da indústria cultural massificada. Nesse processo, a linguagem e a comunicação não se realizam mais pela palavra, mas pela imagem simples e rápida. A palavra tornou-se descartável e/ou secundarizada, de tal forma que a imagem adquiriu centralidade e preponderância. A palavra escrita pode ser considerada uma das tecnologias mais complexas e sofisticadas produzidas pela humanidade, exatamente porque pela palavra o *ser social* tornou possível a reflexão, o pensamento e a síntese de suas experiências e vivências, na forma e no conteúdo do conceito.

Nesse sentido, abriu-se o campo da cultura para que a pós-modernidade redesenhasse as concepções de língua e fala, sintaxe e semântica, sincronia e diacronia, som e sentido, palavra e imagem, autor e leitor, texto e contexto. Assim, constituiu-se uma relação social de unidade de contrários entre a ideologia da pós-modernidade e a *cultura do capital*, a partir da qual forjou-se um clima cultural e imaginário de reflorescimento da imagem<sup>8</sup>, que alterou profundamente as concepções de objetividade e subjetividade. A complexa e sofisticada indústria cultural, fundamentada nas Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs), forjou um conjunto de *técnicas sociais*<sup>9</sup>, como forma de organizar, administrar e coordenar o processo de reflorescimento

<sup>8</sup> Ver RIVERA CUSICANQUI, Silvia. *Sociología de la Imagen: miradas ch'ixi desde la historia andina*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2015.

<sup>9</sup> As práticas e as agências que têm como seu objetivo principal modelar o comportamento humano e as relações sociais, eu as descrevo como técnicas sociais. Sem elas e as invenções tecnológicas que as acompanham, as vastas e radicais mudanças do mundo contemporâneo jamais teriam sido possíveis. (MANNHEIM, 1949, p.247).

da imagem, entendida como comunicação e linguagem reificadas. Não ao acaso, no âmbito das teorias da pós-modernidade, predomina-se a concepção e o entendimento da teoria social e da história como *discurso* e *narrativa*. Todavia, ambos articulados a partir do uso da hermenêutica, da fenomenologia, do estruturalismo e da semiótica, como forma aparentemente rigorosa de desconstrução de chaves de leituras conceituais-categoriais (instrumentalizam-se teorias partejadas pela modernidade, para desconstruir a modernidade). Trata-se do manuseio de uma razão de tipo instrumental, voltada a construção de um entendimento reificado, fundamentado na lógica da desconstrução do discurso *ad infinitum* – o texto entendido como sistema de signos *em-si-mesmo*, virtualmente autônomo e despido de temporalidade, espacialidade, sujeitos e consciência histórica.

Na *cultura do capital*, em um contexto de crise de sociabilidade profunda, encontra-se em processo de universalização, via NTICs, a estetização da linguagem, na e a partir da qual o conceito e a categoria, definidos com *clareza* e *distinção*, são substituídos pela imprecisão da metáfora e da alegoria. No primeiro caso, a teoria social e da história necessitam fundamentalmente do estudo aprofundado e sistemático das experiências e vivências, localizadas em determinado tempo e espaço, mediados pela sociabilidade instituída por determinados sujeitos que possuem consciência acerca de seu *modo de vida*. A relação epistêmica e ontológica, fundamentalmente complexa, estabelecida entre sujeito e objeto, só são acessíveis a partir de tais entendimentos e consensos lógicos mínimos acerca de determinados processos. No âmbito da pós-modernidade não existem nem sujeito nem objeto do conhecimento, mas apenas a *narrativa* e o *discurso em-si-mesmos*, entendidos como texto e sistema de signos. Se até o século XIX, uma das principais questões do conhecimento encontrava-se no campo da metafísica, na qual o pensamento era uma entidade autônoma e separada do mundo social, todavia, de fundamental importância para a produção do conhecimento; na pós-modernidade, a linguagem reificada ocupou tal lugar, na medida em que existe *em-si-mesma* e encontra-se cindida do mundo social. Como apontara Marx, a linguagem<sup>10</sup> não existe *em-si*, mas é sempre um *para-si*, ou seja, uma relação social complexa forjada e generalizada a partir de um determinado *modo de vida*<sup>11</sup>.

A modernidade em sua complexa tessitura e construção de redes de dominação impôs, a partir das invasões colonialistas, as línguas dos dominadores, universalizando-as a partir da lógica instituída pela *cultura do capital*. O inglês tornou-se uma língua

<sup>10</sup> [...] A relação entre o pensamento e a palavra não é uma coisa mas um processo, um movimento contínuo de vaivém entre a palavra e o pensamento; nesse processo a relação entre o pensamento e a palavra sofre alterações que, também elas, podem ser consideradas como um desenvolvimento no sentido funcional. As palavras não se limitam a exprimir o pensamento: é por elas que este acede à existência. O pensamento e a palavra não são talhados no mesmo modelo: em certo sentido há mais diferenças do que semelhanças entre eles. A estrutura da linguagem não se limita a refletir como num espelho a estrutura do pensamento; é por isso que não se pode vestir o pensamento com palavras, como se de um ornamento se tratasse. O pensamento sofre muitas alterações ao transformar-se em fala. Não se limita a encontrar expressão na fala; encontra nela a sua realidade e a sua forma [...] (VYGOTSKY, 1979, pp165-6).

<sup>11</sup> [...] Todo signo, como sabemos, resulta de um consenso entre indivíduos socialmente organizados no decorrer de um processo de interação. Razão pela qual as formas do signo são condicionadas tanto pela organização social de tais indivíduos como pelas condições em que a interação acontece. Uma modificação destas formas ocasiona uma modificação do signo [...] (BAKHTIN, 1981, p.44).

global, a medida em que a mundialização e a *cultura do capital* se impuseram, primeiramente, com o Império Britânico e, posteriormente, com o Império Estadunidense. Tratam-se de impérios de naturezas distintas, marcados por continuidades-descontínuas, todavia, interligados pela *cultura do capital*. O entendimento de tal processo nos permite acessar níveis de conhecimento a partir dos quais se pode compreender o porquê do inglês ter se tornado língua global, na medida em que se impôs como linguagem dos *povos da mercadoria*.

O início do século XX demarcou a transição de um *capitalismo de tipo concorrencial* para o *capital-imperialismo*. Os desdobramentos imediatos de tal processo, se por um lado materializou a dissolução e redesenhou os impérios e, conseqüentemente, as colônias, via duas grandes guerras mundiais; por outro, criou as condições, objetivas e subjetivas, para a eclosão da Revolução Russa de 1917 e a Revolução Chinesa de 1949, que redesenhariam profundamente a geopolítica do século XX e as primeiras décadas do século XXI. Com todos os problemas e limites que se possa apontar acerca da Revolução Russa de 1917 e seus desdobramentos históricos, culturais e político-econômicos, tratou-se de um *evento histórico* (SALLINS, 1976) que colocou na ordem do dia duas pautas fundamentais que até então não se encontravam em questão: *reforma e/ou revolução*.

Tratar-se-iam de duas pautas impostas pela realidade objetiva, capazes de tencionar o processo de consolidação do *capital-imperialismo* e a contrapelo das *classes dominantes* impor o tema da *democratização da democracia* (até então restrito e limitado a *classe dominante* e dominado pela *teoria das elites*), tanto no âmbito dos Estados-nacionais quanto das relações internacionais. Portanto, os processos de universalização dos *direitos civis, políticos e sociais* (MARSHALL, 1950), como forma de estabelecer uma relação contraditória entre *capitalismo* e *democracia*, via *liberalismo* (e sua materialização na forma do conceito de *cidadania*), deram-se devido a imposição da pauta internacional aberta com a *Revolução de Outubro*. Assim, a generalização dos direitos humanos e a democratização da democracia foram pautas civilizatórias impostas pelos “de baixo”. A *classe trabalhadora* e as demais *classes subalternas* retiraram os direitos humanos e a democratização da democracia dos Tratados Metafísicos do pensamento liberal-burguês e lhes deram materialidade, objetiva e subjetiva, a partir de movimentos sociais, sindicatos e partidos, em outros termos, a partir de um Programa societário sistêmico dos “de baixo”. Tratar-se-iam de concessões impostas pela mudança de *correlações de forças*, de tal forma a fazer com que o *capital-imperialismo* redesenhasse seus tipos e formas de dominação, tanto em relação ao *centro* quanto a *periferia capitalista*. A *democracia ampliada* só é compatível com o capitalismo em determinadas circunstâncias, como aquela forjada no pós-guerra e que tinha como representação a URSS e o Muro de Berlim. Assim, o século XX foi marcado por um período histórico que poderíamos denominar de tempo das *revoluções passivas* (DEL ROIO, 2021).

Diferentemente, o século XXI iniciou-se sob a insígnia da *contrarrevolução preventiva*, na medida em que o neoliberalismo-flexível derrotou e esvaziou tanto a pauta da *reforma* quanto da *revolução social*, recolocando na ordem do dia a *democracia formal*, restrita e limitada, como mero exercício do poder da *classe dominante* (SILVA, 2011b). Nesse cenário, impõem-se como imperativo, no âmbito do *inconsciente coletivo*, o binômio utopia-distopia (a alternativa metafísica torna-se ausência de alternativas), que aparecem de diferentes maneiras tanto na prática quanto na teoria social. Assim, a

resistência se daria pelo imediatismo e espontaneísmo (o espontâneo entendido como ação social advinda de alguma entidade metafísica, despido de materialidade social), a partir dos quais emergiriam romantismos de toda ordem, tanto na forma do *capitalismo romântico* (sob a forma da socialdemocracia keynesiana), quanto na forma do *romantismo cultural*, voltado ao elogio de cosmologias mitificadas de caráter multiétnico (sob a forma da *decolonialidade*). Ambos os *romantismos*, embalados por tipos, formas e conteúdos distintos de *nacionalismo* (SILVA, 2022).

## CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Em seus *Quaderni del Cárcere*, particularmente em seus estudos sobre *americanismo-fordismo* – Caderno 22 de 1934 – Gramsci elaborou um conjunto de conceitos que podem nos auxiliar no *Diagnose der Gegenwart*: no início do século XX, observava-se um processo de estagnação e/ou regressão teórica do marxismo e, portanto, a necessidade imperiosa de refundação comunista e constituição de um marxismo dinâmico, ativo e vivo. O *Diagnose der Gegenwart* e a necessidade de refundação podem ser observados na produção e nas obras dos principais *intelectuais orgânicos* da classe trabalhadora do século XX: i. em um primeiro momento, em Lênin e Rosa Luxemburgo; e, ii. em um segundo momento, em Gramsci e Lukács (DEL ROIO, 2018).

Nesse sentido, o trabalho em questão buscará resgatar um conjunto de conceitos gramscianos, como forma de produzir algum nível de entendimento acerca da sociedade contemporânea, definida ideologicamente enquanto *sociedade do conhecimento e/ou da informação*. Nos *Quaderni* (1975), pode-se observar que há de forma germinal o desenvolvimento de uma teoria social, e, portanto, de uma teoria da história, a partir da qual compreendera as *classes subalternas* como essencialmente multiétnica, heterogênea e complexa, portanto, o fenômeno da desagregação seria parte intrínseca de sua vida cotidiana. Todavia, haveria uma tendência à unificação, radicalizada, na forma e no conteúdo de construção de uma *nova hegemonia*. O conceito de *tendência* é de fundamental importância na teoria social marxiana, na medida em que a partir da análise crítica, rigorosa e radical da sociabilidade, poderia desvendar as *leis sociais* que articulariam, dinamizariam e constituiriam as relações sociais complexas que estruturariam a vida social, a curto, médio e longo prazo. A tendência à unificação apontada por Gramsci encontra-se nas contradições impostas pela sociabilidade burguesa, a partir das quais nega a grandes contingentes populacionais acesso aos *direitos civis, políticos e sociais* (MARSHALL, 1950), fundamentais a produção e reprodução tanto da força de trabalho (*indivíduo-mercadoria*) como da própria sociabilidade burguesa. Tratar-se-ia da efetividade do princípio de Montesquieu, para o qual o poder só se contrapõe ao poder. Ou seja, o poder de mudanças e transformações encontrar-se-ia na tendência à unidade, como único instrumento de poder das *classes subalternas*, seja na forma de sindicatos, partidos, movimentos e, no caso da particularidade italiana do *biennio rosso* (1919-1920) dos conselhos.

Assim, para Gramsci, tratar-se-ia de saber se o instrumento de poder fundamentar-se-ia na auto-atividade e auto-organização das *classes subalternas*, como via autônoma de construção de uma nova sociabilidade. Em outros termos: qual seria a capacidade de constituir uma cultura política fundamentada na *dualidade de poderes* e, portanto, de

alteração da *correlação de forças* existente em dada realidade histórico-social? Deve-se destacar que unidade não significa homogeneidade, mas capacidade de construção de mediação e conhecimento de sua cultura, tanto pela via do *princípio da identidade* quanto da *contradição*, ou seja, impõem-se o desafio de construção de um Programa capaz de cultivar, mobilizar e estruturar de forma permanente a *unidade na diversidade*. Tratar-se-ia de pensar a auto-atividade e auto-organização das *classes subalternas* como princípio educativo, a partir dos quais forjar-se-ia o *espírito de cisão*, necessário a construção de uma *reforma moral e intelectual* profunda, ou seja, do entendimento da revolução social como fenômeno de longo prazo.

O pensador italiano desenvolveu uma análise complexa acerca da particularidade italiana e suas ondas de *revolução passiva*, na qual a *questão meridional* passou a ser central, em um primeiro momento, como forma de se pensar as contradições da *questão nacional* na Itália; e, em um segundo momento, para se pensar as contradições da *questão internacional* e a relação entre *imperialismo-colonialismo*. Assim, em Gramsci o *capital-imperialismo* impôs um tipo particular de *colonialismo* que não se restringiu a dominação econômica e política, mas avançou, enraizou-se e articulou-se, fundamentalmente, pelo campo da cultural. Portanto, a questão da unificação das *classes subalternas* seria ao mesmo tempo nacional e internacional. Há um enfrentamento e uma crítica profunda a uma das ideologias mais complexas e sofisticadas da ordem burguesa: o *nacionalismo* – seja em sua forma liberal e fascista. Observando-se as particularidades da América, poder-se-ia dizer que existiria uma *questão meridional*, a partir da qual impôs-se o *capital-imperialismo* estadunidense, tanto nos Estados-nacionais quanto no continente.

Nesses termos, emancipação para Gramsci implicaria em ruptura tanto com o economicismo, quanto com o politicismo – ao atualizar a análise gramsciana para o século XXI, poder-se-ia dizer também com o culturalismo –, variantes de subalternidade teórico-práticas da intelectualidade burguesa, seja em suas representações de defesa da razão ou do irracionalismo. Em outros termos, uma ruptura com as teorias sociais e suas ideologias de sustentação teórico-prática, que entendem e difundem a concepção de que existiria uma separação e no limite oposição entre Estado, Sociedade Civil e Cultura. Assim, a questão da emancipação das *classes subalternas* passaria necessariamente pelo entendimento de que o cultural, o econômico e o político seriam manifestações, representações e expressões de uma mesma realidade em movimento, ou seja, constituir-se-iam na forma e no conteúdo da *totalidade*. Nesse sentido, quaisquer entendimentos que se quisesse produzir acerca das *classes subalternas* necessitaria de uma metodologia de estudos e pesquisas que fosse capaz de captar o *espírito popular criativo*. Tratar-se-ia de conhecer a cultura das *classes subalternas* e os métodos e procedimentos de criação e rebeldia popular, frente a cultura social imposta pelas *classes dominantes*<sup>12</sup>. Ora, nesse sentido, o chamado *folclore* emergiria como um método espontâneo de criação, interpretação, organização e rebeldia, a partir do qual as *classes subalternas* transformariam a cultura política de dominação em cultura popular, estruturada na resistência e rebeldia. Salienta-se que a definição de *folclore* elaborada por Gramsci sintetiza e representa um conjunto de relações sociais complexas de dominação, nas quais entrecruzam-se e relacionam-se umbilicalmente: religião, moral, ciência e filosofia;

<sup>12</sup> [...] A unidade histórica das classes dirigentes ocorre no Estado e a sua história é essencialmente a história dos Estados e dos grupos de Estados. [...] (Q 25, § 5, p. 2288).



todavia, e, contraditoriamente, está presente o *espírito popular criativo*, a partir do qual emergem germes e potencialidades de manifestações e organizações autônomas dos *grupos subalternos*. Em que pese que Gramsci tenha abandonado a formulação de *espírito popular criativo*, como forma de se afastar do *idealismo italiano*, torna-se importante recuperá-la, como forma de tentativa de entendimento da cultura popular do século XXI. Torna-se importante destacar que Gramsci não compreende as representações do *folclore* como *mito* e/ou *dádiva*, como fazem os *teóricos decoloniais* (SILVA, 2022).

Por mais que, nos *Quaderni* (1975), Gramsci discuta e atravesse diversas temáticas e questões, deve-se observar a *centralidade do trabalho*. Assim, os conceitos de *americanismo-fordismo* adquirem centralidade, em um contexto de aprofundamento e generalização da Segunda Revolução Industrial e seus impactos nos campos da ciência, da técnica e da cultura, fragmentados pela lógica e dinâmica da *cultura do capital*. Dizer que os conceitos de *americanismo-fordismo* são centrais significa dizer que as organizações autônomas da classe operária – sindicatos e partidos – continuam centrais, em quaisquer questões que pretendam produzir algum nível de entendimento acerca da dominação burguesa e das possibilidades de construção de uma *hegemonia* de novo tipo. Somente a partir da *centralidade do trabalho* é que se poderia pensar o conceito/fórmula de *frente única*, bem como a relação social complexa estabelecida entre *partido-massas*, ou seja, a capacidade de constituição de institutos autônomos e antagônicos à ordem do capital, com capilaridade social e condições de se opor a *cultura do capital* – seja na forma do mercado, do Estado ou dos complexos *aparelhos privados de hegemonia* presentes na *Bürgerlicher Gesellschaft* (SILVA, 2011a) como expressão e representação da auto-organização, auto-atividade e autoeducação, a partir dos quais formariam sua *intelectualidade orgânica*.

Assim, o partido emergiria como expressão e representação autônoma e antagônica à *cultura do capital*, ou seja, mediado pelo *espírito de cisão*. A elaboração de *Moderno Príncipe* só poderia ser compreendida a partir da articulação e indissociabilidade entre os diversos conceitos apresentados, entendidos como uma totalidade complexa. Assim, o *Moderno Príncipe* seria a representação de uma *vontade coletiva* de novo tipo, capaz de partejar e cultivar a formação e difusão de uma nova subjetividade, ou seja, tratar-se-ia de recompor e redesenhar a vida material e espiritual em todas as suas esferas. Ora, nesse sentido, as organizações autônomas da classe trabalhadora e das demais *classes subalternas* passariam a ser de fundamental importância, na medida em que a auto-atividade, auto-organização e autoeducação forjariam e cultivariam uma *intelectualidade orgânica* de novo tipo, com capacidade de construção de uma *nova hegemonia*.

Ao analisar a revolução burguesa como uma *revolução de longo prazo*, estruturada em *reformas moral e intelectual* profundas e complexas, como o Renascimento, a Reforma Protestante e o Iluminismo, Gramsci articulou os conceitos de *Moderno Príncipe*, *hegemonia* e *intelectuais orgânicos*, utilizando-se da imagem e representação do *jacobinismo*, entendido como *intelectuais orgânicos* que expressavam e representavam uma nova sociabilidade – *grande política* –, na medida em que suas ações sintetizavam a *vontade coletiva* nacional-popular francesa que se universalizaria com a completude da Revolução Francesa. Nesse sentido, o partido converter-se-ia em um *intelectual orgânico coletivo* e teria a função social de, ao mesmo tempo, estimular a



autoatividade vívida que se alimentaria e se dinamizaria da espontaneidade das massas, e, ser o mediador dos movimentos espontâneos, como forma de autoeducação e auto-organização, direcionadas a formação e difusão de uma nova sociabilidade, capaz de forjar uma *nova hegemonia*. Os conceitos explicitam os diálogos, debates e discussões com as elaborações desenvolvidas por Croce, Lenin, Rosa Luxemburgo e Sorel.

Gramsci articulou a questão do *Moderno Príncipe* a partir da mediação e do estabelecimento do diálogo entre Maquiavel e Lênin, estabelecendo como ponto central dialógico a questão da fundação de um Estado de novo tipo, e, portanto, da revolução social. Para Gramsci, Maquiavel teria sido o primeiro *filósofo da práxis*, por ter antecipado o jacobinismo francês. Assim, o conceito de *jacobinismo* – reelaborado, após a ruptura com Sorel, que o via como mera manifestação burguesa – emergiria como mediação e instrumento do *Diagnose der Gegenwart*, para se compreender as particularidades da Itália do período e, portanto, sua derrota; e, ao mesmo tempo, compreender as particularidades da Rússia do período e sua vitória. Isso quer dizer que só se poderia compreender a elaboração de *Moderno Príncipe*, a partir do entendimento e diálogo das teorias de Maquiavel e Lênin, na medida em que articulariam três variáveis fundamentais: i. a questão da organização política; ii. a questão dos intelectuais; e, ii. a questão da revolução social. Nesse ponto, Gramsci incorporou de Lênin a elaboração teórico-prática da Nova Política Econômica (NEP), para elaborar o conceito-fórmula da *frente única* e, portanto, a imposição da viragem estratégica de mudança tática de *guerra permanente para guerra manobrada* (DEL ROIO, 2018).

No caderno 22, Gramsci apresentou a elaboração germinal de *americanismo-fordismo* como símbolo e representação da *cultura do capital* do início do século XX, voltada de maneira imediata a reverter a *lei tendencial da queda da taxa de lucro*; todavia, sua mediação fundamental encontrar-se-ia na racionalização, em todas as esferas da vida, da classe trabalhadora e das demais classes subalternas. Ora, trata-se do redesenho da *cultura do capital*, a partir do qual a sociabilidade burguesa avançou para o campo da educação de um novo tipo de ser social, fundamentalmente, maquinizado e automatizado, com uma subjetividade programada e adequada aos novos tipos de trabalho e de processos produtivos (Q 22, § 2, p. 2146). Tratar-se-ia de uma classe trabalhadora e de demais classes subalternas de tipo fordista, forjadas pela iniciativa das classes dominantes. Ou seja, a burguesia redesenhou sua dominação e avançou dos campos político e econômico para o campo cultural: [...] *a hegemonia nasce da fábrica e necessita apenas, para ser exercida, de uma quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia [...]*. (Q 22, § 2, p. 2146). Isso significa que o *estranhamento* – *Entfremdung* –, produzido no e pelos processos e circuitos de *produção-circulação* tornam-se mais complexos e dinâmicos, de tal forma a *colonizar o mundo da vida*, em todas as suas dimensões e esferas.

Ao longo do século XX e início do século XXI, o *americanismo* entendido como representação da nova hegemonia burguesa, tornou-se mais complexo: i. no campo da produção-circulação, transitou do binômio *fordismo-taylorismo* para o binômio *toyotismo-ohismo*; ii. no campo científico-tecnológico-cultural, impôs a III e a IV Revoluções Industriais, com representações e simbologias sofisticadas que o senso comum passou a denominar de economia digital e inteligência artificial; iii. no campo da política, transitou do Estado de bem-estar para o Estado Neoliberal; e, iii. no campo da

economia, transitou para um tipo particular de *capital-imperialismo* que necessita recolonizar Estados nacionais periféricos, aparentemente consolidados por *revoluções passivas*, como o caso do Brasil, a partir da dinâmica imposta pelas novas cadeias globais de produção-circulação.

Gramsci partiu do *Diagnose der Gegenwart* de que a novíssima classe operária encontrava-se em construção e, portanto, tinha como desafio colocar-se a questão da *hegemonia*. Trata-se de saber quais seriam as condições objetivas e subjetivas da novíssima classe operária – forjada a partir do conjunto de mudanças e transformações impostas pela *cultura do capital* nos campos da cultura, economia e política –, para colocar-se a questão da *hegemonia*. Em outros termos, qual seria sua capacidade de transitar da condição de *grupos subalternizados* à *classe social unificada*, capaz de converter-se em núcleo articulador de arcos de alianças, ou seja, de articular uma *frente única* das *classes subalternas*. Assim, a novíssima classe social seria entendida como força política e cultural potencial que necessita realizar-se material, objetiva e subjetivamente.

A *razão instrumental* cultivada e difundida pela *cultura do capital*, a partir da qual colonizou a tríade: ciência-cultura-trabalho; e, ao fazê-lo, impôs a fragmentação da vida em todas as suas dimensões, constituiu-se na forma e no conteúdo de processos complexos de *estranhamento*, forjando-se um tipo particular de homem maquínico. Assim, o mundo imediato projeta subjetividades *em-si-mesmas*, na e a partir das quais naturaliza-se o indivíduo, como única existência concreta da vida social. Nesse sentido, torna-se cada vez mais complexo estabelecer níveis e formas de associação, identidade e pertencimento social, fundamentalmente, naquilo que diz respeito a *classe social*. Ora, como Gramsci apontou no caderno 25, torna-se necessário e de fundamental importância a reconstrução da história dos *grupos subalternos*, como forma de se efetivar a necessária e desejável *tendência* a unificação dos subalternos<sup>13</sup>. O conceito de *grupos subalternos* amplia o conceito de *classe social*, exatamente porque inclui camadas sociais que não se encaixam na definição de *classes*. Trata-se de um elaboração fundamental para se compreender as transformações e dinâmicas impostas pelas *classes dominantes*, a partir dos (re)desenhos da *classe trabalhadora*, instituídos pelas revoluções industriais, bem como as mudanças na anatomia da *sociedade civil-burguesa* (SILVA, 2011a) e seus desdobramentos no Estado. As questões postas nos e pelos *pactos* e *apostas fáusticas* permanecem, até que o *ser social*, por intermédio da *razão*, possa reivindicar Fausto e afirmar:

[...] Se vier um dia em que ao momento  
Disser: Oh, pára! és tão formoso!  
Então algema-me a contento,  
Então pereço venturoso!  
Repique o sino derradeiro,  
A teu serviço ponhas fim,  
Pare a hora então, caia o ponteiro,

<sup>13</sup> [...] Os grupos subalternos sofrem sempre a iniciativa dos grupos dominantes, mesmo quando se rebelam e se insurgem: só a vitória 'permanente' rompe, e não imediatamente, a subordinação. Na realidade, mesmo quando parecem triunfantes, os grupos subalternos estão só em estado de defesa alarmada [...]. (Q 25, § 2, p. 2283-2284).

O Tempo acabe para mim!  
(GOETHE, 2004b).

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. *Educação e Emancipação*. Trad. Wolfgang Leo Maar. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira – 2ª ed. – São Paulo: Hucitec, 1981.

BENJAMIN, Walter. *Origem do drama barroco alemão*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

\_\_\_\_\_. *Ensaio reunidos: escritos sobre Goethe*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2009.

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Trad. Marco Aurélio Nogueira. – 5ªed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BLOCH, Ernst. *O princípio esperança*. Rio de Janeiro: EdUERJ: Contraponto, 2005, 2006. 3v.

DEL ROIO, Marcos. *Gramsci e a Emancipação dos Subalternos*. São Paulo: Unesp, 2018.

\_\_\_\_\_. *Revoluções Passivas e Hegemonia Débil na América Latina*. In. *Capital-Imperialismo em Crise: Vozes da Periferia*. – Goiânia: IFG, 2021.

ÉSQUILO. *Prometeu acorrentado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

GRAMSCI, A. *Quaderni del cárcere*. Torino: Einaudi, 1975.

GOETHE, Johann Wolfgang von. *Fausto: uma tragédia – primeira parte*. São Paulo: Ed. 34, 2004a.

\_\_\_\_\_. *Fausto: uma tragédia – segunda parte*. São Paulo: Ed. 34, 2004b.

HABERMAS, Jürgen. *Teoria do agir comunicativo: racionalidade da ação e racionalização social*. Volume I. Trad. Paulo Astor Soethe. – São Paulo: Martins Fontes, 2012a.

\_\_\_\_\_. *Teoria do agir comunicativo: sobre a crítica da razão funcionalista*. Volume II. Trad. Flávio Beno Siebeneichler. – São Paulo: Martins Fontes, 2012b.

HABERMAS, Jürgen. *Der Philosophische Diskurs der Moderne*. 3. ed. Frankfurt/M: Suhrkamp, 1986.

HABERMAS, Jürgen. *Technik und Wissenschaft als "Ideologie"*, (Et. Alli). Frankfurt: Suhrkamp, 1968.

IANNI, Octavio. Príncipe Eletrônico. In. *Revista Perspectiva*. São Paulo, nº22, pp.11-29, 1999.

IANNI, Octavio. *Enigmas da Modernidade-Mundo*. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

\_\_\_\_\_. *Teorias da Globalização*. – 9ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

LYOTARD, J. F. *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio: 2002.

LUKÁCS, György. *Marxismo e Teoria Literária*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

\_\_\_\_\_. *Para uma ontologia do ser social I*. Trad. Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer e Nélio Schneider. – São Paulo: Boitempo, 2012.

\_\_\_\_\_. *Para uma ontologia do ser social II*. Trad. Nélio Schneider, Ivo Tonet, Ronaldo Vielmi Fortes. – São Paulo: Boitempo, 2013.

MANNHEIN, K. *Ideology and Utopia*. Nueva York: Harcourt & Brace and World, 1936.

MARSHALL, T. H. *Citizenship and social class: and other essays*. Cambridge at the University Press, 1950.

MARK, Karl. *A Ideologia Alemã*. Trad. Rubens Enderle. Nélio Schnneider, Luciano Martorano. – São Paulo: Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_. *O capital: crítica da economia política*. Trad. Rubens Enderle. – São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. *O capital: crítica da economia política. Livro II. O processo de circulação do capital*. Trad. Rubens Enderle. – São Paulo: Boitempo, 2014.

\_\_\_\_\_. *O capital: crítica da economia política. Livro III. O processo global de produção capitalista*. Trad. Rubens Enderle. – São Paulo: Boitempo, 2017.

MILLS, C. Wright. *A elite do poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SAHLINS, Marshall. *Culture and practical reason*. Chicago: The University of Chicago Press, 1976.

SENRA, Ricardo. Dilema das Redes: os 5 segredos dos donos de redes sociais para viciar e manipular. In *BBC News Brasil*. Publicado em 01 out. 2020. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/geral-54366416> Acesso em 20 jul. 2021.

- SHELLEY, P. B. *Ode ao vento oeste e outros poemas*. São Paulo: Hedra, 2009.
- SILVA, Marcelo Lira (Org.). *Capital-Imperialismo em Crise: Vozes da Periferia*. Goiânia: IFG, 2021.
- SILVA, Marcelo Lira (2011a). Ética e Política em Hegel: as formas determinativas do Estado Democrático de Direito. In. *Revista Aurora*, ano V, nº 08, ago. 2011, pp.117-143. Disponível em <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/1268>
- SILVA, Marcelo Lira (2011b). Os Fundamentos do Liberalismo Clássico: a relação entre Estado, Direito e Democracia. In. *Revista Aurora*, ano V, nº 09, dez. 2011, pp.121-147. Disponível em <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/1710>
- SILVA, Marcelo Lira. Decolonialidade como Dádiva: o mito do pretérito mais que perfeito. In. *Revista Novos Rumos*, vol.59, nº 01, jan.-jul. 2022. Disponível em
- SLOTERDIJK, Peter. *Crítica da razão cínica*. – São Paulo: Estação Liberdade, 2012.
- SIMMEL, Georg. (1903-1904), “The Sociology of Conflict”, in A.W. Small (ed.), *The American Journal of Sociology* (trad. A.W. Small). Chicago, The University of Chicago Press, vol. 9.
- \_\_\_\_\_. (1992a) [1896], “Soziologische Ästhetik”, in Georg Simmel Gesamtausgabe. Frankfurt, Suhrkamp, vol. 5, pp. 197-214.
- WEBER, M. *The Protestant work ethic and the spirit of capitalism*. Londres, Routledge, 1992.
- VYGOTSKY, Lev Semnovich. *Pensamento e linguagem*. Trad. de M. Resende – Lisboa: Antídoto, 1979.

*Recebido em 13 de janeiro de 2023*

*Aceito em 13 de janeiro de 2023*

*Editado em fevereiro de 2023*

**O SOM DO DISSENSO: Apontamentos para uma história/concepção dos partidos e organizações políticas em um caso concreto de pesquisa**

THE SOUND OF DISENSUS: Notes for a history/conception of political parties and organizations in a concrete research case

EL SONIDO DE LA DISIDENCIA: Apuntes para una historia/concepción de los partidos y organizaciones políticas en un caso concreto de investigación

*Lineker Noberto<sup>1</sup>*

**RESUMO**

Tomar partidos políticos como objeto de estudo envolve riscos metodológicos a serem devidamente analisados. Alguns estudiosos tendem a compreendê-los como um grupo monolítico, isento de divergências internas, outros tantos tendem a considerá-los como um grupo intelectual restrito, um tipo de elite política, aparentemente desvinculada dos conflitos sociais que lhe perpassam e superam. Quase sempre, no entanto, a realidade, intransigente, se impõe. E se em muitos momentos, do interior destes objetos, e dos arquivos disponíveis a pesquisa, soam os ruídos de desarmonia das vozes em dissenso, em outros, o que resta é ouvir o som do silêncio. Ambos podem e devem ser interpretados pelo historiador atento. Inspirado nas ponderações de Gramsci, este artigo apresenta uma orientação teórico-metodológica de como se deve escrever sobre a história de partidos e organizações políticas, se valendo de resultados concretos de pesquisa sobre a Polop.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gramsci; partido político; Polop.

**ABSTRACT**

Taking political parties as an object of study involves methodological risks to be properly analyzed. Some scholars tend to understand them as a monolithic group, free from internal differences, others tend to consider them as a restricted intellectual group, a type of political elite, apparently disconnected from the social conflicts that permeate and overcome it. Almost always, however, the uncompromising reality imposes itself. And if in many moments, from the interior of these objects, and from the archives available for research, the disharmony noises of dissenting voices sound, in others, what remains is to hear the sound of silence. Both can and should be interpreted by the attentive historian. Inspired by Gramsci's considerations, this article presents a theoretical-methodological orientation on how to write about the history of political parties and organizations, using concrete research results on Polop.

**KEYWORDS:** Gramsci; political party; Polop.

<sup>1</sup> Doutor em História (UFRGS). Professor da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Pesquisador do Laboratório de História e Memória da Esquerda e das Lutas Sociais da Universidade Estadual de Feira de Santana (LABELU/UEFS). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5341175207325122>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8344-9484>. E-mail: [lineker.noberto@yahoo.com.br](mailto:lineker.noberto@yahoo.com.br)



## RESUMÉN

Tomar a los partidos políticos como objeto de estudio implica riesgos metodológicos para ser adecuadamente analizados. Algunos estudiosos tienden a entenderlos como un grupo monolítico, libre de diferencias internas, otros tienden a considerarlos como un grupo intelectual restringido, una especie de élite política, aparentemente desconectada de los conflictos sociales que la permean y superan. Casi siempre, sin embargo, la realidad intransigente se impone. Y si en muchos momentos, desde el interior de estos objetos, y desde los archivos disponibles para la investigación, suenan los ruidos de desarmonía de voces disidentes, en otros, lo que queda es escuchar el sonido del silencio. Ambos pueden y deben ser interpretados por el historiador atento. Inspirándose en las consideraciones de Gramsci, este artículo presenta una orientación teórico-metodológica sobre cómo escribir sobre la historia de los partidos y organizaciones políticas, utilizando resultados concretos de investigación sobre Polop.

**PALABRAS CLAVE:** Gramsci; partido político; Polop.

O que é um partido político? Aquele curioso que observar o texto dedicado a partidos na afamada coletânea em defesa da história política, organizada por René Rémond, perceberá a indicação de que o partido é “*o lugar onde se opera a mediação política*” entre a “*realidade vivida [pertencente] à esfera do concreto cotidiano*” e o “*discurso*” e “*representações especulativas*”<sup>2</sup>. Pois, como bem esclarece seu autor:

Na verdade, entre um programa político e as circunstâncias que o originaram, há sempre uma distância considerável, porque passamos então do domínio do concreto para o do discurso, que comporta uma expressão das ideias e uma linguagem codificada. É no espaço entre o problema e o discurso que se situa a mediação política, e esta é obra das forças políticas, que têm como uma de suas funções primordiais precisamente articular, na linguagem que lhes é própria, as necessidades ou as aspirações mais ou menos confusas das populações. Por isso a mediação política assume o aspecto de uma tradução e, como esta, exhibe maior ou menor fidelidade ao modelo que pretende exprimir. É precisamente uma das tarefas do historiador que trabalha com as forças políticas tentar perceber essa distância, fundamental para a compreensão dos fenômenos históricos, entre a realidade e o discurso<sup>3</sup>.

Mesmo que a identificação da distância entre o discurso do partido e a realidade que busca interpretar, organizar e transformar, seja uma tarefa suficientemente importante para cobrar a atenção do pesquisador, deve-se levantar suspeitas sobre a ideia, explicitada acima, do partido enquanto o elaborador de uma coerência em um mundo onde reina a confusão. As “*aspirações mais ou menos confusas das populações*” não encontram articulação, e definição de conteúdo, apenas na ação organizativa de um partido político. Se há algo que a prática da história social demonstra é que, experienciando as condições concretas de sua vida, as pessoas, em geral, traçam objetivos e articulam as suas aspirações. O fato destas perpassarem por níveis distintos de organização coletiva não deveria nos permitir ver no partido aquele que inventa a ordem, onde antes havia apenas o caos. O conflito social e a política não se manifestam apenas onde existem partidos políticos. Ademais, a menção “*as populações*”, invés de

<sup>2</sup> BERSTEIN, Serge. Os partidos in: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2ª ed., Rio de Janeiro: editora FGV (Fundação Getúlio Vargas), 2003, p. 60.

<sup>3</sup> Idem, p. 61.

classes, ou mesmo de grupos sociais, que pretendem representar, certamente não é fortuita, e expõe a adesão a uma perspectiva liberal, que fica melhor apresentada a seguir. Mas apesar dessa função ser atribuída as “forças políticas”, logo se percebe que pela concepção de Serge Berstein, não basta, contudo, que ela se cumpra para que o agente coletivo seja identificado enquanto um partido.

Valendo-se da análise de Maurice Duverger, para o autor, os partidos políticos atestam um determinado estágio de desenvolvimento das sociedades. Retomando a história da formação dos partidos políticos franceses, ingleses e estadunidenses no século XIX, o autor pondera que não se deve confundir “grupos restritos, que não passavam de clientelas com efetivos limitados, com os partidos políticos modernos, com vocação para encampar ou canalizar os votos de populações numerosas, e que vemos nascer no mundo ocidental no final do século XIX”<sup>4</sup>. Buscando elencar critérios para distinguir “forças políticas”, como clubes, associações, facções e grupos parlamentares dos partidos políticos, Berstein acaba por apresentar uma concepção bastante restrita de partido.

Para negar as “clientelas, as facções [e] os partidos ligados unicamente a um homem” seu primeiro critério aponta para “*a duração no tempo*”, “que garante ao partido existência mais longa que a vida de seus fundadores, e implica que ele responda a uma tendência profunda da opinião pública”. O segundo é “*a extensão no espaço*, que supõe uma reorganização hierarquizada e uma rede permanente de relações entre uma direção nacional e estruturas locais, abrangendo uma parte da população”, o que serve para excluir “do campo dos partidos os grupos parlamentares sem seguidores do país e as associações locais sem visão de conjunto da nação”. O terceiro é “*a aspiração ao exercício do poder*, que necessita de um projeto global que possa convir à nação em seu conjunto, e que, por isso, implica a consideração de arbitragens necessárias aos interesses contraditórios que aí se manifestam”. Característica que, segundo sua visão, exclui “os grupos de pressão representativos de uma categoria definida, como os grupúsculos restritos dedicados à defesa intransigente de uma ideologia, mesmo quando trazem o nome de ‘partidos’”. E por fim, “*a vontade de buscar o apoio da população*, seja recrutando militantes, seja atraindo o voto dos eleitores condição indispensável para a realização do objetivo anterior”<sup>5</sup>.

O próprio Berstein reconhece a limitação deste “modelo” extraído de Duverger, já que baseado exclusivamente na experiência de alguns países do ocidente não pode abarcar a condição histórica de muitas outras realidades não só da própria Europa, como das outras regiões do mundo. Por isso, coube a coletânea destinar um espaço em especial para a história do “associacionismo”, ou seja, o estudo das corporações, ofícios, grupos religiosos, ligas, uniões, sociedades, organizações de modo geral, movimentos, frentes, clubes, federações, grupos de pressão ou interesse, institucionalizados ou não, etc. O texto escrito por Jean-Pierre Rioux, que faz menção a um campo específico ocupado pelo “historiador da associação”<sup>6</sup>, dedica-se, então, as formas de organização que sempre foram entendidas pela história política tradicional como predecessoras aos partidos políticos. Uma visão que, de alguma forma, ainda é corroborada pela história política dita

<sup>4</sup> BERSTEIN, op. cit., p. 62.

<sup>5</sup> Idem, p. 62-63.

<sup>6</sup> RIOUX, Jean-Pierre. A associação em política in: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2ª ed., Rio de Janeiro: editora FGV (Fundação Getúlio Vargas), 2003, p. 107.

renovada. A diferença para os seus apologistas é que, diferente da tradicional, essas “formas primitivas de organização” não são mais desprezadas como objetos de estudo, pelo contrário, são encarados como um campo de pesquisa em aberto. O que se evidencia pela sua presença na coletânea.

O papel que Rioux atribui a essas associações é apenas o de exercitores de uma sociabilidade política, ou formas distintas de intervenção na luta e na disputa pelo poder, identificando neles a virtude de serem “círculos de pensamento”, os melhores “lugares de renovação das ideologias políticas e os guardiães da chama”<sup>7</sup>. Entretanto, a óbvia percepção que o autor tem sobre o crescimento das associações como alternativa crítica aos partidos políticos na contemporaneidade – “algumas associações não apenas criticaram [...] com vigor o sistema partidário, mas pretenderam substituí-lo para melhor regenerar a democracia” – já é mais do que suficiente para questionar essa visão evolucionista que a modernização liberal impõe a concepção de partido aceita pelos autores filiados a esta corrente da história política<sup>8</sup>. Porém, este modelo eurocêntrico (e evolucionário) não é apenas restrito por suas noções conscientemente excludentes, mas também por suas opções metodológicas oriundas de sua fidelidade ideológica. Partindo de uma perspectiva restritamente liberal, Berstein reconhece que a descrição feita por ele, fala mais dos partidos pertencentes a regimes ditos “democráticos” de longa data, do que os partidos que ele próprio qualifica de totalitários (fascistas e comunistas) e os regimes dos “países do Terceiro Mundo ou das democracias populares”<sup>9</sup>.

Não é por acaso que durante o texto, o autor somente ver restrições relevantes nos aspectos ideológicos dos partidos por ele identificado como “totalitários”, como se o próprio liberalismo não fosse em si uma ideologia de classe, que conforma modelos societários e condutas politicamente aceitáveis, opondo-se ao que postula como degenerações, anormalidades a serem combatidas e excluídas. Por isso, mesmo considerando imprescindível a análise da formação ideológica do partido, Berstein dilui a ideologia liberal a um tipo de “cultura política”. Defendendo que a ideologia política “varia singularmente segundo os diferentes tipos de organização, mas [que] em todos os casos, ela constitui um sistema de crenças compartilhado por todos os que dizem pertencer ao partido, sejam eles militantes, membros ou simplesmente eleitores”, o historiador francês considera ser raro que esta ideologia se baseie “diretamente numa doutrina claramente formulada e apoiada em bases filosóficas, ou com pretensão filosófica”. Desta forma,

[É somente em] partidos totalitários [que se pretende] pôr em prática uma teoria preestabelecida, fazendo de seus militantes uma nova elite, realizando “o homem novo” previsto pela doutrina no interior do partido, antes de forçar toda a sociedade a se adaptar ao modelo assim constituído. Nesse caso, estamos em presença de um sistema ideológico fechado, que não é suscetível de qualquer reordenamento, pois seus limites foram fixados de uma vez por todas

<sup>7</sup> Idem, p. 127.

<sup>8</sup> Idem, p. 126-127.

<sup>9</sup> BERSTEIN, op. cit., p. 93.

pela doutrina, e, nessa hipótese, o partido assemelha-se a uma igreja, a doutrina a um catecismo, os membros militantes a “exército de crentes”<sup>10</sup>.

Assim, apenas o pensamento anti-capitalista ou antiliberal torna-se uma “crença”, e os partidos comprometidos programaticamente com esta perspectiva “seitas” (ou seja, anomalias políticas). Aqueles que, fieis a ideologia liberal, aceitam os limites impostos pela sociabilidade burguesa, podem não apenas serem identificados como mais democráticos, como expressões naturalizadas da realidade. Como se o liberalismo não fosse também em si um sistema ideológico, que pondo em prática uma teoria preestabelecida, fazendo de seus militantes uma nova elite, circunscreve certos limites de atuação, fixados de uma vez por todas por uma doutrina que força toda a sociedade a se adaptar ao seu modelo de vida. Esta perspectiva acrítica se evidencia em inúmeros trechos do seu texto, que, no entanto, devido a outros interesses metodológicos, não serão aqui explorados. Cabe avançarmos para a resposta que Antonio Gramsci e a tradição marxista deu a mesma questão antes formulada: o que é um partido político?

Para Gramsci, partidos são todos aqueles organismos que agem na “elaboração e difusão das concepções de mundo, na medida em que elaboram essencialmente a ética e a política adequadas a elas, isto é, em que funcionam como ‘experimentadores’ históricos de tais concepções”<sup>11</sup>. Este entendimento dilata a percepção senso comum que se tem sobre um partido político, apresentando-se radicalmente distinto dela. Assim, o marxista sardo nos ajuda a pensar um partido como uma organização em sentido amplo, e não, simplesmente, como um instituto administrativo. Ou seja, qualquer coletivo que conscientemente tome alguma ação política, organizada sob um projeto de sociedade, pode ser pensado como partido político.

A Organização Revolucionária Marxista – Política Operária, mais conhecida como ORM-PO ou Polop, foi uma organização política clandestina que nunca possuiu o aval legal, e que no início de sua trajetória não se autodenominou partido, por não se considerar ainda capaz de exercer a função de vanguarda revolucionária, destinada, na concepção leninista, ao Partido Operário. Nestes termos, dificilmente seria considerado como um partido, pela já conhecida formulação da história política que teve em René Rémond um dos seus principais teóricos e divulgadores. Contudo, foi na concepção de partido de Gramsci que a minha pesquisa buscou seus pressupostos teórico-metodológicos e percorreu os arquivos<sup>12</sup>. E será explorando seus resultados que darei continuidade a exposição das considerações sobre como se deve escrever a história de

<sup>10</sup> BERSTEIN, op. cit., p. 86-87.

<sup>11</sup> GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere*. V. 1. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 105.

<sup>12</sup> A Polop foi uma organização marxista que, fundada em 1961, tornou-se referência no campo comunista devido sua oposição ao predomínio do PCB. Tendo existido até os anos 1980, a Polop passou, porém, por inúmeras cisões e reorganizações. Nascido como Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-PO), após o “racha” provocado pelo seu IV Congresso Nacional, realizado em 1967, rearticulou-se na fundação do Partido Operário Comunista (POC), e no início da década de 1970, depois de novo cisma, reorganizou-se sob nova nomenclatura: Organização de Combate Marxista-Leninista – Política Operária (OCML-PO). Para mais informações sobre a primeira versão da Polop Cf. NOBERTO, Lineker. *Nova Senda Socialista: a história da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-PO)*. Tese de doutorado em história na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2021.

dos partidos e organizações políticas. Pois, segundo o próprio marxista sardo, é justamente “a partir do modo de escrever a história de um partido que resulta o conceito que se tem sobre o que é um partido ou sobre o que ele deva ser”<sup>13</sup>.

Não é incomum que trabalhos historiográficos reduzam a história de um partido a atuação da sua direção, em um tipo, nem sempre admitido, de retorno à história política tradicional, na qual os eventos dignos de nota encontravam sua expressão nos grandes líderes. Deve-se evitar reduzir as organizações políticas a trajetória de suas direções. Para tanto, é necessário reconhecer que a unidade de uma organização não significa a ausência de dissensos. Nenhum partido ou agrupamento humano é um corpo monolítico.

Sabe-se que a definição de um programa político é um importante passo para demarcação de uma coesão organizacional. Se as ideias que dão corpo à linha programática são declaradas oficialmente como única possível, a sistematização de um programa depende, porém, da rejeição de outras teses alternativas, que foram derrotadas em confrontações abertas ou veladas. Neste sentido, mais do que compreender as posições consagradas nas resoluções como oriundas de um consenso político, a investigação histórica deve identificar o conflito interno que as produziu. Uma análise focada nos produtos da elaboração teórica (teses e resoluções), suas práticas de elaboração, discussão e deliberação, e as estratégias de difusão e propaganda é importante para identificar a trajetória de uma organização, mas não é suficiente.

Neste sentido, os consensos devem ser interpretados como produtos de um conflito interno, nem sempre facilmente visível. Principalmente porque de seu resultado, muitas vezes, emergem não apenas as orientações táticas, estratégicas e eixos programáticos que viabilizam a unidade partidária, mas formas de silenciamento das teses derrotadas. É o caso de partidos que, com forte rigidez organizativa, exigem dos derrotados, ao fim do conflito, a submissão plena às teses vitoriosas.

Por exemplo, não é raro que a historiografia tenda a apresentar os documentos oficiais aprovados em congresso como expressões do posicionamento das organizações estudadas. Este procedimento não é em si um equívoco, porém, muitas vezes obscurece a compreensão de que de estes documentos representavam exclusivamente o posicionamento de um grupo dentro da própria organização e não da totalidade de seus militantes. Grupo, que se fazendo vitorioso no conflito interno, fez de suas teses à orientação de toda a organização. É o caso daquele que é reconhecido como o principal documento da Polop. O Programa Socialista para o Brasil (PSPB) aprovado pelo IV Congresso Nacional, realizado em setembro de 1967, consagrou, na integralidade, o projeto de programa apresentado na luta interna pelos militantes ligados à direção nacional. Mesmo que fiéis as linhas programáticas gerais que já haviam orientado a fundação da organização em 1961, e, portanto, sem representar uma mudança de rota brusca nas orientações estratégicas da Polop, o PSPB nunca conseguiu reunir um sólido consenso em torno de si, sendo sua aprovação motivo para a própria cisão da ORM-PO.

O procedimento torna-se ainda mais problemático quando motivado por esta vitória final, a historiografia reconhece todos documentos coerentes com as teses da direção nacional como o único posicionamento da organização sobre os temas arrolados, desprezando assim as teses da minoria, que travou a luta interna até sua derrota. Neste

<sup>13</sup> GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere*. V. 3. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.87-88.



processo, muitos documentos que se quer foram aprovados em congressos ou elaborados por órgãos competentes, segundo as normas estatutárias regentes, tornam-se expressões oficiais da linha política defendida pela organização com um todo. Para ilustrar essa questão, citarei um caso específico sobre a Polop.

Alguns autores já se perguntaram como a organização caracterizou o golpe e a ditadura que adveio dele. A resposta mais adequada deve levar em consideração que apesar dela ter elaborado uma posição oficial, a compreensão sobre o golpe não foi exatamente a mesma para todos os seus militantes. A luta interna que a tomou após 1964 demonstrou disparidades entre a interpretação do golpe promovida pela direção nacional e um núcleo dominante de uma de suas Secretarias Regionais (SR).

O PSpB ratificou a posição dominante, defendida desde o princípio pelo Comitê Nacional (CN), de que o golpe era produto direto da ação coordenada da chamada “burguesia nacional” com o latifúndio e o imperialismo, que aliados desde o processo inicial do desenvolvimento industrial no país, buscaram conservar as estruturas socioeconômicas ameaçadas pelo movimento popular num momento de ascensão da luta de classes no início da década de 1960, abrindo mão do domínio político direto nos negócios de Estado. O que significava que a ditadura pós-64 representava a associação definitiva da burguesia brasileira ao imperialismo norte-americano, na condição de sócia menor.

Essa posição aparece nos Informes Nacionais produzidos pela direção e em textos avulsos de seus colaboradores. No entanto, compreendendo a história da Polop como a história da desavença e do conflito interno, foi possível identificar que divergências sobre estratégia e táticas reverberam sobre análises de conjuntura, tornando fundamental encontrar na documentação disponível não apenas a unidade interpretativa de alguns temas, mas as suas desarmonias. Se levados apenas em consideração estes Informes elaborados sob o controle da direção teríamos uma única perspectiva disponível, aquela que, vitoriosa, se fez oficial. Isso, contudo, silenciaria as perspectivas dissonantes. Na prática, o que temos neste tipo de documentação é a voz da direção sobrepujando outras vozes – nem sempre unificadas – de grupos rebeldes dentro de algumas secretarias regionais. Outras fontes disponíveis nos arquivos consultados durante a pesquisa foram capazes de demonstrar que a leitura sobre o golpe e a interpretação da nascente ditadura encontrava distintas posições dentro da ORM-PO.

Um documento de militantes da SR de Minas Gerais, por exemplo, oferecia uma interpretação sensivelmente distinta da posição oficial amplamente visível nos informes nacionais da organização. Apresentando um cenário internacional de completo domínio do imperialismo, o documento resumia a instauração da ditadura a uma ação coordenada e “importada” pela “grande burguesia imperialista” e as outras forças que compunham as classes dominantes locais. Segundo seus formuladores, a crise do sistema capitalista e o avanço da consciência de classe do proletariado internacional levava a “grande burguesia imperialista” a apoiar-se na violência para garantir seus privilégios. Por isso, “a sobrevivência do imperialismo [estava] condicionada à existência de um complexo militar” internacional que ao mesmo tempo que buscava ampliar as condições de produção e reprodução do capital; mantinha o proletariado sob constante vigilância, retardando sua tomada de consciência revolucionária; constituía entraves ao crescimento



do bloco socialista, e sufocava os movimentos de libertação nacional que protagonizavam o processo de descolonização<sup>14</sup>.

Defendendo que os Estados nacionais começavam a se transmutar em um “super estado militarista” devido as pressões imperialistas de uma nova dinâmica do capitalismo internacional, os autores identificavam que a ditadura, de certa forma, foi exportada para o Brasil. Ou seja, a ditadura brasileira não era produto da ação da “burguesia nacional”, aliada do imperialismo, mas de forças imperialistas internas que se associavam ao complexo industrial militar de uma força estrangeira. O golpe militar de abril havia promovido a “apendicificação do Estado Nacional [brasileiro] ao Super Estado Militarista [internacional], em processo de estruturação”<sup>15</sup>.

Como já foi dito, também sobre esta questão, a posição do grupo ligado à direção nacional saiu vitoriosa na luta interna. E como resultado disto, boa parte da historiografia da Polop ratificou esse posicionamento como único, aparentemente, existente, alimentando a memória oficial que este grupo constitui sobre a organização. Por isso, nas coletâneas de documentos dedicados a história da Polop, figuram os textos aprovados nos congressos, como o PSpB, mas também alguns escritos que, elaborados por militantes como subsidio para a discussão interna, não haviam sido exatamente aprovados por nenhuma instância administrativa, mas como se encontravam coerentes com as teses vitoriosas acabaram por ser consagrados pela historiografia como versões preliminares das teses oficiais da organização, enquanto os documentos dos derrotados, como o projeto de programa citado acima, são excluídos dessas publicações, e quase sempre não são sequer mencionados<sup>16</sup>. Se estes compilados cumprem a função de apresentar qual era o posicionamento oficial assumido publicamente pela organização, satisfazendo assim o interesse dos leitores que buscam apenas esta informação geral, estes textos representam, no entanto, o produto final de um debate interno, que deveria ser objeto de interesse de qualquer pesquisador engajado em estudar e recontar a história dos partidos e organizações políticas.

Isto deveria levar os historiadores a uma reflexão mais aprofundada sobre o próprio corpus documental a que ele teve acesso durante sua pesquisa. Lendo as fontes sobre a Polop que constam nos arquivos disponíveis a investigação histórica – e isto certamente pode ser estendido a provavelmente todas as outras organizações políticas – em muitos momentos ficamos sabendo da existência de documentos críticos às posições da direção nacional através de textos produzidos pela própria CN para se defender. Em tais documentos, quase nunca os textos respondidos eram reproduzidos integralmente, apenas alguns de seus trechos eram apresentados para esclarecer ao leitor os elementos fundamentais da crítica que estavam sendo respondidas. Se muitas vezes as vozes dos dissidentes só podem ser ouvidas nos ruídos apresentados pelos seus próprios antagonistas, os dissensos nem sempre se expressaram em críticas abertas, e por isso, para encontrá-los é necessário ler os rastros deixados pela vasta documentação à disposição,

<sup>14</sup> NAVARRO, Joaquim, FERREIRA, Fenando e SEABRA, Tania. A tendência e o caminho da revolução. Arquivo CEDEM/UNESP. Fundo POLOP, p. 5.

<sup>15</sup> Idem, p. 10.

<sup>16</sup> MIRANDA, Orlando; FALCÓN, Pery. *POLOP: uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil*. CVM (Centro de Estudos Victor Meyer). Salvador/BA, Empresa Gráfica da Bahia, 2ª ed., 2010.

incluindo suas inevitáveis lacunas. Cabe lembrar que na luta interna de qualquer organização, os documentos dos derrotados são menos privilegiados na reunião de um arquivo do que o daqueles que, vitoriosos, fizeram de suas posições, a posição oficial de toda a organização. Mais do que lamentar uma lacuna, os documentos das oposições internas que não constam nestes arquivos, e devem ter se perdido para sempre, falam por si só em sua própria ausência. Basta que ouçamos o som do silêncio.

As diferenças internas certamente não nos devem impedir de aceitar que uma posição prevaleceu internamente, consagrando-se como a oficial da organização. Os consensos devem sempre serem levados em consideração, e possuem o seu lugar na história dos partidos, entretanto, sem que para isso se pague o preço de desprezar os desacordos, as lutas e as rupturas próprias da vida das organizações. Os partidos políticos não são associações monolíticas, mas sim um corpo vivo e pulsante, onde os conflitos não podem ser excluídos por nenhum dispositivo, nem pelas mais variadas pretensões de homogeneização. Portanto, é sempre necessário perceber a evidência das diferenças e divergências que marcam a vida interna da organização que se pretende estudar.

Um outro exemplo sobre a historiografia da Polop pode nos ajudar a demonstrar a profundidade dessa questão. Objeto de um recém interesse acadêmico, os estudos sobre a ORM-PO geralmente questionam a sua capacidade organizativa e definição ideológica como expressão de uma falta de unidade que se expressou, ao fim, na cisão que lhe liquidou.

Pioneira na investigação sobre os motivos que levaram a cisão de 1967, Joelma Oliveira identificou nas divergências apresentadas pela acirrada discussão interna sobre o caráter da revolução brasileira o motivo para sustentar sua hipótese de que a ORM-PO não poderia “ser percebida como uma organização coesa, amadurecida e centralizada em seus objetivos”<sup>17</sup>. Para a autora, o breve período de existência da Polop entre 1961 e 1967 pode ser caracterizado apenas como “um momento de aglutinação e tentativa de formação de um grupo coeso” que, contudo, nunca se concretizou, devido uma série de interrupções, a começar pelo golpe de 1964<sup>18</sup>.

Percorrendo uma trilha semelhante, Sérgio Luiz de Oliveira foi além, ao defender que a ORM-PO apresentou em toda sua trajetória “um certo caráter de provisoriedade”. Que sem nunca ter obtido uma verdadeira unidade, a organização permaneceu “como um movimento disperso, regionalizado, com [apenas] alguns elementos de coesão”, se constituindo mais “enquanto [uma] frente, a partir da união entre agrupamentos distintos” do que uma organização coesa<sup>19</sup>.

Para negar a unidade organizativa da ORM-PO, expressa na falta de um programa político, e explicar a existência das diferenças que se manifestaram na decisiva luta

<sup>17</sup> OLIVEIRA, Joelma Alves de. *POLOP: As origens, a coesão e a cisão de uma organização marxista (1961-1967)*. Dissertação de mestrado em sociologia. UNESP. Araraquara, 2007, p. 141.

<sup>18</sup> Idem, p. 166.

<sup>19</sup> OLIVEIRA, Sérgio Luiz Santos de. *Caminhando com os próprios pés: a formação política e teórica da ORM-POLOP (1956-1967)*. Tese de doutorado em história na Universidade de São Paulo (USP), 2016, p.149. Itálicos do autor.

interna que resultou em uma cisão após a realização do IV Congresso em 1967, ambos autores recorreram ao pluralismo originário da organização.

Almejando “identificar como as distintas origens a permear [a Polop] contribuíram para a cisão”<sup>20</sup>, Sérgio Luiz de Oliveira foi, certamente, mais explícito nessa pretensão. Partindo da compreensão de que os grupos oriundos da Liga Socialista Independente, Juventude Socialista e Mocidade Trabalhista “dividiram espaço na ORM-PO” até a sua implosão em 1967, o autor reduziu praticamente todas as divergências internas as diferenças que supostamente marcavam a constituição desses grupos originários. E sem condições de avaliar de onde exatamente advinham essas diferenças, sugeriu, mais de uma vez, que elas emanavam da composição dos grupos originários<sup>21</sup>.

Desta forma, preferindo o termo “amálgama” invés de “fusão” ao se referir a formação da Polop, por enfatizar o elemento de “mistura” a compor “um todo”, o autor não encontrou problemas em concluir que tendo comportado em “suas hostes correntes e tendências distintas”, a organização cindiu após a necessidade imposta pela ditadura de readaptar-se a nova conjuntura ter contribuído para reacender “antigas indefinições ainda em processo de debate interno”<sup>22</sup>.

Estes trabalhos, no entanto, acabam por reproduzir a tese que a própria direção nacional construiu para explicar a cisão pela qual passou a Polop. Sendo um grupo partícipe da luta interna, sua posição expõe, obviamente, uma visão parcial, que não só não se dá conta de um quadro mais geral, como cumpre o objetivo de negar a existência de outras perspectivas possíveis. O equívoco desse trabalho historiográfico em reproduzir acriticamente as vozes (de apenas um dos grupos em contenda) das fontes poderia ser evitado se as orientações metodológicas expostas até aqui fossem levadas em consideração.

Primeiro, deve-se pontuar que a incapacidade de compreender a ORM-PO como um agrupamento coeso se encontra em uma visão equivocada sobre o que significa uma organização política. O indício, às vezes eloquente, de conflitos internos, levou os autores a questionarem a unidade da Polop. No entanto, se homogênea, no sentido de um grupo monolítico onde não se expressa qualquer desarmonia, nenhuma organização política foi ou será jamais, a pesquisa demonstrou que as divisões internas que se manifestaram após o golpe, e foram cruciais para sua posterior cisão, não eram expressões das diferenças dos grupos originários da Polop. Ainda em 1964, os agrupamentos que haviam contribuído para formação da ORM-PO já haviam se diluído dentro da organização, e não haviam tendências internas correspondentes a essas micro-organizações originárias. Seus princípios coesionadores já estavam consolidados e as diferenças que ainda se manifestavam internamente o faziam por motivos distintos do que a diversidade da composição original da organização pudesse sugerir.

<sup>20</sup> Idem, p. 14.

<sup>21</sup> Idem, p. 21 e 184. A Polop nasceu da junção de variados agrupamentos marxistas independentes, ou ligados, em alguma medida, a partidos políticos reformistas. As principais organizações que confluíram para o seu nascimento foram a Liga Socialista Independente (LSI), a Juventude (ou Esquerda) Socialista do PSB e Mocidade Trabalhista do PTB. Para mais informações sobre as origens da Polop conferir a primeira parte de NOBERTO, op. cit., 2021.

<sup>22</sup> OLIVEIRA, 2016, op. cit., p. 196.

Segundo, como a tese do pluralismo originário da Polop como explicação para a cisão de 1967 pode ser compreendida como um discurso construído pela direção nacional na luta interna, passeando pelos arquivos disponíveis a pesquisa, a historiografia não encontrou muitos problemas para sustentá-las. Esta trilha, no entanto, deve ser refeita sob outras orientações.

As abundantes autocríticas que insistiam em reconhecer – e lamentar – “o caráter excessivamente flexível da organização interna” e sua falta de unidade ideológica, relacionando-os a heterogeneidade dos grupos que a formaram, constantes na documentação, representavam interesses táticos da argumentação política de um dos grupos que travavam a luta interna em andamento. Era geralmente da direção nacional de onde advinha as menções sobre a heterogeneidade da organização oriunda de sua formação. Foi para combater o que caracterizava como “fracionismo”, expresso na exagerada autonomia das secretarias regionais – que em muitas das vezes desrespeitava a orientação da direção nacional – que o CN relacionou o que identificava como “tendências federalistas” como parte inerente do processo de “evolução da organização” devido a “herança que trazemos da nossa origem”<sup>23</sup>. Sempre preocupada com a autonomia que algumas secretarias regionais buscavam conservar e ampliar, documentos da direção nacional insistiam em relacionar praticamente todos os problemas organizativos da ORM-PO como expressão da sua falta de coesão, recorrendo constantemente as suas próprias origens como explicação.

Essa descentralização tem suas raízes no próprio surgimento da ORM, que se constituiu da união de grupos regionais ainda insuficientemente amadurecidos então. Não é aqui o lugar de expormos um histórico da nossa formação, mas é o bastante anotar que só progredimos à medida que as heranças ideológicas regionais foram sendo vencidas pela homogeneidade política à base do marxismo-leninismo. Esse processo não se completou: as tendências “federalistas”, ou de “autonomias estaduais” refletem ainda o peso do passado a vencer<sup>24</sup>.

Queixa corrente da direção nacional – e, portanto, de presença constante em parte da documentação contida nos arquivos – o desconforto com o “federalismo” e “autonomias estaduais” eram expressões da luta interna que era travada entre o CN e as direções estaduais de algumas SRs rebeldes. Sendo assim, tal tese era nada mais do que a insatisfação – com sua própria posição – de um grupo em disputa dentro da ORM-PO, que insistia em considerar inconclusa a coesão da organização, a ser somente obtida através de um processo que promovesse uma maior “centralização nacional” em torno de suas próprias diretrizes.

Sem compreender as múltiplas imagens projetadas pelos próprios militantes sobre sua organização, como uma manifestação da luta política, produto da diversidade interna que é inerente a qualquer agrupamento político, apesar de seus méritos, a historiografia da Polop, até aqui, continua consagrando apenas a leitura dos vitoriosos dentro da luta interna como a única compreensão histórica sobre a organização. E, assustando-se, quando os sons dos dissensos gritam – se fazendo escutar até pelos ouvidos mucos –

<sup>23</sup> Doc. 00332 – Do SR-MG ao CN, julho de 1967. CEDEM. Fundo POLOP, p. 8.

<sup>24</sup> Doc. 00487 – Problemas organizatórios. 11-1966. CEDEM. Fundo POLOP, p. 3.

nestes momentos, os desacordos tornam-se justificativa para a negação de que se tratava de uma única organização coesa.

Seguindo os pressupostos metodológicos baseados nos preceitos gramscianos que foram assumidos durante a pesquisa, meu percurso pela documentação recusou a assumir as fontes como a expressão de uma única voz, sem ruídos e sussurros. Sabendo não se tratar de um agrupamento monolítico busquei identificar a heterogeneidade que o compunha. Assim, cada resolução ou texto foi lido como produto dos conflitos internos que construíam o dia-a-dia da organização. Na busca destes rastros foi possível perceber mais do que as falas aparentemente monofônicas pareciam dizer. E quando gritos dissonantes rangeram sob o que parecia uma canção coerente de vozes integradas, a polifonia expressa por estes desacordos não soaram como simples desafinações ou como uma expressão da inexistência do que parecia ser um conjunto coeso. Mesmo quando a certa altura os artífices apresentaram apreços por partituras distintas, ampliando o já evidente desarranjo instrumental. Ainda se tratava do mesmo conjunto. Pelo menos até o momento derradeiro, onde a divergência de horizontes tornou-se incontornável, formando então, mais de uma banda.

Mas, se para analisar a trajetória de um partido é necessário mapear as questões organizativas e teórico-programáticas que serviram de elementos coesionadores e pontos de atritos, e permanecer atento também para a identificação dos grupos que foram se constituindo internamente, acompanhando a marcha desses conflitos, apesar da importância reconhecida para a análise da vida interna, o historiador não deve resumir-se a ela, pois, será sempre fundamental pensar como se desenvolvem as relações políticas que se estabelecem tanto dentro do partido, quanto fora dele, ao mesmo tempo.

Pois como problematizou Gramsci, a história de um partido não pode ser apenas “a mera narração da sua vida interna, “de como ela nasce, dos primeiros grupos que a constituem, das polêmicas ideológicas através das quais se forma seu programa e sua concepção do mundo e da vida”. Por isso, sua história não pode ser resumida apenas a análise de seus estatutos, do desenvolvimento das suas formulações táticas e estratégicas, das suas disputas internas, e a trajetória de suas lideranças, pois se assim o fosse, tratar-se-ia da “história de grupos intelectuais restritos, e em alguns casos da biografia política de uma individualidade singular”<sup>25</sup>.

As relações de forças perceptíveis na vida interna do partido não se esgotam nele. Pelo contrário, perpassam-no como expressão de conflitos sociais muito maiores e complexos do que a forma política organizada dentro do partido aparenta. A existência de que qualquer organização política é condicionada por determinações sociais que não podem ser negadas ou secundarizadas por abstrações teóricas. Mudanças na conjuntura política ou contexto histórico interferem diretamente na vida dos partidos. Por isso, se é necessário penetrar na organização, mergulhando na sua vida interna, percebendo e problematizando as disputas e debates que foram travados pelos seus militantes em seu interior, para mapear e analisar tais discussões, também se faz essencial retirar-se, em muitos momentos, de dentro da organização, para problematizar suas relações externas. A investigação histórica não deve restringir-se a vida interna do partido. É apenas o pesquisador “sectário” que tende a analisar a história de um partido político através,

<sup>25</sup> GRAMSCI, op. cit., 2007, p. 87.



unicamente, de sua vida interna, para exaltar-se “com os pequenos fatos internos, que terão para ele um significado esotérico e o encherão de entusiasmo místico”<sup>26</sup>. O alerta de Gramsci nos ajuda a evitar que os pequenos conflitos cotidianos que marcam a vida das organizações políticas ganhem maior relevância na análise do que os conflitos entre as classes e a luta pelo poder político, pois,

[...] o historiador, mesmo dando a cada coisa a importância que tem no quadro geral, acentuará sobretudo a eficiência real do partido, sua força determinante, positiva e negativa, sua capacidade de contribuir para a criação de um acontecimento e também para impedir que outros acontecimentos se verificassem<sup>27</sup>.

Como uma das funções primordiais de um partido é articular o interesse do grupo social que representa contribuindo assim para formação de uma consciência crítica e construção de uma concepção de mundo unitária e coerente, a ação de um partido envolve também a dimensão de uma atuação intelectual. Ao elaborarem e disseminarem concepções de mundo, pode-se pensar os militantes do partido, e o próprio partido em si, como um intelectual.

Pensar o partido como um tipo de intelectual coletivo permite ao historiador problematizar a sua relação com os aparelhos de Estado, e as classes sociais em conflito. São os intelectuais que tornam límpida, coerente e articulada a visão de mundo da classe social a que pertencem. São eles que difundem esta visão de mundo entre as outras classes, disputando-as. Se para as classes dominantes, os intelectuais são imprescindíveis para costurar as condições necessárias para formulação e manutenção da hegemonia, no caso dos grupos subalternos, seus intelectuais são fundamentais em seu processo de emancipação, já que são capazes de integrar os conceitos para a invenção de uma nova cultura, que não significa apenas a formação de uma vontade coletiva, mas também a propagação de outra concepção de mundo.

Se observar a “eficiência real” de um partido significa manter-se atento a sua capacidade (e incapacidade) de constituir e desfazer acontecimentos políticos<sup>28</sup>, então, ao problematizar as mudanças e permanências verificadas na trajetória de constituição e desenvolvimento de um partido deve-se observar as relações concretas entre a sua vida interna e as conjunturas com que ela se defrontou, analisando-as a partir dos registros produzidos pela elaboração estratégica e tática da sua intervenção na realidade. Para tanto, deve-se buscar uma orientação metodológica distinta dos caminhos usuais da chamada “Nova História Política”, pois ao chamar a atenção do historiador para a questão do alcance social da vida do partido, sua capacidade de estender suas ideias para fora de seus aparelhos, sua relação com o grupo social que busca representar e seu poder de

<sup>26</sup> Idem, p. 88.

<sup>27</sup> Idem, p. 87.

<sup>28</sup> Complementa Gramsci: “Um partido terá maior ou menor ou menor significado e peso precisamente na medida em que sua atividade particular tiver maior ou menor peso na determinação da história de um país” (Idem). Vários outros autores já abordaram a concepção de partido, e a noção de eficiência real em Gramsci cf. SANTOS, Igor Gomes. A “eficiência real”: apontamentos de Gramsci para uma história/concepção dos partidos políticos. *Revista História & Luta de Classes*, v. 9, p. 7-17, 2010.



convencimento no seio de grupos sociais diversos, essa orientação gramsciana repõe a centralidade do conceito de luta de classes e a noção de totalidade social.

Como respondeu Gramsci, as questões formuladas logo acima: “A moldura do quadro tem que ser mais abrangente”. Já que a “história de um partido não poderá deixar de ser a história de um determinado grupo social”, e como cada grupo ou classe não existe isoladamente, “fora do quadro global de todo o conjunto social e estatal (e, frequentemente, também com interferências internacionais)”, mas, pelo contrário, possui aliados, afins e adversários, na prática, “escrever a história de um partido [significa] escrever a história geral de um país a partir de um ponto de vista monográfico, pondo em destaque um seu aspecto característico”<sup>29</sup>.

Abordar as relações internas e externas de uma organização partidária significa refletir sobre grupos sociais que sofrem diariamente às pressões socioeconômicas e culturais que criam o ambiente balizador do vir a ser da organização. Por isto, para escrever a história de um partido:

Será preciso escrever a história de uma determinada massa de homens que seguiu os iniciadores, sustentou-os com sua confiança, com sua lealdade, com sua disciplina, ou os que criticou “realisticamente”, dispersando-se ou permanecendo passiva diante de algumas iniciativas<sup>30</sup>.

Esta perspectiva metodológica nos retira de uma história estritamente política, abrindo horizontes para o que, historiadores como Eurelino Coelho preferem chamar de “história social da política”, um tipo de olhar onde o resultado da pesquisa faz a política aparecer como um componente de uma totalidade social<sup>31</sup>.

## REFERÊNCIAS

BERSTEIN, Serge. Os partidos in: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2ª ed., Rio de Janeiro: editora FGV (Fundação Getúlio Vargas), 2003.

COELHO, Eurelino. A dialética na oficina do historiador: idéias arriscadas sobre algumas questões de método. *Revista História & Luta de Classes*, v. 9, p. 7-17, 2010.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere*. V. 1. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

<sup>29</sup> GRAMSCI, op. cit., 2007, p. 87.

<sup>30</sup> GRAMSCI, op. cit., 2007, p. 87.

<sup>31</sup> Assumida como tal, a categoria totalidade se apresenta como uma perspectiva teórica superior a noção de “contexto” a que os historiadores comumente fazem menção. Pois, mais do que uma forma ingênua de lidar com a totalidade, o contexto, não poucas vezes, se resume a algo que, merecedor de um espaço formal dentro de seus textos monográficos, se esvai da análise histórica desenvolvida, na primeira oportunidade que encontra, já que não envolve preocupações metodológicas conscientes para com seu objeto de estudo. Por uma escolha em favor da economia de texto não será possível enfrentar aqui a questão da totalidade, para tanto Cf. COELHO, Eurelino. A dialética na oficina do historiador: idéias arriscadas sobre algumas questões de método. *Revista História & Luta de Classes*, v. 9, p. 7-17, 2010.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere*. V. 3. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MIRANDA, Orlando; FALCÓN, Pery. *POLOP: uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil*. CVM (Centro de Estudos Victor Meyer). Salvador/BA, Empresa Gráfica da Bahia, 2ª ed., 2010.

NAVARRO, Joaquim, FERREIRA, Fenando e SEABRA, Tania. A tendência e o caminho da revolução. Arquivo CEDEM/UNESP. Fundo POLOP.

NOBERTO, Lineker. *Nova Senda Socialista: a história da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-PO)*. Tese de doutorado em história na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2021.

OLIVEIRA, Joelma Alves de. *POLOP: As origens, a coesão e a cisão de uma organização marxista (1961-1967)*. Dissertação de mestrado em sociologia. UNESP. Araraquara, 2007.

OLIVEIRA, Sérgio Luiz Santos de. *Caminhando com os próprios pés: a formação política e teórica da ORM-POLOP (1956-1967)*. Tese de doutorado em história na Universidade de São Paulo (USP), 2016.

RIOUX, Jean-Pierre. A associação em política in: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2ª ed., Rio de Janeiro: editora FGV (Fundação Getúlio Vargas), 2003.

SANTOS, Igor Gomes. A “eficiência real”: apontamentos de Gramsci para uma história/concepção dos partidos políticos. *Revista História & Luta de Classes*, v. 9, p. 7-17, 2010.

*Recebido em 8 de fevereiro de 2022*

*Aceito em 13 de fevereiro de 2023*

*Editado em fevereiro de 2023*

**O “MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO” COMO PARTIDO:  
UMA ANÁLISE A PARTIR DE GRAMSCI**

**EL "MOVIMIENTO ESCUELA SIN PARTIDO" COMO UN PARTIDO:  
UN ANÁLISIS DESDE GRAMSCI**

**THE "SCHOOL WITHOUT A PARTY MOVEMENT" AS A PARTY:  
AN ANALYSIS FROM GRAMSCI**

*Handerson Fábio Fernandes Macedo<sup>i</sup>  
Marcia Soares de Alvarenga<sup>ii</sup>*

**RESUMO**

O presente texto se insere no âmbito das discussões sobre o Movimento Escola Sem Partido. Compreendemos o referido movimento como materialização da confluência do conservadorismo reacionário e do neoliberalismo, tendo como referencial teórico Antonio Gramsci e utilizando como base dois importantes conceitos do marxista sardo, Hegemonia e Partido Político. Usando como fontes de pesquisa as publicações do Movimento Escola Sem Partido, em redes sociais e sites mantidos por esta organização, realizamos um debate analisando o Escola Sem Partido, expondo como tal movimento, apesar de reivindicar neutralidade, na realidade atua e funciona como um verdadeiro partido na perspectiva da formulação gramsciana, que organiza, dá corpo e voz para setores do conservadorismo reacionário. A compreensão de tal movimento como um partido político na acepção gramsciana permite seu melhor entendimento e também enfrentamento de suas ações.

**PALAVRAS-CHAVE:** Hegemonia. Partido Político. Escola Sem Partido.

**RESUMEN**

Este texto forma parte de las discusiones sobre el “Movimiento Escola Sem Partido” (Movimiento Escuela Sin Partido). Entendemos este movimiento como la materialización de la confluencia del conservadurismo reaccionario y el neoliberalismo, teniendo como referencia teórica a Antonio Gramsci y tomando como base dos importantes conceptos del marxista sardo, la hegemonía y el partido político. Utilizando como fuentes de investigación las publicaciones del Movimiento Escuela Sin Partido, en las redes sociales y sitios web que mantiene esta organización, realizamos un debate analizando la Escuela Sin Partido, exponiendo cómo dicho movimiento, a pesar de reclamar neutralidad, actúa y funciona como un verdadero Partido en la perspectiva de la formulación gramsciana, que organiza, da cuerpo y voz a sectores del conservadurismo reaccionario. La comprensión de tal movimiento como partido político en el sentido gramsciano permite su mejor entendimiento y también la confrontación de sus acciones.

**PALABRAS CLAVE:** Hegemonía. Partido político. Escuela Sin Partido.

**ABSTRACT**

The following text inserts itself among the discussion about the "Movimento Escola Sem Partido" (School Without a Party Movement). The referred movement is comprised by the materialization of reactionary conservatism confluenced with neoliberalism, based on Antonio Gramsci as a theoretical reference and using as a base two concepts of the sardinian marxist, Hegemony and Political Party. Using the publications

in social media and websites maintained by the the School Without a Party Movement as research sources, we purpose a debate analysing and exposing how such movement, despite claiming neutrality, actually works and functions as a real political party from gramscian formulation perspective, in which organizes, embodies and gives voice to reactionary conservatism sectos of society. The comprehension of such movement as a political party from gramscian sense allows its better understanding and confrontation of its actions.

**KEYWORDS:** Hegemony. Political Party. School Without a Party

## INTRODUÇÃO

[...] ninguém é desorganizado e sem partido, desde que se entendam organização e partido em sentido amplo, e não formal.

GRAMSCI

A Educação é um campo de disputa por hegemonia, refletindo o projeto de sociedade pretendido pela classe dominante. Desta forma, não são poucos os ataques que os profissionais deste campo sofrem, desde a desqualificação do professor quanto a sua formação e à tentativa de controle da atividade docente.

Nesse último aspecto, o controle da atividade docente sempre passou por um direcionamento sobre aquilo que o professor deveria trabalhar em sala de aula, desde o estabelecimento de currículo mínimo a avaliações externas, entretanto, nos últimos anos, vimos ser chocado<sup>iii</sup> um movimento que não apenas tem a pretensão de direcionar a atuação docente, mas como determinar também aquilo que o professor e a escola podem ou não abordar no contexto da sala de aula ou do espaço pedagógico, ou seja, assuntos que deveriam ser proibidos de acordo com a concepção de mundo de tal movimento.

O Movimento Escola Sem Partido, que a partir daqui será chamado apenas por Movimento da Mordça<sup>iv</sup>, sob o pretexto de buscar uma suposta neutralidade da atividade educacional, começou verdadeira perseguição, com aspectos de inquisição e censura, a professores, conteúdos e livros escolares que divergem daquilo que consideram aceitável. Perseguição essa que leva ao escracho público em redes sociais, a denúncias administrativas e processos judiciais contra professores e escolas.

Comprendemos o Movimento da Mordça como uma expressão orgânica do conservadorismo que vem não só ganhando força com o neoliberalismo a partir da década de 1990, mas como se intensificando nos últimos anos, principalmente a partir de 2013, quando se inicia no Brasil aquilo que alguns autores e críticos sociais chamam de “Onda Conservadora” (DEMIER, HOVELER, 2016; BURITY, 2018), que levou ao Golpe de 2016 e à eleição presidencial de Jair Bolsonaro em 2018. Dessa forma, entendemos o Movimento da Mordça como um instrumento da confluência dessas forças, conservadoras e neoliberais, que buscam reforçar sua hegemonia na sociedade, garantindo o consenso e, também, a liderança cultural a partir do momento que silenciam profissionais da educação, impedindo que estes tragam visões e interpretações de mundo que sejam conflitantes com a perspectiva conservadora e neoliberal.

Entendemos que o que está em questão quando se estuda e analisa o Movimento da Mordça é justamente uma disputa pela hegemonia, em que o referido movimento intenta, através da perseguição política e do silenciamento dos profissionais da educação

e da universidade pública, ou seja, da coerção, manter a direção moral e cultural da sociedade.

Roio (2020, p.13) aponta que estamos em momento de profunda crise de hegemonia, que apresenta como tendência a procura por poderes cesaristas e o reforço do Estado policial como solução. Nesta perspectiva, os autores argumentam ser o Movimento da Mordação um sintoma deste momento de crise de hegemonia que vivemos, transformando pais e alunos numa espécie de polícia política que, a todo instante, vigiam profissionais da educação.

O presente texto nasce da necessidade de se debater e discutir, a partir das contribuições do militante marxista e filósofo Antonio Gramsci, a compreensão que desenvolvemos do Movimento da Mordação como um partido político, possuindo seus próprios intelectuais e concepção de mundo, que organiza determinados setores da sociedade, que busca construir ou consolidar a sua hegemonia.

Neste sentido, organizamos o desenvolvimento do trabalho em três seções: a primeira, onde apresentamos e discutimos a compreensão de hegemonia em Gramsci; a segunda, em que discutimos a compreensão de Partido Político também a partir de Gramsci, passando por outras categorias, como Estado Integral e Intelectual Orgânico; e a terceira, em que, a partir dos debates realizados nas outras seções e de fontes primárias, apontamos como o Movimento da Mordação, apesar de seu discurso de neutralidade e apartidarismo, é na realidade também um partido político.

## **A COMPREENSÃO DA HEGEMONIA EM GRAMSCI**

Consideramos discutir sobre o conceito de Hegemonia em Gramsci uma tarefa difícil, mas que, entretanto, demonstra-se extremamente necessária para o objeto deste texto, pois entendemos que o Movimento da Mordação apresenta por objetivo exatamente a manutenção – ou mesmo construção e consolidação – do consenso e da hegemonia em torno de uma concepção conservadora reacionária de Educação, assim como da própria sociedade também.

Entendemos ser uma tarefa difícil por que a concepção de Hegemonia em Gramsci está implicada em toda sua vasta e complexa obra. De acordo com Gruppi, “Antonio Gramsci, sem nenhuma dúvida, foi o teórico marxista que mais insistiu sobre o conceito de hegemonia” (1978, p.1). E, assim como é um conceito que se apresenta em toda em todo seu trabalho, discuti-lo separadamente de outros conceitos e categorias elaborados pelo autor seria algo praticamente impossível.

Para Abreu, a definição dada por Gramsci para hegemonia é “direção intelectual e moral e domínio político, exercidos por uma classe, em condições históricas determinadas” (ABREU, 2018, p.389). Isto é, pode-se entender hegemonia como uma classe dirigindo e comandando a sociedade com base em seus próprios valores e concepção de mundo. No entanto, isso não significa negar a existência de outras classes sociais, mas sim de reconhecer que a classe que detêm a hegemonia é aquela que dá a direção para a sociedade.

Recorrendo ao próprio Gramsci, este afirma que:

O exercício “normal” da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública – jornais e associações –, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados. (GRAMSCI, 2002a, p.95)

Desta forma, compreendemos, a partir do autor, que a classe dominante e, conseqüentemente, hegemônica, somente se mantém nesta posição quando consegue fazer uso da força ou da coerção e do consenso de forma equilibrada. Ou seja, isso significa que o uso exclusivo da força não sustenta a classe dominante nesta posição, é justamente o oposto, é o consenso e a hegemonia conquistados pela classe dominante que legitimam o uso da força e coerção pela mesma. Se isso não ocorre, ou seja, se ação coercitiva tem maior peso que o consenso, ao invés do equilíbrio entre ambas, quer dizer, se a classe dominante perde o consenso na sociedade, abusando da força para a manutenção de seus status, mesmo tendo legitimidade do Estado para isso, acontece aquilo que Gramsci vai chamar em sua obra de crise de hegemonia.

Percebe-se, desta forma, que o conceito de hegemonia envolve outros aspectos e que é um conceito de fundamental importância não apenas para a compreensão do pensamento de Gramsci, mas como principalmente para o entendimento da própria sociedade. De acordo com Gruppi,

[...] o conceito de hegemonia é apresentado por Gramsci em toda sua amplitude, isto é, como algo que opera não apenas sobre a estrutura econômica e sobre a organização política da sociedade, mas também sobre o modo de pensar, sobre orientações ideológicas e inclusive sobre o modo de conhecer (1978, p.3).

O pouco que foi exposto até aqui já deixa clara a importância de se compreender o conceito de hegemonia a partir da concepção e compreensão de Gramsci para se analisar o Movimento da Mordça, visto o entendimento que todo e qualquer projeto de Educação representa também um projeto de sociedade, da mesma forma que o inverso também é válido, ou seja, todo projeto de sociedade revela-se também um projeto de Educação, que, neste caso específico, tem por intenção construir ou assegurar a hegemonia e consenso de um grupo conservador reacionário<sup>v</sup>.

Fica evidente, no debate atual, como a escola possui um papel de destaque para qualquer classe ou fração de classe que queira ser hegemônica ou garantir sua hegemonia, se constituindo num aparelho de construção hegemônica da classe dominante. Schelesener contribui para este pensamento ao afirmar que “o projeto social moderno, das classes dominantes, direciona as políticas educacionais voltadas para a educação popular a fim de cumprir os objetivos de consolidação da hegemonia” (2016, p.172).

A mesma autora, em outro momento, corrobora com o exposto acima, afirmando

A educação, portanto, tem uma dimensão política por fazer parte do processo de organização social e de formação do comportamento de acordo com os objetivos e finalidades do projeto econômico e social em curso, entendendo-se



política em sentido amplo, a partir da divisão da sociedade em classes sociais antagônicas. Neste contexto, a educação pode se apresentar como um dos mecanismos de assimilação das relações de poder vigentes e de consolidação das formas de domínio (SCHLESENER, 2016, p.158).

Na mesma perspectiva, Mészáros (2008) aponta que um dos principais objetivos da educação formal ou institucional em nossa sociedade é justamente a produção de conformidade e consenso, com transmissão de valores que legitimam os interesses da classe dominante.

Como o próprio Gramsci afirma, “toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica [...]” (1999, p.399). Marx e Engels, em *A Ideologia Alemã*, ao abordarem a questão da dominação, acabam também por contribuir para esse debate, pois, de acordo com eles,

[...] toda classe que almeje à dominação, ainda que sua dominação, como é o caso do proletariado, exija a superação de toda a antiga forma de sociedade e a superação da dominação em geral, deve primeiramente conquistar o poder político, para apresentar seu interesse como o interesse geral, o que ela no primeiro instante se vê obrigada a fazer. (MARX, ENGELS, 2007, p.37)

Entendo que Marx e Engels estão afirmando que qualquer classe que objetive ser dominante, hegemônica, tem necessariamente que buscar atrair as classes ou grupos adversários e antagônicos para seus próprios interesses – o que ocorre a partir da divulgação de seus valores e concepção de mundo pelos aparelhos privados de hegemonia –, para que estas os aceitem como se fossem seus próprios interesses, como se fossem originários daquela própria classe ou grupo social, formando ou conquistando então o consenso passivo.

Nesta mesma perspectiva, Gramsci afirma:

a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como “domínio” e como “direção intelectual e moral”. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a “liquidar” ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser também “dirigente” (2002b, p.62-63).

Apesar de Marx e Engels afirmarem que a classe que queira ser dominante deve, antes de qualquer coisa, “conquistar o poder político” (MARX,ENGELS, 2007, p.37) e Gramsci aponte que o grupo social pode e deve ser dirigente antes mesmo de “conquistar o poder governamental” (GRAMSCI, 2002b, p.62), tais afirmativas não são conflitantes, visto que “poder político” e “poder governamental” não possuem o mesmo significado, não devendo haver confusão entre tais termos.

O “poder político”, nas palavras de Marx e Engels, está relacionado ao próprio sentido de direção política usado por Gramsci, enquanto, ao falar em “poder governamental”, o filósofo marxista estabelece uma analogia com seu conceito de

sociedade política, que representa o próprio Estado na compreensão de Marx e Engels. Sendo assim, “conquistar o poder político” é se transformar ou se impor como classe dirigente, conseguir divulgar sua concepção de mundo para as demais classes sociais ou frações de classe, de forma que estas as aceitem como se sua fosse, enquanto “conquistar o poder governamental” significa que esta mesma classe conseguiu não apenas se tornar a classe dirigente, mas como dominante também, ou seja, conseguiu conquistar, construir e consolidar sua hegemonia ante os outros grupos que compõem a sociedade.

Desta forma, levando-se em consideração a importância que o conceito de hegemonia apresenta para o entendimento da sociedade, compreende-se que qualquer discussão que tenha por objetivo abordar o papel da Educação nela, deve levar em consideração a concepção de hegemonia em Gramsci, pois ao se falar em Educação dentro de uma sociedade em que a burguesia é hegemônica, principalmente pensando-se na educação da classe trabalhadora, está se discutindo justamente questões que podem servir para reforçar essa hegemonia e concepção de mundo ou, no caso daqueles que são comprometidos com as classes subalternizadas, que sirva de instrumento para a classe trabalhadora fazer frente à hegemonia burguesa.

Então, ao compreendermos, como exposto em outro momento, que toda relação de hegemonia é também uma relação pedagógica, assim como todo projeto de educação reflete-se necessariamente num projeto de sociedade, cabe-nos questionar como o Movimento da Mordaza atua como um partido e a sua contribuição para a consolidação de uma hegemonia reacionária.

## **O PARTIDO POLÍTICO NA ACEPÇÃO DE ANTONIO GRAMSCI**

Da mesma forma que o conceito de Hegemonia, apontamos ser importante discutirmos a concepção de Partido a partir da perspectiva de Gramsci, debatendo também outros conceitos e categorias que giram em torno desta. Compreende-se que debater estes outros conceitos é fundamental, visto que o próprio filósofo e militante marxista Antonio Gramsci estabelece uma análise da realidade social a partir de uma perspectiva totalizadora, ou seja, ao olhar um aspecto cultural, por exemplo, ele leva em consideração também aspectos econômicos e políticos.

Desta forma, para chegar-se à discussão sobre Partido em Gramsci, iniciamos pela concepção que este autor nos traz sobre a ideia de Estado Integral ou Estado Ampliado, cujo qual é composto pelo que ele denomina de sociedade política e sociedade civil. De acordo com o autor, “por ‘Estado’, deve-se entender, além do aparelho de governo, também o aparelho ‘privado’ de hegemonia ou sociedade civil” (GRAMSCI, 2002, p.254-255). Ou seja, para ele o Estado só pode ser compreendido quando olhado e analisado em sua completude, sendo essa divisão entre sociedade política e sociedade civil apenas didática.

Os aparelhos de governo formam justamente a sociedade política, ou o Estado em sentido estrito, na concepção de Marx e Engels. Nas palavras de Gramsci, a sociedade política, “na linguagem comum, é a forma de vida estatal a que se dá o nome de Estado e que vulgarmente é entendida como todo o Estado” (GRAMSCI, 2002, p.279).

Sendo mais claro e direto, a sociedade política, composta pelos aparelhos de governo, é responsável pelos elementos de coerção para manutenção da ordem

estabelecida, da classe dominante. Ou seja, a sociedade política, a partir da perspectiva que o autor italiano nos traz, é a utilização da força, da imposição, o que pode ocorrer pela atuação da polícia, do judiciário ou de outras instituições de dominação e coerção que compõem parte do Estado Ampliado.

Já a sociedade civil compreende-se ser composta pelos chamados aparelhos privados de hegemonia, isto é, entre as inúmeras instituições que poderíamos citar, temos as escolas, igrejas, sindicatos, imprensa e, aquela que interessa para este artigo, os partidos políticos. Todas aquelas instituições que colaboram para a construção ou consolidação do consenso, de uma determinada concepção de mundo e hegemonia na sociedade.

Coutinho afirma que, para Gramsci, a sociedade civil é “portadora material da figura social da hegemonia, como esfera de mediação entre infraestrutura econômica e o Estado em sentido restrito” (COUTINHO, 1992, p. 73).

Os aparelhos privados de hegemonia, ao contrário dos aparelhos de governo – que atuam pela coerção –, buscam a manutenção da ordem pela construção e consolidação da hegemonia, do consenso. Nesse sentido, Gramsci afirma que a sociedade civil, mediante os aparelhos privados de hegemonia, constrói um:

Governo com o consenso dos governados, mas com o consenso organizado, não genérico e vago tal como se afirma no momento das eleições: o Estado tem e pede o consenso, mas também ‘educa’ este consenso através das associações políticas e sindicais, que, porém, são organismos privados, deixados à iniciativa privada da classe dirigente (2002a, p.119).

Percebemos como a sociedade política e a sociedade civil são elementos que caminham lado a lado na formação e composição do Estado Integral ou Estado Ampliado, buscando a constituição de uma hegemonia a partir do ponto de vista da classe dominante.

É nesta perspectiva, de consolidação e aprofundamento de uma determinada hegemonia, que se insere a discussão sobre os Partidos. Gramsci, ao apresentar o conceito de Partido, faz uma distinção, primeiramente apontando-o como ferramenta que tem como objetivo solucionar problemas na sociedade e, segundo, como organizador da ideologia de determinada classe ou fração de classe.

Nas palavras do próprio autor, a:

Distinção no conceito de partido: 1) O partido como organização prática (ou tendência prática), isto é, como instrumento para a solução de um problema ou de um grupo de problemas da vida nacional ou internacional. [...] 2) O partido como ideologia geral, superior aos vários agrupamentos mais imediatos (GRAMSCI, 1999, p.420-421).

Desta forma, percebe-se que o Partido é um aparelho privado de hegemonia, sendo uma ferramenta ou instrumento utilizado pela classe – ou frações da classe – dominante para o exercício da sua hegemonia, assim como também pode e deve ser usado pelas classes – ou frações das classes – subalternizadas com o objetivo de construir ou expandir seu movimento de disputa de hegemonia contra os interesses da classe dominante.

Interessante perceber que, embora o militante da práxis Antonio Gramsci faça essa distinção sobre a concepção de partido, o partido age ou atua levando em consideração os dois aspectos apontados por ele. O partido somente consegue ser um instrumento de classe para a solução de algum problema justamente porque ele atua como organizador que unifica na superestrutura, ou seja, no campo da ideologia, das estratégias de construção da hegemonia de uma determinada classe, aquilo que se apresenta como problema na base, na infraestrutura.

Essa conclusão casa com o apontamento feito pelo autor sobre a história de um partido ser a história de uma determinada classe ou grupo social (GRAMSCI, 2002a), pois se compreende que a solução para os problemas que afligem determinada classe ou grupo social estarão sempre interligadas também com a ideologia que organiza e estrutura aquela mesma classe.

Ao colocar como papel do Partido a organização da ideologia de uma determinada classe, Gramsci aproxima sua concepção de Partido com a de intelectual orgânico, sendo o partido, então, aquilo que será considerado pelo autor como um Intelectual Coletivo.

Vejamos nas palavras de Gramsci:

1) para alguns grupos sociais, o partido político é nada mais do que o modo próprio de elaborar sua categoria de intelectuais orgânicos, que se formam assim, e não pode deixar de formar-se, dadas as características gerais e as condições de formação, de vida e de desenvolvimento do grupo social dado, diretamente no campo político, filosófico, e não no campo da técnica produtiva [...] 2) o partido político, para todos os grupos, é precisamente o mecanismo que realiza na sociedade civil a mesma função desempenhada pelo Estado, de modo mais vasto e mais sintético, na sociedade política, ou seja, proporciona a soldagem entre intelectuais orgânicos de um dado grupo, o dominante, e intelectuais tradicionais; e esta função é desempenhada pelo partido precisamente na dependência de sua função fundamental, que é a de elaborar os próprios componentes, elementos de um grupo social nascido e desenvolvido como “econômico”, até transformá-los em intelectuais políticos, qualificados, dirigentes, organizadores de todas as funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política (2001, p.24)

Levando-se em consideração que “todo partido seja a expressão de um grupo social” (GRAMSCI, 2002a, p.59), entende-se, então, a partir do trecho acima citado, que o partido político constitui-se na forma que esse mesmo grupo ou classe social tem para produzir não apenas seus intelectuais orgânicos, mas como o próprio partido tornar-se um intelectual coletivo, visto, além de seu papel de organização das funções da sociedade, mas também de dirigente da classe ou grupo social que o mesmo representa.

Os intelectuais que integram o partido político exercem a função de organizadores da hegemonia, são educadores, pois, como bem argumenta Antonio Gramsci (2001, p. 25) “[...] um partido poderá ter uma maior ou menor composição do grau mais alto ou do mais baixo, mas não é isto que importa: importa a função, que é diretiva e organizativa, isto é, educativa, isto é, intelectual”.

Para Gramsci, não é suficiente que novo intelectual seja eloquente, momentâneo dos afetos e das paixões, que o novo intelectual seja movido por paixões temporárias, mas

que tenha capilaridade. Porém, do novo intelectual se espera uma inserção ativa na vida, capilaridade na vida social. Trata-se de se viabilizar como um “organizador da cultura” em permanente ação de construção de obtenção de consentimento dos dirigidos.

Desta forma, entende-se que o Movimento da Mordança, mais do que um simples movimento, ele é na verdade um partido político, entendido de forma ampla, um dos grupos de organização da ideologia dominante e dirige setores do conservadorismo reacionário existentes na sociedade brasileira, como será explicado adiante.

## O PARTIDO MOVIMENTO DA MORDANÇA: UMA ANÁLISE DE SEU PROGRAMA

As discussões realizadas anteriormente, sobre a concepção de Hegemonia e Partido em Gramsci, além de outros conceitos que permeiam estes, permitirão que sejam realizados aqui os apontamentos sobre porque o Movimento da Mordança, apesar de reivindicar uma suposta neutralidade da Educação e colocar-se como apartidário, pode ser compreendido como um partido político.

Pensando inicialmente na distinção que Gramsci faz sobre o conceito de partido, que discutimos antes, o primeiro ponto colocado pelo autor marxista é que o partido é um instrumento para a solução de um problema. Ao levantarmos as fontes pelas quais o Movimento da Mordança expõe suas concepções ideológicas, lemos:

A imensa maioria dos educadores e das autoridades, quando não promove ou apoia a doutrinação, ignora culposamente o problema ou se recusa a admiti-lo, por cumplicidade, conveniência ou covardia.

O Escola sem Partido foi criado para mostrar que esse problema não apenas existe, como está presente, de algum modo, em praticamente todas as instituições de ensino do país. [...]

Ajude-nos a promover a liberdade de pensamento e o pluralismo de ideias nas escolas brasileiras (ESCOLA SEM PARTIDO, 2019a).

Podemos entender pelo trecho acima que o movimento identifica aquilo que, para ele, representa um problema, ou seja, uma suposta prática ou apoio à doutrinação por parte de profissionais da educação e autoridades, afirmando ser um problema que permeia quase todas as instituições de ensino, terminando o trecho num chamado para que o movimento seja ajudado por aqueles que defendem sua pauta e concepção de mundo.

Em outro trecho essa ideia do Movimento da Mordança como um instrumento para divulgar o que entende ser um problema fica mais evidente:

O **Escola sem Partido**, foi criado para dar visibilidade a um problema gravíssimo que atinge a imensa maioria das escolas e universidades brasileiras: a instrumentalização do ensino para fins ideológicos, políticos e partidários. E o modo de fazê-lo é divulgar o testemunho das vítimas, ou seja, dos próprios alunos (idem).

Percebemos que o Movimento da Mordança se organiza justamente para dar visibilidade a uma determinada questão, aquilo que ele acusa e chama de

“instrumentalização do ensino para fins ideológicos, políticos e partidários”, formando então uma instituição da sociedade civil.

Os dois trechos não só fazem um apontamento e identificação para aquilo que consideram um problema, mas realizam um chamamento público para que mais pessoas se juntem a causa do movimento, aumentando o poder de pressão sobre profissionais da educação, instituições de ensino e secretarias de educação.

Vejamos o que mais o Movimento da Mordça diz:

A pretexto de transmitir aos alunos uma “visão crítica” da realidade, um exército organizado de militantes travestidos de professores abusa da liberdade de cátedra e se aproveita do segredo das salas de aula para impingir-lhes a sua própria visão de mundo (idem).

Fica evidente, pelo menos para nós, que a intenção do movimento é impedir aquilo que ele aponta como “visão crítica da realidade”, ou seja, todo tipo de conteúdos e temáticas que divirjam e contrariem a sua própria visão e concepção de mundo, representada por aquilo que o movimento defende. Ora, impedir ou tentar impedir que as instituições de ensino e seus profissionais trabalhem por uma perspectiva crítica dos problemas da sociedade, sob um pressuposto de defesa da neutralidade do conhecimento e da acusação vaga que isso seria doutrinação, é justamente agir para a construção e conservação do *status quo*, de uma determinada perspectiva de hegemonia conservadora reacionária na sociedade.

Podemos ter certeza de ser uma perspectiva conservadora reacionária quando focamos nossa atenção para as pautas que mais incomodam o Movimento da Mordça – ou aquelas que mais lhe fizeram conquistar apoio em diversos setores da sociedade –, ou seja, as que estão relacionadas às questões de sexualidade e gênero, amplamente atacadas por grupos religiosos<sup>vi</sup>.

Não obstante, a defesa de uma suposta neutralidade do conhecimento e da educação já é algo a ser questionado e apontado sobre a visão de mundo que o movimento possui. Enxerga doutrinação na “visão crítica da realidade”, mas não percebe doutrinação naquilo que está de acordo com os próprios valores, como se percebe em trecho de um artigo escrito por Nagib (2011), “[...] o educador do passado – para quem a educação era apenas uma forma de transmitir um conhecimento objetivo sobre a realidade – deveria ser substituído por um novo tipo de profissional”.

Como se existisse “transmitir conhecimento objetivo sobre a realidade” que não fosse impactada por questões do próprio professor, sua concepção de mundo, ou como, se possível fosse, isso não representasse também uma questão de ideologia, no caso, não questionar a realidade.

Defender uma suposta neutralidade<sup>vii</sup> do conhecimento e da educação, por si só, já é se posicionar, tomar partido, o que, numa sociedade tão desigual, racista, machista e lgbtfóbica como a que vivemos, significa estar ao lado do opressor.

Sobre a (im)possibilidade de neutralidade, Lênin (2001) afirma:

[...] numa sociedade baseada na luta de classes, não pode existir qualquer ciência social imparcial. De uma forma ou de outra, qualquer ciência oficial e liberal defende a escravidão assalariada [...]. Esperar que a ciência fosse



imparcial numa sociedade de escravidão assalariada seria uma ingenuidade tão pueril como esperar que os fabricantes sejam imparciais quanto a questão da conveniência de aumentar os salários dos operários diminuindo os lucros do capital (p. 63).

Certo de que apenas tais apontamentos não são suficientes para considerarmos esse movimento como um partido, chamamos a atenção para o segundo item na distinção do conceito de partido que Gramsci faz, ou seja, como “tendência geral ideológica, como forma cultural” (1999, p.279), que está acima de inúmeros agrupamentos.

O Movimento da Mordação não atua apenas como uma instituição da sociedade civil que recolhe depoimentos e denúncias daquilo que consideram doutrinação, mas serve como uma entidade que organiza, dá corpo e voz para diferentes grupos conservadores e religiosos.

No site do Programa Escola Sem Partido era possível encontrar uma aba sobre as eleições de 2018 em que havia dezenas de candidatos aos cargos de deputados estaduais, governadores e deputados federais, que assinaram uma carta de compromisso público com a pauta do Movimento, sendo todos eles eram citados nominalmente, com indicação de partido, número e o estado pelo qual estavam concorrendo. A carta de compromisso pode ser conferida na imagem 1.

Imagem 1: Termo de compromisso

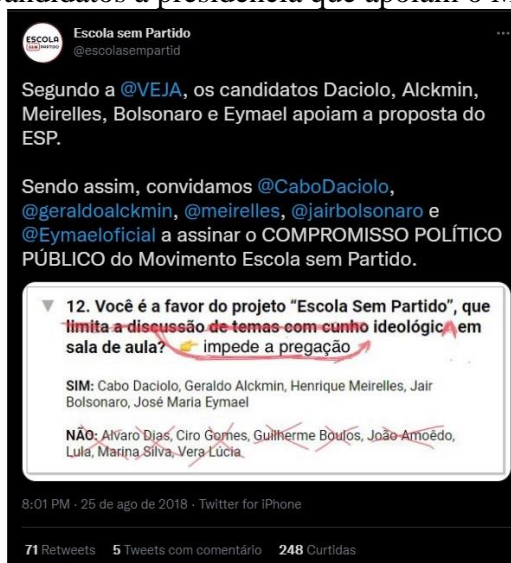


Fonte: <https://twitter.com/escolasempartid/status/1033489979224281091>

Sobre candidatos ao cargo de presidente, a partir da identificação que o Movimento da Mordça estabelece, com base em um teste da Revista Veja, aponta os que seriam favoráveis à pauta que defende, então faz uma publicação no Twitter convidando-os a assinarem o compromisso político público com o movimento, como podemos ver na imagem 2.

No Facebook era possível encontrar uma página chamada “Candidatos Pelo Escola Sem Partido”, que continha listas de candidatos a vereadores e prefeitos de inúmeros municípios do Brasil, na eleição de 2016, assim como listas dos candidatos que apoiavam o movimento na eleição de 2018, o que potencializou a divulgação destes candidatos nas redes sociais, trazendo maior visibilidade para a pauta<sup>viii</sup>.

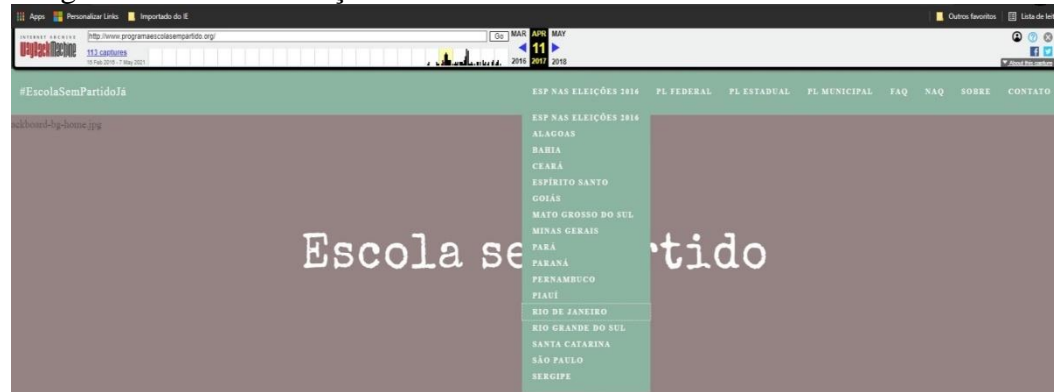
Imagem 2 – Candidatos à presidência que apoiam o Movimento da Mordça



Fonte: <https://twitter.com/escolasempartid/status/1033489519390146565>

O site do Programa Escola Sem Partido não existe mais, foi unificado ao site do Movimento da Mordança, que passou por reformulações e, infelizmente, hoje não é mais possível conferir a lista de candidatos que foram apoiados pelo movimento. Entretanto, pela ferramenta *weyback machine*, é possível visualizar o que foi salvo do site do programa, sendo possível ver uma aba chamada “ESP NAS ELEIÇÕES 2016”, conforme imagem 3 e também um link para as eleições de 2018, na imagem 4.

Imagem 3 – ESP nas eleições 2016



Fonte: <https://web.archive.org/web/20161106063748/http://www.programaescolasempartido.org/>

Imagem 4 – Eleições 2018



Fonte: <https://web.archive.org/web/20181229121643/https://www.programaescolasempartido.org/>

Fica evidente que, embora não seja um partido político oficialmente, no sentido institucional, o Movimento da Mordança age como um ao buscar que sua pauta seja apoiada publicamente por candidatos ou pessoas que já possuem mandatos, tanto no Poder Legislativo, quanto no Poder Executivo, assim como ao apoiar esses mesmos candidatos que se comprometem publicamente com o mesmo.

Gramsci afirma:

Embora todo partido seja a expressão de um grupo social, e de um só grupo social, ocorre que, em determinadas condições, determinados partidos representam um só grupo social na medida em que exercem uma função de equilíbrio e de arbitragem entre os interesses de seu próprio grupo e os outros grupos, fazendo com que o desenvolvimento do grupo representado ocorra com o consenso e com a ajuda dos grupos aliados, se não mesmo dos grupos decididamente adversários (2002a, p.59).

O que está sendo colocado é que, independentemente da filiação partidária de cada candidato nas eleições, todos eles, assim como seus próprios partidos, de certa forma tornaram-se representantes do Movimento da Mordança, levando adiante sua pauta e ajudando a construir um consenso em torno dela, assim como garantir uma hegemonia conservadora reacionária.

Para encerrar essa discussão, uma síntese das reflexões realizadas por Gramsci, que com certeza tira qualquer dúvida sobre o Movimento da Mordança poder ser lido e compreendido como um partido político, o autor diz:

Será necessária a ação política (em sentido estrito) para que se possa falar de “partido político”? Pode-se observar que no mundo moderno, em muitos países, os partidos orgânicos e fundamentais, por necessidade de luta ou por alguma outra razão, dividiram-se em frações, cada uma das quais assume o nome de partido e, inclusive, de partido independente (2002a, p. 349-350).

Gramsci dá fundamental relevo ao papel do partido como intelectual que organiza e dá direção às lutas políticas, por compreender que estes têm origem na luta de classes e nela se efetivam. Nesse sentido, Gramsci assinala que, na modernidade, os partidos assumem posição para levarem a cabo a reforma intelectual e moral para conquista da hegemonia.

Deve-se sublinhar a importância e o significado que têm os partidos políticos, no mundo moderno, na elaboração e difusão das concepções do mundo, na medida em que elaboram essencialmente a ética e a política adequadas a elas, isto é, em que funcionam quase como “experimentados” históricos de tais concepções (GRAMSCI, 1999, p.105).

Pode-se afirmar que o Movimento da Mordança tem uma marca que o caracteriza como um partido, pois representa a visão de mundo de grupos sociais que disputam o sentido da escola, disputando, também, esta instituição para a elaboração da ética e da política assumida pela filosofia da classe ou fração de classe que compartilham a visão de mundo ao qual defendem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Longe de esgotar a temática e as possibilidades de análise, com o texto pretendeu-se jogar maior luz sobre as ações do Movimento da Mordança, ajudando na compreensão que não só suas ações não buscam uma suposta neutralidade afirmada pelo mesmo, mas como, ainda que intencionasse tal objetivo, elas possuem impacto político de viés conservador e de manutenção do *status quo*.

Embora fosse possível analisar também os partidos políticos institucionais que se comprometeram com a pauta do movimento supracitado para comprovar seu conservadorismo reacionário, tal empreitada extrapolaria em muito os objetivos propostos para este momento.

O Movimento da Mordança é um partido que age em muitas frentes, buscando consenso na sociedade com a sua pauta, sendo seu principal meio de divulgação as redes

sociais, com textos e vídeos, tirados de contexto, onde denunciam e expõem profissionais da educação, gerando perseguição e censura aos mesmos; e também através da coerção, intimidando profissionais da educação com denúncias, notificações extrajudiciais e processos.

A busca por relações com políticos e partidos institucionais é apenas mais uma forma do movimento agir, divulgar sua pauta e propagandear sua ideologia e concepção de mundo, inclusive a partir de projetos de lei, visto que cada projeto proposto, aprovado ou não, serve para chamar ainda mais a atenção sobre o mesmo, tanto na sociedade quanto nos meios virtuais, ainda que seja derrubado depois pela via judicial por ser inconstitucional, o que também tem uma funcionalidade para ele, pois serve para o movimento atacar outras instituições, afirmando que a “ideologia esquerdista” está entranhada por todo o Estado, angariando mais adeptos em setores ainda mais reacionários da sociedade.

Apesar do Movimento da Mordça já ter anunciado o fim de suas atividades por aquilo que apontou como “falta de apoio” do governo Bolsonaro, sua pauta continua existindo, tanto por meio de políticos, quanto por meio de alunos, pais, mães e líderes religiosos, deixando evidente que, independentemente de aprovação ou não de leis, a pauta do movimento encontra eco em parcela da sociedade, garantindo sua hegemonia ou, no mínimo, da manutenção de uma hegemonia burguesa.

Sendo assim, entende-se que o autor marxista Antonio Gramsci nos dá algumas ferramentas que possibilitam uma melhor compreensão e interpretação desse movimento, de sua busca pela conservação da hegemonia e de sua atuação como partido político. Compreender o movimento como de fato ele é, ou seja, um partido político, permite um melhor entendimento de suas ações, o que também pode se refletir numa melhor tática de enfrentamento às suas pautas.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Marina M. A questão pedagógica e a perspectiva de hegemonia das classes subalternas. **Revista de Políticas Públicas**, v.22, p. 385-402, 2018.

ANPED. **STF reforça constitucionalidade da abordagem de gênero em escolas**. Disponível em: <http://www.anped.org.br/news/stf-reforca-constitucionalidade-da-abordagem-de-genero-em-escolas> . Acesso em: 05/08/2020.

APPLE, M. **Endireitar a educação: as escolas e a nova aliança conservadora**. Currículo sem Fronteiras, v. 2, n. 1, jan./jun. 2002.

BURITY, A onda conservadora na política brasileira traz o fundamentalismo ao poder?. In: ALMEIDA, Ronaldo de; TONIOL, Rodrigo. **Conservadorismo, fascismo e fundamentalismo: análises conjunturais**. Campinas, SP: Unicamp, 2018.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro, Campus, 1992.

DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane (Orgs.). **A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

ESCOLA SEM PARTIDO – **Apresentação**. Disponível em: <https://www.escolasempartido.org/quem-somos/>. 2019a. Acesso em 01/08/2020.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: **Escola “sem” Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

GRAMSCI, Antonio. **Os Cadernos do Cárcere**. V. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

\_\_\_\_\_. **Os Cadernos do Cárcere**. V. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001

\_\_\_\_\_. **Os Cadernos do Cárcere**. V. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a

\_\_\_\_\_. **Os Cadernos do Cárcere**. V. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b.

GRUPPI, Luciano. **Conceito de hegemonia em Gramsci**; Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

LÊNIN, Vladimir I. **As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para além do Capital**, 2ªed. - São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

NAGIB, Miguel. **Por uma escola sem partido**. Disponível em: <https://www.escolasempartido.org/blog/por-uma-escola-sem-partido/>. Acesso em 02/07/2020.

ROIO, Marcos Tadeu Del. Crise orgânica, neoliberalismo e barbárie. **Práxis e Hegemonia Popular**. Marília, SP. V.5, nº.6. p.5-15. Julho/2020. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/PHP/article/view/10585> Acesso em: 25/05/2021.

SCHLESENER, A. H. Anita Helena. A Educação no contexto da hegemonia, da ideologia e da linguagem. In: \_\_\_\_\_ **Grilhões invisíveis: as dimensões da ideologia, as condições de subalternidade e a educação em Gramsci** [online]. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.



## NOTAS

<sup>i</sup> - Doutorando em Educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP-UERJ). Endereço eletrônico: [handersonfabio@gmail.com](mailto:handersonfabio@gmail.com)

<sup>ii</sup> - Professora Associada da UERJ. Endereço eletrônico: [msalvarenga@uol.com.br](mailto:msalvarenga@uol.com.br)

<sup>iii</sup> - A palavra “chocado”, nesse caso, faz alusão ao texto de Frigotto (2017), cujo qual o autor utiliza de uma metáfora com o “ovo da serpente”, ao falar sobre surgimento e/ou crescimento de movimentos nazifascistas, para tratar do nascimento do Movimento da Mordança e como ele ameaça a Educação e a Democracia.

<sup>iv</sup> - Optamos por manter o nome original do movimento no título, resumo e palavras chaves apenas por uma questão dos algoritmos para plataformas de pesquisas na internet. Temos entendimento, com base no próprio Gramsci e em Bakhtin, que a linguagem é um campo de disputa ideológica, de afirmação da hegemonia, então há a necessidade de se disputar também esse campo, apontando nossa compreensão sobre tal movimento e como de fato o enxergamos, isto é, um movimento que usa da censura e perseguição a profissionais da educação.

<sup>v</sup> - Compreendemos o conservadorismo reacionário na acepção que Apple (2002) traz sobre o neo-conservadorismo, ou seja, como uma fração de classe que possui uma perspectiva romantizada do passado, buscando então um retorno para o período romantizado.

<sup>vi</sup> - O site [escolasemmordaca.org.br](http://escolasemmordaca.org.br) possui uma aba onde é possível conferir os inúmeros projetos de lei relativos ao Movimento da Mordança existentes no Brasil, onde parcela considerável dos mesmos é apontada na categoria “antigênero” e/ou “antipornografia”, o que por si só já demonstra o aspecto conservador dos mesmos, visto os autores destes projetos considerarem a Educação Sexual no espaço escolar como exposição de crianças e adolescentes a pornografia.

<sup>vii</sup> - Considero importante reafirmar que é uma suposta neutralidade, pois embora o Movimento da Mordança afirme que ela deva ser buscada pelos profissionais da educação, é possível encontrar em seu site, na aba blog, textos intitulados “Por uma educação liberal”, “A fanática ditadura da educação”, entre outros, que não só defendem abertamente uma determinada perspectiva política, mas se colocam inclusive contra o direito à educação, deixando de lado completamente a suposta neutralidade por eles defendida e almejada.

<sup>viii</sup> - Hoje tal página não existe mais. Assim como a página do Facebook “Escola Sem Partido” foi deletada e excluída quando o movimento anunciou que encerraria suas atividades, o mesmo ocorreu com outras páginas ligadas ao mesmo movimento. É possível encontrar alguns prints no site do movimento Professores Contra o Escola Sem Partido. Ver em <https://profscontraoesp.org/2016/09/11/destaques-da-vigilancia-oescola-sem-partido-nas-eleicoes-municipais-2016/>

*Recebido em 9 de setembro de 2021*

*Aceito em 13 de janeiro de 2023*

*Editado em fevereiro de 2023*

SEMERARO, Giovanni. **Intelectuais, Educação e Escola: Um estudo do Caderno 12 de Antonio Gramsci**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

Barbara White<sup>1</sup>  
Hebert Abreu<sup>2</sup>

O livro “*Intelectuais, Educação e Escola: Um estudo do Caderno 12 de Antonio Gramsci*” é a obra mais recente de Giovanni Semeraro sobre os escritos do filósofo sardo. Sem perder a organicidade com as contradições da realidade concreta e com as questões que se desdobram na atualidade – característica inerente às obras de Semeraro – o livro garante inovação para a literatura gramsciana.

A análise do Caderno 12 está articulada com a obra de Antonio Gramsci em sua totalidade desvelando o tema central “os intelectuais, a educação e a escola” através de um estudo ampliado, denso, com rigor científico, que não se limita a uma análise restrita e isolada do Caderno 12. É um estudo filológico, histórico, consistente, que analisa os conceitos e categorias articulados tanto aos escritos pré-carcerários, quanto às correspondências e escritos de Gramsci durante o período em que esteve no cárcere, ou seja, uma obra que a todo momento reafirma a potência das pesquisas de Semeraro sobre o autor da Sardenha.

O livro resgata o método gramsciano de estudo, buscando ampliar os conceitos de forma sucessiva, através de abordagens de diversas categorias que se interligam numa perspectiva histórica, política, filosófica, econômica e cultural. Semeraro apresenta uma visão orgânica da construção do pensamento de Antonio Gramsci, de sua elaboração teórica, que vai muito além de uma simples cronologia de seus escritos. Traz para a berlinda as críticas de Gramsci às teorias pedagógicas de seu tempo, a inovação e a atualidade de suas propostas educacionais consideradas revolucionárias. Vale destacar a originalidade da interpretação do pensamento de Gramsci por Semeraro, que articula a função do intelectual, da educação e da escola, de modo inseparável, da dupla tarefa na formação do ser humano: “o trabalho científico-técnico e a atuação política”. Ou seja, a utopia revolucionária de Gramsci de garantir “o novo princípio educativo: tornar-se dirigente”.

<sup>1</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Pesquisadora do Núcleo de Filosofia, Política e Educação (NuFIPE/UFF). Pedagoga Orientadora Educacional no Município de Maricá/RJ. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5464-0279> E-mail: [barbarawhite3@yahoo.com.br](mailto:barbarawhite3@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Mestrando em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Pesquisador do Núcleo de Filosofia, Política e Educação (NuFIPE/UFF). Técnico em Assuntos Educacionais na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2517-8652> E-mail: [hebertabreu@id.uff.br](mailto:hebertabreu@id.uff.br)

Os dois primeiros capítulos do livro apresentam a gênese, a composição e a estrutura de elaboração do Caderno 12, trazendo um estudo denso e preciso sobre os escritos “que tratam da complexa e estratégica função dos intelectuais na sociedade e dos critérios para delinear uma nova concepção de escola e educação”. Nestas primeiras seções está contido um rico estudo filológico, que se propõe a apresentar o percurso de elaboração do conteúdo das três notas que compõem o Caderno 12. Apresentam as fases de elaboração, de evolução do pensamento do autor sardo até a organização de um tema específico, tendo como destaque referências específicas às *Cartas do cárcere*, enriquecendo a pesquisa de modo singular.

Os escritos pré-carcerários são tratados como “sementes” que apontam o percurso histórico, a realidade concreta do autor sardo, que desde a juventude, dedicava-se a escrever sobre a questão dos intelectuais e sua função no processo de “formação cultural e educação política dos operários e das classes proletárias”. Semeraro resgata a força do projeto “nacional-popular” de Antonio Gramsci, ao conectar, organicamente, os escritos do filósofo sardo com seu próprio percurso de vida e concepção de mundo.

O capítulo três, “Temas principais organicamente articulados”, apresenta a concepção de Gramsci sobre os ‘intelectuais orgânicos’, ‘escola unitária’ e ‘educação integral’, conceitos que formam “as vértebras que constituem a espinha dorsal do Caderno 12 e articulam o seu conjunto”. Revela como Gramsci se aprofundou no tema dos intelectuais, dedicando considerável tempo de pesquisa durante o cárcere, em referências bibliográficas nacionais e internacionais. Esse mergulho se justificava pela necessidade de compreender “como é organizada de fato a estrutura ideológica de uma classe dominante”.

No tópico reservado ao tema da escola unitária, Semeraro inicia dizendo que “Gramsci articula a configuração de intelectual orgânico com o desenho da escola unitária”. Semeraro delinea a ampliação das ideias de Gramsci sobre a escola, demonstrando que este, “embora reconheça as contribuições da ‘escola ativa’ no combate à ‘escola mecânica e jesuítica’, não deposita nenhuma expectativa, para a criação de ‘uma nova civilização’, nos modelos de escola vigentes. Para ele, a escola tradicional e a escola ativa “não dão conta das transformações que ocorrem no mundo moderno, são incapazes de acompanhar as transformações da realidade e de responder às reivindicações crescentes do protagonismo das massas”.

Reconhecendo “que o Caderno 12 está estruturado como um sistema de círculos concêntricos interconectados ao longo dos quais questões abordadas nos parágrafos anteriores são ampliadas e aprofundadas”, Semeraro, ao tratar especificamente da ‘educação integral’, enfatiza que “a educação é abordada por Gramsci de forma integral, em conexão dialética com a natureza, o mundo do trabalho, a história, a cultura, a política, a concepção ‘integral’ de Estado e os complexos e entrelaçados problemas da sociedade nacional e internacional”.

Semeraro finaliza o capítulo apresentando as características da “educação integral”, que de acordo com Gramsci, qualifica “para o trabalho e é delineada por este, precisando estar fundamentada sobre uma ampla formação intelectual, pública, democrática e política, de modo que ‘todo cidadão’ [...] possa também aprender a tornar-se ‘governante’ de si mesmo e da própria sociedade”. Esta perspectiva de educação se

contrapõe ao projeto educacional que alimentava as práticas educativas na Itália, no período vivido por Gramsci, como por exemplo, suas críticas à Reforma Gentile.

Na próxima sessão, “O embate com os projetos educacionais do fascismo e do liberalismo”, Semeraro vai nos desvelando os caminhos trilhados por Gramsci no enfrentamento à reforma fascista e as ideologias que a sustenta, indicando que apesar de pretenderem organizar a sociedade de forma hierárquica, são “incapazes de dar resposta à crise da sociedade e da escola, tensionadas [...] pelo levante de massas populares na luta pela reivindicação de seu protagonismo no sistema produtivo e político”.

Semeraro concentra os estudos nas críticas de Antonio Gramsci às práticas pedagógicas do fascismo e do liberalismo, como por exemplo, sua crítica à escola ‘ativa’, na qual Gramsci, mesmo admitindo os avanços em relação à educação ‘ativa’ – que “se orientava a desenvolver a espontaneidade, o espírito de iniciativa e as potencialidades do sujeito para se adequar às mudanças tecnológicas, científicas e à configuração de uma sociedade industrial produtiva e competitiva” – não é suficiente para promover uma profunda transformação social.

A concepção revolucionária de Gramsci é apresentada na última seção do livro sob o título “o novo princípio educativo: tornar-se dirigente (especialista + político)”. A originalidade da elaboração deste princípio educativo, segundo Semeraro, pode ser comparada à originalidade da elaboração do conceito de filosofia delineado por Gramsci – a filosofia da práxis – dado o processo revolucionário que a “inseparabilidade” entre trabalho especializado e a constituição de sujeitos políticos produz na organização de uma nova sociedade, na qual os dirigidos sejam capazes de se autodirigir.

Ao nomear o novo princípio educativo, Semeraro aponta o objetivo inovador do projeto educacional de Antonio Gramsci, que só pode ser considerado em sua totalidade, em sua articulação com os elementos inseparáveis da relação entre estrutura e superestrutura. Em oposição ao projeto educacional dos liberais, que visa uma liberdade individual, Gramsci está comprometido organicamente com a formação de uma “vontade coletiva nacional popular” construída a partir da “hegemonia ético-política na sociedade civil tornando-se dominante no Estado (como conjunto de aparelhos privados de hegemonia)”. Trata-se de conquistar, manter e dirigir a hegemonia política, econômica e cultural através do papel organizativo e formativo dos intelectuais orgânicos às classes subalternas.

Ao final do livro, o leitor é apresentado com um anexo, que conta com a tradução do Caderno 12. Páginas finais que demonstram o rigor científico, além do trabalho cuidadoso de Semeraro na elaboração desta grandiosa pesquisa. A leitura dos escritos de Antonio Gramsci após a leitura dos estudos de Semeraro, traz para o leitor uma perspectiva profunda (sem fragmentações) do pensamento do filósofo sardo. Suscita a possibilidade de interpretações que não se fixam em aspectos desarticulados, compreendendo a obra como um todo. Além de eventuais consultas às referências feitas na obra.

Esta é uma obra indispensável tanto para os leitores que desejam aprofundar os estudos sobre o pensamento de Antonio Gramsci, como para os leitores que estão tendo o primeiro contato com o pensamento do filósofo sardo. Com uma escrita peculiar aos estudiosos que se comprometem organicamente com as classes populares, Semeraro amplia conceitos e categorias, sem perder de vista a inseparável relação entre teoria e

prática, garantindo uma leitura profunda, rica em detalhes, articulada com as contradições da realidade concreta atual, reafirmando a todo momento sua potência, como grande estudioso do pensamento de Antonio Gramsci.

**AS CRISES NA BOLÍVIA COMO REVOLUÇÃO PASSIVA E  
TRANSFORMISMO: O MERCADO TRANSNACIONAL**  
*THE CRISES IN BOLIVIA AS PASSIVE REVOLUTION AND  
TRANSFORMISM: THE TRANSNATIONAL MARKET*  
*LAS CRISIS EN BOLIVIA COMO REVOLUCIÓN PASIVA Y  
TRANSFORMISMO: EL MERCADO TRANSNACIONAL*

*Vanusa Cristina de Oliveira<sup>1</sup>*

**RESUMO:**

O Estado Plurinacional da Bolívia formalizado em Assembleia Constituinte durante os anos de 2006-2007 como resultado de reivindicações históricas e lacunas sociais emergentes na velha sociedade de classes. A figura de representação dos grupos sociais subalternos por Evo Morales promoveu a rearticulação das demandas criativas de sua base de apoio em caráter pactual. A emergência de atores coletivos concorre com uma oligarquia secular fundamentada no racismo como pressupostos de acumulação e de seleção social. Para compreender tais divergências, as categorias de revolução passiva e de transformismo, desenvolvidas por Antonio Gramsci instrumenta neste trabalho, a análise dialética da manutenção do interesse capitalista do tipo extrativista em continuidade na história boliviana. O presente trabalho busca assimilar tais transformações a partir da transnacionalidade afim de apurar as recentes crises políticas como restauração do grupo dominante nas estruturas de poder.

**PALAVRAS-CHAVE:** Bolívia. Transformismo. Transnacionalidade.

**ABSTRACT:**

The Plurinational State of Bolivia formalized into a Constituent Assembly during the years 2006-2007 as a result of historical claims and emerging social gaps in the old class society. The figure of representation of subaltern social groups by Evo Morales promoted the rearticulation of the creative demands of his base of support in a pact character. The emergence of collective actors competes with a secular oligarchy based on racism as assumptions of accumulation and social selection. In order to understand such divergences, the categories of passive revolution and transformism, developed by Antonio Gramsci, implement in this work, the dialectical analysis of the maintenance of capitalist interest of the extractivist type in continuity in Bolivian history. The present work seeks to assimilate such transformations from transnationality in order to investigate the recent political crises as restoration of the dominant group in power structures.

**KEY WORDS:** Bolivia. Transformism. Transnationality.

**RESUMEN:**

El Estado Plurinacional de Bolivia se formalizó en Asamblea Constituyente durante los años 2006-2007 como resultado de reivindicaciones históricas y brechas sociales emergentes en la



vieja sociedad de clases. La figura de representación de los grupos sociales subalternos de Evo Morales promovió la rearticulación de las demandas creativas de su base de apoyo en un carácter de pacto. El surgimiento de actores colectivos compite con una oligarquía secular basada en el racismo como supuestos de acumulación y selección social. Para comprender tales divergencias, las categorías de revolución pasiva y transformismo, desarrolladas por Antonio Gramsci, implementan en este trabajo, el análisis dialéctico del mantenimiento del interés capitalista de tipo extractivista en continuidad en la historia boliviana. El presente trabajo busca asimilar tales transformaciones desde la transnacionalidad para investigar las crisis políticas recientes como restauración del grupo dominante en las estructuras de poder.

**PALABRAS CLAVE:** Bolivia. Transformismo. Transnacionalidad.

## INTRODUÇÃO

A construção social boliviana baseada sumariamente na exploração dos recursos naturais e mão-de-obra atravessa na história e no tempo a emergência da consolidação democrática de sua diversidade étnica e material. Os pendulares processos democráticos firmaram as específicas demandas por direitos, sobretudo os concernentes à questão da terra em uma relação de nivelamento de interesses através de alianças e pactos com setores estratégicos em concorrência com o desenvolvimento do capitalismo agrário.

O trabalho busca verificar especialmente nas últimas duas décadas de gestão por Evo Morales à frente pelo Movimento Ao Socialismo – Instrumento Político para Soberania dos Povos (MAS-IPSP), tais processos conciliatórios entre a base de apoio fundamental para a ascensão e manutenção do político no comando do país, ao mesmo tempo que busca assimilar a compensação entre a oposição empresarial evidentemente alinhada com a acumulação extrativista agroexportadora.

Isto posto, a presente investigação intenta explorar tais hipóteses: i) a atuação dos grupos oligárquicos na formação estrutural da produção agrária-capitalista em controle econômico a nível regional; ii) a remissão estatal ao (i) enquanto fórmula de preservação e seguridade nacional; e, iii) (re)construção do Estado Plurinacional condicionado a (i) e (ii) como processo de revolução passiva do tipo “revolução sem revolução”.

O transformismo como fenômeno que abrange a absorção gradual das demandas de classe “obtida com métodos de variada eficácia, dos elementos ativos surgidos dos grupos aliados e mesmo dos adversários”, desempenha na vida política reformas orgânicas com o propósito de conceber e/ou prover a hegemonia política.

A Bolívia país central da América do Sul abundante em minérios, petróleo e derivados convive com a constante marcha de interesse capitalista exploratório na região. A formação social boliviana herança da colonização hispânica formou as castas oligárquicas na estrutura econômica com ampla influência na política local. As elites

*cruceñas* detém a maior parte territorial de seus principais recursos energéticos advindas de grande investimento estrangeiro para captação e exportação dos produtos.

Por outro lado, na região do altiplano e na andina seguem em pré-desenvolvimento de suas potencialidades produtivas o que converge para duas ambiguidades: a primeira condiz com a ancestralidade da plantação e comercialização da folha da coca e isso significa (re)territorialização e amplo investimento público; e em segundo momento, e consequência deste último, a carente reeducação capital-Estado a respeito das “economias plurais”.

A questão da terra e da raça no país boliviano são dois dos principais conflitos de interesse para a consolidação de uma democracia plena e erradicação/diminuição das diferenças de classe. A mentalidade afiada no racismo estrutural seja para com os indígenas ou aos afro-bolivianos permanece em vital disputa carente da mediação intelectual e moral perante o Estado.

Não obstante, para acessar a compreensão das relações de força e da estrutura social boliviana é necessário a adesão a refinadas categorias analíticas teórico-práticas que possam traduzir os constantes eventos de crise política da qual o país sobrevive. Para isto, selecionamos neste trabalho, ainda que brevemente, as assertivas leituras de Antonio Gramsci para designar os processos históricos que decorrem das revoluções passivas em transformação/restauração da política nacional.

Neste sentido, dividimos este trabalho em duas partes, sendo a primeira dedicada a enfatizar a atribuição de transformismo no governo assumido por Evo Morales e as principais estratégias de conciliação de classes na relação capital-Estado. Partimos da construção coletiva na Assembleia Constituinte e suas principais demandas absorvidas, do mesmo modo, que a permanência de benefícios de classe para elite empresarial oligárquica se efetiva em lei na Constituição de 2009.

No segundo momento, dedicamos atenção ao desdobramento de eventos que serão destacados para abrir à interpretação da “revolução sem revolução” como tática proeminente e característica na Bolívia nos dez últimos anos. Almeja-se assim, contribuir com as considerações finais através dos instrumentos analíticos gramscianos da ciência política e das relações internacionais para decompor as principais crises do governo especialmente as que convergiram no golpe de 2019.

### **A Constituição de 2009 como estratégia de conciliação**

O período de Assembleia Constituinte no primeiro ano de mandato do governo Morales-Linera congregou vários setores populares, especialmente o Pacto de Unidade, para reconstituir em terreno nacional a baixa cultura sobretudo das populações indígenas. Em linhas gerais, o processo atendeu à demandas históricas do indianismo

prático boliviano, isto é, da camada popular que compõe a massa da sociedade civil que permaneceu durante séculos à margem das decisões políticas no país.

A inédita promulgação latino-americana de instituir a plurinacionalidade como governo de múltiplas camadas encontrou na figura do líder sindical Evo Morales um duplo respaldo: o de mobilizar a campanha eleitoral e construir a hegemonia do partido Movimento ao Socialismo (MAS) e o de conceder as reivindicações que foram nulas ou parcialmente atendidas nos governos anteriores.

O então chamado “processo de câmbio” é, portanto, a realocação dos sujeitos coletivos indígenas e a instituição de direitos dos mesmos. A adequação das línguas quéchua e aimará para educação e saúde, a universalização do ensino com a determinação de acesso para o ensino superior, a oficialização da bandeira *whipala* como símbolo nacional, entre outros., formam o conjunto de concessões jurídicas e simbólicas firmadas na constituição.

Há que se destacar a reforma agrária popular em contraposição aos interesses extrativistas com os setores agroindustriais. Nas zonas do altiplano e andinas, o contingente com maior população de camponeses indígenas teve pouca e/ou insignificante redistribuição fundiária nas últimas décadas. Por outro lado, a concentração de terra entre os capitalistas agroindustriais controla as cadeias de valor em subordinação direta com a economia transnacional.

Fundamentado no relatório de titulação de terras promovido pela Fundación Tierra, a “Segunda Reforma Agraria: Una historia que incomoda” (2016)<sup>2</sup> organizado por Gonzalo Coque, Efraim Tinta e Esteban Sanjinés, foi elaborado o quadro (1) abaixo afim de compreender que “los resultados del saneamiento de tierras en la “zona de expansión” de Santa Cruz, donde se ubica el 75% de la tierra cultivada en el país”, em relação as TCOs “los campesinos e indígenas tienen acceso a menos de la tercera parte”, e o restante “han quedado consolidadas y tituladas a favor de medianas propiedades y empresas agropecuarias”. (WEBBER. Jeffery., 2017, p. 209)

1 - Resultados de saneamiento en la "zona de expansión" agroindustrial de Santa Cruz (1996-2014)

Tipo de propiedad	Superficie saneada y titulada (ha)	%	N° de títulos	%	Superficie promedio por título (ha)
Pequeña propiedad	618.350	16,9	17.593	82,9	35,2
Mediana propiedad	544.743	14,9	1.672	7,9	325,8
Empresa agropecuaria	1.711.014	46,7	888	4,2	1.926,8
Propiedad comunaria	323.924	8,8	376	1,8	861,5
Tierras Comunitarias de Origen (TCO)	138.899	3,8	87	0,4	1.596,5
Sin datos	329.419	9,0	622	2,9	529,6
<b>Total</b>	<b>3.666.349</b>	<b>100,0</b>	<b>21.238</b>	<b>100,0</b>	<b>5.307,6</b>

A principal retórica de compromisso histórico da administração pública com os setores camponeses e comunitários baseia-se fundamentalmente em torno da segurança e soberania alimentar através de uma justiça agrária de equidade. Contudo, como resultado da constituinte foi aprovado a criação do Ministério de Desenvolvimento Rural e de Terras, determinado a expropriação de terras improdutivas que não cumpram a Função Social e demarcado as Terras Comunitárias de Origem para grupos das terras altas e baixas.

A economia plural articuladas com a reforma agrária atingiu a três específicos modos de produção: “exportadores industriales a gran escala; productores campesinos familiares; y las tierras comunarias de origen (TCO)” (WEBBER, Jeffery. 2017, p. 196). Neste primeiro período (2006-2009), a lei 3545 “Ley de Reconducción Comunitaria de la Reforma Agraria (LRCRA)” em vigência através da “Ley del Instituto Nacional de Reforma Agraria (INRA)”, a qual determina o processo de saneamento e registro de terras improdutivas do qual o órgão “había sido cooptado y “funcionalizado” a los intereses de latifundistas”. (idem)

A cooptação do INRA para o relançamento da reforma agrária convergiu em conflitos sociais nas relações agrárias bolivianas de modo que a discussão em torno da noção de território indígena que “van mucho más allá de las potencialidades simplemente productivas de la tierra” e correspondem a “las formas culturales y simbólicas integrales de los modos de vida indígenas con la apropiación material de la tierra y el territorio” (WEBBER, Jeffery. 2017, p. 196), entendido como o espaço multidimensional de reprodução de distintos modos de vida indígena incluindo sua autodeterminação.

O quadro (2) abaixo relaciona os grupos favorecidos com a titulação de terras entre 2010-2014 apresentando, portanto, que “hubo un mayor número de hectáreas tituladas distribuidas a favor del sector agroindustrial” e para o agronegócio “hasta 3.763 hectáreas por título comparado con 1.500 entre 1996 y 2006”, sendo que “estas

propiedades agroindustriales se localizaban principalmente en Santa Cruz y Beni, y en menor medida en Tarija, Chuquisaca y el norte de La Paz”. (WEBBER, Jeffery., 2017, p. 208-9)

2 – Beneficiarios del saneamiento y titulación según grandes grupos de tipos de propiedad

Tipos de propiedad	N° de títulos	N° de beneficiarios	Superficie saneada y titulada (ha)	Hectáreas por título	Hectáreas por beneficiario
Campesinos e interculturales (pequeña propiedad, propiedad comunitaria)	444.880	1.135.283	17.800.000	40	16
Medianos y empresarios (mediana propiedad y empresa agropecuaria)	3.293	6.328	6.300.000	1.913	996
Tierras Comunitarias de Origen (TCO)	1.283	494.414	23.900.000	18.628	48
Total	449.456	1.636.025	48.000.000	107	29

Analizado por Jeffery Webber, em artigo publicado pelo Consejo Latino Americano de Ciencias Sociales (CLACSO), “*Evo Morales, el transformismo y la consolidación del capitalismo agrario en Bolivia*” (2017), estes últimos são considerados os indícios “de que dentro de la dialéctica gramsciana de transformación/restauración, el acento estaría en la primera, es decir en la transformación revolucionaria.” (p.196). O Pacto de Unidade em torno de dezenas de agrupações populares campesinas das terras altas e baixas:

incluyendo la Confederación de Pueblos Indígenas de Bolivia (CIDOB), el Consejo Nacional de Ayllus y Markas de Qullasuyu (CONAMAQ), la Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia (CSUTCB), la Confederación Nacional de Mujeres Campesinas Indígenas Originarias de Bolivia “Bartolina Sisa” (CNMCIQB-BS) y la Confederación Sindical de Comunidades Interculturales de Bolivia (CSCIB). (WEBBER, 2017, p. 198)

Estes principais grupos organizados buscaram a partir da Constituinte reestabelecer as relações “entre el Estado y la sociedad sobre nuevas bases [...]”, contudo, a correspondência do governo Evo com as elites agroindustriais a partir de 2010 que “forjaron una nueva alianza agro-capital-Estado” (p. 205), estimularam uma ruptura entre a base de apoio de Morales que alcança com a reaproximação às elites *cruceñas*, o apaziguamento da intenção de golpe em 2008, pois:

Después de perder terreno en el ámbito electoral, la derecha autonomista de las tierras bajas optó por una desestabilización extraparlamentaria bajo la

forma de un “golpe cívico” a nivel departamental. Del 9 de septiembre al 16 de septiembre de 2008, se realizaron importantes movilizaciones de la derecha, y 75 instituciones gubernamentales fueron ocupadas por movimientos cívicos conservadores en los departamentos de la “media luna”, incluyendo las oficinas de la institución estatal de reforma agraria (INRA) y la compañía telefónica (ENTEL). (WEBBER, 207, p. 199)

Na somatória do primeiro período de gestão, a principal pauta de conciliação foi em torno da questão da terra e das autonomias, tanto indígenas quanto das departamentais. Qualitativamente, este último grupo recebeu maior respaldo nas políticas governamentais especialmente com a abertura de financiamento com o Banco Mundial, as brechas na expropriação de terras improdutivas (seja pela burocracia e falta de transparência das zonas de saneamento, seja pela possibilidade de recorrer à fiscalização produtiva), bem como o aumento de investimento estrangeiro na iniciativa privada de exploração<sup>3</sup>.

A Lei de Autonomias (2004) instituída com a Constituição de 2009 prevê a autonomia e controle administrativo aos governadores dos departamentos. Na prática, os políticos atendem às demandas produtivas controladas pela burguesia local pois no movimento, os royalties retornam para cada departamento<sup>4</sup>. Outrossim, cabe à autonomia departamental fiscalizar as terras improdutivas bem como o cadastramento de titulação para comunidades indígenas locais.

Nesta última observação, destacamos a vulnerabilidade jurídica de proteção aos direitos comunitários sobre a terra. Em 2010 quando liderada principalmente pela Confederação dos Povos Indígenas da Bolívia (CIDOB), uma marcha indígena a protestar contra a Lei de Autonomias pois “consideraron que las nuevas leyes estaban por debajo de las exigencias históricas [...] designados en el Congreso para la auto-representación indígena”, havia também a denúncia que a nova legislação “no abarcaba suficientemente el respeto a la consulta previa libre e informada con las comunidades”. (WEBBER, Jeffery., 2017, p. 205)

Não obstante, em 2011 decorre a Marcha Indígena contra a construção da rodovia que atravessaria a Território Indígena e Parque Nacional Isiboro-Securé (TIPNIS) com a justificativa oficial de amparar a logística entre os departamentos de Beni a Cochabamba. A manifestação contestou a atitude política e “su derecho al autogobierno y a la consulta previa antes de que cualquier proyecto de desarrollo fuera planeado y ejecutado” (p.206). A acusação foi de que o governo não consultou as comunidades do TIPNIS para a construção ao passo que facilitaria o desmatamento ilegal e repressão aos povos.

Às transformações nas alianças de classe nos períodos apresentados podemos intentar compreendê-las enquanto o fenômeno de transformismo conceituado por



Antonio Gramsci. Na ocasião de estruturação conceitual, Gramsci fundamenta no pós-unificação da Itália o processo de *Risorgimento*, o inciso de número 11 sobre Maquiavel de que as “modificações moleculares, que, na realidade, modificam progressivamente a composição anterior das forças e, portanto, transformam-se em matriz de novas modificações” (GRAMSCI, 2002, p. 317).

O transformismo, isto é, a reelaboração de uma classe dirigente em movimento de absorção – gradual – dos grupos aliados e adversários com métodos de neutralização das relações de força entre os grupos sem utilizar do terror ou da opressão, isto é, a forma de “revolução sem revolução”, processo que é “sostenida desde arriba, –aun cuando incorporó ciertas demandas formuladas desde abajo” (Modonesi, 2020, s.p)

O conjunto de mudanças que marcam um período de transição e as forças políticas que “acaban garantizando la estabilidad de las relaciones fundamentales de dominación” assumem a dialética de transformação-preservação. As capacidades de mobilização social são cooptadas (pela coerção ou consenso) reestruturando as classes dominantes em reformas conservadoras na estrutura social, “logrando así un consenso pasivo de las clases dominadas”. (Modonesi, 2012, p. 143)

Jeffery Webber assinala que no caso da Bolívia, ambos os movimentos de reforma agrária e da consolidação do capitalismo agrário durante os dez primeiros anos de governo de Evo Morales perpassa pela aliança entre os grupos de classe no que se refere a questão da terra. Num primeiro momento “etiquetada como confrontación insurgente, mapea el terreno de la lucha de clases” (p. 192) em torno da Constituinte em 2006, e o resultado na Constituição em 2009.

Numa segunda conjuntura, a da aliança “agro-capital-Estado” e da ampliação de concessões, ou melhor, da facilidade burocrática com que estes grupos de interesse acionaram as suas questões de classe e reconfigurou ao mesmo tempo que preservou, entre 2010 e 2016 o controle sobre a produção local e conseqüentemente sobre a política nacional.

Na prática, o transformismo atuou na: i) a decomposição de movimentos e lideranças camponesas baixo a subordinação estatal desenvolvida especialmente no segundo período de gestão; ii) a restauração do poderio oligárquico com o fortalecimento da lei de autonomias e da expansão do capital agroindustrial transnacional, e iii) afastamento das decisões políticas locais que ficaram a cargo da administração departamental.

No próximo tópico trabalharemos as concepções gramscianas concernentes ao fenômeno do transformismo em manutenção da dominação agroexportadora. A análise se dedicará a compreender a recomposição da burguesia nacional e intenta dialogar

com a sobreposição do mercado transnacional como comportamento da remissão estatal na Bolívia.

### **Revolução-restauração e crise no Estado Plurinacional da Bolívia**

Destacado por Massimo Modonesi (2012), “la caracterización del substantivo revolución se refiere en efecto al contenido y el alcance de la transformación, como se infiere de la fórmula “revolución sin revolución”, ou seja, “transformación revolucionaria sin irrupción revolucionaria, sin revolución social” (p.142). A modernização conservadora implícita na revolução passiva conduzida desde cima seja pela iniciativa dos grupos dominantes ou mesmo no aparato estatal como elo estratégico “para compensar la debilidad relativa de las clases dominantes” (idem).

A dominação que corresponde à capacidade de promover reformas conservadoras obtendo consenso passivo das classes dominadas, expressada em determinado período histórico, reflète na correlação de forças e no fator de modificação das mesmas. As classes dominantes “acogen cierta parte de las exigencias populares” de modo que algumas demandas são incorporadas e realizadas desde cima. Modonesi define, portanto:

El transformismo aparece entonces como un dispositivo vinculado a la revolución pasiva en la medida en que modifica la correlación de fuerzas en forma molecular en función de drenar –por medio de la cooptación- fuerzas y poder hacia un proyecto de dominación en aras de garantizar la pasividad y de promover la desmovilización de las clases subalternas. (MODONESI, 2012, p. 149)

À medida que elementos, grupos ou setores são absorvidos/cooptados por forças e projetos conservadores e “mudam” para o terreno da institucionalidade “para operar o hacer efectivos tanto las políticas públicas orientadas a la redistribución,” de igual modo que “son operados como poderosos dispositivos clientelares y de construcción de lealtades políticas”. (idem)

O pesquisador Massimo Modonesi particulariza sua investigação para os países latino-americanos e compreende no início do século XXI especialmente após a implementação do neoliberalismo como paradigma político-econômico e como modelo dominante na maioria dos países. Alguns desses governos – no caso da Bolívia – em oposição ao neoliberalismo recolocaram o Estado na intervenção<sup>5</sup> central no desenvolvimento social e econômico.

Grupos que pactuam com a agenda progressista que se mantém articulados com as velhas e novas elites oligárquicas ruminando o caminho para desativar a autonomia estatal em manutenção das políticas distributivas. Os grupos sociais subalternos com acumuladas experiências de resistência ressurgem no início do milênio promovendo “su fuerza política en el juego institucional y particularmente electoral” assim contribuindo

com “una oleada de derrotas electorales para los partidarios del neoliberalismo y la correspondiente apertura de uno de los más grandes procesos de recambio relativo de los grupos dirigentes”. (idem)

Ao mesmo tempo o processo de passivação do Estado no controle social e econômico têm de atuar em movimento transformista seja com “la cooptación y el ingreso voluntario y entusiasta de dirigentes y militantes de movimientos populares a las instituciones estatales en vista de traducir las demandas en políticas públicas”, seja pela “la tendencia al repliegue corporativo-clientelar de gran parte de las organizaciones y los movimientos que habían protagonizado las etapas anteriores.” (Modonesi, 2012, s.p)

Afirma Modonesi:

En el caso de las experiencias latinoamericanas que estamos tratando de caracterizar, más que en lo ejemplos que utiliza Gramsci, no es posible afirmar tajantemente que los gobiernos progresistas sean expresiones directas de las clases dominantes y de la burguesía así como no podríamos afirmar lo contrario, es decir que surjan estrictamente de las clases subalternas y de los trabajadores. Sin embargo, entre las mediaciones y las contradicciones interclasistas que, con distintos matices y énfasis, aparecen en todos estos casos, se perciben claramente unos alcances progresistas pero también unos límites conservadores al horizonte de transformación y el color ideológico del proyecto y, en últimos, se vislumbra un evidente rasgo de clase -en última instancia- al cual evidentemente se refería Gramsci. (MODONESI, 2012)

Contudo, as limitações dos movimentos populares em sua falta de organicidade e unidade também os põe em posição passiva especialmente porque “en la fase de institucionalización, aparecen instancias de democracia directa establecidas las tres nuevas constituciones (Venezuela, Ecuador y Bolivia)”. Modonesi especula que a institucionalização das demandas populares em um entorno de instituições liberais com democracia representativa “siempre y cuando no se vacíen de contenido, no se vuelvan simples eslabones burocráticos y se conviertan en mecanismos de control social.”

Os fenômenos de cooptação que absorvem setores e grupos massivos de dirigentes de movimentos populares é ponto central na leitura da revolução passiva para compreender as crises de hegemonia nos últimos cinco anos. A convergência entre as forças sociais historicamente opostas (direita e esquerda), a decolonialidade e a modernidade, relaciona e domestica os movimentos populares “mediante su absorción parcial en los aparatos burocráticos del Estado” (WEBBER, 2017, p.216)

O capitalismo desigual e combinado, a luta de classes pela terra na Bolívia e a questão da raça, teve no primeiro mandato de Morales uma confrontação “relativamente abierta [...] en la cual una profunda transformación se avizoraba como

una posibilidad”, seguido no segundo período (2010-2016) “el fuerte realineamiento y restauración a través de una inusual alianza agro-capital Estado” (idem)

O programa plurinacional demonstrou no primeiro mandato um distanciamento com a política neoliberal no setor agrário. Momento de insurgência popular revestida pelo Pacto de Unidade que teve papel fundamental na recondução da política de redistribuição de terras na Assembleia Constituinte. A nova Constituição incorporou relativas demandas campesino-indígenas ao mesmo tempo de afastamento das elites agroindustriais que estavam mobilizados para garantir sua autonomia de exploração dos seus recursos naturais.

A consolidação do capitalismo agrário como estratégia de manutenção política do governo Morales se transformou em força contra a autonomia estatal e subalterna, dando espaço para a expansão do agronegócio e financiamento transnacional e “integrando subordinadamente a los campesinos ricos y explotando el trabajo asalariado de los sin tierra o con poca tierra o excluyéndolos totalmente como parte de la población excedente irrelevante para la acumulación capitalista.” (WEBBER, 2017, p. 217)

Outrossim, a relação com o mercado internacional requiere o condicionamento passivo dos países agroexportadores. Conforme analisado pelo cientista político Adam Morton (2007) acerca da “*The Global Political Economy of Uneven Development*”<sup>6</sup>, a dimensão socioespacial na luta de classes “reveals a spatial grasp of world history rooted in social relations and geographies of complexly uneven development”<sup>7</sup> (MORTON, 2007, p. 137), isto é, as “geografias desiguais” nas relações de produção e de acumulação capitalista superam a configuração estado-cêntrica e o transformam em estado-transnacional.

O autor desenvolve no livro observando na história da formação do Estado moderno, a noção de espacialidade ‘nodal’, ou seja, o quão e em quantas diferentes ‘escalas’ os Estados interrelacionados se transmutam no tempo. Dessa perspectiva, a categoria gramsciana de “of passive revolution captures such dynamics whilst also highlighting the continued relevance of uneven development as a framing of social divisions in world order”<sup>8</sup> (MORTON, 2007, p. 139-40).

As condições para medir a relação de forças entre as classes é a de reprodução das desigualdades, desnodando o Estado da mediação direta como ‘correia de transmissão’. São as desigualdades que fornecem as bases para a transição do estado-transnacional. A globalização, portanto, cumpriu com os fundamentos necessários para desestruturar a configuração estado-centrismo e construir uma classe global sobrepostas às estruturas nacionais.

Assim sendo, a dinâmica do capital internacional *remodela* a função do Estado em uma relação de aliança de classes transnacionais se transformando nos executores locais da elite transnacional. A internacionalização de interesses, isto é, a reestruturação da classe global, de acordo com o sociólogo William Robinson (2001), “is leading to the accelerated proletarianisation of peasant communities. This is the process by which peasants lose access to land and become workers” (MORTON, 2007, p. 143)

Na América Latina, a ascensão e domínio da classe agroexportadora além de promover a proletarização do campesinato, os imbuíu à concorrência desigual pela terra. Nos países indoamericanos como no caso da Bolívia, tal disputa foi agenciada através da mediação estatal. Sem, evidentemente, suprimir a atuação histórica dos grupos organizados ou não na luta pela reforma agrária, as experiências mais próximas para tal, precisaram necessariamente do aceno jurídico para coexistir.

Outrossim, cabe destacar que a classe agroexportadora boliviana é hereditária do domínio colonial. A formação regional assentou as bases de exploração das variadas matérias-primas e dos variados marcos políticos, especialmente os decorrentes de crises sociais locais. As castas oligárquicas formaram o conjunto de expectativa para o desenvolvimentismo do tipo acumulador, isto é, sem interesse e/ou intenção de progresso nacional.

Assim, o presente trabalho destaca prontamente os dois lados da mesma moeda: o histórico imbróglio do campesinato pela recuperação simbólica e material da terra, seja para promover sua manutenção cultural seja para postular o direito legal da mesma; e, a irremissível subordinação do Estado boliviano ao movimento autônomo da elite oligárquica nacional.

### **Considerações finais**

Os países indo-americanos de formação social fundamentada na exploração dependente dos ciclos hegemônicos internacionais retardaram em seu desenvolvimento econômico-tecnológico, o estabelecimento de democracias plenas que abarquem todo conjunto da vida social.

Na Bolívia, a diversidade cultural dissipada pela eurocentrismo e imperialismo norteamericano (re)acendeu com a Constituição de 2009 à discussão acerca da (re)centralização político-administrativa para os povos indígenas. Contudo, a absorção jurídica das demandas históricas desempenhou ambígua função: na realidade, a garantia estatal do direito à terra não assumiu na prática a seguridade para a diversificação da produtividade agrária, ocorreu o favorecimento da expansão do agronegócio como política desenvolvimentista local.

A transição democrática em confronto direto com o modelo extrativista neoliberal é um caminho bifurcado na realidade boliviana, pois atende e reproduz a luta

de classes em questão multidimensional sobre etnia, religião e terra. Do mesmo modo que os grupos dirigentes se rearticulam em política de conciliação para manter os grupos subalternos em controle social e produtivo.

O governo de Morales caracterizado neste trabalho como transformista sobretudo por sua destreza (remissão) em articular o interesse dos grupos étnicos e empresariais, transmutou nos três períodos para manter a sua hegemonia, entre os vários setores sociais a política conciliadora-reformista.

As indagações empreendidas neste trabalho buscam a partir da leitura gramsciana, contribuir para o questionamento das permanentes crises e desacordos que frequentemente ressurgem na estabilidade política acionada muitas das vezes pelo transformismo em finalidade de revolução passiva.

Como tema inacabado por complexidade histórica e pela dialética entre os grupos dominantes e subalternos, locais e internacionais, as crises no país destacado permanecem em constante averiguação para intentar compreender os múltiplos movimentos que condiciona a Bolívia ao subdesenvolvimento, ao conflito étnico e à necessidade do personalismo jurídico em detrimento das atuações autônomas e auto-gestionadas.

Por fim, algumas categorias nas ciências sociais aproximam a lupa histórica para entendimento específico – não generalizado – de problemas estruturais na América Latina. Evidentemente com a cautela instrumental, o presente texto abriu para o debate que há muito se faz urgente na Bolívia: a dependência personalista para assentar a democracia em essência nacional ao passo que o contínuo fluxo de rearticulação oligárquica reprime as tentativas primárias. É um longo caminho.

## REFERÊNCIAS

GRAMSCI, A. Caderno 19 (1934-1935): Risorgimento Italiano. 4. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

INSTITUTO NACIONAL DE REFORMA AGRARIA. **Estado de saneamento**. La Paz. 2015. Disponível em: <<https://www.inra.gob.bo/InraPb/paginaController?cmd=contenido&id=6561>>. Acesso em: 27 nov. 2022

INSTITUTO NACIONAL DE REFORMA AGRARIA. **La tierra vuelve a manos indígenas y campesinas**. La Paz. 2010. Disponível em: <<https://inra.gob.bo/InraPb/upload/LaTierraVuelveManosIndigenas.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2022



LINERA, G. A. **Las Tensiones creativas de la revolución: La quinta fase del proceso del cambio**, La Paz: Vicepresidencia del Estado Plurinacional, 2011

MODONESI, Massimo. **Revoluciones pasivas en América Latina: Una aproximación gramsciana a la caracterización de los gobiernos progresistas de inicio de siglo** Associacio D'estudis Gramscianos de Catalunya. 2020. Disponível em: <https://gramsci.cat/revoluciones-pasivas-en-america-latina-una-aproximacion-gramsciana-a-la-caracterizacion-de-los-gobiernos-progresistas-de-inicio-de-siglo/>.

Acesso em: 29 nov. 2022

Modonesi, Massimo. **Revoluciones pasivas en América Latina: Una aproximación gramsciana a la caracterización de los gobiernos progresistas de inicio del siglo** en Thwaites Rey, M. (ed.) *El estado en América Latina: Continuidades y rupturas* (Santiago: CLACSO) pp. 139-166, 2012

MORTON. **Unravelling Gramsci: Hegemony and Passive Revolution in the Global Political Economy**. Ann Arbor: Pluto Press, 2007

WEBBER, Jeffery. **EVO MORALES, EL “TRANSFORMISMO” Y LA CONSOLIDACIÓN DEL CAPITALISMO AGRARIO EN BOLIVIA: La cuestión agraria y los gobiernos de izquierda en América Latina**. CLACSO, 2017

## NOTAS

1 Mestranda em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) na Unesp de Marília. Bacharel e licenciada pela mesma universidade. Bolsista CAPES/DS, Faculdade de Filosofia e Ciências, vanusa.oliveira@unesp.br, ORCID: 0000-0002-2263-0869

2 Colque, G.; Tinta, E. y Sanjinés, E. 2016 Segunda Reforma Agraria. Una historia que incomoda (La Paz: TIERRA). Disponível em: [https://mail.ipdrs.org/images/en\\_papel/archivos/Segunda-Reforma-Agraria-2E.PDF](https://mail.ipdrs.org/images/en_papel/archivos/Segunda-Reforma-Agraria-2E.PDF). Acesso em: 05 jan. 2023

3 “[...] cinco empresas llegaron a controlar el 90% de la producción de soya y sus derivados para la exportación [...] Estas fueron Gravel Bolívia, Industrias de Aceites SAO, Archer Daniel Midland, Industrias Oleaginosas (IOL), Cargill Bolívia y Bunge (Global Company). Los inversionistas transnacionales que operan a través de estas compañías han capturado grandes volúmenes de los mercados de almacenamiento, procesamiento y exportación de Bolívia, incluyendo algunas de las mayores corporaciones agroindustriales del mundo: ADM, Bunge, Cargill y Louis Dreyfus”. (WEBBER, 2017, p. 203)

4 Atualmente o país está com dezenas de “anillos” de paralização nas fronteiras departamentais afim de contestar a determinação da Lei do Censo, a qual prevê de o relatório censitário ser definido até 2024 o que atrasa a “distribuição” dos royalties departamentais.

5 “Uno de los cuestionamientos más destacados apunta al uso de las políticas sociales asistencialistas – que responden parcialmente a demandas formuladas desde abajo– a las cuales recurrieron abundantemente todos estos gobiernos y que, por un parte, operan un redistribución de la riqueza –que hay que festejar– mientras, por la otra, no sólo no garantizan a los pobres medios propios y durables para garantizar su bienestar sino que además operan y son operados como poderosos dispositivos clientelares y de construcción de lealtades políticas” (MODONESI, 2012)

6 “revela um espaço compreensão da história do mundo enraizada nas relações sociais e geografias de

desenvolvimento complexamente desigual” (tradução própria)

7 “da revolução passiva captura tal dinâmica ao mesmo tempo, destacando a relevância contínua de até mesmo desenvolvimento como um enquadramento das divisões sociais na ordem mundial.” (tradução própria)

8 “levando à proletarização acelerada das comunidades camponesas. Este é o processo pelo qual os camponeses perdem o acesso à terra e se tornam trabalhadores” (tradução própria)

*Recebido em 3 de dezembro de 2022*

*Aceito em 20 de janeiro de 2023*

*Editado em fevereiro de 2023*

## UM ENCONTRO NECESSÁRIO: O FEMINISMO E AS TEORIAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS<sup>1</sup>

A NECESSARY MEETING: FEMINISM AND INTERNATIONAL  
RELATIONS THEORIES

UN ENCUENTRO NECESARIO: FEMINISMO Y TEORÍAS DE LAS  
RELACIONES INTERNACIONALES

Danielle Gonçalves Passos do Nascimento<sup>2</sup>

Thiago Fernandes Franco<sup>3</sup>

**RESUMO:** Este artigo tem por objetivo apresentar e tensionar o momento e as formas como o encontro entre feminismo e Teorias das Relações Internacionais (TRI) é emoldurado. A configuração teórica em Relações Internacionais (RI) é marcada por uma significativa diversidade em termos de teorias e, sobretudo nos últimos anos, muito se discute sobre como explorar essa variedade teórica. Para entender de que modo há a inserção e a contribuição das abordagens feministas para as TRI, procurou-se abordar o germinar dos estudos feministas e a incorporação desses nas RI, visualizar quais bases contribuem para a disciplina, para além dos nomes mais aceitos, tais como Cynthia Enloe e J. Ann Tickner, bem como assimilar as inovações no que tange às novas demandas em TRI e em relação ao feminismo para com a primeira. Assim, também aproveitar os eixos epistemológicos fora do espectro Europa-Estados Unidos e o que a esfera teórica de RI ganha com as produções teórico-práticas feministas.

<sup>1</sup> O presente artigo decorre do plano de trabalho de Iniciação Científica intitulado *A inserção e as contribuições do pensamento feminista para a Teoria das Relações Internacionais* desenvolvida entre 2019-2020 na Universidade Federal de Sergipe (UFS). As bases de argumentação amadureceram ao longo do tempo e, portanto, o trabalho ganhou novos repertórios.

<sup>2</sup> Mestranda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp - Marília). Bolsista CAPES. Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Endereço eletrônico: [danielle.passos@unesp.br](mailto:danielle.passos@unesp.br)

<sup>3</sup> Professor de Relações Internacionais na Universidade Federal de Sergipe (UFS). Doutor e Mestre em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) na área de História Econômica. Endereço eletrônico: [thiago.franco@academico.ufs.br](mailto:thiago.franco@academico.ufs.br)

**PALAVRAS-CHAVE:** Desenvolvimento teórico. Mulheres. Relações Internacionais. Teoria Feminista.

**ABSTRACT:** This article aims to present and stress the moment and the ways in which the encounter between feminism and International Relations Theories (ITR) is framed. The theoretical configuration in International Relations (IR) is marked by a significant diversity in terms of theories and, especially in recent years, much has been discussed about how to explore this theoretical variety. In order to understand how feminist approaches are inserted and contributed to IRT, an attempt was made to address the germination of feminist studies and their incorporation into IR, to visualize which bases contribute to the discipline, in addition to the most accepted names, such as Cynthia Enloe and J. Ann Tickner, as well as assimilating innovations regarding new demands in IRT and in relation to feminism towards the former. Thus, also taking advantage of epistemological axes outside the Europe-United States spectrum and what the theoretical sphere of IR gains from feminist theoretical-practical productions.

**KEYWORDS:** Theoretical development. Women. International relations. Feminist Theory.

**RESUMÉN:** Este artículo tiene como objetivo presentar y tensar el momento y las formas en que se enmarca el encuentro entre el feminismo y las Teorías de las Relaciones Internacionales (TRI). La configuración teórica en Relaciones Internacionales (RI) está marcada por una importante diversidad en cuanto a teorías y, especialmente en los últimos años, mucho se ha discutido acerca de cómo explorar esta variedad teórica. Para entender cómo hay inserción y aporte de los enfoques feministas a la TRI, se intentó abordar la germinación de los estudios feministas y su incorporación a las RI, para visualizar qué bases aportan a la disciplina, además de los nombres más aceptados, como Cynthia Enloe y J. Ann Tickner, así como asimilar las novedades respecto a las nuevas demandas en TRI y en relación al feminismo hacia las primeras. Aprovechando así también ejes epistemológicos fuera del espectro Europa-Estados Unidos y lo que el ámbito teórico de las RI gana con las producciones teórico-prácticas feministas.

**PALABRAS CLAVE:** Desarrollo teórico. Mujer. Relaciones Internacionales. Teoría Feminista.

## INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a abertura teórica vivenciada pelas Relações Internacionais proporcionou um frutífero diálogo com diferentes pensamentos, abordagens e conceitos. Para além das grandes escolas clássicas de pensamento de origem anglo-saxônica e dos repetitivos e anacrônicos “Grandes Debates”, as Teorias das Relações Internacionais (TRI) têm se concentrado também em englobar as contribuições “mais contemporâneas” e, assim, fomentar o processo de desenvolvimento teórico do campo das Relações Internacionais (RI). Por sua vez, essa expansão teórica precisa se fazer presente não só na compreensão de como as perspectivas mais recentes – feminismo, teoria crítica, questões raciais, pós-colonialista, meio ambiente, religiosidade etc – encontram-se com as TRI, mas também como melhorá-la no tocante às produções de dossiês, criação de eventos, linhas de pesquisas e na implementação nos planos de ensino de TRI e cursos de RI.

Ainda que seja uma crescente o debate cada vez mais popular acerca dos eixos teórico-práticos dos feminismos, esse cenário nem sempre se forjou assim. Os estudos feministas foram marginalizados por diversos setores e áreas do conhecimento. No caso das Relações Internacionais, era possível perceber um distanciamento em relação à esfera de gênero<sup>4</sup>. Isso também ocorreu em outras áreas e disciplinas das Ciências Sociais, contudo, a superação ou aprofundamento da distância com as tendências de articulações feministas não se deu da mesma forma<sup>5</sup> (HALLIDAY, 2007).

Ao constatar a separação entre as duas esferas (de gênero e RI) e que o crescimento dos estudos sobre as mulheres foi, massivamente ignorado por muito tempo pelas Relações Internacionais, enfatiza-se que para superar a invisibilidade das mulheres é necessário que se analise porquê e como acontece este ocultamento e quais as razões para o seu fortalecimento – para, *a posteriori*, pensar no seu enfraquecimento. O robustecimento dessa separação transcorre em detrimento da suposição de que é possível estudar o curso das relações entre os Estados-nação<sup>6</sup>, muitas vezes vista como o foco das relações internacionais, sem fazer um recorte da questão de gênero. Consequentemente, ao negligenciar a categoria de gênero, as RI latentemente lançam munição para sustentar a ideia de que os processos internacionais são neutros em gênero. A partir dessa justificativa de pseudoneutralidade, amarra-se a perspectiva de que não há efeito nenhum sobre o papel e a posição das mulheres no âmbito da sociedade e sobre as disparidades entre homens e mulheres (HALLIDAY, 2007).

<sup>4</sup> Os Estudos de Gênero são mais amplos do que “apenas” falar sobre feminismo e mulheres.

<sup>5</sup> As contribuições epistemológicas que o feminismo e as abordagens focadas no recorte de gênero oferecem para os campos dos saberes são diferentes. As reflexões e os debates construídos na História, na Sociologia, na Antropologia e na Ciência Política, por exemplo, não são os mesmos que nas Relações Internacionais, seja por conta das especificidades ou das aberturas que são, ou não, feitas.

<sup>6</sup> “Em sua face moderna, o Estado-nação pode ser definido como um tipo de organização política que mantém o monopólio administrativo sobre um território delimitado, “sancionado por lei e por um controle direto dos meios internos e externos de violência” (Giddens, 2008, p. 145). Um dos seus atributos é a capacidade de “monitoramento reflexivo dos aspectos da reprodução dos sistemas sociais subordinados ao seu domínio” (Giddens, 2008, p. 42-43). Para isso, o Estado opera com um aparato administrativo constituído por um conjunto de instituições de governo e por uma hierarquia de funcionários especializados. O Estado moderno, como organização política mundialmente difundida, está situado em um sistema mundial de Estados-nação que emerge mediante relações conflituosas e tensas historicamente estabelecidas na arena internacional” (FERREIRA, 2013, p. 29-30).

J. Ann Tickner (1992) e Izadora Monte (2013) quebram com essa aceção de neutralidade e de que os processos internacionais e as concepções dos papéis de gênero não têm a ver com o posicionamento atribuído para mulheres e homens. No momento em que a primeira escreve, observou-se o baixo nível em termos da presença de mulheres enquanto atores decisivos e atuantes em política internacional e enquanto acadêmicas das Relações Internacionais, principalmente quando se tratava de temáticas referentes à guerra e a paz, em voga assuntos imprescindíveis para o nosso campo (TICKNER, 1992). Há também a crítica ao fato de que a articulação política do gênero dialoga diretamente com uma supervalorização do masculino e das identidades, atividades e comportamentos lidos masculinamente. E desse modo, as discrepâncias no alcance ao poder, informações, meios e até mesmo autoridade impactam o arranjo das mulheres na sociedade (MONTE, 2013). Em sua própria argumentação

As diferenças de gênero no acesso a recursos, poder e autoridade afetam a posição das mulheres na sociedade; por outro lado, o poder do gênero se relaciona às maneiras, pouco comuns em RI, de pensar como nossas formas de ver e interpretar o mundo estão delimitadas pelo gênero. Certas normas e instituições são responsáveis pelas formas como somos socializados nas hierarquias de gênero, como internalizamos pressupostos culturais e os definimos como parte de nossas identidades. O controle social que garante essa internalização é feito pela família, pelas leis, pelo mercado, pela coerção física e, também, pela organização do sistema internacional. Estereótipos naturalizam e justificam estruturas sociais hierarquizadas e são políticos *[sic]* na medida em que significam a reprodução de relações de poder. Gênero é importante não apenas porque define as relações de poder entre homens e mulheres, mas porque também condiciona o nosso pensamento a funcionar a partir de dicotomias hierarquizadas que legitimam formas múltiplas de dominação em diversas esferas sociais. (MONTE, 2013, p. 70).

O protagonismo, as muitas possibilidades de abordagens, as transformações político-sociais e a aproximação com conceitos e recortes de estudos mostram que os feminismos são capazes de promover um encontro interessante e articulado com o desenvolvimento teórico em Relações Internacionais. O surgimento das discussões sobre gênero, e mais especificamente sobre as mulheres, ocasionou uma sequência cada vez maior de estudos focados nas condições desses sujeitos na sociedade. Nas RI, com uma mais eficiente abertura, passou-se a compreender a existência de multiplicidade de feminismo com impactos próprios na cartela das bibliografias de Relações Internacionais e na capacidade de repensar os aspectos teóricos, epistemológicos e convicções amarradas nas bases liberais e realistas (NASCIMENTO, 2021). Nesse mesmo trabalho, já havíamos dado os aportes iniciais para amadurecimento da problemática envolvendo as TRI e as abordagens feministas, pois

procura-se aqui perceber o nexos existente entre TRI e a teoria feminista em sua amplitude, trilhando o rumo percorrido da segunda, haja vista que a partir desse exercício identificamos elementos que levaram às transformações da esfera teórica. (NASCIMENTO, 2021, p. 16).

Assim sendo, o presente artigo se movimenta no direcionamento de contemplar quatro principais questões: no encontro teórico e de contribuições entre o feminismo e as Teorias das Relações Internacionais; a interpretação acerca do momento (ou momentos)



que as abordagens feministas chegaram nas RI; nas contribuições e diversificação teórico-conceituais feministas (de pensar de mais “vertentes de feminismos” e de referências além Cynthia Enloe e J. Ann Tickner); pensar as demandas e os novos capítulos da junção entre TRI e feminismos.

## A CHEGADA DAS ABORDAGENS FEMINISTAS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Localizar os preceitos, os momentos de destaque em relação ao contexto vigente de cada época e a inclusão do debate de gênero nos mais diversos campos do conhecimento fornece pistas interessantes para se pensar o que o feminismo proporciona às Relações Internacionais. O feminismo precisa e tem a capacidade de estar à altura dos desafios da atualidade. Feminismo este caracterizado por articular eixos diferentes de opressões. Ou seja, um feminismo instrumentalizado nas pautas anticoloniais, anticapitalistas, antirracistas e internacionalistas (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019).

O feminismo deve ser encabeçado nas tentativas de fornecer respostas e trazer inquietações acerca dos entraves causados pelo sistema capitalista, dos, infelizmente, cada vez mais recorrentes, desastres ecológicos, guerras desenfreadas e da desapropriação e extermínio massivo de povos, migrações intensificadas enfrentadas com descaso, do encorajamento constante de práticas racistas e xenofóbicas e da revogação e violação de direitos sociais e políticos (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 41). O feminismo que essas autoras aspiram é pautado nas lutas das

mulheres pobres e da classe trabalhadora, das mulheres racializadas e das migrantes, das mulheres *queer*, das trans e das mulheres com deficiência, das mulheres encorajadas a enxergar a si mesmas como integrantes da “classe média” enquanto o capital as explora. E isto não é tudo. Esse feminismo não se limita às “questões das mulheres” como tem sido tradicionalmente definido. Defendendo todas as pessoas que são exploradas, dominadas e oprimidas, ele tem o objetivo de se tornar uma fonte de esperança para a humanidade. É por isso que o chamamos *feminismo para os 99%* (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 41-42).

O chamado *feminismo para os 99%* emergiu e foi influenciado igualmente pelas experiências práticas e reflexões teóricas. Em seus pilares estão a busca pela transformação social e profunda e de longo alcance, em todos os cenários, inclusive no internacional, haja vista que se trata de algo incondicionalmente internacionalista. Um feminismo que se opõe à lógica da guerra e ao imperialismo (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019). Ainda no que tange às interpretações e reconstruções feministas, é possível evidenciar que a atenção inicial da teoria feminista se concentrava em ampliar e reinterpretar as categorias cunhadas por diferentes discursos teóricos. Esse esforço tinha o intuito de tornar visível e audível as atividades e as relações sociais das mulheres analiticamente no campo das diversas tradições intelectuais e do processo de teorização. Contudo, é importante que o feminismo tome cuidado ao se

aproximar com a teoria crítica, o liberalismo, o estruturalismo *etc*, haja vista que, mesmo com o esforço de tomar emprestado e dar uma nova roupagem para conceitos e categorias dessas vertentes epistemológicas, pode acontecer de se assemelhar fortemente com as intenções originais de seus adeptos e formuladores não feministas. Desse modo, as feministas teóricas, inclusas as das Relações Internacionais, devem criticar a própria teorização, que é em si mesma, patriarcal, e caminhar para a construção de uma teoria feminista (ou teorias feministas) livre das deficiências patriarcais (HARDING, 2019).

Desde meados dos anos 1970, a Antropologia, História, Sociologia e a Ciência Política conversam mais com as análises e os estudos feministas. Ao tratar das RI, constata um “atraso” da validação da chegada das abordagens feministas. Essa escassez expressava como a disciplina era ainda mais fechada. E isso não tem apenas a ver com mais ou menos relevância da temática negligenciada, mas sim em como as Relações Internacionais absorviam as teorias e o que era considerado escopo de estudo para a área (HALLIDAY, 2007). Inicialmente as abordagens feministas nas RI identificaram a presença feminina nas relações internacionais, fora das atividades de diplomatas, chefe de Estados, ministros, uma vez que as mulheres não conseguiam ocupar esses cargos predominantemente masculinos – não por incompetência, mas por pela vigência de um sistema patriarcal e sexista (PAIVA, 2014).

“Em função disso, uma questão essencial para a análise feminista nas RI é a noção de que a política internacional não se dá apenas nos campos de batalha ou em conversas entre chefes de Estado (a chamada “alta política”)” (PAIVA, 2014, p. 18).

A argumentação de Izadora Paiva (2014) é alicerçada nos escritos de Cynthia Enloe (2014) que lançam questionamentos sobre “Onde estão as mulheres na política internacional”. Atrizes, mulheres de diplomatas, secretárias, camareiras, viajantes, trabalhadoras e mulheres que vivem perto de bases militares também são agentes pontes da política internacional. E, para entender o sentido feminista da política internacional, é necessário que os indivíduos exerçam uma curiosidade genuína sobre a vida de cada uma dessas mulheres. Descobrir como o mundo funciona por intermédio das lentes de gênero requer a observação da vivência de diversas mulheres em lugares que são geralmente são emoldurados como “privados”, “domésticos”, “locais” ou “triviais”. Com o passar do tempo, as mulheres foram sacudidas a compreender melhor a política internacional e, conseqüentemente, reivindicaram uma maior atuação teórico-prática nesses cenários (ENLOE, 2014).

Na tentativa de arrematar a presença e o avanço das abordagens feministas nas Relações Internacionais, retoma-se a exposição de Paiva (2014). A autora interpreta que as feministas, concordando ou discordando, têm trabalhado de forma produtiva nas RI, com muitos artigos, dossiês, palestras, aulas e livros sendo publicados. Com o corpo teórico de feministas em crescimento e com respeitável dinamismo, é louvável constatar um projeto feminista dedicado em denunciar o viés masculino e excludente das abordagens tradicionais em TRI, bem como estabelecer orientações teóricas e empíricas para a abordagem feminista. É válido mencionar que os feminismos não estão “adicionando” superficialmente os debates e o conceito de gênero às RI. “Essas dimensões já estão lá; precisam ser reveladas, para que possam ser desconstruídas. A resistência da disciplina não é, porém, total” (PAIVA, 2014, p. 60).

## O ENCONTRO COM AS TRI: PARA ALÉM DAS BASES INICIAIS E OS GANHOS TEÓRICO-CONCEITUAIS

A emergência de novos conceitos e questões com maior força nacional e internacionalmente fez com que fosse primordial a discussão sobre a inserção da perspectiva de gênero nas mais diversas áreas e disciplinas das Relações Internacionais, seja em Política Externa, Estratégia e Segurança, Economia Política Internacional, Organizações Internacionais, e, inclusive, nas Teorias das Relações Internacionais. De todo modo, o entendimento do gênero enquanto construção cultural da diferenciação sexual envolve uma complexidade de variações vigentes nas sociedades, bem como o entendimento sobre o conceito, uma vez que o gênero não diz respeito somente às mulheres, mas também aos homens e à masculinidade. Este é um tópico a ser enfatizado para que os estudiosos e estudiosas das Relações Internacionais entendam melhor por que as feministas afirmam que a discussão é relevante para sua disciplina e por que acreditam que a análise de gênero de seus pressupostos e conceitos básicos pode fornecer resultados frutíferos (TICKNER, 1997). A teoria e o movimento feminista estão em constante desenvolvimento, assim sendo, para um número incontável de feministas da contemporaneidade, falar em feminismo é cada vez mais trabalhar com a pluralidade de feminismos. Na apresentação do livro *Lugar de Fala*, e de outros livros que fazem parte da coleção *Feminismos Plurais*, Djamila Ribeiro (2019) explica que o objetivo da coleção é justamente o de trazer para o público questões cruciais referentes aos muitos feminismos. A princípio, empenhou-se esforços em torno do feminismo negro, para explicar os principais conceitos e romper com a concepção de que não se está explanando sobre projetos, bem como de nomear as opressões de raça, classe e gênero sem hierarquizá-las. De acordo com a autora, “pensar em feminismo negro é justamente romper com a cisão criada numa sociedade desigual. Logo, é pensar projetos, novos marcos civilizatórios, para que pensemos um novo modelo de sociedade” (RIBEIRO, 2019, p. 14).

Ainda no que diz respeito ao feminismo, este é ilustrado por mulheres que são substancialmente articuladas em igualdade de gênero, estendida para os salários iguais para funções iguais e até mesmo para divisão parelhada no trabalho doméstico<sup>7</sup>, e de paternagem e maternagem de modo que, mesmo “o feminismo reformista se tornou o caminho para a mobilidade de classes” (HOOKS, 2019, p. 22). O feminismo em si mesmo trabalha com a concepção de que pode existir tantas versões de feminismo quanto fossem as mulheres existentes. No entanto, para que esse feminismo não perca seu caráter e posicionamento político, conscientiza-se que as feministas são formadas, não nascem feministas. A escolha e a ação fazem com que uma pessoa venha a aderir políticas feministas, bem como se dá em termos de posições políticas (HOOKS, 2019, p. 23-25). Todavia, para algumas autoras, essa perspectiva, ainda que fundamental, também tem seus limites, uma vez que as opressões de raça e gênero, por exemplo, não se resolvem

<sup>7</sup> Para um maior aprofundamento, consultar *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva e O Ponto Zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*, ambas obras da autora Silvia Federici e o livro *A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade* de Heleieth Saffioti.

meramente com a mobilidade de classes. Destaque-se, nesse processo, ainda, as tentativas constantes de discutir as condições de inserção da mulher no contexto sócio-político e cultural.

Durante muito tempo o feminismo se concentrou na luta pelos direitos das mulheres brancas de classe média, deixando de lado mulheres pobres e da classe trabalhadora, expulsando também as mulheres negras, latinas e de outras minorias étnicas do campo do discurso coberto pela categoria “mulher” e das pautas desse feminismo bastante específico. Deste modo, é necessário inserir nas pautas atuais de gênero o debate da interseccionalidade – pautado como aspecto importante para a construção de feminismos plurais e sensíveis a questões de raça, classe e idade, dentre outros aspectos (DAVIS, 2018). No que se refere às pautas dos movimentos feministas, o feminismo vai além da pauta de igualdade de gênero e, por isso, envolve muito mais do que somente o gênero. Para Anegla Davis (2018), mas não somente para ela, por suposto, o feminismo deve envolver a consciência em relação a uma série de elementos, inclusive no tocante ao sistema opressor capitalista.

No campo das Relações Internacionais é notório, embora ainda tímido e gradativo, o encontro entre as abordagens mais marginalizadas — dentre as quais o feminismo — e as Teorias de Relações Internacionais mais influentes, usualmente chamadas de clássicas (NASCIMENTO, 2021). Para situar possíveis leitoras e leitores de nosso texto, costuma-se creditar que essa aproximação ocorreu em decorrência do intitulado “Terceiro Grande Debate” (Positivismo x Pós-positivismo), das modificações nas camadas ontológicas e epistemológicas pelas quais passaram as Relações Internacionais e das críticas às teorias mais tradicionais e fechadas (MONTE, 2013). Para termos uma ideia de como se desdobrou a questão, no ano de 1997, tornou-se famoso o debate de J. Ann Tickner com Robert Keohane — até então um dos principais expoentes da área tanto em termos teóricos quanto institucionais, tendo ocupado, inclusive, a cadeira de presidente da *International Studies Association (ISA)*, provavelmente a principal associação da área de RI. No título de um dos seus principais artigos dessa época, endereçado a Keohane, a autora expõe o problema em termos categóricos: *You just don't understand*. Conforme Tickner (1997), raramente o feminismo e as teóricas feministas alcançavam certo engajamento com outros estudiosos de RI, sobretudo por ser propagado que “seu material é mais adequado para leitura de cabeceira do que para discussões acadêmicas sérias” (TICKNER, 1997, p. 612, tradução nossa).

Como já comentado anteriormente, no final da década de 1990, mostrava-se necessário afirmar que as dimensões feminista e de gênero ainda estavam longe de ser incorporadas devidamente como aspectos relevantes do “internacional” haja vista que, para ele, o crescimento dos estudos sobre mulheres vinha sendo ignorado pelo campo durante bastante tempo (HALLIDAY, 2007). Mais recentemente, o debate voltou ao palco e muito se fala sobre a amplitude de feminismos com impactos distintos nas Relações Internacionais. As epistemologias feministas trazem um avanço substancial para o debate acadêmico de RI, conduzindo, sobretudo, o debate de gênero para o palco da análise das estruturas internacionais de poder. Estipula-se que as intervenções feministas costumam cruzar um certo padrão em diferentes disciplinas, inclusive nas Relações Internacionais. Em relação a esse molde, o início é fixado por pressupostos, métodos e teorias aceitas como tradicionais pelo campo. Ademais, a produção de

conhecimento feminista nas/das RI permite múltiplas combinações entre objeto, problema de pesquisa, teoria, método e metodologia (VENTURA; KRITSCH, 2017). Em vista disso, os feminismos carregam a potencialidade de produzir conhecimento e propor desenhos de pesquisa variados para o campo. Ao sondar as diferenças entre as perspectivas feministas, primeiro percebe-se que são muitas. Em segundo, os objetos, as explicações e o tipo de conhecimento que é produzido por cada uma das vertentes não necessariamente coincidem. Terceiro, os lugares que ocupam dentro das RI também não são o mesmo, pois algumas posições são consideradas internas ao campo, enquanto outras pretendem expandir os limites da disciplina, questionando as argumentações tradicionais e o projeto mais amplo da produção de um conhecimento específico das RI (VENTURA; KRITSCH, 2017). Diz que

notar e considerar toda essa variedade, no entanto, não nos impede de afirmar que existe uma premissa partilhada pelas diferentes perspectivas apresentadas até aqui. Os feminismos e suas agendas de pesquisa partem da necessidade de se oferecer uma alternativa a um status quo em que as mulheres, suas histórias, seus lugares de fala, seus pontos de vista, mas também o modo como as relações de gênero são construídas e reproduzidas constituem um quadro composto por formas de exclusão sistemáticas da mulher e do feminino das atividades, do campo e da produção de conhecimento (VENTURA; KRITSCH, 2017, p. 49).

## **ENTÃO, COMO AVANÇAR? O OLHAR PARA AS MAIS FRESCAS DEMANDAS FEMINISTAS E DAS TEORIAS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Ao cruzar os caminhos ontológicos e epistemológicos em Relações Internacionais, as abordagens feministas são capazes de repensar e desafiar as “certezas” disciplinares, especialmente no que toca às interpretações e os conceitos de política, poder e segurança — pelos quais os autores e as teorias tradicionais, tais como o realismo e o liberalismo, projetam-se como fontes mais que suficientes. Para mais, essas novas nuances na produção de conhecimento, possibilitam uma maior atenção para conceitos preteridos pelas RI, mas que podem ser vinculados ao internacional (SOUZA, 2014; NASCIMENTO, 2021).

Neste ensejo, reitera-se que as RI desenvolveram demasiadamente pesquisas centradas nas causas das guerras, dos conflitos internacionais, das funções e relações entre os Estados e nas condições da paz. Mas com os avanços teóricos, em especial após duas Grandes Guerras Mundiais, a disciplina passou a se antenar para novos temas e produções. A autora acrescenta que os esforços empregados pelas feministas que já faziam parte das Relações Internacionais possibilitaram a inserção do debate de gênero para as RI no final dos anos 1980 e início dos anos 1990 (MENDES, 2021).

As pesquisas feministas buscaram propor uma investigação das Relações Internacionais sob a ótica das questões de gênero e trataram de repensar as bases epistemológicas e ontológicas das RI. Em conjunto com os Estudos Queer e outras correntes teóricas, as feministas promoveram debates e críticas



elaboradas na disciplina e trouxeram à tona práticas políticas que sexualizam corpos, desejos, atos e identidades dos indivíduos, muitas vezes esquecidas pela disciplina (MENDES, 2021, p. 11).

As pesquisas feministas e de gênero trouxeram desafios frescos e apetrechos para refinar a assimilação acerca da formação dos indivíduos femininos na centralidade na dinâmica internacional. Os textos feministas precursores, validados dentro das RI são *Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Relations* de Cynthia Enloe, originalmente publicado em 1989 e revisado em 2014, e anos depois, em 1992, o livro de Ann Tickner, intitulado *Gender in International Relations: Feminist Perspectives on Achieving Global Security* (MENDES, 2021). No entanto, apesar de expor que o encontro dos estudos feministas com as RI possibilitou potentes contribuições para esta última nas décadas finais do Século XXI<sup>8</sup>, o mesmo gera inquietações sobre quais modos desfrutar de autoras fora “do feminismo mainstream das Relações Internacionais”. Ao fazer isso, marcha-se em direção de um mapeamento bibliográfico para além do feminismo branco das RI e da mescla entre diferentes áreas do conhecimento. Não à toa, em seu Trabalho de Conclusão de Curso, a internacionalista mergulha no feminismo islâmico (COSTA, 2021).

E, portanto, no extenso exercício de lançar questionamentos acerca da teorização nas RI, há o questionamento de como a teoria e os debates que permeiam o feminismo se localizaram nesta ciência. É também plausível reconhecer que de fato há mais de um feminismo no geral e no nosso campo, tais como; feminismo interseccional, feminismo negro, feminismo liberal, feminismo pós-colonial, feminismo pós-estruturalista, etc. Assim como visualiza-se quais autoras feministas brasileiras, latino-americanas e do Sul Global precisam ganhar mais destaque nas RI e nas TRI, e se aprofundar e reexaminar como se mantêm (ou não) os trabalhos de Cynthia Enloe e J. Ann Tickner (NASCIMENTO, 2021).

Concorda-se que caminhos foram abertos através do “Terceiro Debate” (Positivismo x Pós-positivismo) em Teorias das Relações Internacionais e que houve uma identificação no nível de predominância dos estudos feministas. Por exemplo, acreditava-se que a inclusão das mulheres no nosso campo de estudos já acontecia antes disso, mas de maneira encoberta. A conexão entre feminismo e Relações Internacionais se tornou mais acentuada, de fato, com a emergência do Terceiro Debate. Foi em detrimento deste que os desafios e críticas aos postulados mais tradicionais se acentuaram (TICKNER, 2001). É louvável complementar que com o surgimento dessa fronteira de debate refletiu nas disputas entre os/as positivistas e os/as pós-positivistas (MONTE, 2013).

Então, existe a problematização justamente se: “O Feminismo encontra as Relações Internacionais no “Terceiro Grande Debate?””; “O Feminismo encontra as Relações Internacionais apenas no Reflexivismo ou no Pós-Positivismo, juntamente com o Construtivismo?” e “O Feminismo encontra as Relações Internacionais apenas com Cynthia Enloe e Ann Tickner, na década de 1990?”. Como historiadora, ela faz um resgate histórico dos encontros, desencontros e reencontros da teoria feminista tanto com as

<sup>8</sup> Mariana Costa (2021) aponta a identificação do gênero como categoria analítica e a manifestação das epistemológicas feministas como alternativa às abordagens tradicionais em RI como dois aspectos notáveis das contribuições feministas.



Relações Internacionais quanto com as relações internacionais, e na leitura aqui apresentada, conseqüentemente, com as TRI. Destarte, lança um olhar para o fato de que as RI e o feminismo têm um diálogo maior e possível do que esses que têm sido lidos de uma forma *mainstream* pelos teóricos da disciplina. No contexto da Revolução Francesa/Iluminismo (final do Século XVIII), com a Mary Wollstonecraft, da Revolução Industrial (Século XIX e início do Século XX), com a Rosa Luxemburgo e da Revolução Cultural (a partir da década de 1950), com a Simone de Beauvoir. Já em um contexto mais contemporâneo, a partir da década de 1970 até a atualidade: Angela Davis (Mulheres, Raça e Classe); Lélia Gonzalez (Afro-latino-américa); Heleieth Saffioti (Exploração e Dominação); Raewyn Connell (Masculinidades Globais); Maria Lugones (Colonialidade de gênero); Kimberlè Crenshaw (Interseccionalidade) e Patricia Hill Collins (Interseccionalidade). Ou seja, ainda que a recepção do Feminismo tenha ocorrido com o Terceiro Debate, não se resume a estar concentrado nesse momento (GOMES, 2021).

Para não estagnar em termos de nomes e repertórios teóricos e muito menos reproduzir a roupagem dos debates, similar e continuamente se faz relevante mencionar feministas e autoras fundamentais para as RI e as TRI. Dialoguemos mais o com feminismo negro, o feminismo indígena, o ecofeminismo, o feminismo islâmico, o feminismo latino-americano, o feminismo sul-coreano. Dialoguemos mais com as pesquisadoras e feministas brasileiras e latino-americanas: Enndiel dos Santos Mendes, Izadora Xavier do Monte. Karoline Soares Chaves, Mariana de Medeiros Costa, Larissa dos Santos Lemos, Luísa Maria Ramos da Costa, Raquel Santos Fontes, Fernanda Cardoso Fonseca, Blenda Santos de Jesus, Kelly Komatsu Agopyan, Rebeca Cavalcanti de Carvalho, Rafaela Santos Andrade, Sabrina da Costa Chiuza, entre tantas outras, que têm movido esforços para se pensar novas possibilidades e abordagens frente aos desafios postos ao campo das RI e das TRI.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista o que foi exposto, é legítimo sustentar que as abordagens feministas fazem parte das Relações Internacionais e das Teorias das Relações Internacionais. Mais importante do que somente discutir o momento exato que esse encontro acontece é explorar e proliferar os ganhos teórico-práticos desse envolvimento dinâmico. Inegavelmente, o feminismo, seja no geral ou na nossa arena, precisa olhar melhor para a sua diversidade e para as demandas específicas, para assim ir ainda mais além da visão de um feminismo excludente branco, classista, ocidental, estadunidense e eurocêntrico.

Epistemológica e ontologicamente, os feminismos mobilizam as ferramentas teóricas das Relações Internacionais. Seja por repensar o corpo teórico, por ampliar as ferramentas analíticas e conceituais das relações internacionais, por potencializar as agendas de pesquisa, eventos, produções, publicações e planos de ensino em TRI, dando um enfoque maior nas questões de gênero, por questionar as novas demandas da teorização dentro do próprio movimento feministas, nas RI e por explorar as divergências e concordâncias das dimensões feministas.

O nexu já existente entre TRI e as perspectivas feministas contribuem para o desenvolvimento e o encadeamento das transformações da esfera teórica. A intensificação das dimensões feministas no plano internacional as aproximam das Relações Internacionais e aperfeiçoam o lugar que o feminismo ocupa. “Os feminismos são potências que desapontam para a abrangência do conhecimento científico, formas e aquisições, e da natureza/existência central das Relações Internacionais” (NASCIMENTO, 2021, p. 16).

## REFERÊNCIAS

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. São Paulo: Boitempo, 2019.

COSTA, Mariana de Medeiros. **Feminismo islâmico: um movimento político-religioso transnacional**. 2021. 57 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Departamento de Relações Internacionais, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021.

DAVIS, ANGELA. **A liberdade é uma luta constante**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

ENLOE, Cynthia. **Bananas, beaches and bases: making feminist sense of international politics**. Los Angeles: University of California Press, 2ª ed., 2014.

FERREIRA, Luciane. Estado-Nação, poder e modernidade: revisitando conceitos. In: **Medicinas indígenas e as políticas da tradição: entre discursos oficiais e vozes indígenas [online]**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013, pp. 29-48. Saúde dos povos Indígenas collection. ISBN: 978-85- 7541-510-8.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019.

GOMES, Mariana Selister. **Conferência de Abertura: Movimentos Teóricos**. 2021. (2h21m34s). II Seminário MaRias IRI USP: Movimentando Gênero nas Relações Internacionais. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=P7KrA6pC3x0&t=3s>. Acesso em: 17. Fev. 2023.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as Relações Internacionais**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento Feminista: Conceitos Fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 340-352.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. 5. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019. 176 p.

MENDES, Enndiel dos Santos. **Gênero e corpo: repensando as Relações Internacionais**. 2021. 50 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Departamento de Relações Internacionais, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021.

MONTE, Izadora Xavier do. O debate e os debates: abordagens feministas para as relações internacionais. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 59-80, abr. 2013.

NASCIMENTO, Danielle Gonçalves Passos do. **A inserção e as contribuições do pensamento feminista para a Teoria das Relações Internacionais**. São Cristóvão, 2021. Relatório de Iniciação Científica (Graduação em Relações Internacionais) - Departamento de Relações Internacionais, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2021.

PAIVA, Isadora Campregher. **A Escola Feminista nas Relações Internacionais: bases teórico-metodológicas**. 2014. 71 f. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) (Graduação) – Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de Fala**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2019. 128 p.

SAFFIOTI, Heleieth. **A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1976.

SOUZA, Ana Clara Telles C. de. “**O Pessoal é Internacional**”: Como as Teorias Feministas Transformam o Estudo das Relações Internacionais”. Londrina: Anais do III Simpósio de Gênero e Políticas Públicas, 2014.

TICKNER, J. Ann. **Gender in international relations: Feminist perspectives on achieving global security**. Columbia University Press, 1992.

TICKNER, J. Ann. **Gendering World Politics: Issues and Approaches in the Post-Cold War Era**. Columbia University Press, 2001.

TICKNER, J. Ann. You Just Don't Understand: Troubled Engagements Between Feminists and IR Theorists. **International Studies Quarterly**, [s.l.], v. 41, n. 4, p.611-632, dez. 1997. Oxford University Press (OUP).

VENTURA, Raissa Wihby; KRITSCH, Raquel. **Relações Internacionais, teorias feministas e produção de conhecimento:** um balanço das contribuições recentes. Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados, v. 6, n. 11, p.24-57, 23 set. 2017.

*Recebido em 17 de fevereiro de 2023*

*Aceito em 24 de fevereiro de 2023*

*Editado em fevereiro de 2023*

**ESTADO, IMPERIALISMO E GUERRA: A CONTRIBUIÇÃO DO  
PENSAMENTO DE KAUTSKY, LENIN E LUXEMBURGO PARA  
AS TRI.**

STATE, IMPERIALISM AND WAR: THE CONTRIBUTION OF THE  
THOUGHT OF KAUTSKY, LENIN AND LUXEMBOURG TO THE  
IRT.

ESTADO, IMPERIALISMO Y GUERRA: EL APORTE DEL  
PENSAMIENTO DE KAUTSKY, LENIN Y LUXEMBURGO AL TRI.

Yasmin Couto de Jesus<sup>1</sup>

**RESUMO**

O presente artigo busca identificar, a partir de uma revisão de literatura, as contribuições do pensamento de Kautsky, Lenin e Luxemburgo sobre a relação entre o Estado, o imperialismo e a guerra, para que seja possível entender de que forma a interpretação marxista desses autores sobre a realidade da época da primeira guerra mundial enriquece a Teoria das Relações Internacionais (TRI). Para isso, será discutido neste artigo como esses autores, a partir de uma análise materialista e crítica, interpretam as condições, o contexto histórico, político, econômico e social, bem como as tendências do pós-conflito inserido em um mundo capitalista.

**PALAVRAS-CHAVE:** Capitalismo, Estado, Guerra, Imperialismo, Marxismo.

<sup>1</sup> Mestranda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp - Marília). Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: yasmin.couto@unesp.br

## ABSTRACT

This article seeks to identify, from a literature review, the contributions of Kautsky, Lenin and Luxemburgo's thinking on the relationship between the State, imperialism and war, so that it is possible to understand how the Marxist interpretation of these authors about the reality of the time of the First World War enriches the International Relations Theory (IRT). For this, it will be discussed in this article how these authors, from a materialist and critical analysis, interpret the conditions, the historical, political, economic and social context, as well as the post-conflict trends inserted in a capitalist world.

**KEYWORDS:** Capitalism, State, War, Imperialism, Marxism.

## RESUMEN

Este artículo busca identificar, a partir de una revisión bibliográfica, los aportes del pensamiento de Kautsky, Lenin y Luxemburgo sobre la relación entre el Estado, el imperialismo y la guerra, de modo que sea posible comprender cómo la interpretación marxista de estos autores sobre la realidad de la época de la Primera Guerra Mundial enriquece la Teoría de las Relaciones Internacionales (TRI). Para ello, se discutirá en este artículo cómo estos autores, desde un análisis materialista y crítico, interpretan las condiciones, el contexto histórico, político, económico y social, así como las tendencias del posconflicto insertas en un mundo capitalista.

**PALABRAS CLAVE:** Capitalismo, Estado, Guerra, Imperialismo, Marxismo.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo busca analisar de que forma a produção de Kautsky, Lenin e Luxemburgo entendem a questão da guerra, a partir do marxismo, englobando em seu estudo, portanto, fatores econômicos e políticos, para assim entender as especificidades da realidade da época em que escreveram. Portanto, serão comparados os argumentos



acerca da relação entre o Estado, o imperialismo e a guerra. Pretende, também, abordar por que essa análise nos parece enriquecer o debate das teorias das relações internacionais, apresentando-se como referência fundamental para pensar a questão guerra a partir do marxismo.

A hipótese básica que norteia este estudo é de que as interpretações da realidade de Kautsky, Lenin e Luxemburgo, na medida em que, a partir do marxismo, se aproximam e se distanciam, convergem em um ponto: a relação entre o capital e a guerra.

Assim, nas seções seguintes, primeiro será brevemente abordado as principais características do ultra-imperialismo teorizado por Kautsky, pontuando sobre a necessidade de expansão do capital, sobre o papel do Estado e sobre a corrida armamentista. Em seguida, discorreremos sobre a relação entre Imperialismo, capitalismo e Estado para Lenin, cujo papel do capital financeiro e dos monopólios se destaca. Também será pontuado sobre a interpretação de Luxemburgo sobre a acumulação do capital, cuja necessidade de realização constante reflete na tendência ao expansão imperialista e, conseqüentemente, ao conflito. Por fim, tentaremos identificar em que pontos os argumentos desses autores convergem e divergem para uma compreensão da produção teórica marxista da época e a importância das mesmas.

## KAUTSKY

Segundo Kautsky<sup>2</sup>, diante da tendência capitalista de desenvolvimento da indústria ser maior que a da agricultura, e, também, da necessidade de que a agricultura forneça para a indústria – que por sua vez torna-se cada vez maior –, gêneros-alimentícios, matérias primas e consumidores, passam a existir os riscos de superprodução, ou ainda, a falta de material para a indústria. Sobre essa possível desproporção, o autor aponta que:

Um dos dois fenômenos, escassez ou superprodução, podem facilmente variar de um para o outro, pois derivam dessa desproporção. Um aumento dos preços sempre denuncia o começo de uma crise, embora uma crise surja como excesso de produção e traz com ela um colapso dos preços. Por outro lado, a movimentação constante dos países industrializados capitalistas para ampliar

<sup>2</sup> Kautsky, teórico marxista Tcheco-austriaco, considerado autoridade no meio marxista da época, foi também bastante criticado por outros teóricos, inclusive Lenin e Luxemburgo por, segundo esses autores, deturpar o marxismo, tendendo a uma abordagem reformista.

a zonas agrícolas envolvidos nas relações comerciais com eles, assume as mais variadas formas. **Dado que esta movimentação é uma das próprias condições de existência do capitalismo, ainda está longe de ser provado que qualquer uma dessas formas é uma necessidade indispensável para o modo de vida capitalista.** (KAUTSKY, 1914, p. 1, grifo nosso)

Assim, é possível perceber que Kautsky argumenta que o movimento de expansão de países industrializados capitalistas no intuito de ampliar zonas agrícolas seria uma escolha, uma vez que tal movimentação imperialista seria uma forma não indispensável para o capitalismo. Sobre a questão de ser dispensável ou não, Kautsky busca na experiência histórica do que interpreta como a substituição do livre comércio pelo imperialismo, validação. O autor aponta que:

Uma forma particular desta movimentação é o imperialismo. Outra forma o precedeu: o livre comércio. Meio século atrás, o livre comércio era visto como a última expressão do capitalismo, assim como imperialismo é hoje. O livre comércio passou a imperar graças a superioridade da indústria capitalista inglesa. O objetivo da Grã-Bretanha era tornar-se a oficina do mundo e, portanto, o mundo deveria tornar-se uma zona agrária que iria adquirir os produtos industriais da Inglaterra e fornecer-lhe gêneros alimentícios e matérias-primas na troca. (KAUTSKY, 1914, p.2)

Para esse autor, portanto, como o imperialismo substituiu o livre comércio, poderia também ser substituído por uma outra forma *política* capitalista, reforçando a ideia do imperialismo como uma escolha, especificamente política, e não econômica. Além disso, quando Kautsky considera o imperialismo como forma política reforça a importância da participação Estatal nesse fenômeno. Segundo o autor,

**O capital estrangeiro em si se infiltra ao país agrário, em primeiro lugar para desobstruí-lo através da construção de ferrovias e, em seguida, a fim de desenvolver a produção de matérias-primas, que inclui não só a agricultura, mas também as indústrias extrativistas e mineiras.** A possibilidade de surgir outras empresas capitalistas a partir daí cresce. Em seguida, se uma indústria autônoma capitalista se desenvolve, ela depende principalmente do poder político do Estado. Áreas como a Europa Ocidental e Oriental e os EUA se desenvolveram de Estado agrário em Estado industrial, em oposição à indústria inglesa. Eles impuseram tarifas protecionistas contra o livre comércio Inglês, e como alternativa a divisão internacional do trabalho entre as indústrias inglesas e a produção agrícola de todas as outras zonas que foram alvos da Inglaterra, eles propuseram que os grandes Estados industriais dividissem as zonas do mundo que ainda permaneciam livres, desde que estas

não pudessem resistir. A reação da Inglaterra a esta situação foi o início do imperialismo. (KAUTSKY, 1914, p. 2, grifo nosso)

Nesse ponto, Kautsky aponta uma questão fundamental para entendermos o papel do Estado nesse processo: as ferrovias. Segundo o autor, diante da necessidade da necessidade de ampliação de zonas agrícolas no mundo, como fonte de matéria prima e consumidores, existiu primeiro a necessidade da construção de ferrovias, viabilizado pela penetração do capital estrangeiro de países industrializados. Essa penetração, porém, dependia de um fator decisivo: a participação do Estado como mediador do processo.

O imperialismo foi particularmente encorajado a partir do sistema de exportação de capital para as zonas agrárias que emergiram ao mesmo tempo. O crescimento da indústria nos Estados capitalistas, hoje, é tão rápido que uma expansão suficiente do mercado não pode mais ser alcançada pelos métodos que foram empregados até 1870. Até então, os primitivos meios de transporte que existiam nas zonas agrárias eram suficientes, principalmente os canais que até então tinham sido a única forma possível de transporte em larga escala de alimentos e matérias-primas. As ferrovias eram então construídas quase que exclusivamente em regiões altamente industrializadas e zonas densamente povoadas. Agora, entretanto, tornaram-se o caminho para abrir zonas agrárias escassamente povoadas, fazendo o possível para levar seus produtos para o mercado, mas também para desenvolver sua população e sua produção. (KAUTSKY, 1914, p. 3)

Nesse ponto, diante da rápida expansão desses países para as chamadas zonas agrárias, o autor destaca a necessidade do Estado para defender os interesses do capital estrangeiro nessa empreitada.

Mas estas zonas não possuem os meios para construir suas próprias ferrovias. O capital necessário e a força de trabalho são fornecidas e dirigidas pelas nações industriais. Que avançaram o capital, elevando as suas exportações de material ferroviário e aumentando a oportunidade das áreas recém-inauguradas comprarem os produtos industriais dos países capitalistas através dos gêneros alimentícios e matérias-primas. Assim, o intercâmbio de materiais entre agricultura e indústria aumentou consideravelmente. **Mas, se uma estrada de ferro no deserto é um negócio rentável, caso seja mesmo, é por obter a força de trabalho necessária para a sua construção e a segurança necessária para as suas exigências operacionais, deve haver uma autoridade do Estado forte e cruel o suficiente para defender os interesses dos capitalistas estrangeiros e até mesmo a ceder cegamente aos seus interesses. [...] Assim como a tendência para a exportação de capital por parte dos Estados industriais para as zonas agrárias do mundo cresce, o**

**mesmo acontece com a tendência de subjugar estas zonas sob o seu poder do Estado.”** (KAUTSKY, 1914, p.4, grifos nossos)

Isto posto, é importante destacar que para esse autor o imperialismo tem dois lados: o lado que pode ser superado pelo socialismo quando a população dessas zonas submissas forem, em suas palavras, “fortes o suficiente para se libertar da opressão capitalista (1914, p. 5); e o lado da acentuação das contradições entre os Estados capitalistas industrializados que resulta em uma corrida armamentista, que torna-se uma Guerra Mundial. No entanto, essa corrida armamentista não teria espaço na necessidade econômica capitalista, pois à medida que a corrida aumenta, aumenta também a contradição entre zonas agrárias desenvolvidas, e também entre Estados capitalistas. Assim, segundo Kautsky,

O imperialismo vai, assim, cavar sua própria sepultura. O meio de desenvolver o capitalismo está se tornando um obstáculo para ele. No entanto, o capitalismo não necessariamente está no fim da linha. Do ponto de vista puramente econômico, pode continuar a se desenvolver, desde que o crescimento das indústrias dos países capitalistas induza a produção agrícola a se expandir de maneira correspondente. Isto se torna cada vez mais difícil, claro, com a produção anual do mundo industrial aumentando muito mais e ainda a abertura de zonas agrárias tornando-se cada vez menor. Enquanto este limite não for atingido, o capitalismo pode ser destruído no recife na crescente oposição política do proletariado, mas não precisa chegar ao fim num colapso econômico. (KAUTSKY, 1914, p. 5)

Nesse ponto, o argumento de Kautsky se distancia consideravelmente do de Lenin e do de Luxemburgo, como será abordado a seguir. Para Kautsky, a destruição do capitalismo poderia acontecer no âmbito político, e não necessariamente em um colapso econômico.

Do ponto de vista puramente econômico, no entanto, não há mais nada para evitar que esta explosão de violência finalmente substitua o imperialismo por uma santa aliança dos imperialistas. Quanto mais tempo durar a guerra, esgotando todos os principais participantes fazendo que eles se recolham pelo receio de uma repetição do início do conflito armado, mais perto se chegará a esta última solução, mais improvável que isto possa parecer no momento. (KAUTSKY, 1914, p. 6)

Assim, o reformismo é um traço fundamental nessa chave de pensamento, reforçando a ideia de que o imperialismo seria uma opção *política* do capital, e que o momento em questão tenderia a um período de paz. Por fim, Kautsky não nega a iminência da Guerra, mas parece apostar em um período de paz pós conflito.

## LENIN

Nesta seção, será abordado de que forma Lenin<sup>3</sup> entende e argumenta acerca da relação entre o Estado, o capitalismo, a partilha do mundo, o imperialismo e, ainda, a luta de classes. Esses argumentos remontam a 1916 e 1917, época em que Lenin escreveu as duas obras em que essa análise se baseia. Portanto, o autor escrevia ainda inserido no contexto da primeira guerra mundial (1914-1918).

Lenin, visa entender sobretudo qual a natureza do capitalismo naquela época, e aponta a diferença que, enquanto o velho capitalismo era caracterizado pela exportação de mercadorias, o capitalismo atual<sup>4</sup> se caracteriza pela exportação de capital. Segundo esse autor, o excedente de capital é utilizado não para a melhoria do nível de vida das massas, mas sim para o aumento dos lucros através da exportação de capitais para países atrasados. Para Lenin, esses países exportadores de capitais dividiram o mundo. Sobre as diferenças entre as formas como o imperialismo se manifestava entre os países capitalistas:

Diferentemente do imperialismo inglês, que é colonial, o imperialismo francês pode ser qualificado de usuário. A Alemanha oferece uma terceira variante: as suas colônias não são grandes, e o capital investido no estrangeiro está mais equilibradamente dividido entre a Europa e a América. ” (Lenin, 2012, p.96)

Isto posto, vejamos a seguir como Lenin interpreta a relação entre países exportadores de capital e países atrasados na dinâmica capitalista em que estavam inseridos. Para esse autor o desenvolvimento da troca, em âmbitos nacionais e

<sup>3</sup> Lenin, revolucionário Russo, buscou incorporar a prática revolucionária a análise e produção teórica, cujos argumentos buscam sempre recuperar as análises de Marx e Engels, buscando, portanto, um equilíbrio em busca de uma prática político-teórica.

<sup>4</sup> Reforçamos, no contexto em que as análises foram escritas, portanto entre 1916 e 1917.

internacionais, é uma característica particular capitalista e, diante desse desenvolvimento, o primeiro país a despontar no mundo foi a Inglaterra. Esse monopólio inglês, porém, foi se enfraquecendo diante de outros Estados capitalistas ainda no século XIX. Sobre o desdobramento desse enfraquecimento e surgimento de outros monopólios, Lenin aponta que:

No limiar do século XX, assistimos à formação de monopólios de outro gênero: primeiro, uniões monopolistas de capitalistas em todos os países de capitalismo desenvolvido; segundo, situação monopolista de uns poucos países riquíssimos, nos quais a acumulação de capital tinha alcançado proporções gigantescas. Constituiu-se um enorme ‘excedente de capital’ nos países avançados. (Lenin, 2012, p. 93)

Assim, Lenin nos evidencia um ponto fundamental, para a compreensão das motivações para a partilha do mundo e, posterior e conseqüentemente, da primeira guerra mundial: a questão do excedente de capital e a necessidade de exportação do mesmo. Segundo Lenin.

Naturalmente, se o capitalismo pudesse desenvolver a agricultura, que hoje em dia se encontra em toda a parte enormemente atrasada em relação à indústria; se pudesse elevar o nível de vida das massas populares, que continuam marcadas - apesar do vertiginoso progresso da técnica - por uma vida de subalimentação e de miséria, não haveria motivo para falar de um excedente de capital. Este é o ‘argumento’ que os críticos pequenos burgueses do capitalismo esgrimem sem parar. Mas então o capitalismo deixaria de ser capitalismo, pois o desenvolvimento desigual e a subalimentação das massas são as condições e as premissas básicas e inevitáveis deste modo de produção. **Enquanto o capitalismo for capitalismo, o excedente de capital não é consagrado à elevação do nível de vida das massas do país, pois isso significa a diminuição dos lucros dos capitalistas, mas ao aumento desses lucros através da exportação de capitais para o estrangeiro, para os países atrasados.** Nestes, o lucro é em geral elevado, pois os capitais são escassos, o preço da terra e os salários, relativamente baixos, e as matérias-primas, baratas. A possibilidade da exportação de capitais é determinada pelo fato de uma série de países atrasados já terem sido incorporados na circulação do capitalismo mundial; terem sido aí construídas as principais ferrovias ou estarem asseguradas as condições elementares para o desenvolvimento da indústria etc. (LENIN, 2012, p. 94, grifo nosso)

Assim, podemos perceber que o contexto mundial da época, relacionado a natureza capitalista do capitalismo, significava a crescente exportação de capital para “o estrangeiro”. Lenin aponta também que esses países atrasados ao serem incorporados à



dinâmica de circulação capitalista, apresentam na questão da construção de ferrovias e no desenvolvimento da indústria em seus territórios, um caminho aberto para a penetração dos capitais de países desenvolvidos.

Isto posto, retomando o ponto da formação de monopólios, segundo Lenin, acordo universal entre associações capitalistas levou à constituição de cartéis internacionais, os *supermonopólios*. Assim, grandes empresas se associavam e garantiam assim a partilha do mundo. E acrescenta ainda que, a luta econômica atual é pela partilha do mundo. Isto posto, é importante destacar que, para Lenin, nesse período os países capitalistas já completaram “a conquista de todas as terras não ocupadas em nosso planeta”; porém, novas partilhas são possíveis no futuro, no sentido de passagem de territórios de um proprietário para outro.

Para Lenin, o auge das conquistas coloniais acontece depois do período que ele identifica como desenvolvimento máximo do capitalismo pré-monopolista, em que a livre concorrência predomina, (1860-1870). Assim, segundo Lenin, a passagem para o capitalismo velho, pré-monopolista, de livre concorrência, para o novo, monopolista, ao capital financeiro, está “relacionada com o acirramento da luta pela partilha do mundo”. (LENIN, 2012, p.111)

Nesse sentido, podemos perceber que não coincidentemente, simultaneamente às transformações do capitalismo, a entrada em sua nova “fase”, há, também, a necessidade de expansão, a luta por novos territórios. Segundo o autor, “Em fins do século XIX, sobretudo a partir da década de 1880, todos os Estados capitalistas se esforçaram por adquirir colônias, o que constitui um fato universalmente conhecido da história da diplomacia e da política externa”. (LENIN, 2012, p. 111) A razão dessa investida para o mundo se dá, segundo Lenin, devido a acentuação da mesma dinâmica capitalista. Lenin, a respeito das características do novo capitalismo e do acirramento entre os Estados na luta pela partilha do mundo, coloca que:

A principal característica do capitalismo moderno consiste na dominação exercida pelas associações monopolistas dos grandes patrões. [...] Quanto mais desenvolvido está o capitalismo, quanto mais sensível se torna a falta de matérias-primas, quanto mais dura é a concorrência e a procura de fontes de

matérias-primas em todo o mundo, tanto mais encarniçada é a luta pela aquisição de colônias. (LENIN, 2012, p.116)

É fundamental destacar que, para Lenin, a política colonial e o imperialismo precedem o capitalismo, porém, são essencialmente diferentes quando identificados na dinâmica capitalista<sup>5</sup>. Segundo Lenin, quando a livre concorrência capitalista é substituída pelos monopólios capitalistas, o capitalismo se transforma em imperialismo capitalista.

Isto posto, é preciso aprofundar a análise sobre o Imperialismo e a Guerra para Lenin. Segundo o autor, “Se fosse necessário definir o imperialismo da forma mais breve possível, deve-se ia dizer que ele é o estágio monopolista do capitalismo.” (2012, p.124) Ademais, para Lenin, as cinco características fundamentais do imperialismo são as seguintes:

1) a concentração da produção e do capital e do capital alcançou um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse “capital financeiro”, da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas e capitalistas, que partilham o mundo entre si; 5) conclusão da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. (LENIN, 2012, p.124)

Assim, o autor argumenta que o processo de desenvolvimento do capitalismo, suas transformações levam necessariamente a busca pela partilha do mundo, e a conclusão dela em certo momento. No entanto, diante desse acirramento, dessas transformações em nível mundial, Lenin aponta que

A questão que se coloca é a seguinte: sob o capitalismo, quais outros meios que não a guerra para se eliminar a desproporção existente entre o desenvolvimento das forças produtivas e a acumulação de capital, por um lado, e, por outro, a partilha das colônias e das esferas de influência do capital financeiro? (Lenin, 2012, p. 135)

<sup>5</sup> É importante destacar também que Lenin reconhece a existência de dois grupos de países: os que possuem colônias e as colônias. Mas também existem formas variadas de países dependentes, as semi-colônias.

Nesse ponto, percebemos que, segundo Lenin, o desenvolvimento das forças capitalistas está necessariamente relacionado com a necessidade da utilização da violência e, conseqüentemente da guerra, no contexto de acirramento entre as potências capitalistas mais importantes. Isto posto, destacamos que, para esse autor (2007), ou o Estado é o produto do antagonismo de classes, ou é um órgão/instrumento de conciliação das classes. E esse é um ponto onde o marxismo deformado, os chamados oportunistas, segundo Lenin, divergem das concepções do socialismo científico.

O Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes. O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classes não podem objetivamente ser conciliados. E, reciprocamente, a existência do Estado prova que as contradições de classes são inconciliáveis.” (LENIN, 2007, p. 27)

O autor recorre ainda a Marx, no intuito de reforçar a conformidade de sua interpretação com o marxismo científico em contraposição a interpretação pequeno-burguesa. Segundo Lenin,

Para Marx, o Estado é um órgão de dominação de classe, um órgão de submissão de uma classe por outra; é a criação de uma ‘ordem’ que legalize e consolide essa submissão, amortecendo a colisão de classes. Para os políticos da pequena burguesia, ao contrário, a ordem é precisamente a conciliação das classes e a não submissão de uma classe por outra; atenuar a colisão significa conciliar, e não arrancar às classes oprimidas os meios e processos de luta contra os opressores a cuja derrocada elas aspiram. (LENIN, 2007, p. 27-28)

Lenin destaca ainda que “O exército permanente e a polícia são os instrumentos fundamentais da força do poder estatal.” (LENIN, 2007, p. 29). Para o autor, o Estado burguês será substituído pelo Estado proletário através da violência. O Estado proletário, por sua vez, definhará e dará lugar à sociedade comunista. Portanto, segundo Lenin existe a necessidade do Estado na sociedade capitalista, cujo poder se caracteriza pela burocracia e exército permanente, e a deformação do Marxismo justifica a guerra imperialista como “defesa nacional”.

## LUXEMBURGO

Segundo Rosa Luxemburgo<sup>6</sup> (1970), a razão final do capitalismo é a acumulação. O capitalismo, cuja tendência totalizante implica na constante busca por sua própria expansão, manifesta-se através do imperialismo e do colonialismo, e dispõe também do poder do Estado, este que é para Rosa Luxemburgo, um Estado capitalista, visto que age de acordo com os interesses capitalistas. Para garantir tal expansão o capitalismo busca ampliação do mercado (geográfica e socialmente) para assim realizar constantemente a acumulação primitiva de capital, e não apenas, como o nome poderia sugerir, apenas em um momento inicial do processo.

Isto posto, segundo Luxemburgo, a realização da acumulação do capital depende necessariamente de organizações econômico-sociais não capitalistas. “Considerada historicamente, a acumulação capitalista é um processo metabólico que se realiza entre os modos de produção capitalistas e os pré-capitalistas. (2018, p. 118). Porém, segundo essa autora,

Essa força de trabalho o capital encontra, no entanto, geralmente presa a condições de produção arcaicas, pré-capitalistas, das quais precisa ser previamente ‘libertada’, para que possa engajar-se no exército ativo do capital. Esse destrelamento da força de trabalho de suas relações sociais primitivas e sua absorção pelo sistema assalariado é uma das condições históricas indispensáveis do capitalismo. (LUXEMBURGO, 2018, p. 115)

Assim, diante dessa necessidade fundamental de incorporação da força de trabalho ao trabalho assalariado, Isto posto, sobre as condições para a realização da acumulação do capital acrescentamos ainda que, de acordo com essa autora,

[...] **o capital não pode desenvolver-se sem os meios de produção e forças de trabalho existentes no mundo inteiro.** Para estender, sem obstáculos, o movimento da acumulação, necessita dos tesouros naturais e das forças de trabalho existentes na superfície terrestre. Mas como estas se encontram, de fato, em sua grande maioria, acorrentadas a **formas de produção pré-**

<sup>6</sup> Rosa Luxemburgo foi uma revolucionária polonesa cuja trajetória intelectual se localiza entre 1891 e 1919 (LOUREIRO, 2018). Essa autora defendeu sobretudo a necessidade do esclarecimento político do proletariado, de sua consciência de classe e a autonomia na luta em direção à revolução socialista. Luxemburgo prezava pela análise crítica, inclusive da obra marxiana.

**capitalistas** – este é o meio histórico da acumulação do capital de apoderar-se daqueles territórios e sociedades. (LUXEMBURGO, 1976, p. 315, grifos nossos)

Recorrendo à experiência histórica, Luxemburgo argumenta que a existência de formas de produção pré-capitalistas é *fundamental* para a acumulação. Isto posto, segundo Luxemburgo, a construção de estradas de ferro ilustra e propicia a penetração do capital. Isso pode ser observado, segundo a autora, quando demonstra o aumento considerável da quilometragem da rede de estradas de ferro pelo mundo. Além disso, a autora aponta o papel dos empréstimos exteriores no processo de acumulação do capital. Esse método em particular desempenha um papel que é considerado pela autora como o *principal* na independência de Estados capitalistas modernos. Segundo ela,

as contradições da fase imperialista se manifestam sensivelmente nas contradições do sistema moderno de empréstimos exteriores. Estes são indispensáveis para a emancipação dos Estados que aspiram ser capitalistas e são, ao mesmo tempo, o meio mais seguro dos Estados capitalistas antigos exercerem sua tutela sobre os modernos, controlarem sua economia e fazerem pressão sobre sua política exterior e sobre sua política alfandegária e comercial. São o meio principal para abrir ao capital acumulado dos países antigos novos campos de investimento e, ao mesmo tempo, criar naqueles países novos competidores; aumentar, em geral, o espaço de que dispõe a acumulação do capital e ao mesmo tempo estreitá-lo. (LUXEMBURGO, 1976, p.367)

Ainda nessa chave de pensamento, ela acrescenta:

o capitalismo necessita, para sua própria existência e desenvolvimento, estar cercado por formas de produção não-capitalistas. Não se trata, porém, de qualquer forma. **Necessita de camadas sociais não capitalistas, como mercado para colocar sua mais-valia, como fonte de meios de produção e como reservatórios de mão-de-obra para seu sistema assalariado.** O capital não pode alcançar nenhum de seus fins com formas de produção de *economia natural*. (LUXEMBURGO, 1976, p. 317, grifos nossos)

Esse processo, que pode ou não ser violento, acontece da seguinte forma: primeiro, há a luta contra a economia natural, cuja apropriação violenta por parte do capital dos meios de produção das terras coloniais obriga as sociedades *primitivas* a luta

pela sobrevivência, a resistência à agressão ou o esgotamento ou aniquilação; em seguida, há a luta contra a economia camponesa: depois de substituir a economia natural, a economia mercantil simples é substituída.

O processo de acumulação tende a substituir por todo lado a economia natural pela economia mercantil simples, a economia mercantil simples pela economia capitalista, levando a produção capitalista, como modo de produção único e exclusivo, à dominação absoluta em todos os países e ramos da economia. (p.118)

No entanto, o impasse, a contradição do movimento capitalista de acumulação consiste em que:

Uma vez alcançado o resultado final — que continua sendo apenas uma construção teórica —, a acumulação torna-se impossível: a realização e a capitalização da mais-valia transformam-se numa tarefa insolúvel. [...] A impossibilidade da acumulação significa, em termos capitalistas, a impossibilidade do desenvolvimento ulterior das forças produtivas e, portanto, a necessidade histórica objetiva do declínio do capitalismo. (2018, p. 118-119)

Assim, diante do que a autora concebe como acirramento das contradições inerentes ao capitalismo que culminarão em seu declínio, vejamos agora qual, para Luxemburgo, é o papel do militarismo nesse processo. Segundo Luxemburgo, “O capital utiliza cada vez mais energeticamente o militarismo para assimilar, por meio do colonialismo e do imperialismo, os meios de produção e as forças de trabalho dos países e das sociedades não capitalistas.” (2018, p. 123)

Um exemplo notável a respeito dessa chave argumentativa é de como Rosa Luxemburgo analisa a questão da disputa imperialista no Marrocos no século (LUXEMBURGO, 2011). O caso marroquino é a expressão da expansão imperialista e, portanto, do capital, e significa não apenas a sequência lógica do desenvolvimento do cenário político, mas mais um ponto de aceleração rumo ao desmoronamento do capitalismo.



Segundo a autora, numa “tempestade imperialista” França, Alemanha, Inglaterra e Espanha negociam sobre o destino do Marrocos e sobre o domínio de parte da África. Ela questiona se essa tempestade trará a guerra, guerra que coloca em risco a vida de milhares, e reitera ainda que as decisões não estão nas mãos dos “homens de Estado”, estes que são apenas marionetes, mas sim nas mãos dos grupos do grande capital.

Nesse sentido, sobre o militarismo europeu e armamento incessante, Luxemburgo argumenta que passado o período entusiasmado de discursos de paz e desarmamento, o discurso bélico voltou a ganhar força. O que reflete, para a autora, a natureza não pacífica da sociedade capitalista.

No entanto, justamente pelo fato de a mais recente tomada de curso da política mundial, assim como sua atual aventura, ser apenas uma consequência lógica de desenvolvimentos políticos e econômicos internos da sociedade burguesa de classes, esse curso, como todo o desenvolvimento, tem um lado revolucionário, que leva para além das lóstimas imediatas e de seu fluxo momentâneo condenável. O sentido histórico do conflito marroquino, remetido à sua expressão mais simples e mais tosca, é a luta concorrencial pela decisão sobre qual dos representantes do capitalismo europeu será o primeiro a poder jogar-se sobre o canto noroeste do continente africano, para engoli-lo ao modo capitalista — o que, afinal, é o sentido de cada fragmento do desenvolvimento da política mundial. [...] Por fim, a aventura marroquina será, como qualquer avanço da política mundial, apenas um passo rumo à aceleração do colapso capitalista. (LUXEMBURGO, 2011, p. 7)

Segundo Luxemburgo (2019), reforma e revolução não se opõem. A reforma representa um meio, é fundamental para a educação e conscientização de classe do proletariado, e a revolução, o fim. Para essa autora, a indignação moral não é arma para a luta anti-capitalista, reitera ainda a necessidade do esclarecimento político do proletariado, de sua consciência de classe. O conflito, portanto, torna-se mais um passo no sentido do desmoronamento do capitalismo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da breve exposição e análise realizada anteriormente, é possível perceber que Kautsky compreende no contexto mundial a expansão de países capitalistas pelo mundo, bem como a penetração de capital estrangeiro nos países considerados atrasados. O Estado, para esse autor, age como um mediador do processo. Porém, o aumento da tensão em todo o globo proveniente do acirramento do imperialismo, este que seria uma escolha política e, portanto, não fundamental para a manutenção do capitalismo de um ponto de vista econômico, resulta inevitavelmente na guerra. Justamente por ser uma escolha política, Kautsky aposta em uma paz pós conflito.

Lenin, por outro lado, entende que o excedente e a exportação de capitais estão inseridos em um contexto de partilha do mundo pelos países imperialistas, e que o imperialismo seria uma fase do capitalismo, e não uma escolha, como argumenta Kautsky. Assim, o acirramento entre esses países inevitavelmente implica na utilização da violência. O Estado, portanto, é necessário nessa dinâmica pois ele é um órgão de dominação de classe.

Luxemburgo, por sua vez, entende que diante da constante necessidade de acumulação do capital, bem como da acentuação das contradições intrínsecas ao capitalismo, o imperialismo é a expressão histórica do capitalismo na realidade. Assim, o militarismo europeu e armamento incessante, seriam reflexo da natureza capitalista do capitalismo.

Isto posto, é importante perceber que Lenin e Luxemburgo argumentam na mesma chave de que concomitante ao conflito, a guerra, aumentam as contradições capitalistas, cuja consequência leva ao conflito, mas também ao desmoronamento do capitalismo. Por outro lado, Kautsky argumenta sobretudo na separação da economia e política ao colocar a guerra em termos de uma escolha dos Estados e, portanto, em uma atenuação das contradições capitalistas e, conseqüentemente, em um período de paz. O oportunismo de autores como Kautsky, para Lenin, visa a conciliação de classe, o que sutil, mas definitivamente, desvia essencialmente do socialismo científico de Marx.

Sendo assim, é fundamental perceber que a análise desses autores contribuem para entender o contexto político, social e econômico da primeira guerra mundial, levando em

consideração a experiência histórica como base para entender quais as motivações que levaram ao conflito, bem como hipóteses sobre o que aconteceria no pós-guerra. Portanto, a contribuição desses autores para as TRI, na medida em que discute essencialmente as condições, o contexto, e as consequências da guerra, tem um potencial para que possamos compreender de que forma ela se manifesta concretamente e, ainda, perceber quais as tendências desse fenômeno quando inseridos em um mundo capitalista.

## REFERÊNCIAS

- KAUTSKY, Karl. **Ultra-imperialism**. *New Left Review*, n.59, p.41-46, 1970. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/kautsky/1914/09/11-1.htm>
- LENIN, Vladimir. **O Estado e a Revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- LENIN, Vladimir. **Imperialismo, fase superior do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- LOUREIRO, Isabel. Nota bibliográfica. In: LOUREIRO, Isabel (Org.). **Rosa Luxemburgo e o protagonismo das lutas de massa**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação do Capital**: um estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.
- LUXEMBURGO, Rosa. Marrocos. In: LOUREIRO, Isabel (Org.). **Rosa Luxemburgo**: textos escolhidos: volume I. São Paulo. Editora Unesp, 2011.
- LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou Revolução?**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- LUXEMBURGO, Rosa. **Rosa Luxemburgo e o protagonismo das lutas de massa**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

*Recebido em 17 de fevereiro de 2023*

*Aceito em 24 de fevereiro de 2023*

*Editado em fevereiro de 2023*

**ARTICULANDO NÍVEIS DA LUTA PELA HEGEMONIA NA  
REVOLUÇÃO PASSIVA: O FENÔMENO DO *LAND GRABBING*  
E A CONCILIAÇÃO BURGUESA NO MODELO  
DESENVOLVIMENTISTA DO PT**

*ARTICULANDO NIVELES DE LA LUCHA POR LA HEGEMONÍA EN  
LA REVOLUCIÓN PASIVA: EL FENÓMENO DEL ACAPARAMIENTO  
DE TIERRAS Y LA CONCILIACIÓN BURGUESA EN EL MODELO  
DESARROLLADOR DEL PT*

*ARTICULATING LEVELS OF THE STRUGGLE FOR HEGEMONY IN  
THE PASSIVE REVOLUTION: THE LAND GRABBING  
PHENOMENON AND THE BOURGEOIS CONCILIATION IN THE  
PT'S DEVELOPMENTALIST MODEL*

*João Victor Batista de Albuquerque<sup>1</sup>*

**RESUMO:**

Propõe-se neste artigo um início de investigação que percorre o caminho trilhado dos pensadores herdeiros do marxismo e mais exclusivamente de Antonio Gramsci. Assim, na primeira parte buscamos remontar o circuito de relações microscópicas que desenharam a rota da luta de classes com aspirações hegemônicas que determinaram a dinâmica da acumulação do capital nos governos Lula 1 e 2, assim como no rápido período de derrocada da gestão Dilma Roussef. Na segunda parte, a pressão exercida pelo capital internacional foi exemplificada na sua capacidade de causar transformações espaciais (que trazem implicações em áreas como: transformação das paisagens, gestão de distribuição hídrica, produtividade do solo, acesso legal à terra por comunidades tradicionais e etc.) no Brasil. Para tanto, investimos na reconstrução de momentos importantes na promulgação de Leis que regulamentam a compra de terras cultiváveis em território nacional por investidores estrangeiros, o fenômeno da *Land Grabbing*, que facilmente nos remete às questões sobre as investidas do Imperialismo no século XXI.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Land Grabbing*. Revolução Passiva. PT.

<sup>1</sup> Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Londrina.

**ABSTRACT:**

This article proposes the beginning of an investigation that follows the path trodden by thinkers who are the heirs of Marxism, and more exclusively by Antonio Gramsci. Thus, in the first part we seek to reassemble the circuit of microscopic relationships that designed the route of class struggle with hegemonic aspirations that determined the dynamics of capital accumulation in the Lula governments 1 and 2, as well as in the rapid period of overthrow of the Dilma Rousseff administration. In the second part, the pressure exerted by international capital was exemplified in its ability to cause spatial transformations (which bring implications in areas such as: transformation of landscapes, water distribution management, soil productivity, legal access to land by traditional communities, etc. ) in Brazil. To this end, we invested in the reconstruction of important moments in the enactment of Laws that regulate the purchase of arable land in the national territory by foreign investors, the phenomenon of Land Grabbing, which easily leads us to questions about the onslaughts of Imperialism in the 21st century.

**KEY WORDS:** *Land Grabbing*. Passive Revolution. PT

**RESUMEN:**

Este artículo propone el inicio de una investigación que sigue el camino recorrido por pensadores herederos del marxismo, y más exclusivamente por Antonio Gramsci. Así, en la primera parte buscamos reconstruir el circuito de relaciones microscópicas que diseñaron la ruta de la lucha de clases con aspiraciones hegemónicas que determinaron la dinámica de acumulación de capital en los gobiernos de Lula 1 y 2, así como en el rápido período de derrocamiento de el gobierno de Dilma Rousseff. ) en Brasil. Para ello, invertimos en la reconstrucción de momentos importantes en la promulgación de Leyes que regulan la compra de tierras cultivables en el territorio nacional por parte de inversionistas extranjeros, el fenómeno del Land Grabbing, que fácilmente nos lleva a interrogarnos sobre los embates del Imperialismo en el siglo 21.

**PALABRAS CLAVE:** Land Grabbing. Revolución Passiva. PT.

**INTRODUÇÃO**

No dia 1 de Janeiro de 2003, Luiz Inácio Lula da Silva tomou posse como Presidente da República em emocionante celebração na Esplanada dos Ministérios, um nordestino de origem e ex-operário do ABC paulista, considerado um dos personagens mais emblemáticos da história da política brasileira.

A narrativa de sua vitória nas urnas comumente remete à chegada ao poder de um sobrevivente da estrutura desigual de distribuição de oportunidades que mantém o sistema de apropriação capitalista no Brasil. Sua biografia é composta por significativos acontecimentos que se vinculam ao imaginário popular de um Brasil

mais profundo, pois remonta à infância vivida na miséria que castiga os esquecidos municípios do nordeste, a juventude de trabalhador fabril no Sudeste, e a vida adulta de trabalhador com consciência da opressão patronal que sofria a classe operária, o que lhe teria levado almejar o protagonismo político.

Para muitos eleitores, que não se restringem apenas aos militantes do Partido dos Trabalhadores (PT), essa narrativa heroica empossa a figura de Lula com todo o potencial simbólico de um nacionalismo que tem de fato como base a vida real, ou melhor, faz de dele um tradutor da realidade dos menos favorecidos na estrutura desigual do capitalismo brasileiro, um *intelectual orgânico* no sentido gramsciano do termo <sup>2</sup>.

Esse simbolismo esboçado aqui brevemente, representa o conteúdo do imaginário que sustenta sua representatividade política convencionalmente denominado pela literatura de “lulismo”, e é certamente uma qualidade *mágica*<sup>3</sup> intransponível que se evidencia na sua capacidade em concorrer aos pleitos à Presidência da República – sua vitória em 2022, depois de longa perseguição política, só mostra quanto uma figura política pode estar imbuído de significação coletiva.

Sua relevância na história nacional tem como marca o índice de 87% de aprovação de seu segundo governo (BONIN, 2010), em 2010, resultado bastante relevante em um país reconhecidamente conservador. Esse número que pode apenas representar de modo simplista o sucesso popular de uma gestão, ganha importância para o analista quando se considera a dinâmica progressista das políticas implementadas pelo governo que teve início em 2003. Inclusive, se torna sociologicamente relevante se esclarecido que, como argumenta Perry Anderson (2011), houve uma visível radicalização do governo em direção contrária às ações estatais imbuídas

<sup>2</sup> Nessa passagem, consideramos exclusivamente o potencial de ação do *intelectual* frente às oportunidades na luta pela hegemonia: “Os intelectuais possuem uma função orgânica bastante importante no processo da reprodução social, na medida em que ocupam espaços sociais de decisão prática e teóricas, tornando-os objeto de longa análise nos Cadernos do Cárcere. Mas a principal função destes se encontra na formação de uma nova moral e uma nova cultura, que podem ser entendidas também como uma contra-hegemonia, já que o objetivo final das lutas organizativas seria, no seu momento histórico, o socialismo.” (Mari, 2011, p.2).

<sup>3</sup> Em um sentido encontrado na antropologia de Claude Levi-Strauss, associamos o termo gramsciano à origem do poder mágico, em que o *intelectual* deve corresponder às expectativas do seu grupo social: “O problema fundamental é, portanto, o da relação entre um indivíduo e o grupo, ou, mais precisamente, entre um determinado tipo de indivíduo e determinadas exigências do grupo” (LEVI-STRAUSS, 2021, p.180).



do neoliberalismo que caracterizaram o governo antecedente.

Como lembra em seu artigo “O Brasil de Lula” (2011, p. 11), seu reconhecimento como articulador das demandas dos capitalistas no poder e ao mesmo tempo das classes menos favorecidas, associa sua figura à personagens como Getúlio Vargas e Franklin D. Roosevelt (New Deal), conhecidos por terem utilizado o Estado como promotor de avanços sociais.

A nosso ver, tais aproximações históricas devem considerar a análise da disputa pela hegemonia que se deu no passado recente do Brasil, e ir além. Uma análise rigorosamente explicativa deve reconstruir a interlocução entre categorias analíticas que interpretam as relações internas do Estado, e essas em relação aos agentes internacionais. Dito de outra maneira, acreditamos que é impossível falarmos de um “New Deal brasileiro” sem passarmos da análise das relações de força das classes em disputa pela hegemonia à análise correspondente do tipo de desenvolvimento local empregado pela expansão internacional do capitalismo.

Portanto, propõe-se neste artigo um início de investigação que percorre o caminho trilhado dos pensadores herdeiros do marxismo e mais exclusivamente de Antonio Gramsci (2007). Assim, a motivação foi a de contribuir com o esclarecimento das forças competitivas que ao se chocarem, guiadas por interesses fracionados de classe, determinaram a potencialidade conciliativa ou de ruptura do apoio dedicado aos governos petistas durante um período temporal definido: que selecionamos partindo da vitória de Lula em 2002 até o golpe parlamentar sofrido por Dilma Roussef em 2016.

Os eventos remontados aqui foram divididos em duas camadas, ou seja, duas escalas de observação das relações de força, na tentativa de aproximar-se da proposta de Adam Morton (2007) a respeito do entendimento da revolução passiva na sua relação com o nível “nacional” e “internacional” dos sistemas hegemônicos.

Assim, na primeira parte buscamos remontar o circuito de relações microscópicas que desenharam a rota da luta de classes com aspirações hegemônicas que determinaram a dinâmica da acumulação do capital nos governos Lula 1 e 2, assim como no rápido período de derrocada da gestão Dilma Roussef.

Na segunda parte, a pressão exercida pelo capital internacional foi exemplificada na sua capacidade de causar transformações espaciais (que trazem implicações em áreas como: transformação das paisagens, gestão de distribuição hídrica, produtividade do solo, acesso legal à terra por comunidades tradicionais e etc.) no Brasil. Para tanto, investimos na reconstrução de momentos importantes na promulgação de Leis que regulamentam a compra de terras cultiváveis em território nacional por investidores estrangeiros, o fenômeno da *Land Grabbing*, que facilmente nos remete às questões sobre as investidas do Imperialismo no século XXI.

É fundamental ressaltar que a análise aqui empregada está comprometida com o horizonte gramsciano explorado pelo trabalho de Adam Morton (2007, 2021), em que a revolução passiva (que lançamos mão como chave interpretativa dos eventos “nacionais”) e o desenvolvimento desigual e combinado (princípio interpretativo do fenômeno das *Land Grabbings*) são tratados de maneira articulada, como categorias teóricas afins, considerando a possibilidade de complementariedade explicativa:

o desenvolvimento desigual e combinado como condição estruturante e a revolução passiva com sua ênfase de agentes de classes são conceitos afins e internamente relacionados abordando como o desenvolvimento capitalista se desenrola e como as lutas de classes entre agentes estatais e subalternos produziram e transformaram o espaço ao longo do tempo através de ciclos variados de revolução e de restauração” (MORTON, 2007, p.12).

Finalmente, ao seguir as ideias expostas neste artigo, espera-se que fique claro ao leitor o comprometimento com o pensamento crítico, que não naturaliza a conjuntura social, e que, acreditamos, revela algumas das múltiplas linhas de força que operam na transformação recente dos aspectos legais da apropriação de terras por estrangeiros no país.

## O DESENVOLVIMENTISMO DO PT COMO REVOLUÇÃO PASSIVA DO CAPITAL

Perry Anderson (2011) é um dos autores que sustentam a leitura de que o governo que promoveu um novo capítulo na condução de políticas públicas no Brasil,

não iniciou seu mandato alinhando-se às expectativas dos apoiadores progressistas, pois, ainda durante o período que antecedeu o pleito de 2002, o então futuro presidente traçou um caminho de afastamento da agenda defendida tradicionalmente por seu próprio partido. E, de maneira sintomática ao que se convencionou chamar de “presidencialismo de coalização” (ABRANCHES, 1988), (essa aparente contradição que costuma confundir os apoiadores mais avessos ao realismo da política), o primeiro governo Lula sinalizou nítida aproximação à cúpula de interesses do grande empresariado brasileiro. Um importante documento que registra o desejo de conciliação com o empresariado foi a “Carta ao Povo Brasileiro” lida em 22 de junho de 2022 ainda no período de candidatura <sup>4</sup>.

Esse movimento que descreve a trajetória das gestões petistas, que se resume em um início em que buscou-se acomodar a candidatura frente desconfianças de uma elite burguesa um tanto ainda indefinida, como um movimento prólogo que antecede a posterior radicalização progressista característica do segundo mandato, pode ser visto também na análise de André Singer (2009) sobre as raízes sociais do lulismo.

Esta lógica se apresenta quando, tendo alcançado a presidência após sucessivas tentativas frustradas, Lula teria iniciado os primeiros anos de mandato em consonância e acomodação à agenda do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso:

A ‘continuidade do governo Lula com o governo FHC’ na política macroeconômica — ‘baseada em três pilares: metas de inflação, câmbio flutuante e superávit primário nas contas públicas’—foi uma decisão política e ideológica. A elevação do superávit primário para 4,25% do PIB, a concessão de independência operacional ao Banco Central, que teve à sua frente um deputado federal eleito pelo PSDB com autonomia para determinar a taxa de juros, e a inexistência de controle sobre a entrada e a saída de capitais foram o modo encontrado para assegurar um elemento vital na conquista do apoio dos mais pobres: a manutenção da ordem (SINGER, 2009, p.96).

<sup>4</sup> Como exemplo não banal da contradição imposta pelo ofício político do governo que seria eleito, vale lembrar que o conteúdo da Carta foi idealizado pelo futuro Ministro da Fazenda, Antonio Paloci, homem forte da primeira gestão, estimado por ser um grande articulador de interesses que vinculavam o governo à parcela importante do empresariado. Anos depois, no final do primeiro governo petista, sua reputação moral seria manchada com a vinda à público das reuniões entre amigos e assessores em uma mansão no Lago Sul, luxuoso bairro de Brasília, em que Palocci alimentava relações escusas de partilha de dinheiro, regado a bebidas e denúncias de prostituição, descobertas no calor das investigações de corrupção do governo petista em 2005 no conhecido caso do Mensalão.

Mas, se por um lado o primeiro governo teve início se distanciando de críticas feitas pelo próprio PT durante os governos do PSDB (por exemplo, a respeito dos limites estabelecidos sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal de 04 e maio de 2000), por outro lado, o governo teria também conseguido adequar à matriz macroeconômica então estabelecida o incentivo do crescimento de um mercado interno voltado para os mais pobres, que veio a se mostrar altamente promissor para os produtores nacionais, ao mesmo tempo que concretizou a implementação de políticas de diminuição da insegurança alimentar e erradicação da pobreza (em que o Bolsa Família de 2004 foi o mais bem sucedido).

Como consequência dessa articulação de interesses, o público-alvo das políticas distributivas – principalmente as famílias de baixa renda do Norte e Nordeste – se tornaram politicamente relevantes ao solidificar uma base eleitoral que demonstrava reconhecer o então presidente como promotor de garantias mínimas de dignidade de vida. O que se revelou determinante para que Lula alcançasse a vitória no pleito de 2005, e conseguisse sobreviver politicamente mesmo diante das denúncias de esquema de pagamento de propina que envolviam integrantes do seu governo.

Para continuarmos sobre esta questão, devemos lembrar que se o “lulismo” representou a conquista de um eleitorado de baixa renda que se viu representado no nível federal por políticas populistas e, de maneira menos óbvia, por resultados gerados pelo incentivo do mercado interno, não devemos esquecer que tais decisões do Estado não ocorreram em um campo vazio de relações de força. Por essa razão, o prosseguimento da interpretação histórica que está sendo remontado aqui remete a uma perspectiva cara à Antonio Gramsci, que acreditamos se orientar pela seguinte questão: qual fração da burguesia nacional que na luta pela hegemonia possibilitou um Estado com aspectos progressistas?

O fortalecimento do mercado interno, pode ser um ponto chave para esclarecer o apoio burguês que tornou viável o “progressismo possível” do governo petista e sustentou-o mesmo durante as crises de legitimidade geradas pelos casos de corrupção do caso Mensalão.

Em “Governo Lula: a nova burguesia nacional no poder”, Armando Boito Jr. (2012), argumenta que no segundo mandato a base de apoio foi claramente acrescida pela chamada *burguesia interna*<sup>5</sup>, fração de classe composta por produtores (industriais e agrícolas) que tinham interesses alinhados a agenda distributiva do lulismo, interesses que coincidiam basicamente com o fortalecimento do setor de produção nacional, em detrimento da burguesia compradora e de capital financeiro internacional.

Segundo o autor, durante os governos petistas, o papel de classe burguesa hegemônica foi exercido por essa fração do bloco no poder que tinha interesses nas iniciativas do governo que visavam fortalecer a rede produtiva nacional, o que aproximou o grande capital industrial aos interesses políticos do movimento sindical e popular<sup>6</sup>. Esta aliança, que na análise gramsciana podem pertencer à ordem conjuntural das relações de força em uma sociedade capitalista, formou a frente de apoio que o governo buscou representar no projeto econômico classificado por Boito Jr. de *neodesenvolvimentista*: “o novo desenvolvimentismo concentra-se nos setores de processamento de produtos agrícolas, pecuários ou de recursos naturais e, no caso da indústria de transformação, está focado nos segmentos de baixa densidade tecnológica<sup>7</sup>”. (2012, p. 69).

Armando Boito Jr. fortalece o argumento de que, assim como Perry Anderson e, anteriormente, André Singer, a linha mestra que une as duas gestões petistas foi a do desenvolvimentismo, mesmo que o início do primeiro mandato tenha sido priorizado a acomodação diante da desconfiança da grande burguesia. Isso porque, e Boito Jr. é mais enfático nesta questão, se a fração compradora da burguesia participa na expansão sem limites do imperialismo, a fração de classe

<sup>5</sup> Usaremos o termo elaborado inicialmente por Nicos Poulantzas (1978) em itálico por se tratar de um elemento importante na análise.

<sup>6</sup> Neste contexto, foi significativo que o periódico “Revista da Indústria” tenha retornado suas publicações na gestão de Paulo Skaf, empossado diretor da FIESP em 2004, com matérias de postura ideológica que via na gestão anterior [FHC] excessos monetaristas, enquanto expunha aberto otimismo no que dizia ser a “nova era da FIESP”. Ver trechos das entrevistas de Skaf apresentadas no artigo de Boito Jr. (2012, p.89.).

<sup>7</sup> Nesse modelo as empresas nacionais mais fortes em escala mundial eram quase exclusivamente as de processamento de produtos de baixo valor agregado, Friboi, a Brazil Foods, a Vale, a Gerdau, a Votorantim Celulose.

burguesa que apoiou Lula, a chamada *burguesia interna*, tem como característica impor limites ao imperialismo, embora não tenha razões pragmáticas para investir na sua eliminação (2012, p. 75).

Além da importância dada a exportação e o fortalecimento do mercado interno, impor limites à força exercida pelo capital estrangeiro na privatização de serviços públicos em um regime democrático, passa pela ação do Estado como provedora de bem-estar social, qualificando o projeto como desenvolvimentista. O oposto disso, são as iniciativas de privatização de empresas públicas para investidores na Bolsa de Valores, como os casos emblemáticos do Sistema Telebrás em 1998 e recentemente no caso da Eletrobrás, que representam alguns dos diversos exemplos em que o Estado brasileiro cedeu a interesses escusos do capital estrangeiro e capitalizou serviços de origem e função pública.

No trabalho “Trajetória das desigualdades”, Marta Arretche (2015) apresentou pesquisas que corroboram com o argumento que de fato houve a implementação do modelo de bem-estar social no Brasil da primeira década do século XX.

Em seu artigo, baseando-se nos resultados dos censos do IBGE desde 1970, a autora mostra que a trajetória de distribuição desses serviços públicos no país seguiu um padrão que relaciona a entrega destes serviços ao aumento da renda *per capita* por região. Assim, observou-se que historicamente os mais pobres que viviam em regiões ricas receberam mais rapidamente a iniciativa do Estado em ações que visaram sanar a desigualdade no acesso à serviços básicos, como: água, energia elétrica, coleta de lixo e saneamento básico.

A quebra desse padrão só foi observada nos dados de 2010, em que houve uma nítida melhora na oferta destes serviços, principalmente no acesso à água e energia elétrica, em regiões de baixa renda *per capita*, principalmente no Norte e Nordeste. A explicação mais plausível para essa constatação é a de que os dados mostrariam o resultado de políticas de universalização desses serviços que foram implementados a partir do século XXI, dentro do período dos governos de Lula.

Deve ter ficado claro ao leitor até aqui que a semelhança entre todos os argumentos apresentados, de Singer, Anderson, Boito Jr. e Arretch, está no



reconhecimento da singularidade deste governo em ter conseguido articular interesses das camadas sociais menos privilegiadas ao mesmo tempo que representou temporariamente o projeto hegemônico da classe burguesa interna – a menos imperialista entre as frações da classe burguesa.

Em análise posterior, já num contexto progressista de menor otimismo, André Singer (2015) continuou sob a mesma orientação para decretar a derrocada do “ensaio desenvolvimentista” do governo Dilma Roussef, que: comprometido em acelerar o lulismo, buscou atender a agenda da fração de classe burguesa produtivista no aspecto estrutural<sup>8</sup> e rompeu com o silêncio a respeito do injustificável valor da taxa Selic operada pelo Banco Central, principal freio de investimento da burguesia interna, determinando sua queda de 12,5% para 7,25% entre 2011 e 2013.

Em curto espaço de tempo, cresceu a intolerância diante dos primeiros resultados negativos dos ajustes realizados pelo governo que causaram o aumento na taxa de inflação, ameaçando a capacidade de investimento do setor produtivo – até então aliado conjuntural do lulismo - além de diminuir o poder de compra da população. Ao mesmo tempo, a alta margem da Selic abria uma janela de possibilidades alinhado aos interesses especulativos da burguesia rentista que passaram a manifestar críticas ao governo e a exigir a diminuição dos gastos públicos, discurso que tomado por grupos em busca da hegemonia política/ideológica, ajudou a renovar o neoliberalismo no Brasil.

O coro “ultraliberal” dos críticos do governo, que no primeiro momento foi representado por políticos do PSDB, ganhou força com a onda de manifestações que teve início em junho de 2013 e a demonização da classe política gerada pela questionável Operação Lava Jato. No rápido processo de deslegitimação do projeto econômico desenvolvimentista, Dilma se viu deixada pela fração de classe que garantia a conciliação burguesa de seu governo, a fração produtora da burguesia nacional, naquilo que na história política brasileira representou um

<sup>8</sup> É significativo lembrar o pronunciamento à TV aberta, em 2013, em que Dilma Roussef anunciou a primeira redução no valor da conta de luz na história do Brasil, demanda que era requerida pela FIESP desde 2011 e que, obviamente, contribuiria muito para popularidade de seu governo.

desenvolvimentismo com aspectos que remetem ao conceito de revolução passiva, ou seja, uma transformação que acomodou forças antagônicas sem criar uma ruptura definitiva, pairando sob a ordem do permanente e do possível<sup>9</sup>.

## O PROBLEMA DA EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA NO BRASIL

O fim do governo Dilma foi decretado através da utilização de uma arma nuclear institucional (CHUEIRI; KOZICKI, 2019). Para Wanderley Guilherme dos Santos, tratou-se de uma versão de um novo tipo de golpe, típico de democracias representativas modernas, o *golpe parlamentar*: uma ruptura política que consegue a façanha de manter o verniz de legalidade das instituições mesmo que tenha como fundamento um procedimento de gestão comum (SANTOS, 2017).

Este golpe de Estado com origem e sustentação parlamentar acelerou o reposicionamento do País ao padrão reacionário que vinha crescendo em escala mundial desde o final do século XX, com a retomada agressiva da agenda liberal. Esse reacionarismo em nível internacional, mas sustentado pelo mundo moderno, já havia substituído a crença no fortalecimento das instituições em que se baseia a sociedade de bem-estar social como modo de combater a armadilha malthusiana do crescimento populacional, e alçou como a perspectiva predatória que estabelece a busca pelo crescimento sem considerar uma alternativa moderada como a nova premissa do crescimento econômico do Estado (2017, p.105).

A pressão exercida pelo “ultraliberalismo” na tentativa de direcionar mercadologicamente assuntos que no fundo dizem respeito a Soberania Nacional, pode ser observado no Brasil, e em outros países agroexportadores da América Latina e África, na primeira década dos anos 2000, nas alterações jurídicas a respeito da regulamentação da compra de terras produtivas em território nacional.

A primeira década do século XX representa um capítulo importante na história de “estrangeirização” de terras no Brasil, pois o contexto internacional de

---

<sup>9</sup> Na literatura, é famosa a passagem do livro “O Leopardo”, do escritor italiano Tomasi di Lampedusa, que bem resume a noção de continuidade das classes dirigentes mesmo em eventos aparentemente disruptivo: “ – Se nós não estivermos lá, eles fazem uma república. Se quisermos que tudo fique como está, é preciso que tudo mude. Expliquei-me bem?” (p.28).

escassez na oferta de alimentos e fontes de energia viáveis neste período colocou o mundo diante de uma eminente crise de recursos, e o capital internacional, visando sua expansão, deslumbrou estratégias direcionadas aos países de maior produção agrícola.

Por aqui, os resultados mais notórios foram a expansão das fronteiras agrícolas, o aumento do preço das glebas e o acirramento de conflitos fundiários e territoriais, notáveis, estes últimos, nas articulações Parlamentares para a mudança legislativa em favor de interesses escusos.

O fenômeno do *Land Grabbing*, como se nomeia o investimento massivo de atores econômicos estrangeiros na aquisição de terras de grande extensão no território nacional, é um dos fatores que assinalam para tal “estrangeirização” em sua manifestação contemporânea baseada em aquisição de terras e produção de *commodities* (WILKINSON, 2018). Trata-se, de um procedimento de aspiração neocolonialista articulado legislativamente por políticos representantes da fração de classe produtiva, particularmente produtores agropecuários e usineiros, representados no Poder Legislativo pela chamada Bancada Ruralista.

Duas hipóteses são evocadas para explicar o *boom* de *commodities* que atingiu os maiores países produtores. Uma primeira explicação articula a lei de oferta e demanda, considera o impacto gerado pelo crescimento econômico da China e Índia como fortes compradores de grão em um mercado com pouca oferta. Paralelamente, outro ponto desta explicação seria o otimismo a respeito dos combustíveis agrícolas (biocombustíveis) como substituto do petróleo antes da descoberta do Pré-Sal em 2006-2007.

Outra hipótese explicativa propõe que teria havido uma combinação entre o comportamento das autoridades financeiras e as inovações no setor financeiro, o que ajudaria explicar a correlação observada na época entre os preços das principais *commodities* (petróleo, alimento e minério):

Segundo essa linha de explicação do boom das *commodities*, as políticas monetárias adotadas pelos principais bancos centrais desde meados dos anos 2000, caracterizadas por juros historicamente muito baixos, garantiram liquidez em abundância. Na busca por retorno atraente, os operadores do mercado financeiro passaram a atuar intensamente em mercados até então pouco afetados pela

dinâmica financeira. Os tradicionais mercados de commodities se tornaram, dessa forma, um destino cada vez mais importante. O resultado foi um considerável aumento da compra de ativos lastreados em commodities na fase crescente do ciclo ( FLEXOR; LEITE, 2017, p. 25)

Salvo as hipóteses explicativas do *boom* que ocorreu no novo milênio, a compra de terras no Brasil por capitais estrangeiros, agrários ou financeiros, ou seja, representados pela nomenclatura moderna *Land Grabbing*, pode ser identificado no movimento de expansão da fronteira agrícola em direção à região Norte desde os anos 1970, e que tem como caso mais recente a região geográfica de Matopiba (iniciais dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), faixa territorial baseada no cultivo agrícola de grande extensão que visa a exportação do resultado.

E na década de 90, com o novo estado jurídico de empresas estrangeiras com sede no Brasil que na prática revogava os limites de investimentos estrangeiros determinado pela Lei. 5.709/1971, a flexibilização da entrada do capital estrangeiro já havia trazido questões sobre a regulamentação de pessoas jurídicas estrangeiras que voltariam a ser discutidas diante do forte interesse do capital estrangeiro durante a corrida pela produção de *commodities* e biocombustíveis no século XXI.

Assim, fica evidente que a prática de Land Grabbing nada mais é do que um termo atual para nomear um fenômeno bastante presente na história da formação do território brasileiro, remontando ao passado colonial e o continuísmo da relação extrativista empregada pelo capitalismo estrangeiro (moderno ou mercantilista). Portanto, passemos para os procedimentos legais que regulamentaram a aquisição de terra por entidades estrangeiras no Brasil remontando os momentos fundamentais apresentados no artigo “Marcos legais e a liberação para investimento estrangeiro em terras no Brasil”, de Luís Felipe Perdigão de Castro e Sérgio Sauer. A primeira oportunidade de regulamentação da *Land Grabbing* remonta o período Ditatorial com as investigações da CPI que deram origem ao Relatório Velloso no Congresso Nacional, em 1968. Na ocasião, a CPI constatou a aquisição fraudulenta de mais de 28 milhões de hectares, sendo 20 milhões em posse de grupos estrangeiros (2017, p.42). Mesmo assim as investigações não foram a diante.

Poucos anos depois, é promulgada a Lei. 5.709/1971 que demarcou a iniciativa do Estado em legalizar e legitimar a “estrangeirização” da terra no Brasil, estabelecendo as diretrizes para a aquisição territorial por pessoas físicas e jurídicas, limitando o acesso à quantidade de módulos, no caso do primeiro, e exigindo o enquadramento da função da produção, dentro da aprovação do Ministério da Agricultura, assim como definiu o limite da “soma total” das áreas rurais adquiridas dentro de um mesmo município por pessoa física ou jurídica estrangeira, como sendo de até um quarto do total da superfície do município. E, finalmente, estabeleceu a definição do que seria a “empresa brasileira” e a “empresa brasileira de capital nacional”, pelo art. 171 da CF/1988, influenciando na atuação de controle na aquisição de terra por estrangeiros pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

A flexibilização ocorreu nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) com a adoção do Pareceres GQ-22 (1994) e GQ-181 (1998) da Agencia Nacional da União (AGU) que revogou o entendimento do § 1º do art. 1º da Lei nº 5.709/1971, e como resultado deu sustentação para que pessoas jurídicas brasileiras controladas ou não por estrangeiros pudessem adquirir ou arrendar terras no Brasil. Em outra medida do governo de FHC, foi instituída a Emenda Constitucional nº 06 (EC-06), de 15 de agosto de 1995, em que se revogou o art. 171 da CF/1988, concluindo que para ser brasileira, bastaria que a pessoa jurídica fosse constituída sob leis brasileiras, com sede e administração no país. (2017, p.44).

Já em 2007, diante do cenário de corrida mundial por terras, o tipo de progressismo econômico assumido pelo segundo governo de Luiz Inácio Lula da Silva direcionou recursos públicos no financiamento de investimentos estrangeiros na expansão da soja, cana e etanol, promovida pelo do BNDES, em outra direção, o governo tomou posições que caracteriza certo realinhamento do Estado em relação ao desenho legal da Lei 5.709/1971. Corroborando neste sentido que em setembro de 2008, em resposta à pedido de revisão por parte da gestão petista, a CGU revogou os Pareceres GQ-22 e GQ-181, retomando o sentido proposto pela § 1º do art. 1º da Lei nº 5.709/1971. Em outro passo, em Agosto de 2010, a CGU acatou a publicação do Parecer LA-01, estabelecendo regras e limites quantitativos à apropriação de

terras por estrangeiros na espacialidade do município, restabelecendo o limite de 25%, (2017, p. 46).

Na gestão de Dilma Rousseff, em 2011, o deputado federal Beto Fato (PT/PA) que havia apresentado o projeto de lei 2.289/ 2007, propondo regulamentar o art. 190 da CF/1988, requereu junto à Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados a abertura de uma comissão especial para analisar as alternativas sobre o processo de aquisição e utilização de terras brasileiras por pessoas físicas e jurídicas estrangeiras. Já no ano de 2012, o desfecho alcançado pelas discussões da comissão não foi oportuno para Beto Faro que teve seu relatório rejeita. Mais virtuoso do que ele se saiu o deputado Marcos Montes (DEM/GO), ex-presidente da Frente Parlamentar da Agricultura, que teve seu substitutivo aprovado e assumido como Projeto de Lei pela Comissão de Agricultura da Câmara a PL n° 4.059/2012 (apensada ao PL n°2.289/2007).

Na tentativa de demonstrar o oportunismo explícito no interesse da Bancada Ruralista e de Michel Temer<sup>1011</sup> na ocasião do contexto de claro retrocesso e entreguismo que caracterizou o período imediato após o golpe parlamentar de 2016, ressaltamos alguns pontos que são apresentados no PL n° 4.059/2012 do então deputado Marcos Montes (DEM/GO) que, no nosso ponto de vista, ilustra a capacidade do capital internacional de gerar pressão econômica e política que determinam a geografia de países produtores agrícolas. Assim, sobre as relações geopolíticas e a revolução passiva do capital como apresentadas por Adam Morton (2007), podemos dizer que no nível internacional das relações de produção, a tendência é de extinção do controle do Estado Brasileiro sobre as transações envolvendo terras produtivas no próprio território.

E estamos justificados a pensar assim pois os aspectos imperialistas<sup>1112</sup> que estão solidificados na perigosa PL n° 4.059/2012 estabelecem os seguintes pontos

<sup>10</sup> Quando se viu ameaçado por denúncias de 2017 declarou que o Projeto seria importante em uma clara iniciativa de utiliza-la como moeda de troca numa tentativa de conquistar apoio dos ruralistas estrangeiristas (Redação RBA, 2017).

<sup>11</sup> O desejo da aprovação da PL n° 4.059/2012 e a quem ela pode beneficiar, nos remete aos interesses que envolveram a negociação do conflito marroquino no início da década de 30: “ O sentido histórico do conflito marroquino, remetido à sua expressão mais simples e mais tosca, é a luta concorrencial pela decisão sobre qual dos representantes do capitalismo europeu será o primeiro a poder jogar-se sobre o canto noroeste do continente africano, para engoli-lo ao modo capitalista – o que, afinal, é o sentido de cada fragmento do desenvolvimento da política mundial”. (LUXEMBURGO, 2011, p.415).



de acomodação da legislação brasileira ao interesse do capital estrangeiro nas *Land Grabbing*:

- O não estabelecimento de limites para aquisição de áreas por estrangeiros, restringindo a obrigatoriedade de fiscalização e licença para imóveis rurais de até quatro módulos fiscais ou arrendamento de até dez módulos fiscais. Comprometendo o limite antes estabelecido de 25% da superfície do município em que se situa.
- A possibilidade de empresas (controladas por pessoas físicas não residentes no Brasil) ou pessoas jurídicas (estrangeiras com sede no exterior) adquirirem terras brasileiras sem limite de área.
- O fim da obrigatoriedade da declaração de cadastro de todos os proprietários e possuidores de imóveis rurais, extinguindo o Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) e a Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Incra. Essas supressões liberam a aquisição desenfreada de terras rurais por pessoas estrangeiras físicas e jurídicas.

Cabe salientar que o Projeto Lei encontrou dificuldade em prosseguir tramitação na Câmara dos Deputados ainda na presidência de Rodrigo Maia (DEM/RJ), pois seu conteúdo gerou discussões que demonstram a complexidade da questão levantada. Se por um lado ficou evidente que havia diferentes projetos de frações de classe que separava agricultores nacionalistas, receosos de perder margem de mercado, daqueles que são produtos orgânicos de iniciativas estrangeiras, empresas ou aglomerados internacionais, ou daqueles que momentaneamente se encontram localizados no sistema internacional de produção em concordância com interesses de agentes externos. Além disso, há o risco evidente de que a “estrangeirização” comprometa a soberania nacional, já que o Estado, por definição sociológica e jurídica, se fundamenta no controle de um território específico, e tal condição não é remediável, sob o risco de legitimar e colocar em evidência o colonialismo que é dissimulado pelo discurso político das elites econômicas.

## CONCLUSÃO

Com a finalidade de concluir o argumento desenvolvido até aqui, propomos estabelecer uma articulação possível entre as duas escalas de luta pela hegemonia que emboçamos brevemente. Portanto, ao retomarmos o debate acerca do desenvolvimentismo do PT como o resultado provisório da busca pela hegemonia da *burguesia interna*, concluímos que tal modelo econômico foi uma revolução passiva do capital e não representou uma ruptura ao capitalismo. E podemos defender esta tese ao retomarmos a questão da expansão da fronteira agrícola por iniciativa estrangeira (*Land Grabbing*), como sendo um fenômeno que sobreviveu as gestões petistas, e que hoje permanece sendo uma ameaça dentro dos planos da Bancada Ruralista.

## REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Sérgio. Presidencialismo de coalizão. **Dados**, v. 31, n. 1, p. 67-79, 1988.
- ARRETCHE, Marta. Trazendo o conceito de cidadania de volta: a propósito das desigualdades territoriais. In: **Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. São Paulo: Editora Unesp, CEM, 2015.
- BIELER, Andreas; MORTON, Adam David. **Interloquções com a revolução passiva**. Marília: Novos Rumos, v.58, n.1, p. 61- 77, Jan – Jun. 2021.
- BOITO Jr, Armando. Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder. In: BOITO Jr, Armando; GALVÃO, Andreia (Org). **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Alameda, p. 67- 104. 2012.
- BONIN, Robson. Popularidade de Lula bate recorde e chega a 87%, diz Ibope. **G1**. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2010/12/popularidade-de-lula-bate-recorde-e-chega-87-diz-ibope.html>. Acesso em 14 de fevereiro de 2023.
- CASTRO, Luís Felipe Perdigão de; SAUER, Sérgio. Marcos legais e a liberação para investimento estrangeiro em terras no Brasil. In. MALUF, Renato S; Flexor, Georges (Orgs). **Questões agrárias, agrícolas e rurais: conjunturas e políticas públicas**. Rio de Janeiro : E-Papers, 1. ed. 2017.
- CHUEIRI, Vera Karam de; KOZICKI, Katya. **Impeachment: a arma nuclear constitucional**. São Paulo: Lua Nova, n. 108, p. 157-176, 2019.

FLEXOR, Georges; LEITE, Sérgio. Mercado de terra, commodities boom e land grabbing no Brasil. In. MALUF, Renato S; Flexor, Georges (Orgs). **Questões agrárias, agrícolas e rurais: conjunturas e políticas públicas**. Rio de Janeiro : E-Papers, 1. ed. 2017.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 2007.

MARI, Cezar Luiz de. O papel educador dos intelectuais na formação ideológica e hegemônica em Gramsci: uma perspectiva de emancipação humana. in: LEITE, Domingos (org.). **Trabalho e Formação Humana: o papel dos intelectuais e da educação**. Curitiba: UFTPR, p. 65-84, 2011.

MORTON, Adam David. **A geopolítica do sistema de estados e o capitalismo global em questão**. Curitiba: Revista de Sociologia, n. 29, p.45-62, nov. 2007.

LAMPEDUSA, Tomasi di. **O Leopardo**. São Paulo: Círculo do livro S.A.

LEVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural**. Tradução: Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Folha de São Paulo (Coleção Folha Os pensadores), v. 7. 2021.

LUXEMBURGO, Rosa. **Marrocos**. In. Textos Escolhidos: 1899 – 1914. Tradução: Stefan Fornos Klein. LOUREIRO, Isabel (Orgs). São Paulo: Editora Unesp. v. 1. p. 411 – 416. 2011.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **A democracia impedida: o Brasil no século XXI**. Rio de Janeiro : FGV Editora, 2017.

SINGER, André. **Raízes sociais e ideológicas do lulismo**. São Paulo: Novos Estudos, v. 85, p. 82 – 103, novembro. 2009.

REDAÇÃO RBA. Venda de terras à estrangeiros pode virar moeda de troca. **Frente Brasil Popular**. Disponível em: <https://www.frentebrasilpopular.org.br/noticias/venda-de-terra-a-estrangeiros-pode-virar-moeda-de-troca-bce9/>. Acesso em 13/02/2023.

SINGER, André. **Cutucando onças com varas curtas: O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma rousseff (2011-2014)**. São Paulo: Novos Estudos, v. 102, Julho, 2015.

WILKINSON, John. Land grabbing e estrangeirização de terras no Brasil. In. MALUF, Renato S; Flexor, Georges (Org). **Questões agrárias, agrícolas e rurais: conjunturas e políticas públicas**. Rio de Janeiro : E-Papers, 1. ed. 2017.

*Recebido em 17 de fevereiro de 2023*

*Aceito em 24 de fevereiro de 2023*

*Editado em fevereiro de 2023*

**CIÊNCIA EXPERIMENTAL E TRADUTIBILIDADE. OBJETIVIDADE E IDEOLOGIA  
CIENTÍFICA NOS CADERNOS DO CÁRCERE**

*Experimental science and translatability. Objectivity and scientific ideology in the Prison Notebooks*

*Scienze sperimentali e traducibilità. Oggettività e ideologia scientifica nei Quaderni del Carcere*

Camilla Scocco<sup>1</sup>

**RESUMO:**

O artigo constitui uma reformulação do minicurso realizado por ocasião do III COLÓQUIO INTERNACIONAL ANTONIO GRAMSCI (IGS-Brasil) "Filosofia da práxis e tradutibilidade: legado de Gramsci na América Latina". A primeira parte investiga a conexão entre a reflexão sobre as ciências experimentais e o tema da tradutibilidade nos *Cadernos da Prisão*. A segunda parte discute a relação da epistemologia de Gramsci com a filosofia de Croce e a filosofia de Lênin. A terceira parte mostra a relevância da reflexão de Gramsci sobre as ciências no contexto dos debates epistemológicos contemporâneos.

**PALAVRAS-CHAVE:** ciência experimental, epistemologia, tradutibilidade, cosmopolitismo.

**ABSTRACT:**

The article constitutes a re-elaboration of the minicurso held on the occasion of the III COLÓQUIO INTERNACIONAL ANTONIO GRAMSCI (IGS-Brasil) "Filosofia da práxis e tradutibilidade: legado de Gramsci na América Latina." In the first part, the link between the reflection on experimental sciences and the theme of translatability in the Prison Notebooks is investigated. The second part discusses the relationship of Gramsci's epistemology with Croce's philosophy and Lenin's philosophy. The third part shows the relevance of Gramscian reflection on the sciences in the context of contemporary epistemological debates.

**KEY-WORDS:** experimental sciences, epistemology, translatability, cosmopolitanism.

<sup>1</sup> Doutoranda em Filosofia na École Normale Supérieure de Lyon (Triangle). Graduada na Faculdade de Filosofia da Università degli Studi di Roma La Sapienza.

**ESTRATTO:**

L'articolo costituisce una rielaborazione del minicurso tenuto in occasione del III COLÓQUIO INTERNACIONAL ANTONIO GRAMSCI (IGS-Brasil) "Filosofia da práxis e tradutibilidade: legado de Gramsci na América Latina". Nella prima parte viene indagato il legame tra la riflessione sulle scienze sperimentali e il tema della traducibilità nei Quaderni del carcere. La seconda parte discute il rapporto dell'epistemologia gramsciana con la filosofia di Croce e con la filosofia di Lenin. La terza parte mostra l'attualità della riflessione gramsciana sulle scienze nell'ambito dei dibattiti epistemologici contemporanei.

**PAROLE-CHIAVE:** scienze sperimentali, epistemologia, traducibilità, cosmopolitismo.

**INTRODUÇÃO**

Em 2017, em um denso artigo sobre o conceito de tradutibilidade, Giuseppe Cospito concluiu enfatizando a necessidade de novas investigações que melhor especificariam, no pensamento gramsciano "la connessione tra il tema della traducibilità [...] e il rifiuto di ogni teoria corrispondentista della verità che presupponga un oggetto esterno indipendente" (Cospito 2017, p. 58). Nas páginas seguintes, tentaremos explorar esta questão em duas direções específicas. Em primeiro lugar, focalizando como na reflexão de Gramsci a atividade das ciências experimentais é pensada em relação ao núcleo teórico do conceito de tradutibilidade, ou seja, o caráter cosmopolita do processo civilizatório. E, em segundo lugar, reconectando este tema à questão da relação de Gramsci com a filosofia de Croce e Lênin.

Em conclusão, seguindo as solicitações de Javier Balsa (Balsa 2019, pp. 196-197) e Raul Burgos (Burgos 2019, pp. 247-250) para que os estudos gramscianos na Itália não separassem o estudo filológico da investigação política do presente, também expressa na Conferência Internacional de Estudos *Egemonia e modernità. Il pensiero di Gramsci in Italia e nella cultura internazionale* (Roma, 18-20 de maio de 2017) (Frosini, Giasi 2019), tentaremos atualizar alguns dos temas da discussão da Gramsci sobre as ciências experimentais, para mostrar seu potencial como instrumento de análise crítica dos debates epistemológicos contemporâneos e de suas premissas políticas.

**CIÊNCIA E TRADUCIBILIDADE**

Nos *Cadernos da Prisão*, o tema da ciência experimental se cruza com o tema da tradutibilidade em relação à questão do cosmopolitismo. A tendência de unificação mundial da economia determina que a filosofia da práxis assume uma visão internacional do processo de construção do sujeito e assim que concebe todas as atividades humanas (filosofia, arte, ciência etc.) e todas as diferentes culturas nacionais como parte da mesma processualidade política (Descendre, Zancarini 2016, pp. 16-17). A participação no mesmo processo político faz que eles se juntem e que se traduzam umas nas outras, de acordo com uma tradução que, como Gramsci lembra em uma nota do Caderno 11, "non è 'perfetta' certamente, in tutti i



particolari, anche importanti [...] ma lo è nel ‘fondo’ essenziale” (Gramsci 1975, p. 1470). Esta forma internacionalista de entender o processo de construção do sujeito está de fato ligada à peculiar convenção de Gramsci segundo a qual a sociedade humana, no presente ainda fragmentada em grupos sociais e dividida em grupos estatais, será conduzida pela prática comunista à superação da fragmentação conflituosa e à unificação mundial. É neste sentido que o conceito de tradutibilidade segundo Gramsci é um “elemento ‘crítico’ inerente al materialismo storico” (Gramsci 1975, p. 851), ou seja, delimita a originalidade crítica do marxismo frente a todas as outras filosofias (Frosini 2019, pp. 45-48).

Esta visão do processo histórico como tendência ao cosmopolitismo e da construção política do sujeito como realizando-se em nível internacional segundo os modos de tradução nacional leva Gramsci a delinear uma forma original de progresso cultural. Atividade de tradução mútua entre diferentes povos e diferentes culturas nacionais que participam de uma mesma visão política, o progresso cultural é entendido como o trabalho de colaboração de todos os povos:

due culture nazionali, espressioni di civiltà fundamentalmente simili, credono di essere diverse, opposte, antagonistiche, una superiore all’altra, perché impiegano linguaggi di tradizione diversa, formatisi su attività caratteristiche e particolari a ognuna di esse. [...] Per lo storico, in realtà, queste civiltà sono traducibili reciprocamente, ridicibili l’una all’altra. [...] il progresso reale della civiltà avviene per la collaborazione di tutti i popoli, per “spinte” nazionali (Gramsci 1975, p. 1470).

A partir destes dois núcleos do conceito de tradutibilidade (o caráter global do processo de construção de uma nova civilização e cosmopolitismo como ponto de chegada da prática marxista) é possível identificar um terreno teórico para compreender o entendimento de Gramsci sobre as ciências experimentais em relação ao princípio da tradutibilidade. A questão surge em uma nota no Caderno 11 escrita entre julho e agosto de 1932<sup>2</sup>, onde Gramsci argumenta que

la scienza sperimentale è stata (ha offerto) finora il terreno in cui una tale unità culturale ha raggiunto il massimo di estensione: essa è stata l’elemento di conoscenza che ha più contribuito a unificare lo “spirito”, a farlo diventare più universale; essa è la soggettività più oggettivata e universalizzata concretamente (Gramsci 1975, p. 1416).

Para entender a idéia da ciência como a atividade que mais contribui à unificação cultural da humanidade e, como consequência, para esclarecer como o tema da tradutibilidade está entrelaçado com a

<sup>2</sup> A datação aqui e nas seguintes páginas é tirada de Cospito (2011, pp. 897-904).

negação de Gramsci da existência transcendente da matéria, é necessário retrair algumas das discussões mais amplas sobre ciência delineadas nos cadernos entre outubro de 1930 e dezembro de 1932. Em particular, a tentativa gramsciana de uma historicização absoluta das ciências experimentais em polêmica com a idéia positivista da ciência assumida acriticamente pelo materialismo histórico do filósofo e político soviético Nicolaj Ivanovič Bucharin.

### A HISTORICIZAÇÃO DAS CIÊNCIAS EXPERIMENTAIS

Temporalmente sobreposta à reformulação do materialismo histórico em filosofia da práxis, a discussão de Gramsci sobre as ciências experimentais é sua verdadeira “chave di volta” (Izzo 2021, p. 122), porque ela é orgânica à crítica da degeneração sociológica do marxismo de Bucharin. E, mais genericamente, ela é orgânica à crítica da tendência dogmatizadora do marxismo soviético nos anos ’30, dependente do projeto político do socialismo em um país e do processo de bolchevização da Internacional Comunista. Seguindo os diferentes fios da reflexão carcerária, emerge de fato como, segundo Gramsci, o caráter dogmático do marxismo de Bucharin depende de seu fundamento sobre as pedras angulares da epistemologia positivista. Ou seja, sobre a idéia da existência de uma matéria objetiva que evolui de acordo com leis independentes do sujeito e sobre a noção de ciência como uma atividade neutra capaz de refletir essas leis objetivas. No centro, então, da definição do marxismo como sociologia, que Stalin mais tarde colocou na base da teoria do Diamat, haveria uma des-historicização das ciências naturais, que adquirem o status de disciplinas objetivas, neutras, removidas da dinâmica histórica, capazes de se elevarem acima dos conflitos de classe para restituir o mundo externo como o é (Fresu 2019, pp. 308-330; Balsa 2018). É por isso que, em março de 1932, na terceira série dos *Appunti di filosofia*, Gramsci argumenta que o problema das ciências naturais é o fundamental a ser resolvido para purgar o marxismo das tendências metafísicas e deterministas:

la posizione delle scienze naturali o esatte nel quadro del materialismo storico. Questo è il problema più interessante e urgente da risolvere, per non cadere in un feticismo che è appunto una rinascita della religione sotto altre spoglie (Gramsci 1975, p. 1076).

Para Gramsci, a reformulação do materialismo histórico em filosofia da práxis deve passar pela elaboração de uma nova teoria epistemológica. Uma teoria que historiciza as ciências naturais, que as considera internas aos discursos hegemônicos, enraizadas na ideologia e que, ao mesmo tempo, não perde o conceito de objetividade e o reelabora a partir do princípio da união do sujeito e do objeto, da teoria e da práxis.

A nota mais abrangente deste ponto de vista é o § 17 do Caderno 11, que traz o título *La così detta "realtà del mondo esterno"*. Aqui, de fato, Gramsci enfatiza que no fundo da defesa da transcendência material de Bucharin está uma concepção destoricizada das ciências naturais:

la quistione [difesa della materia in sè] è strettamente connessa, e si capisce, alla quistione del valore delle scienze così dette esatte o fisiche e alla posizione che esse sono venute assumendo nel quadro della filosofia della praxis di un quasi feticismo, anzi della sola e vera filosofia o conoscenza del mondo (Gramsci 1975, p. 1413).

A referência crítica neste caso é *Theory and practice from the standpoint of dialectical materialism*, discurso de Bucharin no 2º Congresso Mundial de História da Ciência e Tecnologia, realizado em Londres no verão de 1931 (Bucharin 1931). Aqui o filósofo soviético havia justificado a existência da realidade do mundo externo a partir das certezas espontâneas do senso comum e havia ridicularizado teorias idealistas que, afirmando que o mundo é uma criação da atividade do sujeito, acabaram por herdar o preconceito religioso de um mundo externo criado por Adão. Segundo Gramsci o contrário é verdadeiro. É a crença instintiva na realidade externa pelo senso comum que é derivada das religiões. Estes, de fato, ensinando que o mundo é criado por Deus para o ser humano, que o ser humano enfrenta um mundo já catalogado em espécies e ordenado em leis, mostram que eles também contêm dentro de si princípios de materialismo. Daqui a necessidade da filosofia praxis de se confrontar seriamente com as filosofias idealistas, sem ridicularizá-las. Tal confronto demonstraria que a filosofia da praxis não é herdeira do materialismo de senso comum. Ao contrário, ela traduz a concepção idealista na teoria das superestruturas. De modo que o que a filosofia clássica moderna exprime de forma especulativa no conceito de espírito, a filosofia da práxis posa na linguagem historicista, na afirmação do caráter superestrutural de toda atividade humana e da concepção do mundo:

fa anzi meraviglia che il nesso tra l'affermazione idealistica che la realtà del mondo è una creazione dello spirito umano e l'affermazione della storicità e caducità di tutte le ideologie da parte della filosofia della praxis, perché le ideologie sono espressione della struttura e si modificano col modificarsi di essa, non sia mai stato affermato e svolto convenientemente (Gramsci 1975, p. 1413).

O que deve ser enfatizado é que em Gramsci não ocorre o abandono do conceito de objetividade, nem a rejeição de sua utilidade na luta político-cultural. Ao contrário, a noção de objetividade é desligada de uma concepção metafísico-materialista, ou seja, religiosa, e submetida a uma operação de historicização absoluta. Isto emerge bem de uma nota no Caderno 11 contida na seção intitulada *La scienza e le ideologie*

“*scientifiche*”, onde Gramsci observa que o problema da definição do conceito de objetividade é de importância central para a elaboração da filosofia da práxis:

la quistione più importante da risolvere intorno al concetto di scienza è questa: se la scienza può dare, e in che modo, la “certezza” dell’esistenza obiettiva della così detta realtà esterna (Gramsci 1975, p. 1455).

A seguir, é mostrado que, do ponto de vista da filosofia da práxis, a ciência é uma atividade que não encontra seu objeto já existente, mas que o constrói com o uso de instrumentos materiais e teóricos. O processo de construção de conceitos objetivos da ciência se dá através de um longo processo de seleção de sensações cujo caráter fundamental é sua universalidade, ou seja, o fato de ser realizado através da colaboração de toda a comunidade internacional de cientistas. Gramsci entra também nas especificidades deste processo, fornecendo amplamente a metodologia através da qual a seleção das sensações é feita. No início, a ciência forja instrumentos materiais e elabora princípios teóricos de indução e dedução, que permitem reforçar os órgãos de sensação e ampliar a capacidade humana de experimentar o mundo. E, em um segundo momento, aplica este complexo de instrumentos materiais e intelectuais às sensações, de modo de distinguir entre o que é universalmente experimentável e o que é apenas individualmente. A ciência, portanto, considera como realidades objetivas unicamente aquelas sensações que todos os cientistas do mundo podem experimentar, independentemente uns dos outros. Somente aquelas sensações que podem ser repetidas por toda a comunidade internacional e cuja garantia é a reprodutibilidade da experimento.

la scienza seleziona le sensazioni, gli elementi primordiali della conoscenza: considera certe sensazioni come transitorie, come apparenti, come fallaci, perché dipendono da speciali condizioni individuali e certe altre come durature, come superiori alle condizioni speciali individuali. [...] Si stabilisce ciò che è comune a tutti gli uomini, ciò che tutti gli uomini possono controllare nello stesso modo, indipendentemente gli uni dagli altri, purché essi abbiano osservato le condizioni tecniche di accertamento. “Oggettivo” significa proprio e solo questo: che si afferma essere oggettivo, realtà oggettiva, quella che è accertata da tutti gli uomini, che è indipendente da ogni punto di vista che sia meramente particolare o di gruppo [...] Ciò che interessa la scienza non è tanto dunque l’oggettività del reale, ma l’uomo che elabora i suoi metodi di ricerca (Gramsci 1975, pp. 1455-1456).

Deste modo, o fundamento do conceito de objetividade é deslocado da existência da matéria transcendente aos procedimentos coletivos e universais através dos quais a ciência seleciona sensações que são superiores às condições individuais e que podem ser percebidas universalmente. A noção de

objetividade é, portanto, submetida a uma transformação lingüística e redefinida com a expressão “universal subjetivo”:

oggettivo significa sempre “umanamente oggettivo”, ciò che può corrispondere a “storicamente oggettivo”, cioè oggettivo significherebbe “universale soggettivo” (Gramsci 1975, pp. 1415-1416).

No caráter universal dos procedimentos científicos, a discussão de Gramsci sobre epistemologia encontra a questão da tradutibilidade. A seleção das sensações e a definição da objetividade se dá mediante um procedimento universal, ou seja, com a “colaboração de todos os povos” (Gramsci 1975, p. 1470). Colaboração universal que coincide com o que, como demonstramos, é o núcleo teórico do conceito de tradutibilidade.

Assim como não existe objetividade externa independente do assunto, também não existe uma ciência natural neutra para garantir o conhecimento da denominada objetividade externa. Para a filosofia da práxis, historicizar a ciência significa fornecer uma definição de objetividade dissociada do postulado ontológico e, ao mesmo tempo, definir a atividade científica como uma atividade superestrutural, ou seja, interna à dialética histórica como outras atividades humanas. Isto porque, para Gramsci, no período anterior à concreta e real unificação da humanidade, a ciência não pode deixar de ser penetrada pela política e participar das diversas construções hegemônicas. A nota onde isto emerge melhor é o § 38 do Caderno 11, que parte precisamente da crítica daquelas visões de mundo, incluindo o marxismo de Bucharin como sociologia, que consideram a ciência como uma disciplina livre da ideologia, da política e da história. Como uma disciplina capaz de relacionar diretamente o ser humano com a realidade tal como ela é:

porre la scienza a base della vita, fare della scienza la concezione del mondo per eccellenza, quella che snebbia gli occhi da ogni illusione ideologica, che pone l'uomo dinanzi alla realtà così come essa è, significa ricadere nel concetto che la filosofia della praxis abbia bisogno di sostegni filosofici all'infuori di se stessa. Ma in realtà anche la scienza è una superstruttura, una ideologia (Gramsci 1975, p. 1457).

Historicismo integral, a filosofia da praxis historiciza toda a realidade, e mesmo a ciência. Ela é, como todas as outras atividades humanas, uma ideologia e uma superestrutura. Mas, de um tipo particular. Porque a partir da época do desenvolvimento da sociedade industrial moderna e do capitalismo, ela adquire uma função essencial que a distingue de todas as outras superestruturas. Uma função inerente ao desenvolvimento dos instrumentos materiais da estrutura. A ciência se apresenta assim como a superestrutura mais estreitamente ligada à atividade econômica e ao aparato técnico estrutural, mais capaz de reagir sobre a estrutura da sociedade:

in realtà anche la scienza è una superstruttura, una ideologia. Si può dire, tuttavia, che nello studio delle superstrutture la scienza occupi un posto privilegiato, per il fatto che la sua reazione sulla struttura ha un carattere particolare, di maggiore estensione e continuità di sviluppo, specialmente dopo il Settecento, da quando alla scienza fu fatto un posto a parte nell'apprezzamento generale? (Gramsci 1975, pp. 1457-1458).

A operação da historicização da ciência leva Gramsci ao problema de entender como a ciência pode construir conceitos universais e, ao mesmo tempo, enquanto superestrutura e ideologia, inseri-los no processo de construção de aparelhos hegemônicos. Este problema dá origem à seguinte passagem, decididamente complexo:

essa [la scienza] appare sempre rivestita da una ideologia e concretamente è scienza l'unione del fatto obiettivo con un'ipotesi o un sistema di ipotesi che superano il mero fatto obiettivo. È vero però che in questo campo è diventato relativamente facile distinguere la nozione obiettiva dal sistema di ipotesi, con un processo di astrazione che è insito nella stessa metodologia scientifica, in modo che si può appropriarsi dell'una e respingere l'altra. Ecco perché un gruppo sociale può appropriarsi la scienza di un altro gruppo sociale senza accettarne l'ideologia (Gramsci 1975, p. 1458).

O caráter cosmopolita do processo de construção de conceitos objetivos leva Gramsci a descartar a possibilidade da existência de diferentes ciências conformas o aparato ideológico a que elas pertencem, e a buscar a solução do problema na idéia que o núcleo objetivo da ciência permanece o mesmo e que o que muda é sua utilização, o sistema de hipóteses em que a ciência entra. Precisamente porque a ciência avança de forma cosmopolita, através da colaboração de toda a comunidade internacional de cientistas, é sempre possível para a filosofia da práxis separar os conceitos subjetivos universais da ciência da ideologia, do sistema de hipóteses que determina a aplicação prática da ciência ao sistema produtivo (Rossi 1976).

Vale notar que a referência crítica de Gramsci neste caso é um artigo de Mario Missiroli publicado na "Ordine Nuovo" em 1919 (Missiroli 1963), que apoiava a tese de que a ciência experimental, tal como se desenvolveu até aquele momento, era ideologia burguesa de classe: o novo estado proletário tinha que rejeitá-la e construir uma inteiramente nova que fosse estranha à lógica capitalista. Uma posição que mais tarde, no auge da Guerra Fria, seria aceita pela União Soviética com o início do caso Lysenko, em setembro de 1948, e a rejeição da genética Mendeliana como ciência burguesa (Cassata 2008). Uma virada epistemológica que teria lançado em descrédito internacional a ciência soviética, que, até aquele momento, havia demonstrado contribuir decisivamente para o progresso científico do mundo inteiro. O caso Lysenko



ajuda a compreender melhor a importância que Gramsci atribuía à definição da ciência como uma atividade cosmopolita. Para Gramsci, não há ciência proletária que se oponha a uma ciência burguesa, porque a ciência é uma atividade que, como todas as outras, avança com a colaboração de todos os povos. O que muda é o projeto político, o propósito político para o qual a ciência é aplicada.

### 3-A SUPERAÇÃO DA FILOSOFIA DE CROCE E A CONTINUAÇÃO DA FILOSOFIA DE LÊNIN

Uma das características filosóficas mais interessantes do discurso epistemológico traçado nos *Cadernos da Prisão* é que ele pode funcionar como uma lente de aumento para compreender a relação da filosofia da práxis, por um lado, com o neo-idealismo de Benedetto Croce e, por outro, com o pensamento de Lênin. Uma relação que é importante esclarecer, porque a crítica do materialismo positivista de Bucharin e o recurso a certos motivos neo-idealistas de Croce não implica mecanicamente um distanciamento do marxismo soviético em sua totalidade (Da Silva 2018).

Do neo-idealismo italiano, como é bem conhecido, Gramsci leva um motivo fundamental de sua epistemologia: a negação da existência de uma matéria transcendente e a definição da objetividade como a produção da atividade científica. Fundamental, neste sentido, é para ele toda a polêmica de Croce contra o positivismo, que, dentro da filosofia da práxis, funciona como um instrumento para elevar o marxismo de todas as tendências materialistas, ou seja, metafísicas e religiosas, por “sollevare questa concezione che si è venuta, per la necessità della vita pratica immediata, ‘volgarizzando’, all’altezza che deve raggiungere per la soluzione dei compiti più complessi che lo svolgimento attuale della lotta propone” (Gramsci 1975, p. 1233). Tanto que se poderia afirmar que a discussão sobre as ciências foi concebida por Gramsci também como interna a esse trabalho coletivo de superação do idealismo crociano por parte do marxismo, que nos cadernos leva o nome de Anti-Croce: “occorre fare i conti con la filosofia di Croce, cioè per noi italiani essere eredi della filosofia classica tedesca significa essere eredi della filosofia crociana, che rappresenta il momento mondiale odierno della filosofia classica tedesca” (Gramsci 1975, p. 1234).

Croce, contra a redução da história e da filosofia à ciência favorecida pelo clima positivista da segunda metade do século XIX, havia proposto uma definição de ciência como atividade de caráter prático que forja esquemas e leis gerais a fim de dominar a natureza. Em seu sistema circular do espírito, as ciências foram assim colocadas na esfera prática, distinta da esfera teórica prerrogativa da arte e da filosofia-história (Croce, 1996). Uma operação que o conduziu a dois resultados. Primeiro, colocando as ciências no círculo espiritual, ele as historicizou, privou-as do status de disciplinas que refletem as leis transcendentais do mundo externo. E, em segundo lugar, ele fazia das leis objetivas da ciência um produto da atividade científica. A ciência-sujeito e o objeto-lei científica foram assim reunidos em unidade além da transcendência dos elementos materiais. É este aspecto da epistemologia neo-idealista que é absorvido por Gramsci em sua filosofia da práxis e traduzido, como vimos, na teoria das superestruturas.

Em segundo lugar, colocando as ciências em uma esfera prática distinta da esfera teórica do espírito, Croce chegou ao ponto de privar de status cognoscitivo o saber científico. De acordo com a estrutura de seu pensamento filosófico, de fato, o conhecimento é sempre conhecimento do real histórico, ele deve sempre dizer ao individual concreto. E as ciências, construindo leis gerais que dão a igualdade geral independentemente do individual, não podem servir para conhecer a realidade concreta e viva. Daqui a negação das leis científicas como conceitos e suas definição como pseudo-conceitos, ou seja, como esquemas de utilidade prática e não cognoscitiva. Este segundo aspecto da concepção de Croce sobre as ciências é, ao contrário, rejeitado por Gramsci. Para estes últimos, como vimos, as ciências experimentais não são uma mera atividade prática, porque, enquanto superestruturas, enquanto ideologias, enquanto terreno para a construção de aparelhos hegemônicos, elas são ricas em cultura. Nem são desprovidos de valor cognoscitivo. Para Gramsci, os conceitos objetivos da ciência têm seu valor precisamente no fato de que eles unificam culturalmente a humanidade, dando-lhe uma primeira base comum de conhecimento. Na época anterior à unificação real da humanidade, a ciência se apresenta como a atividade humana que mais representa o processo em direção a esta unificação.

E é precisamente sobre a questão da unificação da humanidade que ocorre o verdadeiro ponto de diferença a respeito da concepção epistemológica do neo-idealismo de Croce. Para Croce, de fato, conceitos teóricos e pseudo-conceitos práticos do espírito, embora sempre históricos e, portanto, modificando-se de acordo com as mudanças da história, são já universais, enquanto produto de atividades puras. Concebendo as atividades humanas como categorias a priori, válidas para todos os seres humanos, Croce mostra assim que ele concebe a humanidade como já unificada, purificada de elementos ideológicos e conflitos de classe. Nesta postulação de unidade da humanidade e do processo histórico já dado, opera o pressuposto político da aceitação do sistema social existente.

Assim, por exemplo, em *Di un equivoco concetto storico: la "borghesia"*, discurso lido na Academia de Ciências Morais e Políticas da Real Sociedade de Nápoles em 1928, onde, em polêmica com a historiografia marxista, a burguesia é negada como um conceito histórico e identificada, “nella sua purezza, come il complesso di tutti coloro che hanno vivo il sentimento del bene pubblico, ne soffrono la passione, affinano e determinano i loro concetti a quest’uopo” (Croce 1928, p. 273). Da classe construtiva da era moderna, ela se torna “una ‘classe non classe’, simile a quel ‘ceto generale’, a quell’*allgemeine Stand*, al quale lo Hegel riconosceva come cerchia dell’attività che gli spettava, come suo proprio affare, gli ‘interessi generali’, *die allgemeine Interessen*” (Croce 1928, p. 273). Ou em *Poesia popolare e poesia d’arte* onde o povo é negado como uma realidade social e reduzido a uma construção sociológica, ou seja, a uma série de “condizioni estrinsecamente e materialmente determinate” (Croce 1991, p. 24). Desta maneira, a classe burguesa é reconhecida como representante dos interesses gerais de todas as classes, dos valores de toda a humanidade, do conhecimento real de todos os seres humanos e do conceito de beleza de todos os povos.

Para Gramsci, ao contrário, as diversas disciplinas e atividades humanas ainda não são universais. Elas são, no presente caracterizado pela fragmentação social e estatal, superestruturas, ou seja, formações ideológicas enraizadas pela dinâmica de conflito da realidade social. São atividades encarnadas na luta hegemônica de sujeitos políticos. Assim, a unidade do espírito, a universalidade das diversas atividades humanas, que Croce considerava serem realidades eternas e imutáveis da história não obstante a transformação histórica de seus produtos, pois Gramsci corresponde àquela fase da história que se segue ao conflito entre grupos sociais, na qual a humanidade está concretamente unificada em um único sujeito histórico. É desta perspectiva que entre julho e agosto de 1932 Gramsci observa que

ciò che gli idealisti chiamano “spirito” non è un punto di partenza, ma di arrivo, l’insieme delle sovrastrutture in divenire verso l’unificazione concreta e oggettivamente universale e non già un presupposto unitario (Gramsci 1975, p. 1416).

Este ponto de distância de Croce nos permite especificar melhor a noção de objetividade proposta pelos Cadernos da Prisão. Em Gramsci, como vimos, o conceito de objetividade, ainda que mantido, é desvinculado da existência de uma transcendência material para ser redefinido como um universal subjetivo, ou seja, um processo de universalização do sujeito. E, ao mesmo tempo, no presente da fragmentação social e estatal, ele é definido em termos de ideologia, terreno da construção de aparelhos hegemônicos. O que deve ser enfatizado é que a realização da universalização do sujeito e, conseqüentemente, a existência de uma objetividade concreta universal, ou seja, não ideológica, coincide para Gramsci com o ponto final da luta pela unificação cosmopolita e real da raça humana. Não definível no presente do conflito social, ela é para Gramsci um produto da eliminação das contradições internas da sociedade humana, da realização completa da sociedade comunista. Na mesma nota citada acima, de fato, a Gramsci concluiu:

l’uomo conosce oggettivamente in quanto la conoscenza è reale per tutto il genere umano *storicamente* unificato in un sistema culturale unitario; ma questo processo di unificazione storica avviene con la sparizione delle contraddizioni interne che dilaniano la società umana, contraddizioni che sono la condizione della formazione dei gruppi e della nascita di ideologie non universali concrete ma rese caduche immediatamente dall’origine pratica della loro sostanza. C’è quindi una lotta per l’oggettività (per liberarsi dalle ideologie parziali e fallaci) e questa lotta è la stessa lotta per l’unificazione culturale del genere umano (Gramsci 1975, p. 1416).

A objetividade real e não ideológica torna-se assim a conquista da luta hegemônica de grupos populares de todo o mundo, manifestada por meio da tradução recíproca das diferentes lutas nacionais. Como se deveria perceber, a concepção da objetividade como construção e processo hegemônico comporta uma relação complexa com o pensamento de Lênin.

A atitude de Gramsci em relação à filosofia de Lenin pode ser detectada pela maneira seletiva em que nos cadernos se estabelece a relação com o obra do revolucionário bolchevique. Por um lado, Gramsci tende a ignorar a reivindicação do *Materialismo e Empirio criticismo* do materialismo como fundamento da filosofia marxista, distanciando-se dele de uma forma velada, se não crítica. Por outro lado, ele faz uma extensão filosófica significativa da teoria de hegemonia de Lenin, o que lhe permite o desenvolvimento pleno do marxismo como historicismo absoluto. Deste ponto de vista, como Pietro Daniel Omodeo observou, a filosofia de praxis de Gramsci e o marxismo como sociologia de Bucharin podem ser concebidos como duas formas diferentes e opostas de desenvolver o pensamento de Lênin (Omodeo 2020, pp. 45-48). Gramsci parte do Lênin da teoria da hegemonia e, desenvolvendo plenamente seu núcleo filosófico, também através de uma superação paralela do neo-idealismo, eleva o marxismo ao historicismo absoluto. Bucharin, por outro lado, parte do Lênin do *Materialismo e Empirio criticismo*, do Lênin da afirmação da existência das coisas independentemente do ser humano, e, adicionando elementos tomados sem crítica do positivismo do século XIX, fundamenta o marxismo em uma epistemologia materialista-científica, reduzindo-o a uma sociologia de fatos sociais.

Todavia, deve-se notar que no *Materialismo e Empirio criticismo*, de Lenin não há traços de sociologia dos fatos sociais. No texto de 1908, escrito por ocasião dos conflitos internos da corrente bolchevique após a revolução de 1905, a afirmação enfatizada da realidade do mundo externo serve sobretudo como uma instrumento político-filosófico para a crítica ao marxismo de Bogdanov. Este último, de fato, fundando o marxismo sobre as teorias de Mach, acabava por dissociar a noção de objetividade da dinâmica concreta dos conflitos sociais e por operar uma relativização da realidade que tornava impossível a concepção dialética da história, por um lado, e a resolução política de suas contradições, por outro (Cangiano 2022, pp. 130-140). A isto devemos acrescentar que para Lenin, o conhecimento do mundo externo não serve para conhecer as leis em função das quais a realidade se desdobra segundo seu próprio ritmo. Pelo contrário, tal conhecimento serve como base para transformar o mundo externo e subverter o equilíbrio social. Para fazer revolução. Não obstante a afirmação do materialismo como base do marxismo, em Lenin não há nem determinismo nem tanta sociologia dos fatos históricos (Fresu 2008, pp. 171-246; Fresu 2015).

Assim, a polêmica de Gramsci contra Bucharin seria também implicitamente estimulada pela tentativa de desenvolver de maneira diferente o legado de Lênin filósofo<sup>3</sup>. Tentativa que se exprime no

<sup>3</sup> Aproveito, portanto, a oportunidade para corrigir uma tese que discuti em meu *Antonio Gramsci e le scienze sperimentali* (Sclocco 2021). Aqui, de fato, após ter reconstruído a polêmica com o marxismo como sociologia de Bucharin e notado a presença de um distanciamento das reivindicações materialistas de *Materialismo e* —

trabalho de recuperação e desenvolvimento do núcleo filosófico do pensamento leninista, a teoria da hegemonia, e do abandono dos elementos externos a ela, o materialismo e a afirmação da existência da transcendência material.

Como Gianni Fresu recentemente observou, o reconhecimento da contribuição filosófica de Lenin para a elaboração da filosofia da práxis não é um dado adquirido (Fresu 2022). De fato, mesmo a crítica gramsciana européia acabou, de várias maneiras, por sofrer as conseqüências culturais da experiência do fim do socialismo real e da inauguração de uma época, como a atual, caracterizada pelo preconceito do fim do pensamento ideológico, do arquivamento do século XX como um século de horrores e do descrédito da figura de Lênin, representada como o responsável de todas as sangrentas tragédias do século XX. Daqui a aguda observação do autor de que “l’eredità della Rivoluzione d’Ottobre rappresenta il vero spartiacque interpretativo attorno al pensiero politico di Gramsci, tra chi ribadisce la sua adesione (mai rinnegata) a quel processo e quanti intendono ridimensionarne il valore della sua centralità” (Fresu 2022, p. 80).

Hoje, graças ao progresso dos estudos filológicos da obra de Gramsci inaugurada por Gianni Francioni e continuada com o trabalho coletivo da Edição Nacional dos Escritos de Antonio Gramsci, é possível reconstruir com suficiente precisão a relação com o Lênin filósofo nos *Cadernos da prisão*. Primeiramente, deve-se notar que já em outubro de 1930, ou seja no período inicial da reformulação do materialismo histórico em filosofia da práxis, a Gramsci é claro que a teoria de hegemonia de Lenin tem um valor filosófico inerente à superação do marxismo como reducionismo economicista. Na longa nota *Rapporti tra strutture e superstrutture* da primeira série dos *Appunti di filosofia*, de fato, após o traçado de algumas das formas em que o economismo se apresenta, como o liberalismo teórico”, “il sindacalismo teorético” o “l’astensionismo elettorale” (Gramsci 1975, p. 461), Gramsci se concentra longamente nas formas pelas quais o materialismo histórico pode degenerar em economismo histórico. Em conclusão, ele observa que o “concetto di egemonia” representa o “apporto massimo di Iliič alla filosofia marxista, al materialismo storico, apporto originale e creatore” (Gramsci 1975, p. 465). Segundo Gramsci, com a crítica em *Que fazer?* do economismo como método de luta exclusivamente a nível econômico-corporativo e com a valorização da luta política e a construção de aparatos hegemônicos, Lênin desenvolveria plenamente o princípio filosófico de Marx expresso no *Prefácio da Crítica da Economia Política* de 1859, segundo o qual os homens se tornam conscientes dos conflitos no terreno das ideologias: “Iliič avrebbe fatto progredire il marxismo non solo nella teoria politica e nella economia, ma anche nella filosofia (cioè avendo fatto progredire la dottrina politica avrebbe fatto progredire anche la filosofia)” (Gramsci 1975, p. 465).

Para Gramsci, a possibilidade de reconhecer o valor filosófico da teoria política de hegemonia reside no princípio da tradutibilidade. Um mês após a nota acima mencionada, de fato, fazendo referência

---

*Empiriocritismo*, concluiria que a crítica de Gramsci a Bucharin continha também uma crítica a Lênin. Na realidade, a posição de Gramsci em relação a Lênin é mais complexa. Nas páginas seguintes, fazendo uso de estudos recentes, mostrarei como nos *Cadernos da Prisão* há elementos filológicos pouco conhecidos e discutidos em nossos estudos europeus que não autorizam a extensão das críticas de Gramsci a Bucharin ao pensamento de Lênin em geral.

implícita a Lenin, observa-se que como as línguas (econômica, política, filosófica etc.) que constituem uma mesma concepção de mundo se traduzem umas nas outras, então pode ocorrer que uma personalidade política expresse sua concepção de mundo não na linguagem filosófica, não no *Materialismo e Empiriocritismo*, mas na linguagem da política:

avviene che una grande personalità esprima il suo pensiero più fecondo non nella sede che apparentemente sarebbe la più logica dal punto di vista classificatorio esterno, ma in altra parte che apparentemente sembrerebbe estranea. [...] Un uomo politico scrive di filosofia: può darsi che la sua “vera” filosofia sia invece da ricercarsi negli scritti di politica. In ogni personalità c’è un’attività dominante e predominante: è in questa che occorre ricercare il suo pensiero, *implicito* il più delle volte e talvolta in contraddizione con quello espresso *ex professo* (Gramsci 1975, p. 473).

Posteriormente, em uma nota da segunda série de *Appunti di filosofia* escrita entre fevereiro e novembro de 1931, Gramsci esclarece que o significado filosófico da teoria da hegemonia de Lênin coincide com o princípio de que, na era da fragmentação do estado e da divisão social, toda a atividade humana é alimentada internamente pela política, é identificada com a ideologia e é o terreno para a construção de aparatos hegemônicos. Com Lenin, o marxismo é totalmente elevado ao historicismo absoluto: nenhuma atividade humana é considerada externa à dialética histórica. Em uma nota, de fato, observa-se que:

tutto è politica, anche la filosofia o le filosofie [...] e la sola “filosofia” è la storia in atto, cioè la vita stessa. In questo senso si può interpretare la tesi del proletariato tedesco erede della filosofia classica tedesca – e si può affermare che la teorizzazione e la realizzazione dell’egemonia fatta da Ilici è stata anche un grande avvenimento “metafisico” (Gramsci 1975, p. 886).

O princípio leninista de hegemonia coincide com o núcleo teórico da filosofia da práxis: a unidade da teoria e da prática, a identificação da política, da filosofia e da história.

Neste princípio filosófico leninista, Gramsci traça a resposta mais robusta à acusação de Croce de marxismo de reduzir mecanicamente a esfera cultural à economia. Em 2 de maio de 1932, em uma missiva a Tatiana Schucht, ele observa que a liquidação do marxismo por parte de Croce como uma teoria que na ação política não leva em conta o momento da direção cultural, mas apenas o da intervenção estatal, é infundada. Na verdade, é somente através a contribuição da teoria da hegemonia que o momento cultural entra no marxismo:



è avvenuto proprio che nello stesso periodo in cui il Croce elaborava questa sua sedicente clava, la filosofia della praxis, nei suoi più grandi teorici moderni, veniva elaborata nello stesso senso e il momento dell'“egemonia” o della direzione culturale era appunto sistematicamente rivalutato in opposizione alle concezioni meccanicistiche e fatalistiche dell'economismo. È stato anzi possibile affermare che il tratto peculiare della più moderna filosofia della praxis consiste appunto nel concetto storico-politico di egemonia. Mi pare perciò che il Croce non sia up to date con le ricerche o con la bibliografia dei suoi studi preferiti o abbia perso la capacità di orientamento critico (Gramsci 2020, p. 781).

A concepção ético-política de Croce não teria, portanto, um “significado liquidatore”: “non si capisce perché il Croce creda alla capacità di questa sua impostazione della teoria della storia di liquidare definitivamente ogni filosofia della praxis” (Gramsci 2020, p. 780). A mesma insistência também emerge em uma nota coeval no Caderno 10, onde Gramsci se refere a Lênin como o maior teórico moderno da filosofia da práxis

il più grande teorico moderno della filosofia della praxis nel terreno della lotta e dell'organizzazione politica, con terminologia politica, ha in opposizione alle diverse tendenze “economistiche” rivalutato il fronte della lotta culturale e costruito la dottrina dell'egemonia come complemento della teoria dello Stato-forza e come forma attuale della dottrina quarantottesca della "rivoluzione permanente" (Gramsci 1975, p. 1235).

A filosofia da práxis como historicismo absoluto, ou seja, como a politicização de toda atividade humana, é assim delineada por Gramsci como uma explicação da filosofia implícita na teoria política de hegemonia de Lenin. Isto também mostra que a afirmação de Gramsci da ciência como uma atividade superestrutural, interna aos discursos hegemônicos e interiorizada com a política, é fortemente inspirada pelo pensamento filosófico leninista. Em uma nota no Caderno 11 intitulada *Oggettività e realtà del mondo esterno*, Gramsci de fato observou:

razionale e reale si identificano. Pare che senza aver capito questo rapporto non si può capire la filosofia della praxis, la sua posizione in confronto dell'idealismo e del materialismo meccanico, l'importanza e il significato della dottrina delle superstrutture. Non è esatto che nella filosofia della praxis l'“idea” hegeliana sia stata sostituita con il “concetto” di struttura, come afferma il Croce. L'“idea” hegeliana è risolta tanto nella struttura che nelle superstrutture e tutto il modo di concepire la filosofia è stato “storicizzato”, cioè si è iniziato il nascere di un

nuovo modo di filosofare più concreto e storico di quello precedente (Gramsci 1975, p. 1420).

## A CONTRIBUIÇÃO DE GRAMSCI PARA UMA NOVA EPISTEMOLOGIA POLÍTICA

Neste último parágrafo, quero retomar um estudo recente de Omodeo e Meisner (Omodeo e Maiesner 2022), juntando algumas observações sobre a contribuição da discussão epistemológica de Gramsci para a possível construção de uma nova epistemologia política. No estudo, os dois autores mostram de maneira bastante convincente que os atuais debates epistemológicos internacionais sofrem de uma forte polarização entre uma epistemologia cientista voltada para o neo-positivismo e uma relativista voltada para o pós-modernismo. De tal forma que tanto nas revistas especializadas quanto nos meios de comunicação de massa a discussão epistemológica está representada como se entre a alternativa da verdade como reflexo da realidade externa e a verdade como construção lingüística não pudesse haver uma terceira.

Este é o caso, por exemplo, da epistemologia relativista proposta por Steve Fuller no inquietante *Post Truth: Knowledge as a Power Game* (Fuller 2018), onde o construtivismo epistemológico é usado para reduzir conceitos verdadeiros a formações lingüísticas móveis e para deslegitimar a expertise científica. Um aparato filosófico pós-moderno utilizado pelo autor para sustentar uma série de visões políticas antidemocráticas: negação do universalismo dos direitos humanos, negação da teoria da evolução e da mudança climática, negação da nocividade do tabaco e do uso de pesticidas, denúncia das universidades como bastiões de uma sociedade ainda feudal. Trata-se de uma epistemologia herdeira do fenômeno que se espalhou nos Estados Unidos da América desde a Guerra Fria da organização de laboratórios de cientistas financiados por blocos capitalistas internacionais específicos para negar evidências científicas que forçariam intervenções da política para regular o método de produção e o mercado.

As tentativas de responder a estas epistemologias de extrema direita concentram-se na defesa democrático-liberal dos fatos científicos e do conhecimento neutro e desinteressado das academias, especialistas e periódicos científicos revisados por pares, que se consideram uma garantia de verdade científica e de responsabilidade democrática (Oreskes, Conway 2012). Daqui a oposição nos debates científicos entre a epistemologia neo-positivista que defende a neutralidade da ciência a respeito da política e a epistemologia pós-moderna, céptica, que nega a existência de conceitos objetivos e universais.

Mas, segundo os autores, a oposição e a exclusão mútua entre estas duas orientações seria apenas aparente. Porque os dois opostos esconderiam em si a mesma matriz ideológica, cumprindo assim a mesma função social, ou seja, a destorização do sistema econômico neoliberal e neocapitalista. Em ambos os casos, de fato, se renuncia à compreensão historicista dos conceitos objetivos e do status da ciência. A defesa neopositivista da factualidade científica desenraíza fatos de suas origens históricas, de suas conexões com a práxis humana e o sistema produtivo, e assim acaba por transmitir uma visão de mundo determinista que aceita como verdade somente o que já existe, negando o possível como falsidade. A negação da objetividade

pós-moderna, por outro lado, reduzindo a verdade a uma construção lingüística, renuncia à compreensão histórica da realidade e cancela a possibilidade de enfrentar os problemas globais gerados pelo sistema neocapitalista. As duas orientações opostas cumpririam assim a mesma função ideológica de destorizar o real e promover uma desvalorização do papel da práxis e do conhecimento no processo de transformação da realidade sistêmica.

Esta falsa dialética epistemológica corresponderia à falsa oposição política entre o neo-liberalismo e o soberanismo populista típico do cenário político europeu. Uma dicotomia política que, mais uma vez, apresentando-se como absoluta, não permite o surgimento de posições anti-liberais capazes de questionar o sistema econômico atual. Esta situação pode ser observada acima de tudo na realidade política italiana. Na Itália, de fato, a campanha eleitoral das últimas eleições do fim de setembro de 2022 foi inteiramente realizada sob a bandeira desta falsa alternativa, sob a qual, no entanto, pode-se encontrar linhas políticas análogas. Os governos neoliberais liderados pelo Partito Democratico, o último governo técnico confiado ao ex-presidente do Banco Central Europeu Mario Draghi, e a nova maioria parlamentar da direita reacionária e pós-fascista de Giorgia Meloni seguem a mesma linha política em termos de cortes na despesa pública para escolas, universidades e saúde, apoio às grandes multinacionais de energia fóssil, investimento em rearmamento e apoio acrítico às guerras da NATO.

Por outro lado, esta pseudo-dialética pode também se refletir na forma pela qual vários governos têm tratado a pandemia global do vírus da Corona. Por um lado, o apelo à neutralidade superpartidária da ciência e a uma gestão da pandemia sob a bandeira da política técnica, típica da União Européia em particular. Pensa-se, por exemplo, que o comitê técnico-científico criado na Itália pelo Decreto do Chefe do Departamento de Proteção Civil n.º. 371 de 5 de fevereiro de 2020 previa a presença exclusiva de peritos científicos sem figuras competentes na esfera psicológica ou bioética. Por outro lado, a rejeição da expertise científica como meio de negar a necessidade de medidas para conter o vírus e salvaguardar a saúde da população, como vimos no Reino Unido de Boris Johnson e no Brasil de Jair Bolsonaro.

Frente ao problema de como podemos sair desta falsa dialética epistemológica, pode ser útil voltar à reflexão de Gramsci sobre as ciências, em particular, atualizando três aspectos da mesma. Primeiro, a historicização da ciência como afirmação de sua caráter sempre ideológico, que discutimos nas páginas anteriores. Uma posição gnoseológica que poderia ser utilizada em pesquisas e discussões específicas para a crítica do neutralismo científico típico da posição epistemológica neo-positivista.

Em segundo lugar, a historicização da noção de verdade objetiva. Nos *Cadernos da Prisão*, de fato, como temos enfatizado repetidamente, a noção do objetivo não é negada, mas separada do pressuposto de realidade transcendente material e redefinida como a produção histórica da atividade cosmopolita da ciência. Seria proveitoso, neste sentido, retornar às notas de prisão em que Gramsci discute os conceitos geográficos do Oriente e do Ocidente. Gramsci, de fato, embora identifica sua origem histórica, ou seja ideológica, no “punto di vista delle classi colte europee che attraverso la loro egemonia mondiale li hanno

fatti accettare dovunque” (Gramsci 1975, p. 1419), não desconsidera a utilidade dos dois conceitos, que “non cessano di essere ‘oggettivamente reali’” in quanto “permettono di viaggiare per terra e per mare e di giungere proprio dove si era deciso di giungere, di ‘prevedere’ il futuro, di oggettivare la realtà” (Gramsci 1975, p. 1420). Uma posição gnoseológica útil para a crítica de orientações relativistas típicas da epistemologia pós-moderna.

Nos *Cadernos da Prisão*, há também outro elemento epistemológico que poderia ser útil para pensar na nova epistemologia como alternativa à pseudo-dialética entre neo-positivismo e pós-modernismo. Em suas discussões sobre a epistemologia contemporânea, Omodeo e Meisner se debruçam longamente sobre a questão da divisão do trabalho intelectual entre as ciências naturais e históricas que começou na Europa no século XIX. Um processo que, na opinião deles, acabou levando a dois resultados fortemente reacionários. Em primeiro lugar, a ciência foi purgada de suas premissas filosóficas e éticas, desenvolvendo-se progressivamente como uma mera técnica ligada ao sistema de produção. E por outro lado, as ciências humanas foram progressivamente desvalorizadas como conhecimento inútil e supérfluo porque não estavam diretamente ligadas à produção.

A este respeito, parece apropriado notar que a divisão entre as ciências humanas e as ciências naturais faz ressaltar a profunda relevância de dois elementos da concepção das ciências de Gramsci: a crítica do reducionismo da ciência ao desenvolvimento de seus instrumentos materiais; e a valorização do aparato intelectual e cultural das ciências. O reconhecimento do caráter intelectual e cultural da ciência, de fato, equivale a uma maneira de pôr a questão da reunificação das ciências humanistas e experimentais. A idéia é explicitada por Gramsci em uma nota do Caderno 11 onde ele observa que a ciência moderna surge historicamente sobre suposições político-filosóficas, ou seja, sobre o abandono dos dogmas das Sagradas Escrituras:

i principali strumenti del progresso tecnico sono di ordine intellettuale (e anche politico), metodologico, e giustamente Engels ha scritto che gli “strumenti intellettuali” non sono nati dal nulla, non sono innati nell’uomo, ma sono acquisiti e si sviluppano storicamente. Quanto ha contribuito al progresso delle scienze l’espulsione dell’autorità di Aristotele e della Bibbia dal campo scientifico? (Gramsci 1975, p. 1421).

Afirmção da caráter ideológico do conhecimento científico, reformulação histórico-política da noção de objetividade, reunificação do conhecimento humanístico e científico. Estes são os elementos da concepção epistemológica de Antonio Gramsci que podem ser frutuosamente utilizados na construção de uma nova epistemologia política. Uma epistemologia política que, contra o novo positivismo, mostra o caráter necessariamente ideológico, por ser histórico, das ciências experimentais e que, contra o novo

relativismo reacionário, constrói uma definição de verdade objetiva de tipo histórico-político e desengajada do pressuposto de uma metafísica materialista.

Mas, se a teoria e a práxis não podem ser desarticuladas, se em nosso mundo ainda fragmentado em grupos de estados e dividido em grupos sociais a cultura é sempre parte de algum processo hegemônico, como podemos iniciar a construção de uma nova epistemologia sem ao mesmo tempo lutar pela construção de um novo sujeito político, que se traduza segundo nossos diferentes idiomas nacionais?

## REFERÊNCIAS

- BALSA, J. Il contributo delle nuove interpretazioni di Gramsci alla delineazione della strategia politica contemporanea. **Materialismo Storico**, v. 7, n. 2, 2019.
- \_\_\_\_\_. La crítica al objetivismo y la propuesta epistemológico-política contenida en el Cuaderno 11. **International Gramsci Journal**, v. 2, n. 4, 2018.
- BUCHARIN, N. I. Theory and practice from the standpoint of dialectical materialism. In: BUCHARIN ET AL, **Science at the cross roads**. Papers presented to the International Congress of the History of Science and Technology held in London from June 20th to July 3rd, 1931. London: Kniga, 1931.
- BURGOS, R. Una scuola latino-americana dell'egemonia? Elementi per una proposta interpretativa. **Materialismo storico**, v. 7, n. 2, 2019.
- CANGIANO, M. Gramsci e il “filtro” europeo dei vociano-lacerbiani: ruolo dell'intellettuale, oggettività, pragmatismo, empiriocriticismo, proudhonismo. In: La Porta, L. Et. Al., **Gramsci e l'Europa**. Ebook: Bordeaux Edizioni-International Gramsci Society Italia, 2022.
- CASSATA, F. **Le due scienze**. Il ‘caso Lysenko’ in Italia. Torino: Bollati Boringhieri, 2008.
- COSPITO, G. Le ‘cautele’ nella scrittura carceraria di Gramsci. **International Gramsci Journal**, v. 1, n. 4, 2015.
- COSPITO, G. Traducibilità dei linguaggi scientifici e filosofia della praxis. **Filosofia Italiana**, v. 12, n. 2, 2017.
- COSPITO, G. Verso l'edizione critica e integrale dei “Quaderni del carcere”. **Studi storici**, v. 52, n. 4, 2011.
- CROCE, B. Di un equivoco concetto storico: la “borghesia”. **La Critica**, vol. 26, n. 7, 1928.
- CROCE, B. **Logica come scienza del concetto puro**, Farnetti, C. (eds), Bibliopolis, Napoli 1996.
- CROCE, B. **Poesia popolare e poesia d'arte** (1930), Cudini P. (eds), Bibliopolis, Napoli 1991.
- DA SILVA, M. A. La Rivoluzione d'ottobre come rinascita della cultura. **Materialismo Storico**, v.4, n. 1, 2018.
- DESCENDRE, R. y ZANCARINI, J-C. De la traduction à la traductibilité: un outil d'émancipation théorique. **Laboratoire Italien**, v. 18, 2016: <https://journals.openedition.org/laboratoireitalien/1065>.
- FRESU, G. **Antonio Gramsci**. L'uomo filosofo. Cagliari: Aispa Edizioni, 2019.

- FRESU, G. Dialettica ed egemonia: Lenin e le categorie della rivoluzione secondo Gramsci. In: LA PORTA ET. AL., **Gramsci e l'Europa**. Ebook: Bordeaux Edizioni-International Gramsci Society Italia, 2022.
- FRESU, G. Filosofia di un “marxista di base”. In: Fresu, **Lenin lettore di Marx**. Napoli: La città del sole, 2008.
- FRESU, G. Lenin: dogmático e doutrinário ou “protagonista de uma hegemonia realizada”? In: DEO ET. AL., **Lenin. Teoria e Prática Revolucionária**. Marília-São Paulo: Oficina Universitária-Cultura Acadêmica, 2015.
- FROSINI F. Traducibilità dei linguaggi e unità di teoria e pratica nei Quaderni del carcere di Antonio Gramsci. In: L. Paquini et. AL., **Crisi e critica della modernità nei Quaderni del carcere di Antonio Gramsci**. Milano-Udine: Mimesis, 2019.
- FROSINI, F. ET. AL., **Egemonia e modernità**. Gramsci in Italia e nella cultura internazionale. Roma: Viella, 2019.
- FULLER, S. **Post Truth**. Knowledge as a Power Game. Londra- New York: Anthem Press, 2018.
- GRAMSCI, A. **Lettere dal carcere**, Giasi, F. (eds). Torino: Einaudi, 2020.
- \_\_\_\_\_. **Quaderni del carcere**, a cura di V. Gerratana. Torino: Einaudi, 1975.
- IZZO, F. **Il moderno Principe di Gramsci**. Cosmopolitismo e Stato nazionale nei Quaderni del carcere. Roma: Carocci, 2021.
- MISSIROLI M. Il socialismo contro la scienza (1919). In: La cultura italiana del '900 attraverso le riviste, vol. VI **L'Ordine Nuovo**, Spriano, P. (eds). Torino: Einaudi, 1963.
- OMODEO, P. D. The Struggle for Objectivity. Gramsci's Historical-Political Vistas on Science against the Background of Lenin's Epistemology. **HoST – Journal of History of Science and Technology**, v. 14, n. 2, 2020.
- \_\_\_\_\_. y MEISNER, L. L'aut aut di fatticità scienista e relativismo postmoderno quale semplificazione ideologica del problema epistemologico di expertise e populismo post-veritativo. In: IENNA ET. AL., **Expertise ed epistemologia politica**. Milano: Meltemi, 2022.
- ORESQUES, N. y CONWAY E. M. **Merchants of Doubt**. How a Handful of Scientists Obscured the Truth on Issues from Tobacco Smoke to Global Warming. London: Bloomsbury, 2012.
- ROSSI, P. Antonio Gramsci sulla scienza moderna. **Critica Marxista**, v. 14, n. 2, 1976.
- SCLOCCO, C. Antonio Gramsci e le scienze sperimentali. **Consecutio Rerum**, v. 5, n. 10, 2021.

*Recebido em 15 de novembro de 2022*

*Aceito em 20 de janeiro de 2023*

*Editado em fevereiro de 2023*



## OS DESAFIOS DA MEDIAÇÃO NA PRÁXIS PEDAGÓGICA: UMA ANÁLISE ATRAVÉS DA PERSPECTIVA DE GRAMSCI

### THE CHALLENGES OF MEDIATION IN PEDAGOGICAL PRACTICE: AN ANALYSIS THROUGH GRAMSCI'S PERSPECTIVE

Ana Beatriz Martins de Arruda<sup>1</sup>

Fábio Inácio Pereira<sup>2</sup>

#### Resumo:

**Introdução:** O presente trabalho, intitulado: “Os desafios da mediação na práxis pedagógica: Uma análise através da perspectiva de Gramsci”, apresenta uma análise dos desafios da mediação na práxis pedagógica a partir de Gramsci. Cabe ressaltar que, embora tenham sido escritas em outro contexto histórico, as obras de Gramsci ainda se fazem atuais e relevantes, em especial no cenário pandêmico e pós-pandêmico, no qual a práxis pedagógica passou a ser repensada mediante os desafios do ensino por meio de recursos tecnológicos e virtuais que se consolidaram. **Objetivo:** Tem por objetivo discutir a perspectiva de mediação pedagógica nas propostas de Gramsci, tendo em vista os desafios do ensino por meio de recursos tecnológicos e virtuais. **Materiais e método:** Para tal, foram utilizadas, como metodologia, pesquisas teóricas e revisões bibliográficas a partir do referencial teórico-metodológico hermenêutico. **Resultados e discussão:** Nota-se que, embora haja uma diferença histórica entre a escrita das obras e o momento atual, há uma correlação entre o conceito de mediação de Gramsci (1932, 2004), que acredita ser necessário o educador compreender seu papel dentro do processo educativo, entendendo que não deve ocupar o papel de pessoa detentora de todo o saber, mas sim o papel de colaborador para o desenvolvimento intelectual e social do educando, o qual deve ter um papel ativo em seu processo de aprendizagem. Além disso, para o autor, torna-se imprescindível o educador entender que, a partir de sua práxis pedagógica, o educando consiga realizar a integração entre teoria e a prática, entre os conceitos teóricos e a realidade do estudante, pois, somente assim, o indivíduo conseguirá se transformar e transformar a sociedade na qual se encontra inserido. **Conclusão:** Conclui-se, portanto, após a discussão dos resultados, que a mediação na práxis pedagógica é um conceito que deve ser estudado e revisitado, principalmente por conta do período sócio-histórico atual, sendo necessário uma revisão das práticas pedagógicas vigentes que tendem a focalizar o processo educacional na figura do professor, visando um melhor desenvolvimento, tanto intelectual quanto social, do educando.

**Palavras-chave:** Educação. Antônio Gramsci. Mediação Pedagógica.

<sup>1</sup> Graduanda em Psicologia pela PUC-PR. E-mail: ana.300501@hotmail.com

<sup>2</sup> Professor de Filosofia da PUC-PR. E-mail: fabio.inacio@pucpr.br

**Abstract**

**Introduction:** The present work, entitled: “The challenges of mediation in pedagogical praxis: An analysis through Gramsci’s perspective”, presents an analysis of the challenges of mediation in pedagogical praxis based on Gramsci. It should be noted that, although they were written in another historical context, Gramsci’s works are still current and relevant, especially in the pandemic and post-pandemic scenario, in which pedagogical praxis began to be rethought through the challenges of teaching through of technological and virtual resources that were consolidated. **Objective:** It aims to discuss the perspective of pedagogical mediation in Gramsci’s proposals, in view of the challenges of teaching through technological and virtual resources. **Materials and method:** To this end, theoretical research and bibliographic reviews were used as a methodology, based on the hermeneutic theoretical-methodological framework. **Results and discussion:** It is noted that, although there is a historical difference between the writing of the works and the current moment, there is a correlation between Gramsci’s concept of mediation (1932, 2004), who believes that it is necessary for the educator to understand his role within of the educational process, understanding that they should not play the role of a person holding all the knowledge, but the role of collaborator for the intellectual and social development of the student, who must play an active role in their learning process. In addition, for the author, it is essential for the educator to understand that, from his pedagogical praxis, the student can achieve the integration between theory and practice, between theoretical concepts and the student’s reality, because only then, the individual will be able to transform and transform the society in which he is inserted. **Conclusion:** It is concluded, therefore, after discussing the results, that mediation in pedagogical praxis is a concept that must be studied and revisited, mainly because of the current socio-historical period, requiring a review of current pedagogical practices that tend to focus the educational process on the figure of the teacher, aiming at a better development, both intellectual and social, of the student.

**Keywords:** Education. Antônio Gramsci. Pedagogical Mediation.

**Introdução**

O presente trabalho visa o estudo dos desafios da mediação na educação e suas consequências na práxis pedagógica, a partir das perspectivas de Antonio Gramsci (1891-1937). Essa temática destaca-se quando analisamos os desafios dos processos educativos presentes na conjuntura atual. A crise sanitária da Covid-19 evidenciou os problemas estruturais do sistema educacional brasileiro, trazendo o desafio do ensino por meio de recursos tecnológicos e virtuais. Tal cenário reacendeu os debates relativos aos processos de interação e mediação pedagógica na Educação Básica. Em razão da atualidade da temática, é imprescindível refletir sobre os desafios para o ensino e aprendizagem tendo como fundamento a importante base teórico-política do século XX: Gramsci. Sobretudo porque, para o autor, a educação tem papel fundamental no processo de transformações emancipadoras do país.

É importante destacar que o autor interpreta as problemáticas referentes à educação em seu tempo, enfatizando a importância da interação profunda do educador e educando no processo pedagógico. Para Gramsci (2004), a educação assume um papel de

filosofia da práxis, na qual promove a elevação cultural tornando-se possível a transformação da mentalidade e de fortalecimento da luta contra a hegemonia.

Em um contexto no qual se observa a ascensão de práticas educacionais que enfatizam a educação espontânea e minimizam a intencionalidade do educador no ato pedagógico, sobretudo nas circunstâncias pandêmicas atuais, esta pesquisa justifica-se já que visa discutir a importância da interação entre professor e aluno. Além disso, com a presente pesquisa, pretende-se evidenciar as concepções de mediação pedagógica a partir do referencial teórico de Antônio Gramsci. O aprofundamento na obra do autor supracitado, tendo como base a pesquisa realizada no ciclo anterior, permitirá problematizar os atuais processos de ensino-aprendizagem, no contexto da Covid-19. Espera-se, com isso, lançar luzes na questão da educação emancipadora nas atuais condições de ensino impostas pela pandemia. Por fim, evidenciar possibilidades e desafios, inclusive, no que tange a formação do educador.

#### Revisão de literatura

Na Europa, Antônio Gramsci fica preso, entre os anos de 1926 e 1937, por questões políticas que iam contra o fascismo de Mussolini<sup>3</sup> e, com isso, escreve textos posteriormente organizados em dois grupos: as “Cartas do Cárcere” e os textos dos “Cadernos do Cárcere”. Os cadernos, de acordo com Gomes (2018), referem-se a um conjunto de anotações redigidas em 33 cadernos escolares. Neste trabalho, traremos como enfoque um estudo do Caderno 12, que embora date de 1932, traz escritos que se fazem relevantes e atuais quando pensamos sobre a mediação na práxis pedagógica, uma vez que se apresenta como um ensaio reflexivo, conceitual e inspirador sobre as concepções de educação, escola e intelectualidade, dado que o mesmo vivenciou o período da crise da escola tradicional. Ao se analisar a práxis pedagógica faz-se necessário para Gramsci, segundo Semeraro (2021), entender o sistema de relações no qual a mesma encontra-se inserida, ou seja, sua localização no todo de relações sociais.

<sup>3</sup> Benito Mussolini (1883-1945), foi um político italiano, responsável pela fundação do Regime Fascista na Itália, que governou no período de 1922-1943. Seu governo foi marcado pela violência contra seus opositores, ditadura, nacionalismo e conservadorismo.

Gramsci (1932) propõe uma escola unitária, na qual os indivíduos devem desenvolver as capacidades de trabalhar manual e intelectualmente, tendo seu ritmo de pensamento respeitado e sempre em progressão, onde, com o passar do tempo e aumento de maturidade dos indivíduos, deve ser inserido o desenvolvimento de outras capacidades, tanto intelectuais quanto práticas. Partindo do pressuposto de que esta seja a melhor forma de se educar, Gramsci, segundo Semeraro (2021), entende que a escola unitária deve ser pública para que não haja uma elitização do conhecimento. Nesta escola, explicam ainda os autores, o processo educacional como um todo teria duração em torno de dez anos e seria organizado em dois graus, o primário e o médio, nos quais os alunos estudariam de maneira coletiva. Dessa forma, os melhores alunos ajudam os mais defasados, e também contariam com a assistência de professores. Neste projeto de escola unitária de Gramsci (1932), o processo educacional torna-se cada vez mais criativo visando desenvolver nos alunos a autodisciplina intelectual e a autonomia moral necessárias na próxima etapa de suas vidas, tornando-os seres com consciência moral e social sólida e homogênea, autônomos e responsáveis. Com essa forma de ensino, as relações entre trabalho intelectual e industrial em toda a vida social serão modificadas, fazendo com que as produções científicas e a vida se integrem.

Para Gramsci, elucida Semeraro (2021), a educação e a formação intelectual não são atividades separadas da realidade, elas têm por objetivo desenvolver nos indivíduos, em especial nos de classes subalternas, subjetividades autônomas e criativas, que visam socializar o conhecimento e se organizar politicamente para conhecer os governos e educar a si mesmas dentro do mesmo. Por isso, Gramsci (1932) entende que os educadores devem ser intelectuais dirigentes, políticos qualificados, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento de uma sociedade integral, política e civil. Diante da situação criada pela escola tradicional que atende somente uma pequena elite da população, com propostas que não atendem às exigências do mundo contemporâneo, Gramsci (1932) propõe uma escola unitária inicial onde se aprenderia a cultura geral, com um caráter humanista e formativo promovendo o desenvolvimento da capacidade manual e intelectual. A escola proposta por Gramsci, conforme Semeraro (2021), é aquela na qual o professor faz o papel somente de um guia amigável, mas o

aluno aprende por um esforço espontâneo e autônomo, indicando que ele entrou na fase de maturidade intelectual onde pode descobrir novas coisas.

A escola unitária de Gramsci, elucida Semeraro (2021), não tem como objetivo somente oferecer a todos uma educação padrão que desenvolve e unifica os múltiplos componentes do ser humano, mas além disso tem por objetivo oferecer uma educação que articule todos os setores sociais para convergirem em torno de um projeto de sociedade nacional-popular que proporcionará o progresso moral e intelectual de todos, visto que os modelos de escolas existentes são incapazes de acompanhar as reivindicações por protagonismo das massas e as transformações que ocorrem no mundo (SEMERARO, 2021). Para Gramsci, a educação deve ser integral em dialética com a natureza, sociedade, estado, cultura, história, mundo do trabalho e a política, uma vez que a educação não ocorre somente nas escolas, já que representa somente uma fração da vida do aluno.

Segundo Gramsci, afirma Semeraro (2021), há notáveis diferenças entre a escola ativa, o ambiente ao ar livre onde, por meio da supervisão de um professor que colabora amigavelmente com os alunos, ocorre o desenvolvimento das faculdades espontâneas dos alunos, e seu projeto de escola unitária, sendo este um avanço daquela. Nestas escolas ativas, para Gramsci, os alunos são colocados como centro da educação e, com isso, pode-se ignorar alguns os aspectos da cultura e da sociedade que geram influência nesses indivíduos, secundarizando-se as visões grupais, as relações sociais, a consciência crítica dos problemas sociais e, por consequência, a responsabilidade pela transformação social. Ainda que, para Gramsci, de acordo com Semeraro (2021), estas escolas signifiquem um avanço no campo educacional, é necessário superar esta fase romântica do processo educativo, para se chegar a um projeto de escola capaz de proporcionar a formação integral dos indivíduos por meio da junção do trabalho intelectual e manual e da conexão entre vida e ciência.

### **Materiais e Métodos**

Para realizar o estudo dos desafios da mediação na educação e suas consequências na práxis pedagógica a partir da perspectiva de Antonio Gramsci, focou-se em entender o que o autor entende por mediação, quais os princípios básicos de sua teoria e se há relação com outras teorias, as quais fundamentaram a discussão. Para isso, utilizou-se o referencial teórico-metodológico hermenêutico crítico,

ou seja, um método interpretativo que procura compreender textos, para “interpretar” e “explicar” de uma forma geral e correta a passagem textual em questão, tentando nela encontrar a alegoria presente.

Entre os filósofos hermenêuticos contemporâneos temos Heidegger que colocou o problema da hermenêutica como parte de um discurso sobre as condições ontológicas do conhecimento, ou seja, o problema do conhecimento virou, a partir dele, um problema do ser. Nesta perspectiva, o método hermenêutico busca a compreensão do fenômeno que remete ao ser, “[...] desde o ser interpretado e para o ser interpretado” (HEIDEGGER, 2013, p. 24). Logo, a pesquisa busca conhecer sempre o objeto a partir de tudo que está a sua volta.

Em suma, foram realizadas pesquisas teóricas e revisões bibliográficas em artigos científicos disponibilizados nas plataformas do Google Acadêmico, livros de autores conceituados na temática como Semararo (2021) e Saul e Saul (2016), datadas nos últimos cinco anos ou que sejam clássicos da literatura sobre o tema. O tratamento crítico dessas fontes tornará possível a compreensão de alguns conceitos considerados importantes na resolução do problema proposto, tais como: cultura, práxis pedagógica, mediação intelectual, entre outros.

## Resultados

A partir da análise crítica das pesquisas e estudos realizados sobre o tema, pode-se inferir que Gramsci embora tenha seus escritos datem de outros momentos históricos, ainda hoje se fazem relevantes e atuais, em especial no momento sócio-político vivido em nosso país, em especial com o movimento da Escola Sem Partido.

Para Gramsci (1932), a mediação profissional e a político-social, ou seja, aquela realizada pela sociedade civil/Estado, não são separáveis no processo educacional. Além disso, para o autor, na práxis pedagógica tradicional, os indivíduos detentores do maior poder econômico também detêm o conhecimento e, por consequência, formam os indivíduos caracterizados como mais especializados, não somente de uma área específica, mas sim de várias áreas, contribuindo para a manutenção deste sistema. Em outras palavras, o autor entende que as escolas são divididas de acordo com as classes sociais e em função da manutenção dessas, para, assim, manter a divisão social existente em funcionamento e fazer com que não haja questionamentos sobre a mesma. Partindo desta noção, Gramsci (1932) entende que somente a escola criativa, ou seja, a escola que disciplina e nivela os indivíduos em um primeiro momento e, em seguida, se pauta na coletividade do tipo social, expandindo a personalidade dos indivíduos, os tornando



autônomos, responsáveis e com consciência moral e social homogênea e sólida, é capaz de formar o novo intelectual.

Gramsci (1932) defende uma escola unitária, com métodos de ensino unificados, onde os alunos sejam capazes de relacionar teoria e prática, ou seja, relacionem a escola e a sua vida pessoal, para que haja a relação entre a instrução do professor e a educação, sendo responsabilidade do professor estabelecer tal relação, acelerá-la e disciplinar a formação da criança com base no que faça sentido para ela. Com isso, os alunos não devem ser mais vistos como receptores passivos de dados empíricos, saberes enciclopédicos e fatos desarticulados. Tais métodos unificados, entende Gramsci (1932), devem ser baseados em pesquisas históricas e no amadurecimento individual de cada aluno, e a escola deve conceder aos indivíduos a capacidade e a possibilidade do mesmo se formar e tornar-se humano com liberdade, não o moldando e limitando suas possibilidades para se enquadrar em expectativas sociais pré-existentes sobre aquela criança. Para Gramsci (1932), a escola deveria ser uma das mais importantes e essenciais atividades públicas para que, com isso, todos, inclusive trabalhadores, possam tornar-se autônomos e especializados em produção e ativos na criação dos órgãos da nova organização social proveniente dessa nova proposta de educação. Com isso, Gramsci acredita que os indivíduos conseguiriam se autodeterminar no campo político e se autogerirem no campo produtivo (SEMERARO, 2021). Além disso, é preciso, para Gramsci (1932), que se eduque e qualifique os indivíduos nascidos em uma antiga sociedade movida pelo poder econômico até que se tornem dirigentes, intelectuais, políticos e organizadores de todas as funções e atividades de uma sociedade civil, integral e política.

Em suma, o ponto central do Caderno 12 de Gramsci (1932), é a noção de que a educação deve ser unitária, pública e em tempo integral, onde os alunos consigam realizar trocas entre si e com os professores possibilitando que haja uma conexão entre o trabalho intelectual, industrial e a vida social, possibilitando, assim, que todos os indivíduos tenham as suas potencialidades humanas e sociais desenvolvidas. Cabe enfatizar que, para Gramsci, uma das principais e mais importantes atividades do professor é a de registrar, coordenar e desenvolver as experiências e observações, tanto pedagógicas quanto

didáticas. Além disso, ao propor uma escola unitária, pública e universal, Gramsci (1932) afirma que o objetivo não é simplificar a educação e o processo educativo, mas sim dar ferramentas e instrumentos para que todos os indivíduos sejam capazes de se qualificarem no trabalho e terem uma atuação ativa na política.

Gramsci deixa claro, ao longo do Caderno 12, a necessidade de se entrelaçar o ensino do conhecimento técnico-científico com o desenvolvimento pessoal e político dos jovens, a fim de inseri-los na atividade social garantindo que tenham, assim, ferramentas para desenvolver as capacidades de criação intelectual, prática e de autonomia. Em suma, Gramsci, segundo o autor, traz para a escola elementos os quais, segundo seu texto filosofia da práxis, não podem ser separado do indivíduo, sendo tais elementos: o pensamento, a natureza e a atividade da matéria. Gramsci entende também que para a escola unitária se tornar viável é necessário que o governo arque com todas as despesas da mesma, ou seja, que a mesma se torne pública, uma vez que é responsabilidade governamental promover a instrução e a assistência escolar obrigatória para todos os indivíduos, sem haver discriminação e divisão de classes (SEMERARO, 2021).

O estudante, explana Gramsci (1932), não deve ser entendido como um indivíduo passivo e com uma consciência individual, deve-se lembrar que a consciência do indivíduo é resultado da sociedade em que ele se encontra inserido, ou seja, os alunos levam para a escola relações culturais e sociais distintas e, às vezes, até mesmo antagônicas, tanto entre si quanto entre os alunos e os programas educacionais. Posto isso, Gramsci afirma que, se não houver uma unidade entre escola e vida, não haverá uma unidade entre instituição e educação (SEMERARO, 2021). Logo, Gramsci (1932) entende que o papel dos educadores, que tem consciência das divisões existentes na sociedade e da discrepância entre o conteúdo escolar e a vida prática do aluno, é o de promover os nexos com a realidade, acelerando a disciplina e formação do aluno. É preciso, para Gramsci, uma escola preparatória única que forme os alunos como pessoas capazes de pensar, de estudar, de dirigir ou controlar quem dirige, ou seja, a educação integral precisa ser fundamentada em uma ampla formação pública, democrática, intelectual e política fazendo com que o aluno possa tanto se especializar em uma área de trabalho quanto exercer algum cargo político-social (SEMERARO, 2021).

Os professores, para Gramsci (1932), não devem ocupar um papel central ou superior para cumprir com o papel educacional de preparar os alunos para se conectarem com o mundo real, em todos os seus aspectos, mas sim desempenhar seu papel na dialética articulando uma relação criativa entre o aluno e os outros, o aluno e o meio e o aluno e a organização econômica, política e cultural da sociedade na qual se encontra inserido. Gramsci afirma que o rigor pedagógico deve ser algo praticado pelos professores e ensinado aos alunos, para que esses, assim, desenvolvam liberdade, autodeterminação e capacidade de socialização e criação. O autor, ao longo do caderno 12, explicita que a maior parte dos projetos de escolas modernas estão focadas em educar uma parcela dirigente da população como um grupo, não focando nos indivíduos e não se preocupando, também, com a educação da parcela dirigida da população (SEMERARO, 2021). Ao propor seu projeto de escola unitária, Gramsci (1932) proporciona o surgimento de novos indivíduos orgânicos nas classes subalternas o que possibilita que ela se reorganize, se autodetermine e se autodirija democraticamente, o que, conseqüentemente, gera a base para uma revolução cultural e educacional. O projeto de escola de Gramsci (1932), gera indivíduos com personalidade criativas, socializadas, livres e soberanas, capazes não somente de se especializar em uma atividade técnico-científica, mas também, de se autodeterminar e adquirir uma visão consistente da realidade para assim poder construir, organizar e ser um educador politicamente comprometido com as classes mais baixas que lutam para se tornarem dirigentes. Para Gramsci (1932), a relação pedagógica não pode ficar restrita às relações chamadas de escolares, pois para ele toda relação social é, na verdade, uma relação pedagógica que envolve as relações intersubjetivas e as forças coercivas sociais.

#### Discussão

Atualmente as propostas educacionais de Gramsci, se tornam mais do que nunca relevantes diante do cenário político brasileiro, visto o surgimento do movimento “Escola Sem Partido”, movimento que se coloca como representante de pais e estudantes contrários ao que entendem como “doutrinação ideológica” de esquerda no ambiente escolar, realizando uma espécie de censura e perseguição aos educadores e a temas

abordados em sala de aula, em especial ligados às ciências humanas. Partindo disso, cumpre lembrar-se de que, para Gramsci (1932), a luta de classes travada na área educacional, política e cultural é a questão mais importante e mais difícil da sociedade. Nesse sentido, torna-se urgente repensar o papel dos educadores no processo de transformação social e, por consequência, repensar sobre a mediação professor-aluno.

O autor entende que é mediante a educação que se torna possível transformar a sociedade, no entanto, acreditam que, para isso é necessário mudar a forma como ocorre a educação atualmente. Gramsci (1932) entende que a escola atual se encontra em crise, uma vez que ela atende somente as classes sociais mais altas e se encontra dividida em função delas, para manter a divisão social existente em funcionamento e fazer com que não haja questionamentos sobre ela.

Gramsci (1932) afirma que os métodos de ensino, dentro de sua escola unitária, devem ser unificados para que os alunos sejam capazes de relacionar a teoria com a prática, sua vida pessoal e a escola, sendo responsabilidade do professor estabelecer tal relação com base no que faça sentido para o educando, levando sempre em conta pesquisas históricas e amadurecimento individual de cada educando. Além disso, tal relação entre prática e relação é importante, de acordo com Gramsci (1932), para que seja possível inserir os educandos na atividade social garantindo que tenham, assim, ferramentas para desenvolver as capacidades de criação intelectual, prática e de autonomia.

É necessário, de acordo com Gramsci (1932), que o educador não ocupe um papel central no processo educacional, mas sim desempenhe seu papel na dialética professor-aluno, articulando uma relação criativa entre o aluno e os outros, o aluno e o meio e o aluno e a organização econômica, política e cultural da sociedade na qual se encontra inserido. Ademais, o autor entende que não são somente as relações chamadas de escolares que são relações pedagógicas, visto que, para Gramsci (1932) toda relação social é, na verdade, uma relação pedagógica que envolve as relações intersubjetivas e as forças coercivas sociais.

Ao se falar sobre a mediação professor-aluno remotamente, no período pandêmico, percebe-se que é falar de algo muito novo e sobre o qual ainda não há muitos

estudos e teses, logo é falar com base no senso comum e em experiências particulares. De acordo com Sforzi (2008), há uma confusão dentro do campo psicopedagógico que parece acreditar que para que ocorra mediação na relação aluno-professor seja necessária a imagem da presença física do professor intervindo nas tarefas que o estudante realiza. Além disso, cumpre salientar que, para Gramsci, não é somente a mediação entre professor-aluno que gera conhecimento, mas sim, toda mediação realizada em qualquer relação entre indivíduos gera conhecimento.

Em suma, nota-se que o autor possui uma proposta educacional, cujo o maior objetivo é a transformação social. Além disso, percebe-se que analisar a mediação na práxis pedagógica no contexto pandêmico pelo viés do autor, ainda é um desafio, visto que não há muitos estudos concretos sobre o tema, por conta da atualidade dele, sendo este, inclusive, um bom ponto a ser discutido futuramente, visto que, até o momento, ao se discutir sobre práxis pedagógica no contexto pedagógico fala-se sobre experiências particulares e pontuais.

### Considerações Finais

Gramsci, portanto, dedicou-se, ao longo do caderno 12, à criação de uma escola unitária que conte com métodos de ensino unificados baseados em pesquisas históricas e no amadurecimento individual de cada aluno, para possibilitar, assim, que haja uma relação entre teoria e prática, bem como entre vida pessoal e escola, concedendo aos alunos a capacidade e a possibilidade de se formarem e tornarem-se humanos com liberdade. Logo, para Gramsci, é claro que a mediação na práxis pedagógica necessitava de mudanças, visto que, ela encontra-se contribuindo para a manutenção da divisão de classe e favorecendo, conseqüentemente, tanto a classe detentora de maior poder econômico quanto a manutenção do sistema político-econômico vigente, não permitindo que os indivíduos consigam se autodeterminar no campo político e se autogerirem no campo produtivo.

A pandemia da Covid-19 trouxe à tona inúmeros debates sobre o processo de ensino-aprendizagem, bem como evidenciou as deficiências e problemas que o sistema educacional e a práxis pedagógica brasileira sempre enfrentaram. Com a Covid-19, o processo educacional precisou migrar da modalidade presencial para a modalidade remota, trazendo desafios tanto para os alunos quanto para os professores e também pais e/ou responsáveis, uma vez que a sociedade entende que para haver o processo de aprendizagem é necessário que o aluno esteja em ambiente escolar, dividido por salas e que os professores, considerados detentores do saber, passem todo o conteúdo para os alunos, que somente devem absorver tais conteúdos. No entanto, após a leitura das obras de Gramsci, resta claro que este processo de ensino-aprendizagem pode ocorrer em inúmeros ambientes e de inúmeras formas, não necessitando da

presença física do educador. Por exemplo, para Gramsci, é necessário que haja um indivíduo guiando outro a aprender, sem perder de vista a realidade do indivíduo e seu desenvolvimento/

Partindo disso, nota-se que, durante o ensino remoto, foi necessário que tanto os professores repensassem os lugares que vêm ocupando no processo educacional e como vêm exercendo tal papel, quanto os alunos repensassem seu papel e a dinâmica do processo educacional. Neste contexto, nota-se que as dificuldades enfrentadas, tanto por alunos quanto por professores, têm como raiz a concepção que estes possuem sobre o conhecimento e o processo educacional. Tal concepção é baseada na noção de que deve haver um indivíduo detentor de todo o saber, em especial aquele chamado científico (visto que é o priorizado e valorizado pela sociedade), que deve passar esse saber para os indivíduos que não possuem conhecimento, baseando-se somente no que a sociedade espera que aquele indivíduo aprenda naquele momento e não no que o indivíduo deseja aprender. Com isso, percebe-se que é preciso que haja uma mudança no entendimento do conceito de aprendizagem, bem como na ideia de que há somente um conhecimento válido e necessário (científico), para que, assim, seja possível solucionar os problemas existentes no processo educacional brasileiro superando as dificuldades que vieram à tona com a pandemia, e, conseqüentemente, na sociedade. Cabe o adendo de que, desde a época de Gramsci, há a necessidade de se realizar tais mudanças, tanto que o autor escreve sobre formas de reformular o processo educacional para que o mesmo seja mais efetivo e abranja a todos os indivíduos da sociedade.

Logo, nota-se que o presente trabalho objetivou, por meio de uma revisão bibliográfica, realizar uma discussão acerca da perspectiva de mediação pedagógica nas propostas de Gramsci, tendo em vista os desafios do ensino por meio de recursos tecnológicos e virtuais. Com a realização deste, conclui-se que o autor citado ao longo do texto tem muito a contribuir no pensamento e prática da mediação na práxis pedagógica, bem como em outras questões que envolvem o contexto escolar e, por conseqüência, sobre questões sociais, visto que é mediante a educação que se modifica a sociedade.

Além disso, cumpre salientar que, embora Gramsci, tenha escrito suas obras em contextos histórico-sociais distintos dos que nos encontramos, suas ideias ainda se fazem atuais e relevantes, em especial, diante do cenário político brasileiro, que gera novas versões do fascismo como solução para a crise estrutural que anula, conseqüentemente, a essência constitutiva do ser humano. Por fim, nota-se, também, que há necessidade de mais estudos sobre a mediação na práxis pedagógica durante o período pandêmico, visto que, até o momento os únicos dados que se tem são de experiências particulares e, em especial, na área da pedagogia. Ademais, há, também, a possibilidade de se realizar estudos sobre como esta questão ficará no período pós-pandêmico já que esta situação é inédita e, certamente, trará conseqüências, positivas e/ou negativas, para os alunos e, conseqüentemente, para os educadores e a práxis pedagógica como um todo, sendo a mediação, neste contexto, um dos conceitos mais importantes e que mais sofrerá modificações.



**Referências**

HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

HEIDEGGER, Martin. **Ontologia**: hermenêutica da facticidade. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna**. [tradução Newton Ramos-de-Oliveira]. Campinas, São Paulo: Editora Alínea, 200, 210.

Pensamento Educacional Brasileiro. **A educação e os sonhos possíveis: superando os sonhos impossíveis**. Youtube, 24 de set. de 2021. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=sY3E\\_6Xvlec](https://www.youtube.com/watch?v=sY3E_6Xvlec)>. Acesso em: 14 de out. de 2021.

PUCPR, Canal. 29/08/18h-A **gestão dos sistemas de ensino diante da pandemia**. Youtube, 29 de set. de 2021. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=mksGk\\_YjCCU](https://www.youtube.com/watch?v=mksGk_YjCCU)>. Acesso em: 14 de out. de 2021.

SEMERARO, Giovanni. **Intelectuais, Educação e Escola**: Um estudo do caderno 12 de Antonio Gramsci. Maria Margarido Machado. 1º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2021, 240.

SFORNI, MS de F. **Aprendizagem e desenvolvimento: o papel da mediação**. Políticas públicas, práticas pedagógicas e ensino-aprendizagem: diferentes olhares sobre o processo educacional. 1ª ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008. Disponível em: <[http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem\\_pedagogica/jul\\_2009/aprendizagem\\_desenvolvimnto\\_sforni.pdf](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem_pedagogica/jul_2009/aprendizagem_desenvolvimnto_sforni.pdf)>. Acesso em: 21. mar. 2021.

*Recebido em 17 de novembro de 2022*

*Aceito em 13 de janeiro de 2023*

*Editado em fevereiro de 2023*



**IDEOLOGIA EMPREENDEDORA E HEGEMONIA BURGUESA  
NO BRASIL: UMA ANÁLISE SOBRE O SEBRAE**

**ENTREPRENEURIAL IDEOLOGY AND BOURGUESE  
HEGEMONY IN BRAZIL: AN ANALYSIS OF SEBRAE**

**IDEOLOGÍA EMPRESARIAL Y HEGEMONÍA BURGUESA EN  
BRASIL: UN ANÁLISIS DEL SEBRAE**

*Erika Cordeiro do Rêgo Barros Valentim<sup>1</sup>*

*Juliane Feix Peruzzo<sup>2</sup>*

*Angela Amaral<sup>3</sup>*

**Resumo:** Este trabalho discute a materialidade da ideologia empreendedora no Brasil, evidenciando um dos principais Aparelhos Privados de Hegemonia (APHs) da burguesia nacional: o Sebrae. A pesquisa utiliza dados bibliográficos, documentais e estatísticos, no sentido de apreender a materialidade de tal ideologia burguesa na disputa pela hegemonia. Com base nas contribuições de Antonio Gramsci acerca da relação entre Estado, ideologias e disputas pela hegemonia, discute-se a centralidade da ideologia do empreendedorismo no Brasil, num contexto de avanço das contrarreformas trabalhista e previdenciária.

**Palavras-chave:** Ideologia. Aparelho Privado de Hegemonia. Empreendedorismo.

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: erika.barros@ufpe.br

<sup>2</sup> Professora Associada II da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: peruzzo.juliane@gmail.com

<sup>3</sup> Professora Associada IV da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: angela.amaral@ufpe.br

**Abstract:** This paper discusses the materiality of entrepreneurial ideology in Brazil, highlighting one of the main Private Hegemony Apparatuses (APHs) of the national bourgeoisie: Sebrae. The research uses bibliographic, documentary and statistical data, in order to apprehend the materiality of such bourgeois ideology in the dispute for hegemony. Based on Antonio Gramsci's contributions about the relationship between State, ideologies and disputes for hegemony, the centrality of ideology is discussed of entrepreneurship in Brazil in a context of advancing labor and social security counter-reforms.

**Keywords:** Ideology. Private Apparatus of Hegemony. Entrepreneurship.

Resumen: Este trabajo discute la materialidad de la ideología empresarial en Brasil, destacando uno de los principales Aparatos Privados de Hegemonía (APHs) de la burguesía nacional: el Sebrae. La investigación utiliza datos bibliográficos, documentales y estadísticos, con el fin de aprehender la materialidad de tal ideología burguesa en la disputa por la hegemonía. A partir de las contribuciones de Antonio Gramsci sobre la relación entre el Estado, las ideologías y las disputas por la hegemonía, se discute la centralidad de la ideología del emprendimiento en Brasil, en un contexto de contrarreforma laboral y de seguridad social en avance.

**Palabras clave:** Ideología. Aparato Privado de Hegemonía. Emprendimiento.

## 1 INTRODUÇÃO

No cenário nacional, a implementação de políticas públicas voltadas ao microempreendedorismo vem sendo conduzida historicamente por parcerias entre Governo Federal e *Sistema S*. Composto por nove instituições prestadoras de serviços, o *Sistema S* pode ser considerado um dos principais conglomerados de Aparelhos Privados de Hegemonia (APHs) da cultura empreendedora nacional.

As análises críticas que identificam o Sebrae enquanto importante APH da burguesia nacional apontam para a sua significativa atuação na ideologização do empreendedorismo, cujo sentido é a obtenção de consensos da classe trabalhadora às contrarreformas trabalhista e previdenciária, que avançam ao lado do desemprego estrutural e da precarização do trabalho no Brasil. Assim como nos anos 1970, quando assumiu diretrizes claramente vinculadas ao projeto neoliberal, tal APH permanece sintonizado às necessidades do capital, agora sob as premissas ultraneoliberais que ganham força a partir do golpe de 2016.

O presente texto considera que a análise deste APH, a partir de aportes teóricos gramscianos, revela-se um caminho fecundo à compreensão da cultura empreendedora no Brasil, a qual vem sendo protagonizada pelo estímulo ao microempreendedorismo formal como novo horizonte das relações de trabalho. Nesse sentido, consideramos que as categorias e conceitos de Gramsci têm o potencial de contribuir para o deciframento das antigas e novas formas de funcionamento do Sebrae — desde a compreensão de seu papel histórico na difusão ideológica do empreendedorismo nacionalmente às novas determinações que emergem no contexto político-econômico atual.

O artigo está dividido em duas seções de desenvolvimento. Na primeira, as categorias ideologia e hegemonia são discutidas na perspectiva gramsciana, assim como outros conceitos relacionados: Estado Integral, intelectuais e aparelhos privados de hegemonia. Na segunda seção, discute-se o Sebrae enquanto principal aparelho privado de hegemonia da burguesia brasileira na disseminação da ideologia empreendedora.

## 2 IDEOLOGIA E HEGEMONIA NA PERSPECTIVA GRAMSCIANA

Nas reflexões de Antonio Gramsci acerca do Estado Integral, as categorias *ideologia* e hegemonia comparecem organicamente articuladas, expressando a apreensão crítica de determinações já apontadas por Marx, conferindo-lhes, no entanto, maior desenvolvimento face às condições sócio-históricas de seu tempo: as novas formas de dominação do capitalismo no século XX a partir das transformações operadas na estrutura e superestrutura de tal sociabilidade.

Sem adentrarmos no longo e duradouro debate que envolve as polêmicas concepções sobre ideologia na tradição marxista e suas repercussões nas elaborações de Gramsci, cabe destacar o caráter materialista da ideologia no pensamento de Marx, uma vez que para ele, “a produção das ideias, de representações, da consciência, está, em princípio, imediatamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real” (MARX & ENGELS, 2007, p. 94), sendo as ideias da classe dominante, as ideias dominantes, “isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante” (MARX & ENGELS, 2007, p. 47), conforme escreve em *A ideologia alemã*.

É no conhecido Prefácio (1859) que Marx retoma a temática da ideologia sob uma visão sistematicamente mais ampliada, ao supor que as diferentes expressões assumidas pela ideologia (filosofia, arte, política, religião, direito, etc.) se constituem como determinadas formas da consciência que funcionam como condutos de suas práticas na interação com o real, meio pelo qual “os homens adquirem consciência desse conflito e o levam até o fim” (MARX, 2008, p.48).

Conforme aponta Liguori (2014), Gramsci não teve acesso à *Ideologia Alemã*, publicada entre os anos 1920-1930, nem parte da concepção de Engels sobre ideologia enquanto falsa consciência. Extrai, no entanto, do *Prefácio* da Crítica da Economia Política, uma leitura inovadora que repõe as bases contidas em Marx, enriquecendo-as teoricamente com novas questões. É neste sentido, que para o marxista sardo, no bloco histórico:

[...] as forças materiais são o conteúdo, e as ideologias a forma; a distinção de forma e conteúdo é meramente didática, posto que as forças materiais não seriam concebíveis historicamente sem forma, e as ideologias seriam caprichos individuais sem a força material (GRAMSCI, 1971, p. 57).

Cabe ressaltar que o caráter materialista da ideologia no pensamento de Marx se mantém na obra de Gramsci, sobretudo em contraponto à definição equivocada atribuída a Gramsci como “teórico das superestruturas”, análise comum nas interpretações referenciadas por Norberto Bobbio. Contrariamente à tal proposição, ao conceber o



Estado Integral, Gramsci supera as dicotomias entre estrutura / superestrutura; sociedade civil / sociedade política, apreendendo-as enquanto totalidade cuja a complexa atuação estatal não se reduz ao aparato coercitivo, mas se estende à construção de consensos necessários à dominação da classe burguesa.

Ao apreender o Estado como expressão universal das relações sociais que não reproduz mecanicamente os interesses exclusivos da classe dominante, mas que incorpora determinadas demandas das classes subalternas — em termos gramscianos: o *Estado Integral* — Gramsci vai muito além das concepções até então formuladas sobre a relação Estado-sociedade, identificando a inexistência de qualquer cisão no âmbito de tal relação.

O *Estado Integral*, ou *Estado Ampliado*, nos termos de Buci-Gluksmann (1980), é determinado pelas relações entre sociedade política (a face mais conhecida do Estado historicamente, referindo-se a todo o aparato coercitivo necessário à administração dos governos) e sociedade civil (o conjunto dos *aparelhos privados de hegemonia*, organizadores das vontades coletivas através de mecanismos consensuais, nos quais se destaca a atuação dos intelectuais). Nas palavras de Gramsci:

[...] Por enquanto, podem-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados”) e o da “sociedade política ou Estado”, planos que correspondem respectivamente, à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico”. Essas funções são precisamente organizativas e conectivas. Os intelectuais são “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social (...); 2) do aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo (GRAMSCI, 2000, p. 20-21).

É interessante destacar, também, que a concepção de sociedade civil em Gramsci apresenta elementos opostos à perspectiva hegeliana e, que se diferenciam, ao mesmo tempo, da concepção de Marx.

Para Hegel, a sociedade civil contém tanto o poder policial, quanto o poder político, existindo uma cisão entre os interesses privados (no âmbito da sociedade civil) e os interesses universais (no âmbito do Estado). Na perspectiva hegeliana, o Estado condensa os diferentes interesses existentes na sociedade civil, impondo-se como vontade geral, representação do bem público. Enquanto a sociedade civil abarca a organização material das relações de produção e seus respectivos interesses econômico-corporativos, o Estado é, para Hegel, a superação das contradições, a unidade entre interesses particulares e universais, momento superior da história.

Já na concepção de Marx, longe de representar a superação das contradições, o Estado é a sua exata expressão na sociedade burguesa; a cristalização da dominação de classes existente na sociedade civil. A sociedade civil também é o terreno da produção material e da luta de classes que se expressa no Estado. Na Crítica à filosofia do Direito de Hegel (1843), Marx inverte a lógica hegeliana e sustenta que são as condições materiais as relações sociais concretas que dão origem às formas político-jurídicas na relação Estado – sociedade civil. Há, portanto, uma concepção orgânica entre Estado e sociedade civil, inexistindo qualquer autonomia entre ambos.

O grande avanço de Gramsci neste debate é o de apreender o Estado enquanto unidade contraditória, marcada pela combinação de novas funções com suas tradicionais formas de atuação coercitivas / repressivas. A constituição e desenvolvimento desse (novo) Estado Integral são movidos, segundo Gramsci, pelas lutas de classes operadas no interior do próprio Estado.

Nessa perspectiva, a ampliação do Estado indicava que a revolução não seria possível somente através da luta armada, da tomada do Estado, mas deveria ser operada primeiramente no âmbito das instituições localizadas na sociedade civil. Desse modo, ao tratar sobre a questão da ideologia, Gramsci vai afirmar que estas: “organizam as massas humanas, formam o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem

consciência de sua posição, lutam, etc.” (GRAMSCI, 2011, p. 238).

Observa-se que em Gramsci, ideologia e hegemonia são elementos centrais do Estado capitalista, categorias inseparáveis, organicamente articuladas, mas que não se confundem, já que a hegemonia é decorrente da afirmação de uma classe diante das demais; da afirmação de uma determinada ideologia. Assim, a hegemonia, no pensamento gramsciano, pressupõe a efetivação de uma ampla reforma intelectual e moral que resulte em uma nova racionalidade garantidora da dominação. Tal possibilidade é determinada pela capacidade de que uma classe fundamental, seja ela subalterna ou dominante, tenha de elaborar sua visão de mundo, de construir suas ideologias.

Concordamos com Dias (2014) em sua análise da hegemonia como concepção que não se reduz apenas à dominação ideológica, mas como a possibilidade de construção de uma nova civilização conduzida por uma reforma intelectual e moral. Vemos que em Gramsci, a formação da hegemonia realiza-se mediante determinadas práticas pedagógicas construídas nos espaços institucionais da sociedade civil. Ao articular ideologia e disputas pela hegemonia, Gramsci retoma e amplia a perspectiva de Marx ao afirmar que uma das funções mais imprescindíveis do Estado “ é elevar a grande massa da população a um determinado nível cultural e moral, nível (ou tipo) que corresponde a determinadas necessidades de desenvolvimento das forças produtivas e, portanto, aos interesses das classes dominantes” (GRAMSCI, 2011, p. 284).

No âmbito de tal função, a atuação dos intelectuais é fundamental. Segundo Gramsci, todo grupo social, ao ocupar um lugar no mundo da produção, cria, de forma orgânica, seus próprios intelectuais, os quais "lhes dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político" (GRAMSCI, 2001, p.15).

A concepção gramsciana sobre os intelectuais apreende-os no conjunto das relações sociais e não apenas em suas distinções internas. Articula-os, assim, aos grupos a que se vinculam, às respectivas classes sociais e seus estratos. Gramsci destaca, no entanto, que tal relação entre os intelectuais e grupos / classes sociais não é imediata, mas mediatizada "em diversos graus, por todo o tecido social, pelo conjunto das

superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os seus funcionários" (GRAMSCI, 2001, p.20).

Dentre os tipos de intelectuais, Gramsci chama atenção para dois grupos específicos: os tradicionais e os orgânicos. Os intelectuais tradicionais, que variam conforme a nacionalidade e os terrenos histórico-culturais, são dotados de uma certa continuidade histórica ininterrupta, o que lhes confere a impressão de autonomia e independência em relação às classes dominantes. Gramsci exemplifica os intelectuais tradicionais citando o contexto italiano: intelectuais pré-existentes a um determinado bloco histórico, como clérigos, filósofos, administradores, funcionários do Estado e teóricos que atuavam na produção e difusão de ideias, valores e comportamentos sociais voltados ao atendimento dos interesses de classes dominantes e suas frações.

Quanto aos intelectuais orgânicos, Gramsci destaca a sua posição de defesa, organização e direção de classe, podendo ser originários da própria classe a que se vinculam, ou terem sido cooptados ao longo de sua trajetória. Seu diferencial consiste na inserção ativa, orgânica, na prática cotidiana com aqueles que formam tal classe; ou seja, um intelectual de *novo tipo*, que correspondia às necessidades do capitalismo em sua fase de expansão industrial.

Segundo apontam Liguori e Voza (2009), apesar de utilizar a ideia de aparelho hegemônico em diversos cadernos, é no Caderno 10 que Gramsci articula tal conceito à nova concepção de ideologia. O *aparelho hegemônico*, ou *aparelho privado de hegemonia*, conforma o espaço da luta ideológica, o terreno ideológico de reforma das consciências em disputa, onde se expressam com mais clareza as estruturas ideológicas das classes dominantes, sendo tais aparelhos partes constitutivas do Estado Integral.

Gramsci observa que em regimes parlamentares a hegemonia geralmente é caracterizada por uma combinação equilibrada entre força e consenso, “sem que a força supere em muito o consenso, mas, antes, que pareça apoiada pelo consenso da maioria expresso pelos assim chamados órgãos de opinião pública”. Contrariamente a tais períodos, no contexto do pós-guerra “o aparelho hegemônico se estilhaça e o exercício da hegemonia torna-se permanentemente difícil e aleatório” (Q 13, 37, 1.638 [CC, 3, 95]).

Concordamos com a análise de Liguori e Voza (2009, p. 76), a qual compreende a natureza fundamental dos aparelhos privados de hegemonia para o exercício da hegemonia. Os autores chamam atenção ao fato de que tal relação, na perspectiva gramsciana:

[...] parece também ser o *trait d'union* entre o conceito de hegemonia e aquele, em via de formação, de “Estado integral” e oferece uma base material à concepção gramsciana de hegemonia, não assimilável a uma concepção idealista, culturalista ou liberal.

Quase um século após seus escritos, os apontamentos de Gramsci, brevemente expostos aqui, mostram sua atualidade, sendo imprescindíveis para a compreensão crítica do Estado capitalista atual, suas ideologias orgânicas e as estratégias de disputa pela hegemonia. No tópico seguinte, apresentamos uma das principais ideologias do capitalismo na conjuntura atual e sua relação com a hegemonia burguesa a partir da perspectiva gramsciana: a ideologia empreendedora e sua construção no cenário nacional através da atuação do Sebrae, compreendido como Aparelho Privado de Hegemonia (APH) da burguesia nacional.

### **3 O SEBRAE NA CONDIÇÃO DE APARELHO PRIVADO DE HEGEMONIA DA IDEOLOGIA EMPREENDEDORA**

A centralidade do empreendedorismo na contemporaneidade tem sido discutida por diferentes perspectivas teóricas — desde as abordagens vinculadas à ideologia neoliberal, nas quais o empreendedorismo comparece como estratégia de crescimento econômico e resposta ao desemprego na chamada sociedade pós-industrial, às abordagens que analisam criticamente a ideologia empreendedora, situando-a no bojo da relação capital-trabalho e apontando suas contradições.

Segundo Dardot e Laval (2016, p. 149), a racionalidade neoliberal encontra na ideologia empreendedora o aparato necessário ao processo de concorrência num contexto de crise estrutural, no qual “a valorização do empreendedorismo e a ideia de que essa faculdade só pode se formar no meio mercantil são partes interessadas na redefinição do

sujeito referencial da racionalidade neoliberal”. Ainda conforme os autores, a educação e a imprensa são acionados de modo exponencial para a difusão ideológica do empreendedorismo, para a construção do *homem-empresa*.

Se a partir dos anos 1980 o discurso empreendedor torna-se ressignificação do trabalho precarizado, informal, sendo recomendado por aparelhos privados de hegemonia em âmbito mundial, como a Organização Internacional do Trabalho e o Banco Mundial, para as economias periféricas, na atualidade nota-se que ele alcança as economias centrais, adquirindo a condição de ideologia orgânica do capitalismo mundial.

No cenário brasileiro, a implementação de políticas públicas voltadas ao estímulo do empreendedorismo vem sendo conduzida historicamente por parcerias entre Governo Federal e Sistema S. Composto por nove instituições prestadoras de serviços, o chamado Sistema S pode ser considerado um dos principais conglomerados de Aparelhos Privados de Hegemonia (APHs) da burguesia nacional. Nota-se, historicamente, a significativa atuação deste APH na ideologização do empreendedorismo, cujo sentido é a obtenção de consensos da classe trabalhadora às contrarreformas trabalhista e previdenciária, que avançam ao lado do desemprego estrutural e da precarização do trabalho no Brasil.

Apesar de estar apartado da esfera governamental no âmbito formal-legal desde os anos 1990, quando é desvinculado da Administração Pública Federal, verifica-se uma constante imbricação entre este APH (Sistema S) e o Estado (restrito) historicamente. Isso é expressão, em termos gramscianos, da interpenetração entre sociedade civil e sociedade política, totalidade conformadora do Estado Integral.

Nesse sentido, tal desvinculação além de ser questionada até mesmo por análises que passam longe do referencial gramsciano, cai por terra face à superação, alcançada por Gramsci, dos dualismos que contrapõem sociedade política e sociedade civil. No plano legal, enquanto a sociedade política — representada pelo Estado brasileiro — regula juridicamente as políticas governamentais voltadas ao empreendedorismo, aparelhos privados de hegemonia como o Sistema S atuam na conformação ideológica do ser empreendedor; na condução pedagógica das massas à adesão ao empreendedorismo como saída para o desemprego e informalidade no Brasil. O Sistema



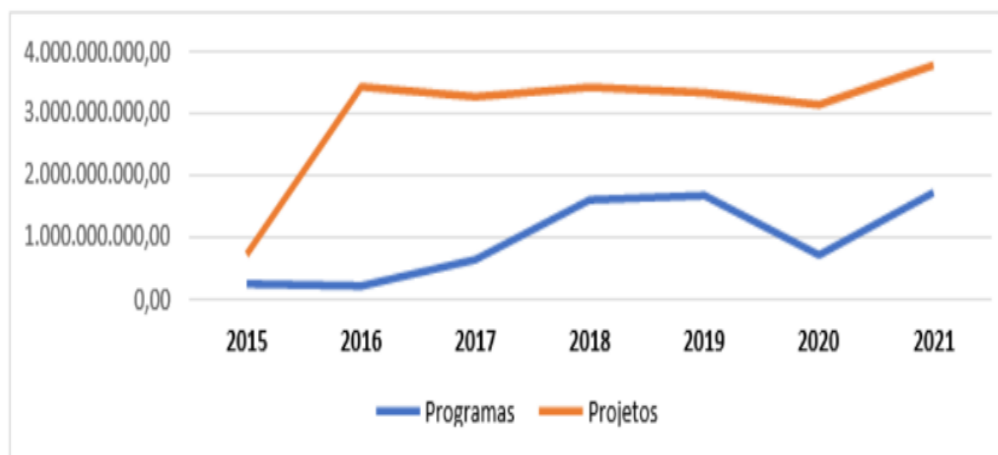
S se apropria, portanto, da ideologia empreendedora — ideologia orgânica do capital na contemporaneidade — e se ocupa de disseminá-la no terreno nacional através de diversas estratégias, de modo a corresponder às necessidades do Estado capitalista na disputa pela hegemonia.

No âmbito do Sistema S, é o Sebrae quem concentra uma atuação mais significativa na construção e difusão da ideologia empreendedora, sobretudo através do microempreendedorismo formal. Composto por mais de 700 unidades de atendimento no território brasileiro, o Sebrae possui representações em todos os estados do país, com sede localizada em Brasília. Em seu Estatuto Social, alterado em 2021, o Sebrae declara como objetivo institucional:

[...] fomentar o desenvolvimento sustentável, a competitividade e o aperfeiçoamento técnico das microempresas e das empresas de pequeno porte industriais, comerciais, agrícolas e de serviços, notadamente nos campos da economia, administração, finanças e legislação; facilitar o acesso ao crédito, a capitalização e o fortalecimento do mercado secundário de títulos de capitalização daquelas empresas; promover o desenvolvimento da ciência, da tecnologia, do meio ambiente, da capacitação gerencial e da assistência social; promover a educação, a cultura empreendedora e a disseminação de conhecimento sobre o empreendedorismo, em consonância com as políticas nacionais de desenvolvimento (SEBRAE, 2021, p. 2).

Tais atribuições são indicativas da dimensão deste APH, que para além da estreita relação com o Estado (restrito / sociedade política) e de uma ampla estrutura, articula diversas áreas de interesse econômico nacional que não se restringem às políticas específicas de microempreendedorismo. Cabe ressaltar, no entanto, uma contradição central na “desvinculação” do Sebrae à Administração Pública: apesar de constituir-se como entidade autônoma, o seu funcionamento permanece ligado diretamente às políticas governamentais, assim como o financiamento via fundo público — por contribuições compulsórias incidentes sobre as folhas de salário das empresas (0,3%) e demais repasses do governo federal.

**Gráfico 1 - Recursos transferidos para o Sebrae Nacional investidos em programas e projetos no período (2015 - 2021)**



Fonte: SEBRAE, 2022. Elaboração própria.

Como podemos observar no gráfico acima, de 2015 a 2021<sup>7</sup> houve um crescimento significativo no volume de recursos investidos para a implantação de programas e projetos institucionais a nível nacional. Enquanto em 2015 foram investidos R\$ 246.337.391,13 em programas e R\$ 723.147.889,71 em projetos, em 2021 os recursos subiram para R\$ 1.727.927.083,67 e R\$ 3.783.431.284,30 respectivamente (SEBRAE, 2022).

A redução de recursos observada no ano de 2020 pode ser explicada como decorrente da Medida Provisória 932/2020, que diminuiu pela metade as contribuições obrigatórias das empresas para o Sistema S, desonerando as folhas de pagamento como forma de apoio aos empresários no contexto da Covid-19. Tal operação realizada pelo governo federal foi objeto de críticas de dirigentes do Sistema S, que argumentaram impactos nos serviços executados, sobretudo na qualificação da classe trabalhadora.

Isso expressa, no entanto, as correlações de forças existentes na relação entre governo federal e Sistema S na disputa pela condução de parte do fundo público. A MP, convertida posteriormente no Projeto de Lei 14025 /2020, estabeleceu que 50% dos

recursos repassados ao Sebrae seriam destinados ao Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (Fampe) nos meses de abril, maio e junho de 2020. Vale ressaltar que o Fampe constitui mecanismo de financeirização do capital via fundo público, posto que oferece linhas de crédito utilizando parte do trabalho excedente apropriado pelo Estado, através da tributação de impostos, e revertido em empréstimos, de modo a articular capital portador de juros e capital fictício.

No que diz respeito aos dirigentes deste APH, que exercem, em termos *gramscianos*, o papel de intelectuais orgânicos, nota-se vinculações diretas com frações da burguesia nacional. Uma breve análise acerca da trajetória dos atuais intelectuais orgânicos<sup>4</sup> do Sebrae nos permite identificar dois principais perfis: empresários ligados a negócios tradicionais familiares; ou seja, cuja condição de classe é originária da própria burguesia nacional; e intelectuais com perfis técnicos, que dispõem de currículos com formações em áreas relacionadas à administração e negócios, assim como históricos de atuação na gestão de APHs da burguesia nacional e em instituições ligadas a frações da classe empresarial.

Nota-se que o alinhamento entre dirigentes do Sebrae e governo federal é um traço característico de diferentes conjunturas, uma vez que os seus dirigentes e intelectuais orgânicos sempre mantiverem estreita relação com setores dominantes da burguesia nacional e com os núcleos decisórios do poder — as históricas intervenções do governo federal na indicação e aprovação dos quadros dirigentes da entidade demonstram isso.

O arcabouço teórico-conceitual de Gramsci nos auxilia na compreensão dessas articulações; ou seja, no fato de que os intelectuais não formam uma classe à parte, autônoma, mas se movimentam de forma a corresponder aos interesses corporativos da classe à qual se vinculam. Como argumenta Weide (2019, p.97), os intelectuais orgânicos, para Gramsci, “podem ter sua origem na própria classe ou terem sido arregimentados, cooptados em outros grupos sociais, mas precisam ter vivência, prática

---

<sup>4</sup> O quadro intelectual e dirigente do Sebrae Nacional é composto atualmente por: Roberto Tadros, Carlos Melles, Bruno Quick, Eduardo Diogo, entre outros.

cotidiana”.

Nesta perspectiva, o intelectual orgânico encontra-se fundamentalmente ligado ao “grupo social ou à classe social com a qual não apenas se identifica, mas, sobretudo, lhe propicia a formação da consciência de classe nas dimensões econômica, política e social” (SILVEIRA, 2020, p. 141), além disso, os intelectuais orgânicos também atuam como “organizadores, construtores, aglutinadores da vontade coletiva para a realização da hegemonia desta classe”; elementos que podem ser observados nas práticas e discursos do quadro intelectual e dirigente do Sebrae historicamente (BRANDÃO; DIAS, 2007, p. 90).

Para além destes intelectuais, há outros diversos grupos de intelectuais que possuem parcerias com o Sebrae e que são vinculados a aparelhos privados de hegemonia da burguesia internacional, como as agências das Nações Unidas, a exemplo da Unesco; instituições de ensino como a *London Business School* e o *Babson College*; bancos, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, entre tantos outros<sup>10</sup>. Nota-se na vasta produção de conteúdo digital do Sebrae, além da produção midiática e bibliográfica, as contribuições de intelectuais com diferentes formações e vinculados a instituições nacionais e internacionais.

Segundo Alves (2016, p. 644), as ações do Sebrae concernentes à promoção do empreendedorismo cultural estão divididas em cinco linhas gerais: 1) capacitação; 2) consultoria; 3) promoção e acesso ao mercado; 4) informação técnica e 5) acesso a serviços financeiros. A dinâmica de funcionamento do Sebrae enquanto APH envolve, portanto, um conjunto de práticas que vão desde a oferta de cursos gratuitos à distância, consultorias e atendimentos individualizados nas unidades da instituição, à construção de propostas, no âmbito legal, que regulamentam o microempreendedorismo formal no Brasil, como é o caso da regulamentação de motoristas e entregadores de aplicativos na condição de Microempreendedores Individuais (MEIs) em 2019.

Cabe destacar, no entanto, que desde sua reinvenção institucional, a partir dos anos 1990, a educação empreendedora vem sendo a principal forma de atuação do Sebrae. Expressão disso é a criação de um centro próprio voltado à produção de

conteúdos e metodologias de empreendedorismo para serem utilizadas por professores e alunos nos diferentes espaços educacionais. O conjunto de tais conteúdos está reunido em uma plataforma específica: o Centro de Educação Empreendedora – CER, que se apresenta como “uma ponte entre o saber e o fazer” e, na prática, propicia as diretrizes para a execução da nova Base Nacional Comum Curricular; ou seja, é expressão concreta do Estado Integral nas suas formas de disseminação ideológica do empreendedorismo e de construção de uma nova cultura do trabalho no Brasil. Segundo dados do Sebrae (2022), diversos projetos de educação empreendedora da instituição já foram realizados em mais 4.533 municípios, atendendo a 7 milhões de estudantes e 270 mil professores.

Nesse sentido, a atuação pedagógica deste APH expressa elementos de materialidade da cultura empreendedora no Brasil que, na condição de ideologia forjada pelo capital, constitui-se não apenas como mascaradora da realidade social, como forma de dominação e encobrimento da exploração do trabalho e das contradições de classe no capitalismo, mas consiste em “uma concepção de mundo definidora e constituidora do real” (BRANDÃO; DIAS, 2007, p. 81); está entrelaçada com a vida material, com as necessidades do capitalismo na conjuntura atual. Na condição de ideologia, o empreendedorismo revela, assim a sua materialidade, já que “as ideias não nascem de outras ideias, as filosofias não nascem de outras filosofias, mas são as expressões sempre renovadas do desenvolvimento histórico real” (GRAMSCI, 1978 p. 22).

Na trilha dos principais programas apoiados pelo Sebrae está o Programa Microempreendedor Individual - PMEI, criado através da Lei Complementar nº 128/2008, durante o Governo Lula, e considerado como a principal estratégia de regularização do trabalho informal no Brasil. O PMEI possibilita a trabalhadores por conta própria o acesso a alguns direitos e benefícios previdenciários, conformando uma modalidade bastante peculiar de proteção social no Brasil: para acessar direitos trabalhistas limitados, os sujeitos se formalizam na categoria de Microempreendedores Individuais, constituindo-se, legalmente, *empresários de si mesmos*.

Em 2022 o PMEI alcançou a marca de mais de 14 milhões de inscritos, sendo observado um crescimento significativo de adesões ao programa no contexto da pandemia, com o crescimento do desemprego e da consequente desproteção social da

classe trabalhadora que encontra no trabalho autônomo, por conta própria, a alternativa de sobrevivência e de acesso aos direitos previdenciários.

O protagonismo do Sebrae na condução do PMEI desde sua criação é notório; seja através da pressão para a aprovação da Lei Complementar nº 128/2008, do amplo investimento midiático, como da própria execução do programa em todo o território nacional. Além disso, o Sebrae é a principal referência na produção de dados e pesquisas sobre os Microempreendedores Individuais – MEIs, já que detém todos os registros de cadastramento dos microempreendedores, assim como dos pequenos e médios empresários.

A implantação do PMEI vem sendo operacionalizada pelo Sebrae desde 2008, a partir de um conjunto de orientações divulgadas em cartilhas; manuais; capacitações; cursos gratuitos de educação à distância e presenciais; parcerias com prefeituras, além dos conteúdos disseminados em seus veículos de comunicação, todos voltados ao processo formalização e de educação empreendedora dos MEIs. O fomento à adesão de trabalhadores informais ao PMEI tem sido o principal alvo das campanhas institucionais do Sebrae nos últimos anos, carregando atualmente o slogan de ser a “*força do empreendedor brasileiro*”. Nesse sentido, tal protagonismo é expressão do exercício de suas funções institucionais como planejador, orientador e coordenador de políticas voltadas à formação da cultura empreendedora no cenário nacional.

A continuidade do PMEI na política pública brasileira, do governo Lula ao governo Bolsonaro, é reveladora de como o seu projeto é capaz de conciliar agendas governamentais distintas nas formas de disputa pela hegemonia, que vão desde o neodesenvolvimentismo (com todas as suas contradições) ao ultraneoliberalismo atual.

Segundo Braga (2010, p.11), as políticas de transferência de renda, a ampliação do poder de consumo das massas, o reajuste do salário mínimo e a *reformatização* do trabalho — processo do qual o PMEI foi partícipe nos governos petistas — expressam a atualidade das premissas gramscianas no movimento dialético da conservação-inovação; movimento próprio da disputa pela hegemonia nos governos Lula.



Nesta direção, segundo Braga, a hegemonia *lulista* apresentou aspectos tanto da conservação, isto é, a reação dos de cima ao subversivismo inorgânico das massas, quanto da inovação; ou seja, a incorporação de parte das exigências dos de baixo. E, como podemos observar, tal dialética da inovação-conservação representada, também, no PMEI, permanece sendo estratégia de hegemonia do governo Bolsonaro, que vem ampliando o rol de ocupações abrangidas pelo programa, ou seja, de trabalhadores precarizados que hoje se formalizam como microempreendedores individuais, numa clara estratégia de potencializar as contrarreformas trabalhista e previdenciária em curso.

Em 2022, no cenário de acirrada disputa eleitoral, a seguridade social de trabalhadores autônomos e informais constituiu pauta de diferentes projetos políticos, como pudemos observar nos discursos de Bolsonaro, que defendeu a ampliação de categorias ocupacionais no PMEI e propôs a criação do Microempreendedor Digital (MED), um programa específico de formalização dos motoristas e entregadores de aplicativos; assim como nos discursos do presidente Lula, que enfatizam a necessidade de garantir proteção social aos trabalhadores de aplicativos, rediscutindo “cuidadosamente” tal pauta. Acrescido a isso, consta no plano de governo Lula 2022, a criação do Programa Empreende Brasil, cujo objetivo é “facilitar o acesso ao crédito para micro e pequenas empresas, com novas linhas de crédito, melhores relações de trabalho e a retomada do Cartão de Crédito do BNDES”.

Na conjuntura de crise pandêmica, a atuação do Sebrae tem sido marcada pela disseminação de informações acerca das medidas do governo federal de apoio aos micro e pequenos empresários, a exemplo das novas linhas de crédito, ao mesmo tempo que tem investido no seu potencial de produtor de dados primários e secundários sobre os impactos da Covid-19 nos pequenos negócios, desenhando tendências e prognósticos setoriais ao enfrentamento da crise por meio da plataforma DataSebrae / Covid-19. Ainda nesse contexto, diante do aumento considerável do índice de inadimplência dos trabalhadores formalizados no programa, tal APH vem atuando, também, através de suas plataformas de comunicação, no convencimento dos MEIs à adesão das condições impostas pelo governo federal para o enfrentamento da inadimplência.

Em termos gerais, na conjuntura atual o Sebrae reproduz as suas formas tradicionais de atuação em torno da ideologização do empreendedorismo como saída para o desemprego e informalidade no Brasil, cumprindo o papel de articulador na criação de novas categorias ocupacionais abrangidas pelo PMEI — não somente as ocupações que apresentam baixa qualificação e rendimentos, como as ocupações que exigem maiores níveis de qualificação e com melhores remunerações — contribuindo para a expansão dos fenômenos da *pejotização* e da *meicização*<sup>5</sup>.

O amplo investimento do Estado brasileiro na expansão de categorias profissionais abrangidas pelo PMEI revela a estratégia de transferir para a classe trabalhadora todos os custos possíveis relativos ao financiamento da Previdência Social, mediante a exclusiva contribuição dos trabalhadores, desonerando não só o capital, como a si mesmo, dos gastos com a reprodução da força de trabalho.

Ademais, no âmbito das intencionalidades do Estado, cabe ressaltar duas hipóteses inteiramente vinculadas às tendências mais gerais do desmonte da seguridade social brasileira: 1- a ampliação da histórica regressividade tributária no Brasil a cargo das classes sociais mais baixas; 2 – a negação do direito à Assistência Social, mediante a possível utilização do MEI como critério de seletividade / exclusão do acesso a programas sociais de transferência de renda, como o Bolsa Família.

Nesses termos, a seguridade social brasileira parece caminhar para um brutal esfacelamento, que enterra qualquer perspectiva de complementariedade das políticas sociais, levando os cidadãos a uma “escolha” perversa entre direitos da Assistência ou Previdência; entre a complementação de renda para a sobrevivência ou o direito de um dia poder se aposentar. Essas duas hipóteses iniciais ganham força com o projeto de lei do governo federal que pretende criar o MEI Digital (MED), com o objetivo de tornar obrigatória a adesão de motoristas de aplicativos e entregadores de aplicativos ao Programa (EXAME,2021).

<sup>5</sup> Bastante semelhante ao fenômeno da *pejotização*, a *meicização* atinge, entretanto, trabalhadores de baixo rendimento e qualificação (ABÍLIO, 2021, p. 35).

O sentido da regulamentação forçada de trabalhadores reconhecidamente precarizados como pessoas jurídicas atende claramente aos interesses do Estado burguês, diante do aumento de processos trabalhistas envolvendo trabalhadores de plataformas nos últimos anos, e corresponde, ao mesmo tempo, à tendência geral de restringir cada vez mais a sua participação na socialização dos custos de reprodução social da força de trabalho, direcionando o fundo público para a recomposição das taxas de lucro do capital.

Aqui, se apresentam, também, elementos particulares de um Estado Burguês profundamente antidemocrático, que historicamente determina “pelo alto as condições fundamentais de desenvolvimento e garantia das relações sociais de produção”, e o faz até mesmo quando formula políticas que atendem em parte às demandas da classe trabalhadora. O fato de o Estado burguês no Brasil impor a trabalhadores extremamente precarizados a sua regulamentação como microempreendedores, o autogerenciamento da sua força de trabalho e da sua proteção social, é revelador das formas de reatualização da autocracia burguesa.

Retomando a tese de Iasi (2020) sobre as determinações centrais do Estado brasileiro, nos deparamos com a reprodução contínua da “imposição violenta dos meios coercitivos e da intensificação dos mecanismos explicitamente ideológicos que encobrem e justificam a ordem social existente”, como particularidades fundamentais da nossa formação social.

#### **4 CONCLUSÃO**

Em tempos de aprofundamento da crise estrutural, o fortalecimento da complexa trama de APHs do capital é fundamental no sentido de reduzir as possibilidades à abertura de uma crise orgânica, de modo a assegurar a direção intelectual-moral das classes dominadas. Neste sentido, em um cenário em que as condições de existência das classes subalternas alcançam patamares cada vez mais degradantes, a atuação do Sebrae mostra-se como estratégia central da burguesia na disputa pela hegemonia.

Apesar de observarmos o surgimento e fortalecimento de outros APHs voltados

à construção ideológica do empreendedorismo no cenário nacional, a exemplo das organizações *Lemann*, o Sebrae continua sendo o principal interlocutor no âmbito das políticas públicas de microempreendedorismo. O amplo investimento do Sebrae na difusão da ideologia empreendedora, ou da suposta “cidadania empreendedora”, nos termos utilizados pelo seu principal dirigente – Carlos Melles –, revela a necessidade de o capital tornar não apenas aceitável, mas desejável o novo padrão das relações de trabalho no Brasil e no mundo por meio de mecanismos consensuais.

No âmbito da crise orgânica do capital, a ideologia empreendedora se revela como uma das ideologias do consenso do ultraneoliberalismo atual, estratégia de justificação da expropriação de direitos que, por sua vez, corresponde à necessidade de manutenção da hegemonia burguesa. O êxito na construção dos consensos é identificado no apoio de amplos segmentos da classe trabalhadora brasileira às contrarreformas em curso, que atingem um patamar devastador durante o governo neofascista de Bolsonaro, na defesa de pautas que afetam drasticamente suas condições imediatas de existência.

Ao mesmo tempo que se diz representar os interesses dos pequenos empresários e dos microempreendedores, o Sebrae atua para assegurar o atendimento das necessidades da grande burguesia nacional, como a legitimação da desregulamentação trabalhista camuflada na criação de trabalhadores-empresários: MEIs. Nesse sentido, vem cumprindo com êxito a sua função de aparelho de dominação ideológica por meio de práticas educativas que disciplinam as condutas da classe trabalhadora tanto no âmbito do trabalho, como nas formas de sociabilidade.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Elder Maia. **As políticas de estímulo ao empreendedorismo cultural no Brasil: o Sebrae como um agente estatal de mercado.** Pol. Cult. Rev., Salvador, v. 9, n. 2, p. 626-650, jun./dez. 2016.

BRAGA, Rui. Apresentação. In: OLIVEIRA, F. de; BRAGA, R.; RIZEK, C. **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira.** São Paulo: Boitempo, 2010.

BRANDÃO, Nágela Aparecida; DIAS, Edmundo Fernandes. **A questão da ideologia em Antonio Gramsci**. Trabalho e Educação, v. 16, nº 2, jul-dez / 2007.

BUCI-GLUCKSMANN, Christine. **Gramsci e o Estado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

DARDOT, Pierre.; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DIAS, Edmundo Fernandes. **Hegemonia: nova civiltá ou domínio ideológico?** História e Perspectivas, Uberlândia (50): 89-146, jan./jun. 2014.

EXAME. 'MEI digital' vai exigir contribuição de motoristas e entregadores de app. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/mei-digital-vai-exigir-conttoristas-e> > Acesso em 21 ago 20221.

GRAMSCI, Antonio. **El materialimo histórico y la filosofía de Benedetto Croce**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1971.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere: introdução ao estudo da filosofia e a filosofia de Benedetto Croce**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

IASI, Mauro. **Cinco teses sobre a formação social brasileira (notas de estudo guiadas pelo pessimismo da razão e uma conclusão animada pelo otimismo da prática)**. In: GRANEMANN, Sara (org). Teoria Social, Formação Social e Serviço Social Pesquisas marxistas em debate. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2020.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SEBRAE. **Resolução CDN 354/2020**. Brasília, 2020.

SILVEIRA, Zuleide. **O baile de máscaras: o movimento de intelectuais entre Estado supranacional e Estado Integral**. Rev. Práxis e Hegemonia Popular, Marília, SP v. 5 n.6 p. 136-156 jul /2020.

WEIDE, Darlan Faccin. **A questão do intelectual em Rosa Luxemburgo e Antonio Gramsci.** Revista Práxis e Hegemonia Popular, ano 4, n. 4, p. 82-101, jan./jul., 2019.

*Recebido em 12 de dezembro de 2022*

*Aceito em 6 de fevereiro de 2023*

*Editado em fevereiro de 2023*



## OS APARELHOS PRIVADOS DE HEGEMONIA NA EDUCAÇÃO PARANAENSE

THE PRIVATE APPARATUS OF HEGEMONY IN PARANAENSE  
EDUCATION.

EL APARATO PRIVADO DE LA HEGEMONÍA EN LA EDUCACIÓN  
PARANAENSE.

L'APPARATO PRIVATO DELL'EGEMONIA NELL'EDUCAZIONE  
PARANAENSE

*Jussara de Fátima Ivanski Ruppel<sup>1</sup>*

*Michelle Fernandes Lima<sup>2</sup>*

### RESUMO

Esse artigo é parte integrante da pesquisa realizada no âmbito do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE/UNICENTRO/PR) e vinculada ao Grupo de Pesquisa: Estado, Políticas e Gestão da Educação (UNICENTRO/PR), que analisou os Aparelhos Privados de Hegemonia (APHs) no contexto de implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) dos anos iniciais da educação em municípios paranaenses, com ênfase no Instituto Reúna. O texto está organizado em duas partes: sendo que num primeiro momento abordamos a concepção de Estado integral para Gramsci e abertura do mesmo para participação e dos APHEs na esfera educacional. Em

<sup>1</sup> Mestranda na Universidade Estadual do Centro Oeste, Campus Irati. Irati, Paraná, Brasil.

[Juruppel146@gmail.com](mailto:Juruppel146@gmail.com) - <https://orcid.org/0000-0002-5645-3039>

<sup>2</sup> Professora doutora na Universidade Estadual do Centro Oeste, Campus Irati. Irati, Paraná, Brasil.  
[mfernandeslima@yahoo.com.br](mailto:mfernandeslima@yahoo.com.br) - <http://orcid.org/0000-0003-0896-4747>

seguida enfatizamos a participação do Instituto Reúna como APHE da burguesia, nas soluções educacionais para essa implementação da BNCC nos municípios do Paraná. Por fim, os resultados apontam que os APHEs são instrumentos da burguesia e estão legitimados pelo modelo de Estado, entendido enquanto sociedade e sociedade política, que encontraram na educação um campo fértil de desenvolvimento.

**Palavras-chave:** BNCC. Aparelhos privados de Hegemonia. Educação paranaense.

## ABSTRACT

This article is an integral part of the research, carried out within the scope of the Graduate Program in Education (PPGE/UNICENTRO/PR) and linked to the Research Group: State, Policies and Management of Education (UNICENTRO/PR), which analyzed the Apparatuses Deprived of Hegemony (APH) in the context of implementation of the BNCC of the early years of education in Paraná municipalities, with emphasis on the Reúna Institute. We start from the understanding of the State through the contributions of Antonio Gramsci. The text is organized in two parts: in the first moment we approach the conception of integral State for Gramsci and its opening for participation and the APHEs in the educational sphere. Then we emphasize the participation of Instituto Reúna as APH of the bourgeoisie, in the educational solutions for this implementation of the BNCC in the municipalities of Paraná. Finally, the results indicate that the APHEs are instruments of the bourgeoisie and are legitimized by the State model, understood as society and political society, which found in education a fertile field of development.

**Keywords:** BNCC. Private Apparatuses of Hegemony. Education in Paraná

## INTRODUÇÃO

Este artigo busca discutir a participação dos aparelhos privados de hegemonia (APHEs), consideramos como associações, institutos, partidos políticos, e é em torno desses aparelhos que se organizam as aspirações coletivas, seja dos grupos domínio ou dominados. Esses APHEs estão situados no modelo de Estado, considerado por Gramsci, como integral, constituído pela sociedade política e sociedade civil, e atuam no contexto de implementação da BNCC nos municípios paranaenses, com destaque ao Instituto Reúna. Vale enfatizar, que o Instituto Reúna,

considerado uma startup social<sup>3</sup>, foi criado em 2019, pela Fundação Lemann, logo após a implementação da BNCC, (FARIA, 2020a, p.12). A autora observa em seus estudos que uma vez aprovada a BNCC, as demandas da Fundação Lemann aumentaram e a empresária Katia Smole<sup>4</sup> foi convidada pela Lemann para administrar o recém-criado Instituto Reúna, que é uma das organizações com maior incidência nos projetos e nos programas da Fundação e das suas Frentes Móveis na implementação da BNCC e do Novo Ensino Médio.

Para que os APHs pudessem atuar junto a elaboração e agora na implementação da BNCC foi primordial dar a devida legitimidade a esta política curricular, que embora tenha sido conduzida por APHEs ligados às grandes corporações, conforme estudos de (D'ÁVILA, 2018) utilizaram-se do consenso para colocá-la em curso nos municípios brasileiros.

Utilizamos neste estudo das contribuições de Antonio Gramsci, por meio de fragmentos dos Cadernos e as Cartas do Cárcere, nos quais o autor aborda sobre o conceito de Estado, sociedade civil e aparelhos privados de hegemonia, na compreensão de que as políticas educacionais são resultado desse modelo de Estado, entendido enquanto sociedade política e sociedade civil.

Gramsci nos ajuda a entender quem são esses APHEs considerados como institutos, associações, partidos políticos, sindicatos, igrejas, que buscam a ascensão do grupo a que pertencem. Esses APHEs estão localizados no modelo de Estado, entendido como integral, formado pela junção da sociedade política e sociedade civil. A hegemonia, portanto, concentra-se no conceito de impor uma determinada concepção de mundo, e ainda na consolidação de interesses particulares de alguns setores (ROIO; GALASTRI, 2022).

<sup>3</sup> Uma startup de impacto social, além de unir inovação tecnologia, escalabilidade e repetibilidade na projeção e desenvolvimento de um negócio, ela tem como objetivo gerar uma mudança positiva na sociedade, alterando o ambiente social onde atuará, é preciso desenvolver um propósito social para esta atuação empresarial.

<sup>4</sup> Katia Stocco Smole- Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, diretora executiva do Instituto Reúna e fundadora do Instituto Mathema de formação e pesquisa. É conselheira do Conselho Estadual de Educação de São Paulo onde preside a Câmara de Educação Básica, é associada do Todos Pela Educação. É membro do Movimento Pela Base, membro do conselho administrativo da Fundação Nova Escola. Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/562250/katia-cristina-stocco-smole>. Acesso em: 24 de jan. 2023.

Nessa direção destacamos que aparelho privado de hegemonia (APHEs) é uma importante categoria nessa investigação, já que esses aparelhos têm se mostrado protagonistas na organização e direcionamento das políticas educacionais. Entendemos a BNCC como materialização dos anseios burgueses para educação, e que é expresso em leis, planos, documentos, ou seja, a legislação vem concretizar ou legitimar uma disputa que já se deu e foi definida no plano da sociedade civil, e pode ainda, ser um instrumento, utilizado pela classe dominante para perpetuar e manter o controle da ideologia burguesa (SHEEN, 2007, p. 9). A partir da homologação da referida proposta curricular, estados e municípios passaram a implementar e reorganizar seus currículos para se adequar ao modelo vigente.

A partir da BNCC é organizado o ensino como um todo, a mesma é a referência para formação de professores, material didático e isso oportuniza situações de envolvimento de segmentos do setor privado nas políticas educacionais, em todo processo educativo. Essa abertura faz com que grandes conglomerados, se organizam em torno de um projeto educacional voltado a atender às pretensões de sua classe e estes passam a atuar de maneira ampla nas políticas que orientam a educação a qual “[...] é pensada, expressamente em projetos sociais em disputa, resultado de movimentos coexistentes e contraditórios de resistência e de combate ideológico” (GONÇALVES, 2021).

Nesse sentido, é fundamental considerar a BNCC enquanto política curricular, que foi pensada e organizada com a participação de grupos hegemônicos. Esse fator foi marcante em pesquisas já concluídas que apontaram em seus resultados essa influência, como a de Sakata (2018) e D’Ávila (2018). Finalizada em 2017, com a participação acirrada dos APHEs, a BNCC, vem sendo implementada em nível nacional. Estados e municípios se projetam para pôr em prática a referida proposta. Nesse meio, a presença direcionadora e organizadora dos APHEs da burguesia, encontram campo lucrativo para expandir-se, atuando em rede, se proliferam e ofertam soluções para todos os anseios de uma dita “qualidade educacional”, qualidade essa pensada pela classe hegemônica burguesa.

Diante disso, este estudo apresenta num primeiro momento as concepções de Estado para Gramsci, e como são empreendidas as políticas educacionais nesse contexto, em seguida trazemos algumas considerações sobre o APHE Instituto Reúna e como este vem atuando na implementação a BNCC nos municípios paranaenses.

## **ESTADO, APARELHOS PRIVADOS DE HEGEMONIA E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS**

Gramsci (2006 p. 84), reconhece o Estado como sendo formado pela sociedade política e a sociedade civil, ou seja, comporta duas esferas principais: sociedade política, por meio da qual a classe dominante detém o monopólio legal por meio da coerção, e a sociedade civil, formada precisamente pelo conjunto de organizações responsável pela elaboração e/ou difusão das ideologias, sindicatos, igrejas, escolas, ou seja para Gramsci essas organizações são os APHEs, que são utilizados na formação do consenso, sendo a base para a dominação (COUTINHO, 1992, p. 77), ou seja a configuração do Estado resulta da capacidade da sociedade civil instituir-se como coloca Gramsci, parte do Estado, transformando suas demandas em políticas públicas. (SANTOS, 2012, p.25).

No que se refere ao Estado pensado por Gramsci, há o emprego dos termos “coerção e consenso, ou seja, o Estado utiliza-se, ora da coerção, ora do consenso para conduzir as massas (COUTINHO 2011, p.208) e manter o processo hegemônico. Ou seja, “Estado é o lugar em que ocorre a luta por consensos travada entre as classes sociais, com o intuito de se manter ou conquistar a hegemonia” (SAKATA, 2018, p.22). Esse modelo de Estado serve para conservar ou promover uma determinada base econômica, de acordo com os interesses de uma classe social fundamental, e por meio da sociedade civil, que as classes buscam exercer sua hegemonia, o domínio ou a direção. Essa hegemonia é praticada por meio do convencimento, ou seja, consenso, como algo natural.

Schlesener (2001, p.59) destaca que “a hegemonia se apresenta como dominação econômica que se sustenta na direção política e cultural da sociedade, por meio da estrutura do Estado”. Gramsci enfatiza que a questão hegemonia, torna-se uma relação

de compromisso, ela pressupõe que se leve em conta os interesses dos grupos pelos quais a hegemonia é exercida, os dominados se sentem parte do processo e representados.

Nessa direção, entendendo que o Estado é responsável pelo direcionamento político e econômico a que estamos submetidos, percebemos que é também por meio desse Estado, que se vê representado na sociedade civil, que acontece o processo hegemônico. O Estado, oportuniza a participação efetiva dos APHEs na condução das políticas educacionais.

Para compreender esse fenômeno é imprescindível assimilar que as políticas educacionais são produto e processo dentro de um sistema. “O momento do processo, de elaboração da tendência hegemônica, e o momento do produto, da materialização da política”. “A Política Educacional abrange, pois, as atividades educacionais tanto da sociedade política quanto da sociedade civil” (SHEEN, 2007,p. 10).

Entendendo, portanto, que a política educacional é o que designa o tipo de educação é preciso olhar o campo educacional como um lugar de disputa e que vem sendo direcionado pelos APHEs. De acordo com Neves (2010, p. 142), o “Estado define as políticas sociais e gerencia os processos, enquanto, as organizações (fundações e institutos) executariam a política”.

Nessa acepção, Farias (2020) lembra que essas formas de dominação burguesa empresarial dentro do contexto histórico, social, político e econômico das relações sociais de produção capitalista sob o comando do capital, acontece por meio da multiplicação dos denominados braços sociais empresariais mercantilizados, ou seja, por meio de Fundações, Institutos, que são organizações sociais que estão âmbito da sociedade civil, ou seja, aparelhos privados de hegemonia (APHEs).

Esses APHEs se ramificam e agem de forma dinâmica, organizando-se em rede, em torno da BNCC, isso é presente desde a elaboração e continuam participando da implementação. Os APHEs são móveis, sendo que o objetivo de atuação deles também muda, desenvolvendo soluções em todos os âmbitos da educação, ou seja, formação de professores, material didático, planejamentos, organização de referencial curricular.

A BNCC sendo uma política curricular, resultado desse Estado e conforme já estudado por D'avila (2018) é também espaço de disputa, que teve a presença de diversos APHES em sua elaboração, especialmente a Fundação Lemann que se mostrou a grande articuladora de todo o processo, fazendo com que houvesse o consenso na aplicação da referida proposta, transformando-a em uma política curricular bastante aceita no cenário brasileiro.

Tomando por base os conceitos gramscianos, percebemos que os APHES, utilizando-se de Institutos, Fundações, exerceram a hegemonia em prol da BNCC, retirando do Estado o papel como único ordenador das políticas em torno da educação. O Estado deixa de regular as políticas, todavia o financiamento continua sendo por intermédio dos recursos públicos. A lógica por traz desses APHES é o trabalho em rede fazendo com que haja articulação e predominância de seus interesses. Vale enfatizar que “é por meio do Estado que os documentos das políticas educacionais são implementados, assim, o Estado é o aparelho capaz de tornar possível a constituição e expansão das ideias neoliberais” (GONÇALVES, 2021, P. 60).

Fica evidente, portanto, que as políticas educacionais, no atual contexto, são resultado desse processo de parceria entre o público e privado, ou seja, Estado e setor privado. Retomamos dois pontos importantes “a legislação vem concretizar ou legitimar uma disputa que já se deu e foi definida no plano da sociedade civil” em que “o momento do processo, de elaboração da tendência hegemônica, e o momento do produto, da materialização da política, (SHEEN, 2007, p. 7).

O processo para elaboração dessas políticas se dá a partir da aparelhagem do Estado brasileiro, a partir de 1990, momento em que os organismos privados, apoiaram-se no modelo de liberal, para obterem a legitimidade e tornarem-se hegemônicos. A BNCC foi gestada nesse modelo de Estado, aberto aos interesses da classe dominante, que se mostrou organizada e hoje essa política curricular é o produto acabado, e passa a ser implementada em todo o país.

Na implementação, da BNCC nos municípios paranaenses, damos destaque ao Instituto Reúna com inúmeras soluções educacionais para a implementação da BNCC no



estado. O Reúna foi criado a partir de 2019 e é direcionado pela Fundação Lemann, conforme trataremos a seguir.

## **A IMPLEMENTAÇÃO DA BNCC NOS MUNICÍPIOS PARANAENSES: EM DESTAQUE O INSTITUTO REUNA**

Compreendemos que Estado dentro dos conceitos gramscianos é a integralidade da incorporação: sociedade política e sociedade civil. Esse estado age, ora empregando a coerção, ora buscando o consenso, visando atender aos interesses da burguesia que se destacam no seio da sociedade civil participando, interferindo, gerando consenso para que as políticas em torno da educação possam ser efetivadas em favor de sua classe.

A BNCC, conforme já mencionado neste artigo, é a materialização de política que atende aos anseios da classe dominante, exemplo disso, é a participação direcionadora de diversos APHEs e grandes conglomerados em sua organização, conforme já mencionado nesta pesquisa, os estudos de D'avila (2018) que investigou as influências dos agentes públicos e privados no processo de elaboração da BNCC, a autora destaca:

O contexto de elaboração da BNCC se demonstrou como território de disputa, fortemente influenciado, conduzido e determinado por um conjunto de sujeitos que compreendem na educação um instrumento de hegemonia que desempenha na sociedade, ou seja, uma função determinante na manutenção da base social dominante (D'AVILA, 2018, p. 106).

Embora a própria base evidencie em seu texto, que ocorresse a participação de especialistas e educadores, em consultas públicas há controvérsias, e pesquisas apontam de que o documento atende especificamente os setores empresariais, que legitimaram os seus interesses em definir BNCC voltada para o mercado (D'ÁVILA, 2018, p. 84). Nessa direção, Farias (2022, p. 5) ressalta que “o processo de hegemonização das pautas educacionais empresariais tem mão dupla: a expansão do mercado educacional público e privado e a hegemonização da ideologia empresarial”. É imprescindível dar créditos de que essa hegemonização vem ocorrendo na implementação da BNCC, e que a educação vem se tornando esse mercado lucrativo.

No estado do Paraná, a implementação da BNCC vem ocorrendo, num primeiro momento, a partir da reorganização dos Currículos. Importante frisar que o estado foi pioneiro na reorganização de seus currículos, e que isso ocorreu em 22/11/2018, o que resultou no Referencial Curricular do Paraná (RCP). O segundo passo, após reorganização dos currículos “estão objetivadas a formação dos professores e diretores, a revisão dos projetos pedagógicos das escolas e a elaboração de material de apoio (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO).”.

O Observatório do Movimento pela Base apresenta dados sobre essa implementação e mostra que atualmente, todos os municípios paranaenses já adaptaram seus currículos, sendo que 394 municípios aderiram ao RCP e que somente cinco municípios criaram currículo próprio (OBSERVATÓRIO MOVIMENTO PELA BASE). Justificado pelo momento pandêmico, no Paraná, ainda foi elaborado o referencial em foco, ambos os documentos, são norteadores de todas as fases da educação e são organizados a partir da BNCC.

De acordo com dados encontrados no portal dia a dia educação, o Referencial Curricular em foco, foi “elaborado em conjunto com a Secretaria de Educação e Esporte do Paraná (SEED-PR) e a União dos Dirigentes Municipais de Educação do Paraná (UNDIME-PR), com o apoio do APH, Instituto Reúna (SEED/PR)”. Vale enfatizar que o Instituto Reúna é cria da Fundação Lemann, e foi organizado logo após a implementação da BNCC, (FARIA, 2020b, p.12), e vem sendo dirigido pela empresária Katia Smole, a qual já foi Secretária de Educação Básica (SEB) do Ministério da Educação (MINISTERIO DA EDUCAÇÃO).

Entre os parceiros do Instituto Reúna, podemos destacar a Fundação Roberto Marinho, Fundação Lemann, Instituto Iungo, Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, Imaginable Futures, e Itaú Social. Esses parceiros do Instituto Reúna são recorrentes nas políticas em torno da educação, precisamos entendê-los como parte do empresariado, que constroem alianças e que tem interesses em comum. Esses APHs presentes na educação são unidos por seus projetos e amparados pelo Estado. Fica evidente esse amparo, principalmente na abertura dada pela SEED/Paraná para o Reúna, na organização do referencial curricular em foco.

Esses APHEs se destacam pela articulação entre si e em cargos ou segmentos públicos, justificam sua atuação pela qualidade da educação. Essa atuação vem acontecendo via Secretarias Municipais como oferta de material didático, formação de professores, via plataformas digitais. Uma das primeiras aparições do Instituto Reúna, se deu efetivamente em vídeo disponibilizado aos professores municipais com seus materiais de apoio à formação pedagógica, no início do ano letivo de 2021. A então presidente da UNDIME – PR, professora Marli Fernandes (2021), enfatizou o Programa Educa Juntos, bem como aponta como principal apoio às defasagens. (SEED/PARANÁ,2020).

Vale dar destaque, de que o Programa Educa Juntos, implementado pelo Decreto nº 5857 de 05/10/2020, tratando-se de uma parceria, governo do estado e municípios, com vistas a direcionar os conteúdos destacados como essenciais e que estavam em defasagem, justificada pela pandemia.

Ainda na fala de Fernandes (2021), a mesma enfatiza os materiais, disponibilizados pelo Instituto Reúna, por meio de vídeo da Kátia Stocco Smole, a qual apresenta questões referentes ao programa “Educa Juntos” e a parceria do Instituto com o governo do Estado. No vídeo Kátia Smole (2021) diretora do Reúna, enfatiza o momento pandêmico e a destaca a necessidade de priorizar conteúdo, fala também do currículo em foco, e a parceria com o Instituto Reúna, e comenta sobre os mapas de foco, material organizado pelo mesmo, para ajudar nessas defasagens.

Outro caminho segundo Smole (2021) é fazer uso da plataforma de apoio à aprendizagem que o CONSED a UNDIME, apoiados pelo CAED e pelo Reúna organizaram. A mesma contém sugestões de avaliações diagnósticas do 2º ano do fundamental até a terceira série do Ensino Médio, priorizando língua portuguesa e matemática (SMOLE, 2021). É constante a presença marcante em vídeos, da diretora Katia Smole, oportunizado em formações pedagógicas, destacando as soluções educacionais, seja para o momento pandêmico, ou para implementação da BNCC, no Paraná.

Enfatizamos ainda que em diversos outros eventos, ministrados para formação de professores na formação continuada, foram apresentados vídeos da presidente Marli Fernandes, anunciando o Instituto Reúna com seus mapas de Foco, com ênfase na implementação da BNCC no estado.

Nos materiais disponibilizados pelo Reúna, em seu website, percebemos a orientação dividida entre: dois grupos, ou seja, para “secretarias”, dirigido às secretarias municipais e/ou estaduais e “para escola”, todavia, os conteúdos são os mesmos nos dois momentos. Ainda nesses dois grandes grupos as orientações são divididas em categorias, que são: elaborar currículos, formar educadores, material didático, avaliar desempenho, língua inglesa e pesquisas. Nessas categorias os conteúdos se repetem entre si e trazem a mesma orientação, tanto para escola, quanto para secretarias.

Num direcionamento geral de todo material desse material disponível no website do Reúna, é percebido a preocupação constante é em apresentar soluções para os problemas da escola, seja na avaliação, na formação de professores via plataforma digital, no direcionamento de material didático. O que chama atenção é que grande parte do material disponibilizado no site do reúna tem parceria com outros APHEs como institutos e associações, nacionais e internacionais, que formam um bloco histórico, para difusão de ideias e organização da educação de acordo com princípios. Podemos destacar Instituto British Council, uma organização internacional do Reino Unido para relações culturais e oportunidades educacionais nas áreas de língua inglesa, Fundação Roberto Marinho, Itaú social, Fundação Lemann, Imaginable Futures, o Instituto Iungo, Mathema, Revista Nova Escola. Ainda aborda que há participação das Secretaria de Estado de Educação Bahia, Distrito Federal, Ceará, São Paulo, Amazonas, do CONSED e Liderança Estratégicas de Roraima e Paraíba.

Em relatório anual do Reúna de 2021, o mesmo enfatiza as parcerias nacionais e internacionais e destaca o desenvolvimento de “conteúdos técnicos pedagógicos para transformar a educação apoiados em quatro frentes: currículo, material didático, avaliação e formação docente” e ressalta o desenvolvimento do percurso formativo para educação infantil e ensino fundamental, produto que apresenta uma seleção de habilidades focais para cada ano, de acordo com a BNCC, e que alcançou 140 mil

peçoas, contados em acesso ao site do instituto (INSTITUTO REÚNA, 2021). Importante frisar que o percurso formativo, criado pelo Reúna, é o primeiro material elaborado pelo instituto, para colocar em prática a BNCC, e contou com a parceria da Fundação Lemann e a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, parceiros do Reúna.

Esses APHEs, organizados em rede e amparados pelo modelo de governança, encontraram na escola um caminho para depositar seus anseios com o intuito de manter a hegemonia e direcionar a educação para a classe trabalhadora. Construimos, portanto, o entendimento de a iniciativa privada vem adentrando o setor político e materializando seus anseios na organização das políticas em torno da educação.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir do exposto acima, consideramos que as políticas educacionais brasileiras imprimem a lógica do capital, e a educação visa responder um caráter instrumental, atendendo aos anseios deste Estado de preparação para o mercado de trabalho e a ampliação do capital nas mãos de diferentes aparelhos privados de hegemonia. Esses APHEs se proliferam, estão articulados no modelo de Estado, considerado integral, pela junção de sociedade política e sociedade civil, gerando o consenso na elaboração e implementação da BNCC na educação brasileira.

Entendemos que o estado oportuniza a legitimação desses APHEs, que agem em rede e apresentam um leque de soluções educacionais para a implementação da BNCC. No estado do Paraná dentre os APHEs, destacamos o Instituto Reúna, direcionado pela fundação Lemann, desenvolve soluções para a implementação nas redes municipais do estado, com oferta de plataformas digitais. A utilização de seus produtos, são instigados, por intermédio de formação de professores, oportunizados pela secretaria de educação dos municípios, e da UNDIME. A participação do Instituto Reúna, pode ser visualizada, ainda na construção do Referencial Curricular em Foco do Paraná, elaborada em 2020.

Quanto as suas estratégias detectamos que os APHEs vêm participando da elaboração de normas, e a partir disso, passam a oferecer plataformas, criar meios de avaliar, direcionar os conteúdos “ditos essenciais”, são as formas de marcar o curso do

tipo de educação que se pretende. Isso tudo vem ocorrendo oportunizado pelo modelo de Estado considerado dentro do conceito gramsciano de integral, e são campo fértil de abertura a atuação privada, marcada pelo consenso e coerção, que se molda as ações capitalistas burguesas.

### Referências

COUTINHO, Carlos N. 1943. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

D'AVILA, Jaqueline Boeno. **As influências dos agentes públicos e privados no processo de elaboração da Base Nacional Comum Curricular**.– Guarapuava: Unicentro, 2018.

ESTUDOS E PLANEJAMENTO 2022, SECRETARIAS MUNICIPAIS. **Vídeo de katia Smole diretora do Instituto Reúna**. Maio, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kCRVDYX7RAA>. Acesso em 27 de mai. 2022

FARIAS, A. M. (05 de dez de 2020). 1 vídeo (2 h 14' e 10"). **Conglomerado de APHEs Lemann na educação pública no estado do Paraná**. Acesso em 06 de mai de 2021. Disponível em Publicado pelo canal: Educação, Estado Ampliado e Hegemonias - GPEH: <https://www.youtube.com/watch?v=GkSRRTGDAoI>

FARIAS, A. M. **Estado ampliado e o empresariamento da educação pública**. Revista Trabalho Necessário, v. 20, n. 42, p. 01-24, 22 jul. 2022.

FERNANDES, M. (18 de jan de 2021). 1 vídeo (4'34). Fonte: Dias de estudo e planej. 2021 - **Fala de Marli Fernandes-Undime Pr sobre o Ref. Curric. do Pr em foco**: <https://www.youtube.com/watch?v=fW3oCfQNc08>.

GONÇALVES, Amanda Melchiotti. **Os intelectuais orgânicos da base nacional comum curricular (BNCC): Aspectos teóricos e metodológicos**. Curitiba, Editora CRV, 2021. 126 p.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. v. 1.

INSTITUTO REÚNA. **Relatório anual do Reúna de 2021**. Disponível em: [https://apis.institutoreuna.org.br/page/uploads/report/2021/Reuna\\_Relatorio2021\\_2022\\_05.27.pdf](https://apis.institutoreuna.org.br/page/uploads/report/2021/Reuna_Relatorio2021_2022_05.27.pdf). Acesso em 18 de set. 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Ministério anuncia nomes do secretário executivo e da secretária de Educação Básica**, de junho de 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/222-537011943/64981-mec-anuncia-secretario-executivo-e-da-secretaria-de-educacao-basica>. Acesso em: 10 de nov. 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Paraná aprova primeiro currículo em consonância com a BNCC**, novembro de 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/222-537011943/71361-parana-aprova-primeiro-curriculo-em-consonancia-com-a-bncc>. Acesso em: 22 de agos. 2022.

NEVES, L.M.W. (Org.). **Direita para o social e esquerda para o capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil**. São Paulo: Xamã, 2010.

Neves, Lúcia, Maria W. **A direita para o social e a esquerda para o capital: intelectuais da nova Pedagogia da hegemonia no Brasil**. Maria Lucia Wanderley Neves (org. ) et al. São Paulo, 2010. 223 p.

OBSERVATÓRIO PELA BASE. **Panorama de implementação da BNCC no estado do Paraná**. Disponível em: <https://observatorio.movimentopelabase.org.br/indicadores-curriculos-de-ei-ef-estado/?uf=PR>. Acesso em: 02 de dez. 2022

PROGRAMA EDUCA JUNTOS. **Decreto nº 5857 de 05/10/2020**. Disponível em: <https://ciedepar.com.br/wp-content/uploads/2020/10/Programa-Juntos-Parana.pdf>. Acesso em: 02 fev.2021.

ROIO, Marcos e CALASTRI, Leandro (org). **Gramsci e a verdade efetiva das coisas**. 1ª ED. São Paulo: Expressão Popular, 2022.



SAKATA, Kelly L. da S. Programa gestão para aprendizagem: a atuação da fundação Lemann nas políticas de formação em redes municipais de educação. 2018. 204 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado - Irati) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati - PR.

SANTOS, Aparecida de Fátima Tiradentes dos. **Pedagogia do mercado: neoliberalismo, trabalho e educação no século XXI** / Aparecida de

Fátima Tiradentes dos Santos. Rio de Janeiro: Ibis Libris, 2012.

SCHLESENER, Anita Helena. **A recepção de Gramsci no Brasil a interpretação no contexto do PCB nos anos 60**. Curitiba, 2001. Tese Doutorado, Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, 357p.

SECRETARIA DE ESTADO E EDUCAÇÃO/SEED-PR. **Referencial Curricular do Paraná em Foco**. Disponível em:

<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1683>. Acesso em: 08 de agos. 2022.

SHEEN, Maria Rosemary Coimbra Campos (in memorian). **A política educacional como momento de hegemonia: notas metodológicas a partir das contribuições de Antonio Gramsci**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.25, p. 3 –12 mar. 2007 - ISSN: 1676-2584.

SMOLE, K. (18 de Janeiro de 2021). 1 vídeo (4.25). **Currículo, planejamento e avaliação**. Fonte: Publicado pelo canal: Youtube:

<https://www.youtube.com/watch?v=bF9UINJUPJE&feature=youtu.be>. SOUZA, 2015,

SMOLE, Katia Stocco. **Biografia de Katia Stocco Smole**. Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/562250/katia-cristina-stocco-smole>. Acesso em:

24 de jan. 2023.

*Recebido em 30 de janeiro de 2023*

*Aceito em 6 de fevereiro de 2023*

*Editado em fevereiro de 2023*

---

**Edição v. 7 n.11**

Ana Lole  
Marcos Del Roio